



ARQUITETURA NA FORMAÇÃO DO BRASIL



ARQUITETURA
NA FORMAÇÃO
DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
LUIS INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTRO DA FAZENDA
GUIDO MANTEGA

PRESIDENTA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

REPRESENTANTE DA UNESCO NO BRASIL A.I.
VINCENT DEFOURNY

COORDENADORA PARA ÁREA DE CULTURA
JUREMA MACHADO



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
SBS – QUADRA 04 – LOTES 3/4
BRASÍLIA - DF
TEL: (55 61) 3206-9470
SITE: WWW.CAIXA.COM.BR



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Representação no Brasil
SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org.br
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

ARQUITETURA NA FORMAÇÃO DO BRASIL

ORGANIZADORES:

BRIANE ELISABETH PANITZ BICCA

PAULO RENATO SILVEIRA BICCA

AUTORES

AUGUSTO C. DA SILVA TELLES

GERALDO GOMES

GUSTAVO ROCHA-PEIXOTO

HUGO SEGAWA

J. N. B. DE CURTIS

JUSSARA DERENJI

LUIZ PHELPE DE CARVALHO CASTRO ANDRÈS

MYRIAM ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



ARQUITETURA E IDENTIDADE NACIONAL

Fundada em 1861, por d. Pedro II, ainda no Império, a CAIXA é uma das empresas mais longevas e importantes do Brasil. Desde então, sua presença no cotidiano do país tem crescido ano a ano e se espreado por todo o território nacional, nas mais diversas atividades: crédito, serviços bancários, habitação, saneamento, desenvolvimento urbano e infra-estrutura, loterias, pagamentos de benefícios e direitos sociais. De alguma forma, sendo um dos seus mais de 36 milhões de clientes, ou não, todos os brasileiros são beneficiados por suas ações.

Ao longo dessa trajetória, a história da empresa se entrelaça com a história do país a tal ponto que é difícil dissociá-las. Como empresa pública, compromissada com o desenvolvimento social e econômico, ecologicamente responsável e indutor da redução das desigualdades interpessoais e inter-regionais, a CAIXA tem fortes vínculos com a preservação da memória nacional e com as mais diversas manifestações culturais e tradições deste país continente.

Por meio de seus conjuntos culturais, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba e proximamente em Porto Alegre, Fortaleza e Recife, apoiamos e democratizamos, gratuitamente, o acesso ao teatro, ao cinema, à dança e às artes plásticas. Publicamos livros, recuperamos acervos históricos e artísticos, restauramos museus e monumentos, convictos que o conhecimento do passado nos levará à construção de um futuro mais justo e promissor.

A exemplo de outras obras, como *Patrimônio Mundial no Brasil*, *Arquitetura Brasil 500 Anos*, *O azulejo na arquitetura civil de Pernambuco*, *Avenida Rio Branco, um século em movimento*, o presente livro, *Arquitetura na formação do Brasil*, faz parte de um esforço sistemático de registro, documentação e divulgação, desenvolvido pela CAIXA, da produção material do povo brasileiro, daquela que é das mais acessíveis formas de manifestação artística e técnica, devido ao seu caráter de apropriação coletiva e pública: a arquitetura.

Arquitetura na formação do Brasil traça um amplo mosaico da arquitetura, do urbanismo e da organização das cidades e do território, destacando períodos significativos desse processo, para o qual contribuíram todos os povos e etnias constituintes da nação brasileira. Ao analisar as relações entre as atividades econômicas e a produção dos espaços, independentemente de suas escalas, este livro traz à luz não apenas as manifestações notórias e monumentais, mas aquilo que é subjacente e que muitas vezes fica oculto em obras do gênero. Importante ressaltar que, embora não se caracterize pelo ineditismo, sua

abordagem e sistematização, bem como a participação de diversos autores de renomada competência em pesquisa e ensino, permite ao leitor a compreensão da dinâmica histórica e geográfica desses processos e indica novas possibilidades de investigação.

País colonizado sob o estigma da escravidão, não apenas do negro, mas também e massivamente dos indígenas, a gênese do Brasil se constitui assentada na miscigenação dessas duas etnias, com o português colonizador. Portugal, país de população escassa, face à gigantesca aventura colonial empreitada, que abrangeu das ilhas oceânicas do Atlântico Norte, Açores e Madeira, ao Japão, utilizou-se da “mestiçagem” como estratégia de ocupação e povoamento, diferentemente de outras potências européias, como Espanha, Holanda e Inglaterra. Esse grande “cadinho étnico e cultural”, mais tarde encorpado por outros contingentes migratórios da Europa e Ásia, irá produzir em bases peculiares, embora transplantando em grande parte modelos e instituições ibéricas, uma arquitetura e uma organização espacial, marcadas pela adaptação aos trópicos e por uma unidade considerável, graças, entre outros aspectos, ao idioma corrente e à organização político-administrativa.

Cabe ainda registrar que grande parte dos mais expressivos exemplares dessa arquitetura, especialmente até o século XIX, foram produzidos por trabalhadores, artífices e artistas, quase sempre anônimos e muitos deles na condição de escravos, sem formação técnica e artística regular, possuidores de grande capacidade criativa, de soluções singulares e de rara beleza, especialmente na arquitetura religiosa e vernacular. Seu exemplo mais célebre foi o escultor e arquiteto Antônio Francisco Lisboa, conhecido pela alcunha de “Aleijadinho”, expressão maior do barroco mineiro e que legou ao Brasil e ao mundo uma obra singular de elaboração artística inigualável.

A CAIXA e a UNESCO, mais uma vez parceiras na produção de obras e em ações culturais, essenciais para a difusão das realizações culturais do povo brasileiro, agradecem a todos os que colaboraram para a realização deste livro, na certeza que desta iniciativa irão florescer muitas outras.

A CONSTRUÇÃO DA DIVERSIDADE: O OLHAR DA UNESCO SOBRE A HISTÓRIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA

Uma das primeiras decisões da UNESCO no campo da cultura foi compor um amplo e diversificado grupo de especialistas e a ele delegar a tarefa de pesquisar e escrever uma memória coletiva da Humanidade. Era o momento de reconstrução do mundo no pós-guerra, e a UNESCO apostava na crença de que elucidar a contribuição dos diversos povos para a construção da civilização levaria a compreender a origem dos conflitos, do preconceito, da discriminação e da segregação raciais. Acreditava firmemente que esse esforço contribuiria para o reconhecimento e a valorização das diferenças entre os povos e, assim, para o respeito mútuo e as condições para a paz. Aprovado em 1946, o projeto chamado *História do Desenvolvimento Científico e Cultural da Humanidade* iniciou-se em 1950, sob a liderança do embaixador brasileiro Paulo Carneiro e, em 1963, publicou seus primeiros volumes. Desde então, prosseguiram os estudos e as publicações no campo da História, sempre voltados para a compreensão da evolução das sociedades e do florescimento das culturas em favor de maiores trocas e do respeito à diversidade. Com esse espírito, foram produzidos, até hoje, as coleções *História da Humanidade* (oito volumes), *História da África* (oito volumes), *História da América Latina* (nove volumes), *História do Caribe* (seis volumes) e *Cultura Islâmica* (seis volumes), além de um sem-número de publicações sobre temas específicos. Essa grande obra coletiva vem sendo conduzida com o concurso dos mais reconhecidos especialistas de todos os continentes, resultando em um conjunto que não se furta a evidenciar diferenças, não só entre processos culturais, mas entre abordagens e visões de mundo.

A produção do livro *Arquitetura na formação do Brasil* tem muito em comum com a visão e o papel que a UNESCO atribui à História, a começar pela narrativa escolhida, cujo fio condutor foram os processos mais marcantes do desenvolvimento social e econômico do país. Ao eleger a arquitetura como representação material desses processos, a ela confere o seu sentido maior de manifestação direta e legível da cultura. *Arquitetura na formação do Brasil* não se restringe ao monumental, mas, ao lado da criação artística e simbólica, registra a dinâmica da ocupação do território, da formação das cidades, da produção e do trabalho.

Um projeto que pretenda uma visão tão abrangente não poderia, assim como se deu com as pesquisas históricas organizadas pela UNESCO, resultar de um único olhar. Por essa razão, a coordenação editorial foi buscar especialistas em cada região do país, notáveis não apenas pela qualidade e pela profundidade dos seus conhecimentos específicos, mas também pelo fato de serem profissionais cujas vidas têm

sido dedicadas à proteção e à divulgação desses bens culturais. Acreditamos que aí se encontra uma das principais contribuições do trabalho: a consolidação de conhecimentos que, embora não inéditos, raramente se apresentaram sistematizados, associados e conduzidos por uma narrativa comum, possibilitando a construção de um quadro que faz jus à perspectiva de *formação do Brasil*.

A seleção das imagens se alia a essa construção de forma criteriosa e enriquecedora. Ao lado da expressão contemporânea de alguns dos melhores fotógrafos brasileiros da atualidade, o livro traz à luz acervos iconográficos preciosos e, com eles, valoriza também a longa e custosa tarefa de preservação documental a cargo de instituições públicas e privadas no país.

A trajetória da proteção do patrimônio cultural conduzida pela UNESCO, da preocupação inaugural com a arqueologia e com o saque de bens culturais, até a eleição dos sítios do Patrimônio Mundial concebida pela Convenção de 1972, não teve outro propósito senão o de manter vivos os testemunhos da diversidade. E, à medida que os critérios de seleção desses testemunhos se aprimoraram, mais evidência recaiu sobre a necessidade de compreendê-los enquanto processos, de apreender sua dinâmica, sua relação com o território, com o desenvolvimento social e econômico e a forma com que alcançaram o tempo presente e os homens presentes. Esse amadurecimento não nos permitiria apresentar a história da arquitetura brasileira como um arquivo de formas, como um catálogo de modelos e de estilos, pois isso corresponderia à própria negação do sentido da História. E foi justamente voltados para o curso da História, para a perspectiva de aprofundamento da capacidade do país de implementar políticas públicas de preservação do seu patrimônio cultural, que nos associamos à Caixa Econômica Federal para produzir e dar acesso a este valioso acervo de informação e conhecimento.

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL

©2006. Edição publicada pela Representação da UNESCO no Brasil

CONSELHO EDITORIAL DA UNESCO NO BRASIL

Vincent Defourny

Bernardo Kliksberg

Juan Carlos Tedesco

Adama Ouane

Célio da Cunha

FICHA TÉCNICA

Coordenação editorial: Briane Elisabeth Panitz Bicca e Paulo Renato Silveira Bicca

Produção editorial: Maria Virgínia Casado

Projeto gráfico: Edson Fogaça

Revisão técnica, pesquisa documental e iconográfica: Vera Braun Galvão

Revisão de textos: Inês Ulhôa

Capa: Concepção de Briane Bicca. Fotos de Marcel Gautherot/Acervo Arquivo Central do IPHAN-RJ

Quarta capa: Foto de Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

© UNESCO, 2006

ISBN 85-7652-065-6

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

SUMÁRIO

Arquitetura e identidade nacional 4

A construção da diversidade: o olhar da UNESCO sobre a história da arquitetura brasileira 6

Arquitetura como protagonista 11

Ocupação do litoral, entradas para o interior do continente e definição das fronteiras 16

Portinari, intérprete da formação do Brasil 78

A arquitetura do açúcar 82

Arquitetura da mineração nos Estados de Minas Gerais e Goiás 126

Arquitetura e economia do gado na Região Sul 162

A arquitetura do café 198

A arquitetura maranhense e a economia do algodão 234

Arquitetura da borracha na Amazônia (1850-1920) 272

Rumo à industrialização: arquitetura da primeira metade do século XX 310

Notas 346

Bibliografia 352

Autores 362

Agradecimentos 364

Créditos 365



Acima. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Vila de Alagoas (AL), anônimo, 1716. Projeto Resgate/MinC

ARQUITETURA

COMO PROTAGONISTA

Quando os colonizadores portugueses ergueram as primeiras e toscas construções nas vilas de São Vicente e Santo André, fundadas por Martim Afonso de Souza, a mando do rei de Portugal, d. João III, no início do século XVI (1532), algo de muito significativo então aconteceu. Malgrado a singeleza da sua arquitetura, aquelas construções já continham, em germe, a profunda mudança que a partir daí ocorreria na parte leste da hoje chamada América do Sul. Transformação maior e, sob muitos aspectos, de natureza distinta daquela que, simultaneamente, os espanhóis levavam a cabo nas terras por eles conquistadas, para os lados do Pacífico, particularmente no território antes sob domínio do Império Inca. Território já nitidamente marcado pela presença de uma sociedade, na sua essência, diferente daquela encontrada pelos portugueses. Diferenças expressas, de maneira contundente, também pelas distintas arquiteturas de cada uma delas.

Na costa atlântica dessa imensa região do Continente Americano, somente com a chegada e permanência dos lusitanos, e, certamente, sob o olhar no mínimo curioso e espantado dos indígenas, pela primeira vez edificações começam a ser erguidas como integrantes e necessárias à fundação de vilas e cidades. Fato da maior relevância econômica, social, política, religiosa e cultural. Iniciava-se, assim, a construção de uma nova geografia física e humana, indispensável ao domínio político-militar e à exploração econômica dessa terra conquistada pelos representantes da Coroa Portuguesa. Começo da efetiva ocupação e posse do território sobre o qual foram lançadas as bases da nação brasileira. Início de uma história rica, contraditória, penosa para a maioria, e da qual a arquitetura sempre fez parte, não apenas como seu resultado, e nem tampouco como coadjuvante, mas sim como um dos seus principais protagonistas, conforme nos mostram os textos reunidos neste livro.

Se antes, nas sociedades indígenas brasileiras, sem Estado, não existiam funções político-administrativas e as correspondentes edificações a elas destinadas, tal ausência seria inconcebível a partir do momento em que o Brasil Colônia ia ganhando os seus contornos. Numa sociedade já então de natureza política e, no caso, extensão de Portugal, as arquiteturas das residências dos Governadores e das casas de Câmara e Cadeia, bem como os pelourinhos, eram imprescindíveis ao exercício, inclusive simbólico, do poder constituído.

Ao espaço sagrado e aos rituais das religiões indígenas, os únicos existentes no Brasil pré-Cabral, fazia-se então necessário opor a nova sacralização de inspiração cristã, representada pela Igreja Católica. E, para tanto, se foi útil e indispensável a tosca cruz falquejada feita para a Primeira Missa, a sua pura e simples reprodução, em outras circunstâncias, não seria suficiente à religião e às práticas religiosas que os europeus traziam consigo. Para essas, era preciso que templos fossem construídos, mesmo que, por vezes, como modestas capelas, nas vilas, em lugares ermos, nas sedes dos engenhos e das fazendas de café ou do gado. Por vezes, um simples oratório bastava.

Mas mesmo as capelas mais importantes, pelas suas dimensões, pelos materiais e técnicas empregados na sua construção, e pela riqueza da sua ornamentação, não eram suficientes para expressar a relevância do caráter religioso constituinte da nascente sociedade brasileira. E às cidades, sobretudo às maiores, mais importantes e ricas, eram reservadas as igrejas, com suas construções expressivas, não só de uma cultura religiosa, mas também, e muito particularmente, de uma refinada cultura arquitetônica, quase sempre herdeira daquela que simultaneamente predominava na Europa.

A Igreja Católica, instituição religiosa que teve papel fundamental na formação do Brasil, não teria desempenhado a sua relevante função sem a igreja, materialização física, em “pedra e cal”, do lugar sagrado em oposição ao profano. Igualmente relevantes foram os mosteiros e conventos que ainda hoje impressionam pela majestade de sua arquitetura, que aqui repetia, em boa medida, a tipologia clássica das suas congêneres e predecessoras européias, com igreja e claustro a ela adoçado, em torno do qual se desenrolava o principal da vida monástica. Espaço da oração e do trabalho, mas também, na maioria dos casos, igualmente importante pelos seus significados geopolítico e econômico.

As frágeis fronteiras de um vasto território com contornos ainda tenuamente definidos e escassamente ocupado por Portugal, cobiçado por muitos e durante largo tempo objeto de constantes disputas, exigiam um sistema de defesa constituído por inúmeras fortificações, dispostas, sobretudo, ao longo da costa. Verdadeiros baluartes estrategicamente localizados, e que ainda hoje, pelas suas arquiteturas, nos permitem compreender a importância que tiveram na manutenção e expansão dos limites territoriais brasileiros. Fortificações às quais se somaram aquelas erguidas no interior, às margens dos rios, verdadeiras estradas de então.

E se a atividade extrativista, como aquela na origem associada ao pau-brasil, requeria apenas uma arquitetura precária, como a das feitorias, o mesmo não pode ser dito quando, sobretudo em decorrência do fracasso das capitânicas hereditárias, Portugal resolve investir mais e de maneira diferente na Colônia, criando, então, o primeiro Governo Geral e fundando a cidade de Salvador para ser a sua sede. Foi também o momento em que se priorizou a produção e exportação do açúcar, e quando a formação social brasileira se estruturou mais fortemente como uma sociedade dividida em classes e escravocrata, tanto nas vilas e cidades, quanto nas áreas rurais.

A partir de então, a presença dos engenhos de açúcar, principal local da atividade açucareira, marcou fortemente a Região Nordeste do Brasil, organizando em torno de si a paisagem natural e servindo de suporte físico-espacial à estrutura da sociedade que dele igualmente dependia. Primeiro grande complexo arquitetônico diretamente associado a uma atividade produtiva, mas que a ela não se restringe. Com a casa-grande, a capela, a fábrica e a senzala, materializam e retratam, pela sua arquitetura, uma verdadeira síntese da sociedade brasileira de então, mas que pode ser considerada, ainda hoje, como o insuperável arquétipo das contradições sociais do Brasil.

E quando ao longo da história olhamos a constituição e a ocupação do território brasileiro, tal como as atividades econômicas o foram configurando, é impossível ignorar a presença marcante da arquitetura e das cidades, como verdadeiros baluartes desse processo. Seja, por exemplo, na interiorização da sociedade brasileira, no início associada, sobretudo, às cidades da mineração; seja na posse da Região Sul, terra contestada e objeto das disputas entre portugueses e espanhóis. Mais recentemente, a partir do final do século XIX, a criação em alguns Estados de novas cidades-capitais, Belo Horizonte, Goiânia, e a fundação de Brasília, Capital Federal contribuíram decisivamente para a construção das modernas história e geografia brasileiras, dando continuidade ao sempre renovado processo de participação da arquitetura na formação do Brasil.

.....

No que concerne ao seu escopo, a presente publicação aborda a história da arquitetura e das cidades brasileiras, nas suas relações com a história econômica do Brasil. Privilegia tempos e lugares considerados relevantes nas nossas historiografias, tanto naquelas que tratam da formação econômica, quanto nas que têm como objeto a arquitetura e as cidades. E em cada uma dessas condições particulares, as culturas arquitetônicas e urbanísticas são tratadas, de maneira explícita, na sua interdependência com a economia e a sociedade da qual fazem parte, não se restringindo, portanto, a uma abordagem estritamente descritiva dos seus aspectos programáticos, morfológicos, estilísticos e construtivos, muito embora todos eles compareçam com destaque.

Além dos seus pressupostos metodológicos, com esse enfoque, pretende-se ampliar o universo de leitores aos quais este livro possa interessar, não apenas como estudiosos ou pesquisadores. A eles se oferece uma obra rigorosa e densa de conteúdo, e ao mesmo tempo atrativa aos não-iniciados. E também aos não-brasileiros, a quem este trabalho igualmente se destina, será útil e prazerosa a leitura de um texto que associa a história da formação do Brasil às suas arquiteturas e cidades.

Ademais, foi também determinante do escopo e da organização desta obra a idéia de que se deveria tratar de variadas realidades arquitetônicas e urbanas, de diversas épocas e localizadas em distintas regiões

geográficas brasileiras, com vistas a fornecer um panorama diversificado da história da arquitetura no Brasil. A escolha recaiu sobre períodos nos quais, nessas regiões, vivia-se, de maneira intensa e singular, sob as condições decorrentes das distintas atividades econômicas então hegemônicas, cada uma delas, no seu espaço geográfico. Daí as várias temáticas constituídas pelas arquiteturas e cidades do açúcar, da mineração, do café, do gado, do algodão, da borracha e da industrialização, abordadas nos tempos e nos espaços onde essas economias predominavam. E a cada um desses temas destinou-se um capítulo específico, no seu conjunto precedido por uma abrangente introdução.

O capítulo introdutório contém uma breve história geral da arquitetura brasileira, destacando as suas características funcionais, formais, estilísticas e construtivas mais relevantes, incluindo circunstâncias históricas e geográficas ausentes dos capítulos específicos. Trata, igualmente, da formação das cidades brasileiras, dos seus vários tipos morfológicos, bem como das redes por elas constituídas, e de suas bases econômicas, sociais, políticas e culturais. Nele comparecem também questões relacionadas à ocupação do território, à fixação e defesa das fronteiras, ao bandeirismo etc.

O capítulo que trata da história da arquitetura e da formação das cidades relacionada com a economia açucareira, ateu-se, principalmente, à Região Nordeste, na época em que essa atividade foi aí largamente predominante, do final do século XVI ao século XIX. Adotou-se o mesmo critério para a história associada à atividade cafeeira, localizada na Região Sudeste, durante o século XIX e início do século XX. Para a Região Sul, foi escolhido o período em que nela pontificavam a criação do gado, a comercialização da carne e o tropeirismo, sobretudo entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XX. As regiões Centro-Oeste e Sudeste, especialmente a então província de Minas Gerais, são enfocadas do século XVII ao fim do século XVIII, época em que a mineração fazia dessas terras uma das mais ricas do Brasil. No Norte, a escolha recaiu sobre as décadas do auge da economia da borracha, e sobre aquelas nas quais foram importantes as atividades econômicas que tinham o plantio do algodão como base, durante o século XIX e início do século XX. No que tange à história mais recente, determinada pela industrialização, os limites são o próprio espaço nacional, com destaque para as regiões onde ela mais se desenvolveu, sobretudo na primeira metade do século passado. Para a elaboração de cada um dos textos, foram escolhidos diferentes autores, visando assim produzir, sem perda das referências gerais, conteúdos singulares quanto ao enfoque e distintos quanto ao estilo.

Sublinhe-se que as abordagens não vinculam a história da arquitetura e das cidades exclusivamente às bases econômicas que lhes deram sustentação, em cada uma das circunstâncias aqui tratadas. Evitou-se, por ser limitado e errôneo, pensar a história da arquitetura como uma simples e mecânica decorrência das variáveis econômicas às quais inegavelmente está associada, evitando-se assim, também, uma simplificada relação de causa e efeito. Ao contrário, o conteúdo deste livro evidencia que outros fatores importantes são igualmente partícipes dessa história, tais como os de ordem política, os de natureza

ideológica, as culturas arquitetônicas dominantes à época em outros países, os condicionantes ambientais, bem como os materiais e técnicas construtivas disponíveis, entre outros.

Ademais, olhar a história da arquitetura brasileira nas suas relações com as atividades econômicas não significou limitá-la às construções e programas arquitetônicos diretamente vinculados à produção e à comercialização dos bens materiais. Todas as demais arquiteturas, que tiveram como substrato econômico a riqueza gerada por essas atividades, são aqui tratadas como igualmente expressivas das várias realidades socioeconômicas das quais são constituintes. Os distintos edifícios administrativos, os diversos tipos de moradias, as construções religiosas, os equipamentos públicos e privados, os espaços urbanos etc. aqui comparecem de forma marcante, bem como, em muitos casos, os correspondentes paisagismos, mobiliários e artes decorativas.

Sobretudo no estudo da arquitetura das edificações, a trilogia vitruviana, *firmitas, utilitas e venustas* serviu de referência a cada um dos autores, que assim abordaram as questões funcionais e programáticas, as de natureza tectônica e aquelas concernentes às morfologias, linguagens e estilos arquitetônicos.

Os capítulos tratam, também, da organização do trabalho relacionado à produção da arquitetura, marcada, por muito tempo e de maneira indelével, pela presença da mão-de-obra escrava e pela atividade de natureza artesanal. Dá-se destaque, igualmente, à formação e participação dos artífices, mestres de obra, arquitetos, engenheiros militares, pintores, escultores, entalhadores, sublinhando, sempre que oportuno, a participação diferenciada de alguns deles.

Dado o caráter desta obra, da sua introdução e dos seus capítulos faz parte uma vasta e rica historiografia ilustrada, especialmente da arquitetura e da formação das cidades no Brasil, sob a forma de fotos, gravuras, desenhos e mapas, cujo significado transcende o de simples apoio ao discurso escrito. Trata-se da mesma história, estudada e narrada por meio da linguagem iconográfica. Tem-se, assim, não apenas uma obra visualmente atrativa, mas também, por suas ilustrações, largamente enriquecida no seu conteúdo.

Dá-se igualmente, dessa forma, publicidade a imagens selecionadas no acervo de renomados arquivos e instituições públicas e privadas, pondo também em evidência a rica produção fotográfica, feita por profissionais que, desde o século XIX, têm criado, com a sua arte, um acervo de extrema relevância, indispensável à moderna historiografia arquitetônica, e verdadeiros retratos da história e da geografia do Brasil.

Briane Bicca e Paulo Bicca
Organizadores

CANA

PORTINARI

280x247cm, 1938.

*Pintura mural a afresco no Salão de Audiências
do Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, Brasil.*





GERALDO GOMES

ARQUITETURA DO AÇÚCAR

A produção do açúcar de cana foi a mais forte razão para a ocupação do Brasil, recém-descoberto. De certa forma, frustrados por não terem nele encontrado os metais preciosos, a exemplo daqueles descobertos em terras incas, maias e astecas, dos quais os espanhóis se apropriaram, os portugueses decidiram produzir em terras brasileiras o açúcar, então considerado uma especiaria que alcançava altos preços no mercado europeu. A região nordestina do Brasil foi a que se revelou mais propícia para a cultura da cana-de-açúcar, combinando a natureza de seu solo com a proximidade do mercado consumidor, a Europa.

Somente depois da descoberta do ouro nas Minas Gerais, em fins do século XVII, é que se inaugura uma política de ocupação sistemática do interior da Colônia.

A arquitetura do açúcar pode ser entendida como a dos edifícios que compunham as unidades produtivas, a saber, os engenhos, até o século XIX, e as usinas, a partir de fins desse mesmo século. Pode, também, ser entendida como a arquitetura das cidades que se fundaram no Nordeste e dos edifícios que ali foram construídos com os lucros auferidos pela produção e comercialização do açúcar. Neste caso estão as igrejas e os conventos – construídos com suas rendas (das) próprias (ordens) e com donativos dos senhores de engenho, em troca de privilégios religiosos – e os solares para residência desses senhores nas cidades.



Para a análise dessa arquitetura que se desenvolveu no Nordeste brasileiro, cuja ocupação se deveu, fundamentalmente, à cultura da cana e à produção do açúcar, a iconografia holandesa constituiu-se em um valioso auxílio. Embora não se possa confiar integralmente no seu valor documental, algumas gravuras holandesas do século XVII, concluídas na Europa, têm representações padronizadas, e nelas, alguns edifícios religiosos e civis, que teriam existido no Brasil, são representados por tipos arquitetônicos que, com certeza, não foram construídos na Colônia e, como tais, não retratam a realidade. A título de exemplo, uma gravura holandesa sobre Olinda mostra uma igreja gótica cercada de casas com telhados exageradamente inclinados para a natureza tropical.

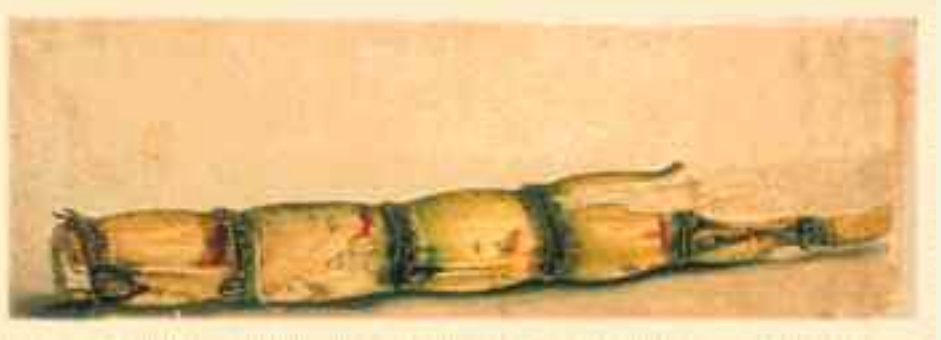
Apesar disso, por todo o período colonial, a iconografia e a bibliografia holandesas são as fontes mais ricas de informações sobre essa arquitetura. Tanto o século XVI quanto o século XVII são pobres em documentação, o que se pode compreender considerando a determinação da Coroa Portuguesa

Página ao lado. Olinda, Frans Post, ca. 1645.

Acima. CASA-GRANDE DO ENGENHO FREGUESIA E CAPELA, ao fundo, Candeias (BA).

Abaixo. DETALHE DE UM QUADRO DE FRANS POST, mostrando uma casa de vivenda de um engenho em Pernambuco. Fundação Oscar Americano, São Paulo (SP).





Acima. *Cana-de-Açúcar*, Debret, 1822, Acervo Museu Castro Maya, Iphan, Rio de Janeiro.



Acima. LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES E REGIÕES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DE CANA, do Brasil Colônia, ao final do século XIX.

Ao lado. *Paraíba e Rio Grande*, Frans Post, ca.1643. In: *Barlaeus Caspar van, Rerum Per Octennium in Brasilia*, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

em não revelar ao mundo as riquezas da Colônia e a debilidade de sua defesa.

Com a Abertura dos Portos, em 1808, a Colônia se revela para a curiosidade dos viajantes e residentes estrangeiros, aos quais se deve precisas descrições contemporâneas que, devido ao lento ritmo de desenvolvimento da antiga Colônia, podem estar se referindo a tipos arquitetônicos existentes desde o século XVIII.

Debret, Koster, Maria Graham, Rugendas, Tollenare e Vauthier, somente para citar os mais conhecidos, são os responsáveis pelos registros que nos ajudarão na identificação da tipologia morfológica dos edifícios dos antigos engenhos.





AS CIDADES

As cidades que os portugueses fundaram, no período colonial, nas regiões produtoras de açúcar, não diferem muito daquelas erguidas por eles em outras regiões do Brasil. Naquelas, a construção de edifícios precedia qualquer plano ordenador. Não raro, registramos determinações oficiais no sentido de alinhar edifícios construídos anteriormente, o que evidencia a irregularidade dos tecidos urbanos.

Os edifícios administrativos e os religiosos eram os marcos definidores do desenho urbano. Depois de construídos, restava conectá-los e daí surgiam os caminhos ao longo dos quais as casas eram erguidas com uma relativa disciplina. As ruas que surgiam não acompanhavam as curvas de nível do terreno e as ladeiras eram muito comuns. Esse processo de formação gerava ruas sinuosas, inclusive aquelas que mantiveram as suas denominações de rua Direita. Rua direita não era uma rua reta e sim uma rua que levava direto ao centro da cidade.

Essa irregularidade de traçados não deve ser entendida como uma falta de conhecimento de urbanismo pelos colonizadores portugueses, que, em experiências anteriores e contemporâneas, na Ásia e na África, demonstraram estar a par dos modelos renascentistas de cidades fortificadas. O fato de existirem ruas

Acima. Prospecto da Villa do Recife vista pelo lado fronteiro a Cidade de Olinda, Pe. José Caetano, 1759. Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. Civitas Olinda, autor não identificado. Gravura que ilustra o livro Barlaeus - 1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).





Acima. *Povoado do Recife e cidade de Olinda*, anônimo, 1630. Ilustração do livro de Johannes de Laet, *Beschrijvinghe van west-indien, Leyden*. Elseviers, 1630. Museu do Estado, Recife (PE).

tortuosas em uma cidade pode ser resultado de um à vontade urbano, mas também pode ser fruto de uma vontade militar, pois depois da invenção da pólvora e da artilharia não convinha que as ruas fossem retas e, como tal, varridas com um tiro de canhão. Alberti, em seus textos sobre a cidade, já alertava para esse fato.

Deve-se considerar, porém, que nos dois primeiros séculos da colonização, a razão econômica principal de ocupação da Colônia era a produção para exportação do açúcar de cana, atividade que se exercia toda no campo. Às cidades, geralmente situadas à margem de rios, baías e no litoral, cabia armazenar o produto e exportá-lo para a Europa. A população da Colônia era, então, predominantemente rural, mas os senhores de engenho e seus familiares residiam, alternadamente, na cidade e no campo. Alguns engenhos chegavam a ser auto-suficientes quanto à alimentação dos seus trabalhadores, diminuindo ainda mais os seus contactos com as cidades.

As cidades implantadas nas zonas açucareiras tinham uma estrutura administrativa pequena e com pouca autoridade para definir e fazer obedecer a eventuais normas edilícias. Os comerciantes fixos nas cidades eram, de fato, os detentores do poder econômico. Intermediários nos negócios de exportação, nada arriscavam, nem viviam ao sabor da flutuação dos preços do açúcar no mercado internacional. Muitas vezes chegavam a financiar safras de alguns senhores de engenho endividados pelos altos investimentos iniciais. A gênese das cidades do açúcar pode ser bem ilustrada quando comparamos as cidades de Olinda e Recife.

Olinda, implantada no século XVI e fortificada sobre colinas, não dispunha de porto e teve de se valer do porto natural do Recife, então uma modesta colônia de pescadores. Quando os holandeses, em 1630, invadiram a capitania de Pernambuco, não vacilaram em incendiar Olinda e se transferir para o

Abaixo. **VISTA AÉREA DE OLINDA**, com sua notável cobertura vegetal.



Recife, promovendo o seu desenvolvimento, chegando a fazer, para ela, um plano de cidade regular. Mas, devido ao curto espaço de tempo de ocupação dos holandeses (1630 a 1654), o plano do arquiteto holandês Pieter Post para a cidade do Recife não chegou a ser implantado integralmente.

Olinda, entretanto, nunca mais recuperou a importância que havia tido, o que comprova a adequação do Recife a uma economia de exportação do açúcar. O pouco que restou do projeto holandês para o Recife, após a retirada do invasor, foi absorvido pela retomada do modelo português de urbanismo, que tinha, como uma de suas características, as igrejas como elementos estruturantes do traçado urbano.

Com o fracasso das capitânicas hereditárias, a Coroa Portuguesa tomou a iniciativa de planejar uma capital na Colônia, e a escolha recaiu sobre o sítio onde seria construída Salvador, em 1549, primeira sede do Governo Geral. Seu plano foi confiado ao arquiteto Luiz Dias, subordinado diretamente ao rei de Portugal, que determinara a construção de uma fortaleza na Bahia de Todos

Abaixo. EX-VOTO SETECENTISTA retratando Igarau livre da peste. Óleo sobre madeira. Pinacoteca do convento franciscano, Igarau (PE).

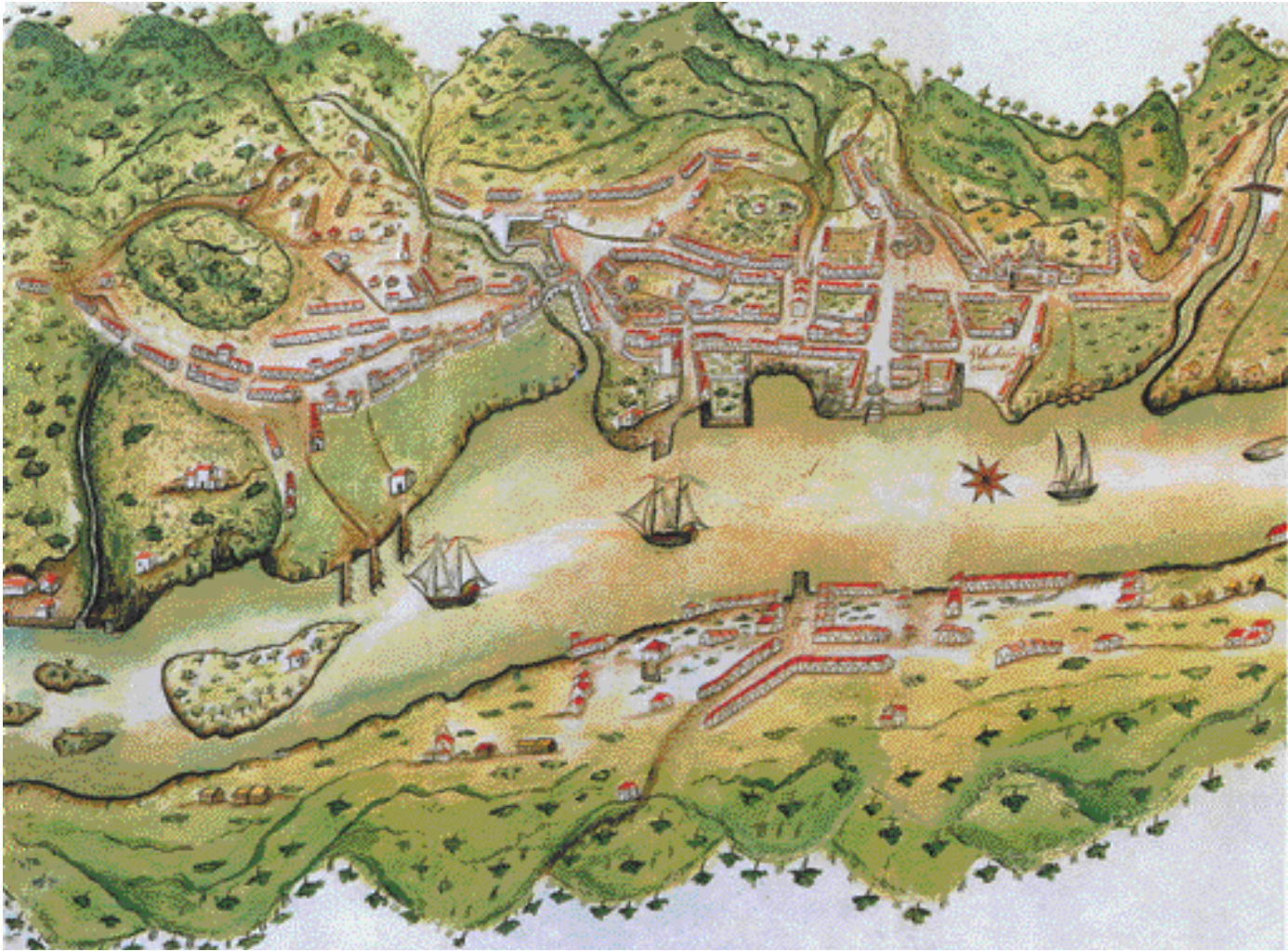
Embaixo. Palácio Boa Vista, Frans Post, c. 1644. Gravura que ilustra o livro Barlaeus -1647. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).





os Santos. Seria a cidade de Salvador fortificada, como deveriam ser todas as cidades situadas no litoral brasileiro, assolado por piratas de outras nações europeias. No recinto das muralhas, as quadras distribuem-se formando um tecido ortogonal. À medida que a cidade foi crescendo, esse tecido foi-se acomodando ao relevo acidentado.

Olinda, fundada antes, em 1537, também foi construída



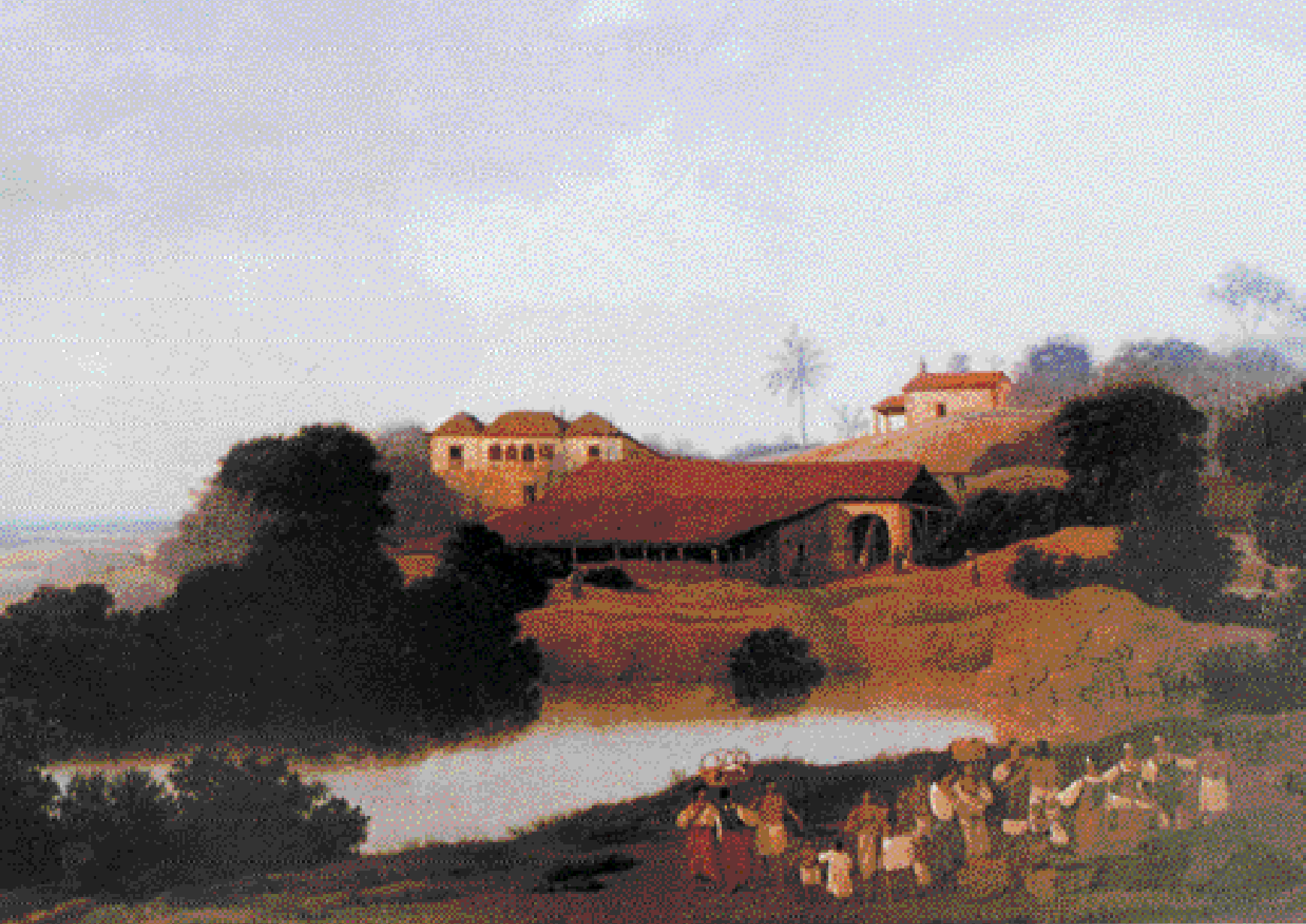
em sítio acidentado, o que demonstra a preocupação com a defesa, e tem seu tecido organizado em função do relevo irregular. A cidade de Igarçu, também na capitania de Pernambuco, fundada em 1536, não se situa no litoral, não é protegida por muralhas e não tem planta regular. Cachoeira, no Recôncavo Baiano, foi fundada em um terreno sem grandes acidentes de relevo e não tem planta regular. Irregulares são também Laranjeiras e São Cristóvão, no hoje Estado de Sergipe

À exceção de Salvador, por sua condição de sede do Governo Geral, é possível concluir que todas as demais cidades fundadas em regiões açucareiras instaladas foram construídas sem grandes preocupações com a regularidade de seus planos; quando os havia. Ademais, a cidade de Salvador, que já foi fundada prevendo-se nela a fixação de artesãos especializados em determinados ofícios, além dos tradicionais comerciantes e eventuais senhores de engenho, também por isso era muito especial em relação às outras cidades menores.

Acima. *Villa de Cachoeira*, anônimo, 1792. Ilustração do livro *Memória sobre as espécies de Tabaco* de Joaquim de Amorim Castro, 1792. Manuscrito existente na George Arents Collection, da New York Public Library, EUA.

Página ao lado, acima. *Vue de la ville de St. Salvador du côté de la Baye* Amédée François Frézier, engenheiro militar, 1716. Ilustração do livro *Relation du Voyage* de Amédée François Frézier. Exemplar do acervo de João Moreira Garcez.

Página ao lado, abaixo. *Mapa de Recife*, Johan Nieuhof, 1703. In: *Voyages and travels into Brazil*, Londres: A. and J. Churchill. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).



Acima. *Engenho Pernambucano*, Frans Post, Fundação Joaquim Nabuco, Recife (PE).

OS ENGENHOS

Denomina-se engenho o mecanismo utilizado para moer a cana, daí a sua usual caracterização a partir do tipo de energia que emprega: engenho d'água, engenho de bois etc. Na verdade, o processo de produção do açúcar não pára aí, pois ainda restam o cozimento do caldo, a clarificação ou purga do açúcar e a sua embalagem. Por extensão, o termo engenho passou a abranger a propriedade rural onde se desenvolviam todas essas atividades, além de, naturalmente, o plantio e a colheita da cana.

No Brasil, no entanto, no século XVII, já existiam fazendas de plantação de cana, onde não se produzia açúcar porque os investimentos para a instalação de um engenho eram muito altos. Como decorrência, a quantidade e a diversidade de edifícios nessas fazendas eram bem menores do que nos engenhos. Alguns desses pareciam verdadeiros povoados, onde existiam a fábrica pro-

priamente dita, as moradias do proprietário, do administrador, dos trabalhadores especializados, dos agricultores, dos escravos, a capela, a estrebaria, oficinas e olaria.

Desde o século XVI e até o século XIX, conjuntos de edifícios dessa natureza foram instalados ao longo de quase todo o litoral brasileiro, concentrando-se nas regiões que hoje correspondem aos Estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Os edifícios mais notáveis dos engenhos de açúcar eram a fábrica, também chamada de moita; a residência do proprietário, que veio a se chamar casa-grande, a partir do século XIX; a capela; e a senzala, como era nomeada a habitação dos escravos.

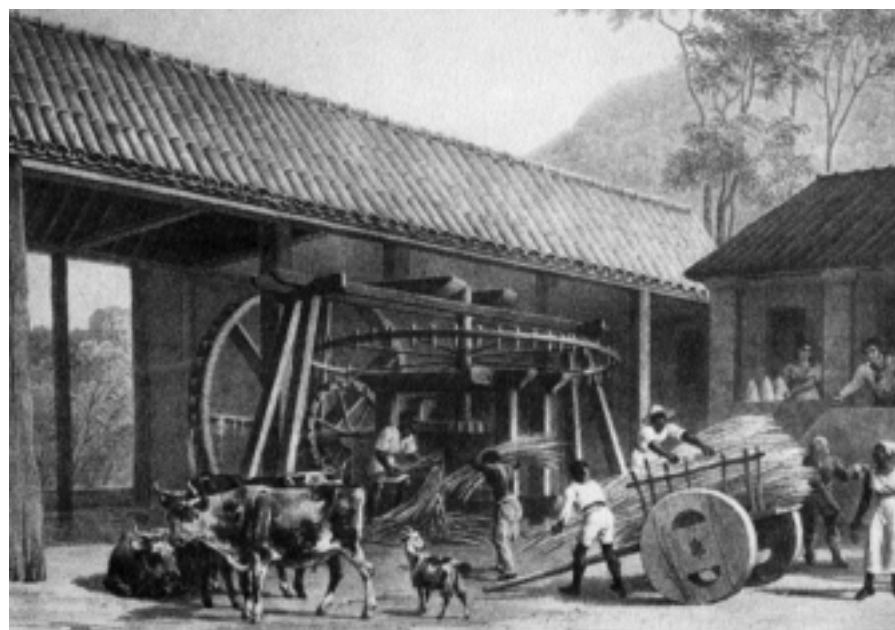
Com os engenhos centrais, em fins do século XIX, e as usinas, no início do século XX, chegaram as grandes máquinas operadas por mão-de-obra especializada e, não mais por aquela, abundante e barata, do escravo de origem africana, cuja posse em grande número era um inconfundível símbolo de poder. Não por acaso numerosos engenhos de açúcar foram abandonados e invadidos pelo mato logo após a Abolição da Escravatura – os escravos é que faziam todos os trabalhos manuais. A natureza escravocrata da elite do açúcar explica também certas particularidades da sua arquitetura rural.

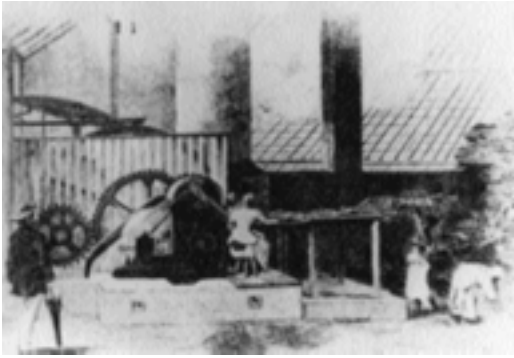
Ao longo do tempo, e em todos os espaços geográficos ocupados pela produção açucareira, não existiu somente uma casa-grande genérica; um tipo de casa-grande registrado no século XIX pode não ter existido no século XVI e o que foi comum na Bahia, provavelmente, não se encontrará no Rio de Janeiro. Em outras palavras, no período colonial, os tipos arquitetônicos de casa-grande variam no tempo e no espaço. Contudo, a senzala não sofreu modificação considerável, pois as condições de vida dos escravos se mantiveram sem mudanças até a abolição da escravidão. As fábricas foram modificadas segundo um pragmatismo funcionalista e, assim, as suas formas dependiam da natureza da energia utilizada para as moendas e do tipo de combustível para as fornalhas.



Acima. MOITA DO ENGENHO TAMATAÚPE DE FLÔRES, Buenos Aires (PE).

Abaixo. *Engenho de Açúcar*, litogravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. In: *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, 1954. Biblioteca da Universidade de Brasília (DF).

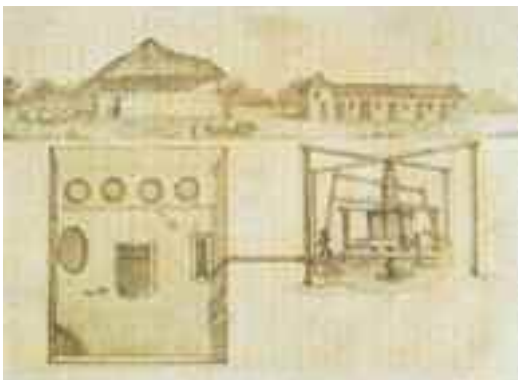




Acima. *Moenda a Vapor instalada no Engenho Caraiúna*, anônimo, 1854. In: Hadfield, William, *Brazil, the river Plate and Falkland Islands*, 1854, London.



Acima. *Casa do Senhor do Engenho*, anônimo, litografia de 1821. In: Henderson, James, *A history of Brazil*. Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro (RJ).



Acima. *Engenho de Açúcar da Torre*, litografia de C. Shoosmith, 1821. In: Henderson, James, *A history of Brazil*. Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro (RJ).

A partir do século XIX, os edifícios das fábricas foram modificados substancialmente, devido ao contacto com outros produtores de açúcar, notadamente das Antilhas Francesas e da Jamaica, e a conseqüente introdução de novas técnicas. Entre essas, por exemplo, a utilização do bagaço de cana como fonte de calor para o cozimento do caldo, a adoção de um tipo de fornalha chamado trem jamaicano com a respectiva construção de bueiros e, por fim, a introdução da energia do vapor d'água para mover as moendas.

A capela foi o edifício em que os senhores de engenho mais investiram, devido, provavelmente, ao seu valor simbólico; nela eles seriam enterrados, e nela os padres freqüentemente convenciam os escravos a se conformar com os seus destinos e a amar os seus donos como se fossem seus benfeitores. Missas com música, interpretações teatrais, casamentos, batizados, tudo acontecia na capela, coração da vida social dos antigos engenhos. Tudo isso justifica o emprego de materiais de construção mais duráveis, como a pedra, as obras de talha e de pintura no seu interior e a contratação de execução de imagens de santos para ocupar os seus altares. Na capela é até possível encontrar, com uma razoável correspondência cronológica, os mesmos estilos eruditos presentes nas arquiteturas urbanas.

Ademais, na identificação dos prováveis tipos de arquitetura rural é comum a comparação com tipos preexistentes. E quais seriam esses tipos? Vejamos.

A diversidade das manifestações arquitetônicas no Brasil colonial pode ser explicada pelo fato de os portugueses que aqui aportaram virem de diferentes regiões de Portugal, distintas entre si também na sua arquitetura. Além disso, viagens anteriores aos trópicos indianos e o contato com as suas arquiteturas podem igualmente explicar o tipo daquelas construções.

O que se pode afirmar é que não ocorreu no Brasil colonial a reprodução pura e simples de tipos arquitetônicos de Portugal, mesmo porque era outra a estrutura social, outro o clima e outros os materiais de construção disponíveis.

Não só os tipos portugueses foram reinterpretados no Brasil. No final do século XVIII, com a introdução da cultura do café em São Paulo, estabeleceu-se o contato com os colonizadores franceses e ingleses das Antilhas e do Caribe.

Depois da Abertura dos Portos, em 1808, a Colônia mostrou-se propensa a reinterpretar tipos de arquitetura oriundos de outros países, sem o crivo metropolitano. Datam de então os primeiros registros de construções civis que alcançam um alto grau de precisão.

No caso da arquitetura dos engenhos, a antiga capitania de Pernambuco é uma honrosa exceção na escassez de informações dos três primeiros séculos. Ocupada pelos holandeses de 1630 a 1654, justamente por causa do açúcar que produzia, essa capitania foi governada de 1637 a 1644 pelo príncipe Maurício de Nassau que trouxe consigo artistas e cientistas para documentar a exótica terra conquistada. Pintores holandeses como Frans Post, Albert Eckhout e Zacharias Wagener legaram-nos um conjunto de pinturas e gravuras de razoável qualidade artística e de valor documental discutível. Todas retratam o Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco. É graças ao registro dos invasores holandeses e não ao dos colonizadores portugueses que hoje se pode conhecer, com as devidas reservas, a arquitetura dessa parte do país em princípios do século XVII.

Abaixo. Engenho, óleo sobre madeira, Frans Post, ca. 1668. Instituto Ricardo Brennand, Recife (PE).





Acima. MOENDA COM TRACÇÃO ANIMAL em exposição no antigo engenho Massangana, hoje, sede rural da Fundação Joaquim Nabuco, Cabo de Santo Agostinho (PE).

Abaixo. MOENDA ENGENHO FREGUESIA, Candeias, Recôncavo Baiano (BA).

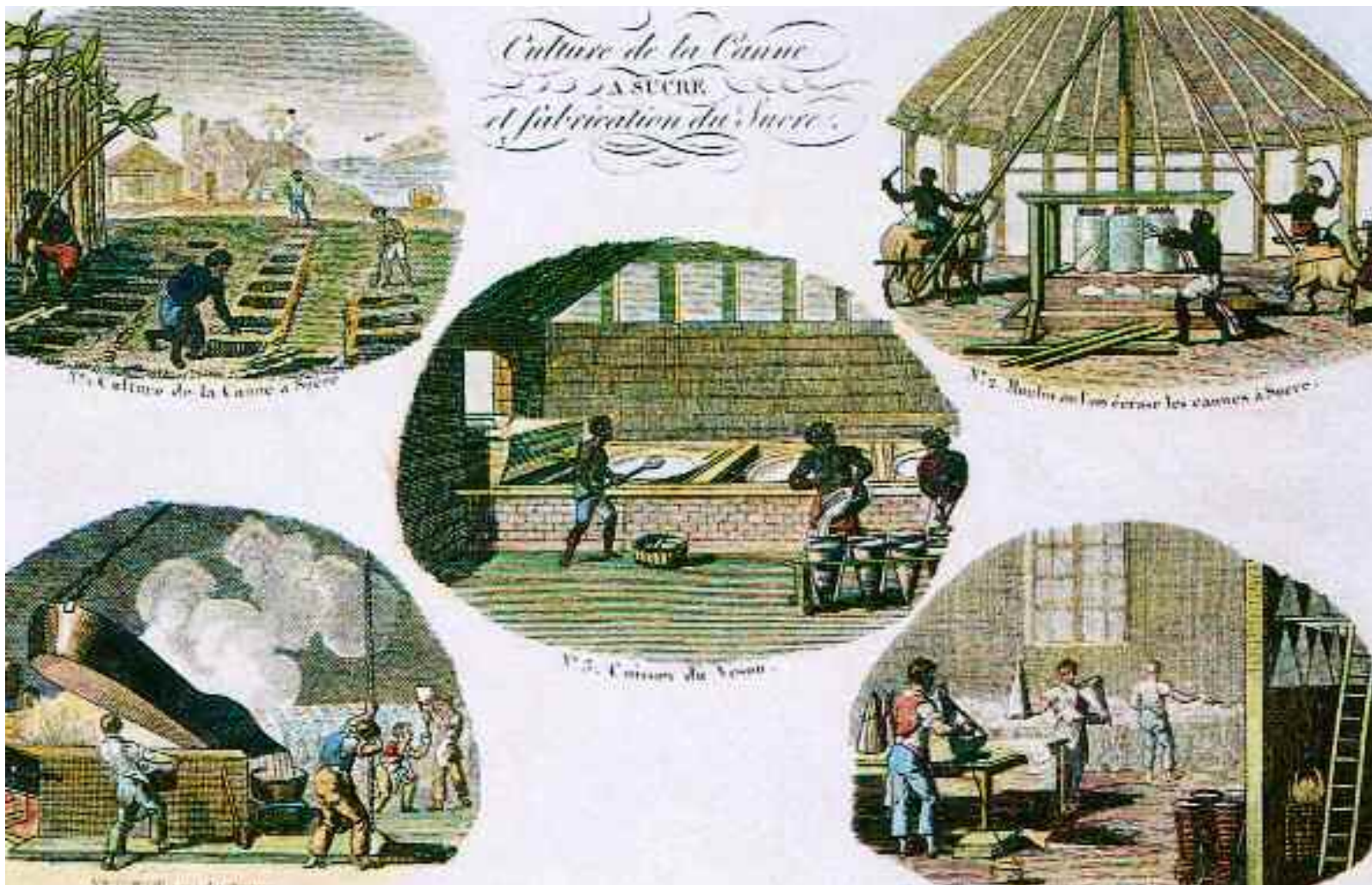


O SÍTIO E OS TIPOS DE ENERGIA

Na análise da arquitetura dos antigos engenhos, considera-se não somente a forma de cada edifício ao longo do tempo, como também, a sua disposição relativa ao conjunto edificado e a sua situação no espaço geográfico.

O tipo de energia utilizada para mover as moendas determinou, em muitos casos, a escolha do sítio para a instalação dos primeiros engenhos. Quatro tipos de energia foram empregados nos engenhos brasileiros: a humana, a eólica, em raríssimos casos, a hidráulica, e a animal. Os quadros pintados pelos holandeses no século XVII mostram somente engenhos movidos a roda d'água. No Pará, existiram alguns engenhos movidos com a energia das marés.

A energia preferida foi a hidráulica, por ser a mais econômica e a mais eficaz. Mas, para utilizar essa forma de energia, os engenhos deveriam localizar-se nas proximidades de um curso d'água, que poderia ser desviado parcialmente



para a construção de açudes, cujas comportas, quando abertas, movimentavam rodas, engrenagens e a moenda.

Os primeiros senhores de engenho tiveram o privilégio de escolher o sítio onde se instalariam e, com certeza, optaram pelas rodas hidráulicas. Além de fornecer a energia, os cursos d'água serviam como vias de transporte do açúcar até o litoral e, daí, até os portos de onde seria reembarcado para a Europa.

Outro fator determinante da localização dos primeiros engenhos foi a proximidade de matas de onde se extraía a lenha para alimentar as fornalhas. A utilização desse combustível farto e barato trouxe, como resultado, um contínuo desmatamento que só diminuiu no século XIX, com a utilização do bagaço de cana como combustível e, mais tarde, com a utilização da energia do vapor d'água. No século XX, em Pernambuco, ainda podia se encontrar engenhos de açúcar movidos a tração animal.

Acima. Cultura da cana e fabricação do Açúcar, ilustração sobre o processo de produção do açúcar nas Antilhas Francesas, gravura anônima, século XIX. Fundação Joaquim Nabuco, Recife (PE).

Abaixo. MOENDA EXPOSTA NO MUSEU DE ARTE ASSIS CHATEAUBRIAND, São Paulo (SP).



O CONJUNTO EDIFICADO



Acima. VISTA AÉREA DO ENGENHO PINTOS, Morenos (PE). Os edifícios conformam um pátio interno de forma retangular.

Parece não ter havido, no século XVII, um esquema muito rígido quanto ao modo de distribuição dos edifícios no terreno. Isso, se considerarmos como documentos confiáveis os quadros de Frans Post, que retratam engenhos de Pernambuco naquele século. Nessas pinturas, quase todos os engenhos estão situados em terrenos pouco acidentados. A casa-grande, sempre à meia-encosta, tem a sua fachada principal voltada para a fábrica, situada em nível inferior. A posição da fábrica obedece à lógica, pois as moendas de todos os engenhos retratados pelo pintor são movidas a rodas d'água. A casa-grande à montante da fábrica denota a preocupação com a fiscalização das atividades do engenho. A capela fica em nível igual ou superior ao da casa-grande e um pouco afastada dela. Não foi possível, entretanto, identificar nesses quadros holandeses, algum edifício que poderia ter se prestado à habitação de escravos, cuja descrição surgiria mais tarde, no século XIX, pelas palavras dos viajantes estrangeiros.

Além dessas características, não foi possível também constatar qualquer norma que definisse, com maior precisão, a distribuição dos edifícios no terreno. No século XIX, Vauthier publica um plano geral que, segundo o engenheiro francês, teria sido adotado pela maioria dos engenhos de Pernambuco. Nesse plano todos os edifícios se distribuem pelo terreno, de modo a limitar, de forma descontínua, um pátio interno retangular. Por sua racionalidade, esse tipo pode ter sido seguido em outras regiões do país, até porque era também recomendado pelos manuais destinados à cultura do café no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Abaixo. ENGENHO OITOCENTISTA DE MORENOS, Morenos (PE).



SISTEMAS CONSTRUTIVOS

A prática generalizada de construir os edifícios separados uns dos outros favoreceu uma certa autonomia na escolha das técnicas e materiais empregados. Nos engenhos foram utilizados todos os sistemas construtivos conhecidos no período colonial e imperial; nas paredes usou-se o enxaimel, a alvenaria de pedras, de tijolos ou de adobe e a taipa de pau-a-pique. Nas coberturas empregou-se sempre estruturas de madeira recobertas com palha ou telhas cerâmicas; nos pisos térreos, tijolos e lajotas de barro, e nos pisos elevados, assoalhos de madeira. Notáveis por seu uso exclusivo na arquitetura rural, os tijolos em forma de setor circular ou de meio círculo compunham os fustes de seção circular das colunas dos alpendres das casas-grandes, capelas e senzalas.

A opção por qualquer um desses sistemas dependia da disponibilidade do material na região, das posses do senhor de engenho e de uma escala de valores característica da estrutura social. Assim, por exemplo, conforme a distância que o separava da cidade, o proprietário poderia construir no seu engenho uma casa com muitos cômodos ou uma pequena casa onde residisse somente no período da produção do açúcar. Nesse caso, a habitação poderia ter menores dimensões e até adquirir um aspecto de abrigo provisório, como algumas casas retratadas pelos holandeses. Quando a cidade era distante – e o engenho dependia menos dela – construía-se um conjunto funcionalmente mais complexo, onde cada edifício assumia características e dimensões correspondentes à magnitude da empresa.

De um modo geral, cada edifício do engenho abrigava um programa de atividades. Entretanto, desde o século XVII, o pavimento térreo das casas de moradia dos proprietários destinava-se a depósitos variados, como nas casas rurais da região do Minho, em Portugal.



Acima. TIJOLOS COM DIMENSÕES E FORMAS VARIADAS, destacando-se os semicirculares, com raio acima de 15cm, usados na construção dos pilares dos alpendres das casas-grandes. Fundação Joaquim Nabuco, Recife (PE).

Abaixo. ESTRUTURA DE MADEIRA da cobertura da moita do engenho Salgado, Nazaré da Mata (PE).





Acima. ENGENHO D'ÁGUA, Ilhabela (SP).
Por se tratar de um engenho de pequeno porte, a moenda e as caldeiras estão num mesmo compartimento, conjugado com a casa de vivenda.

ASSOCIAÇÃO DE EDIFÍCIOS

A partir do século XVIII, principalmente na Bahia e em Pernambuco, surgiram casas-grandes conjugadas com capelas, costume freqüente no norte de Portugal, no mesmo período. Quase sempre a capela justapunha-se a uma das extremidades da casa, de tal forma que ambos edifícios tivessem suas fachadas principais no mesmo plano. Contudo, Vauthier e o imperador Pedro II registraram a existência, em Pernambuco, em meados

do século XIX, de duas casas que tinham suas capelas na parte central e não em sua extremidade. Vauthier publicou uma planta dessa moradia como se fosse uma ocorrência comum. Ao se analisar a referida planta, verifica-se, porém, que a capela divide a casa em duas zonas, uma destinada à família do proprietário e outra aos hóspedes.

Seja qual for o modo de incorporação da capela pela casa-grande, o que chama a atenção, na maioria dessas moradias, é o acesso privativo dos membros da família do senhor de engenho aos ofícios religiosos. Os familiares do senhor de engenho podiam chegar às tribunas do pavimento superior na nave ou na capela-mor – recinto onde ficava o altar principal – sem passar pelos espaços internos públicos, destinados a abrigar pessoas de outras classes sociais.

Outro tipo de associação de edifícios é o da casa-grande com a fábrica. Combinações como essa ocorreram, no século XVIII, no litoral norte de São Paulo e, no século XIX, na região de Campos, Rio de Janeiro e na Bahia. Manuais técnicos destinados à implantação da cultura do café, a partir de fins do século XVIII, recomendam a associação das duas funções, com o argumento de que o beneficiamento da matéria-prima exige a permanente vigilância do proprietário. Provavelmente, também foi esta a razão para a associação no caso dos engenhos de açúcar, pois mesmo nas fábricas isoladas havia sempre um cômodo, em posição estratégica, reservado para o proprietário ou para o administrador.

Abaixo. ENGENHO SÃO MATIAS, Ilha Bela (SP).





OS EDIFÍCIOS

Ao se instalar o engenho, o primeiro edifício a ser construído era a fábrica, quase sempre em alvenaria de tijolos, com estrutura de cobertura em madeira. O edifício seguinte poderia ser a habitação de escravos: a senzala. A construção da fábrica e da senzala em primeiro lugar indica a prioridade que se dava às atividades produtivas. A casa do senhor de engenho seria erguida a seguir e, ao contrário do que muitas vezes se imagina, nem sempre foi grande e nem sempre foi construída com materiais duráveis. No século XVII, documentos holandeses referiam-se à precariedade dessas casas em Pernambuco: “Os brasileiros se contentam com uma casa de barro, desde que lhe vá bem o engenho e a cultura”.

De fato, alguns pintores holandeses retrataram pequenas casas de senhores de engenho em taipa de pau-a-pique, cobertas de palha, mas também registraram outras de porte médio, construídas em alvenaria de tijolos. A ausência

Acima. ENGENHO POÇO COMPRIDO, Vicência (PE). Monumento nacional restaurado recentemente. Exemplar de conjugação da casa-grande com a capela, construído no final do século XVIII.



Acima. CASA DA FAZENDA DO ENGENHO D'ÁGUA, Jacarepaguá (RJ).

de alguns proprietários, e não a escassez de recursos – pois muitos deles possuíam casas nas cidades –, é o que pode explicar esse aparente descaso em relação às casas rurais. Quanto mais distantes das cidades, as casas eram maiores e melhor construídas. Assim, do século XVII ao século XIX, em alguns engenhos foram construídas enormes vivendas de alvenaria de tijolos e de pedras, enquanto que, em outros, eram erguidas casas mais simples.

De todos os edifícios do engenho, o mais durável e sólido foi a capela. Alguns exemplares remanescentes, como a ermida de São Gonçalo e a capela do engenho Velho no Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, construídos em alvenaria de pedras rejuntadas com argamassa à qual se adicionava óleo de baleia, podem datar do século XVI. A capela é, também, o único edifício do conjunto que, eventualmente, é coberto, parcialmente, com abóbadas ou cúpulas executadas em alvenaria de tijolos ou de pedra, como é o caso da nave da capela de Nossa Senhora da Penha, do engenho Velho, em Cachoeira, Bahia.

Dos quatro edifícios mencionados, somente na casa e na capela se percebe alguma intenção plástica porque, para os outros, a funcionalidade e estabilidade estrutural eram suficientes como requisitos.

Abaixo. MOITA DO ENGENHO SALGADO, Nazaré da Mata (PE).



A FÁBRICA

Desde o século XVI, a fábrica teve o seu desenho determinado pelo pragmatismo funcionalista. Às vezes resumia-se a um simples telheiro apoiado em colunas de alvenaria de tijolos. Sua planta era basicamente retangular, refletindo o desenvolvimento linear das atividades fabris. As tarefas complementares realizavam-se em puxadas que, via de regra, eram cobertas com extensões do telhado principal da fábrica. O telhado podia ser executado em quatro ou mais águas e, não raro, era descontínuo, abrindo-se para permitir a exaustão do calor e do vapor resultantes das tarefas fabris. Nessa descontinuidade dos telhados não se identifica qualquer preocupação com a composição plástica, o que não elimina a eventualidade de involuntários e agradáveis resultados estéticos. Plantas em forma de "L", de "T" ou de cruz, surgem, principalmente, no século XIX e algumas delas são sugeridas pelos fabricantes estrangeiros das máquinas a vapor d'água. Até mesmo após a introdução das altas chaminés de alvenaria de tijolos, os telhados das fábricas preservaram a sua descontinuidade.



Acima. MOITA DO ENGENHO FREGUESIA, Candeias, Recôncavo Baiano (BA).

Abaixo. MOITA DO ENGENHO TRAPUÁ, Tracunhaém (PE). O edifício está assentado em terreno em declive para que o melado da cana siga o lay out industrial somente com a força da gravidade.





Acima. ANTIGA SENZALA DO ENGENHO
COIMBRAS, Cabo de Santo Agostinho (PE).

Abaixo. ANTIGA SENZALA DO ENGENHO
SANTA CRUZ, Rio Formoso (PE).



A SENZALA

O termo senzala aparece na literatura especializada, ora designando o edifício inteiro, ora um dos cômodos que o compunha. A senzala era sempre térrea, tinha as paredes em taipa de pau-a-pique e podia ser coberta com palha ou telhas de barro. Há raros registros de senzalas construídas com material mais durável e resistente, como o tijolo e a pedra. Pelo fato de no Brasil restarem poucas senzalas, pode-se concluir que elas tenham sido construídas com materiais pouco resistentes à umidade e aos térmitas.

Como já foi dito antes, a iconografia holandesa não mostra edifícios que possam ser identificados como senzalas. É possível, em alguns casos, que os escravos tenham habitado os pavimentos térreos, habitualmente destinados a depósitos. É provável, também, que os escravos tenham sido autorizados a construir casebres onde reproduziriam os elementos da cultura africana. Esses teriam sido os primeiros mocambos.



Os dados existentes sobre as senzalas, todos do século XIX, convergem para a definição de um partido arquitetônico comum a todas as regiões da cultura açucareira: um único edifício formado por uma série de cubículos conjugados e voltados para uma galeria comum e coberta. A área de cada um dos cubículos que, às vezes, também são chamados de senzalas, nunca ultrapassava 12m². Nenhum desses compartimentos possuía janela e todos se comunicavam com a galeria por uma porta. Em raros casos, comunicavam-se com outros de iguais dimensões situados nos fundos. Como disse Vauthier, não se podia reduzir uma habitação a expressão mais simples. Embora raríssimas senzalas tenham chegado até nossos dias, seu partido arquitetônico, descrito da mesma maneira por diferentes cronistas e viajantes, sobreviveu à abolição da escravatura e ainda pode ser encontrado nas moradias dos trabalhadores livres das usinas de açúcar do Nordeste.

Acima. *Choupana de negros*, litografia de Victor Frond, 1861. *Album de vistas*, Paris: Lemercier. (Coleção Thereza Christina Maria). In: Ribeyrolles, Charles. *Brasil pitoresco*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. *Habitação de negros*, litografia de Joham Moritz Rugendas, 1835. In: *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, 1954.





Acima. CAPELA DO ENGENHO MORENOS, Morenos (PE).

Ao lado. CAPELA-MOR Interior em talha dourada da capela do engenho Bonito, em Nazaré da Mata (PE). Monumento nacional do século XVIII.

Abaixo. RARO EXEMPLAR DE FACHADA ERUDITA COM CORNIJA ENCURVADA E FRONTÃO ROCOCÓ. Capela do engenho São Braz, em Cabo de Santo Agostinho (PE).



A CAPELA

O edifício que mais se destacou por sua concepção artística foi a capela que, por ser construída sempre com materiais duráveis, pouco se modificou através do tempo, permitindo, até mesmo, nela identificar-se estilos acadêmicos melhor caracterizados na arquitetura urbana. Assim, é possível classificar as capelas como maneiristas (engenho Velho, em Cachoeira, Bahia), barrocas (engenho São Braz, em Morenos, Pernambuco) e neoclássicas (engenho Limoeiro Velho, em Escada, Pernambuco), embora os exemplares dos séculos XVI e XVII, ainda que concebidos com evidente esmero estético, primassem pela sobriedade e contenção decorativa.

A planta da capela dos engenhos era bastante simples e não diferia muito das outras capelas rurais que se construíram no Brasil até o século XVIII. Possuía, no térreo, invariavelmente, uma nave, a capela-mor e a sacristia, e no pavimento superior, o coro sobre o primeiro terço da nave. As variações consistiam em um alpendre à frente da fachada e corredores laterais à nave, às vezes presentes também no pavimento superior, dando origem às tribunas, local privilegiado e destinado à família do senhor de engenho.

O elemento marcante nessas capelas foi o alpendre fronteiro que teria tido função similar à do nártex nas antigas basílicas, isto é, um espaço intermediário para conter os catecúmenos e penitentes. O alpendre também existiu em capelas urbanas e rurais em Portugal; e no Brasil não foi elemento exclusivo da arquitetura rural. Em obras de pintores holandeses seiscentistas, aparece no convento franciscano de Igarau e incorporado a uma igreja urbana, não identificada, em Olinda.

Os interiores de algumas capelas rurais eram decorados com altares, púlpitos, tribunas, forros e imagens de madeira entalhada dourada ou policromada. Com a decadência dos engenhos, quase nada restou desse esplendor. As capelas do engenho Bonito, em Nazaré da Mata, Pernambuco, do engenho Velho, em Cachoeira, Bahia, e de Colubandê, em São Gonçalo, Rio de Janeiro, foram esvaziadas por seus donos ou saqueadas. Contudo, essa decoração não deve ser entendida como ostentação dos donos dos engenhos. Convém lembrar que, no campo, a vida social se resumia, no período colonial, aos ofícios e festejos religiosos. O senhor de engenho e seus familiares eram enterrados, de início, nas naves e em nichos nas paredes das capelas e, mais tarde, no terreno em volta delas.

Além disso, a religião católica também se integrou no projeto escravocrata, na medida em que pregava a resignação dos escravos à sua condição como se fosse efeito de desígnios supostamente divinos. Toda uma complexa carga simbólica expressava-se na arte de inspiração religiosa.



Acima. CANAVIAL, em Pernambuco, mostrando as ruínas de uma capela, o mais resistente dos edifícios dos engenhos, e ainda, o único elemento que restou da fábrica, uma chaminé.

Abaixo. CAPELA COM NAVE EM PLANTA HEXAGONAL. Engenho de Nossa Senhora do Patrocínio, Santa Rita (PB).



Ao lado. CASA-GRANDE OITOCENTISTA EM ESTILO NEOCLÁSSICO. Engenho Gaipió, Ipojuca (PE).



A CASA-GRANDE

O outro edifício que pode ser considerado como exemplar de arquitetura, por manifestar alguma intenção plástica, é a morada do senhor de engenho, conhecida como casa-grande, a partir do século XIX.

Na Europa, no século XVI, sem muitos lugares respeitáveis que servissem como ponto de encontros sociais, o termo casa-grande era usado para designar uma casa urbana, onde se reuniam familiares do proprietário e seus convidados. Características igualmente encontradas na casa-grande dos engenhos brasileiros, freqüentada por hóspedes, empregados e escravos. As grandes e

fartas mesas de refeição, uma das formas de ostentação das posses dos senhores de engenho, testemunham também esse caráter público da casa. Designação semelhante já existia, no século XVIII, nas Antilhas Francesas (*grand case*) e na Jamaica (*great house*). No Brasil, até mesmo no século XIX, era costume chamá-la de casa de vivenda.

Como já foi dito, os quadros pintados pelos holandeses no início do século XVII são o registro mais antigo dessas casas. E considerando-se a lentidão das transformações ocorridas no período colonial, é lícito imaginar que os tipos retratados por Post já existiam no século anterior e se mantiveram durante algum tempo.

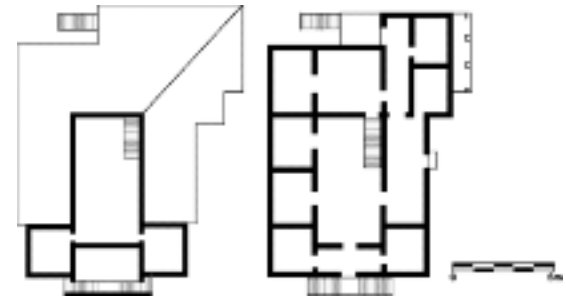
Abaixo. DETALHE DE UM QUADRO DE FRANS POST RETRATANDO A CASA-GRANDE DE UM ENGENHO EM PERNAMBUCO. Note-se o sistema construtivo em enxaimel e a torre em outro sistema mais resistente, provavelmente alvenaria de tijolos ou de pedra. Óleo/madeira, intitulado *Casa de Fazenda*, de 1660. Coleção particular.



As casas representadas nessas pinturas são, quase sempre, de porte médio e têm dois pavimentos, telhados em quatro águas e, no pavimento superior, uma varanda embutida no meio ou no canto da fachada principal. Os esteios da estrutura, de madeira e aparentes, indicam que as casas eram construídas segundo o sistema de taipa de pau-a-pique. O pavimento térreo era inteiramente vazado, devendo destinar-se a depósitos. É um tipo de casa oriundo, com certeza, do norte de Portugal e desapareceu completamente. Uma variante desse tipo recebe o acréscimo da torre, semelhante à moradia fortificada usual entre os nobres da Europa medieval. Essa torre era erguida perto da casa, independente dela, mais alta e, às vezes, construída com materiais mais resistentes do que os utilizados na própria morada.

Com menor frequência aparece nessa mesma iconografia uma casa de maior porte, construção mais sólida, com dois corpos que sobressaem no mesmo plano da fachada, como se fossem duas pequenas torres ladeando uma *loggia* central de arcos plenos. Nesse caso, o telhado é complexo e lembra os do tipo tesouro do Algarve português. Pela composição de seu volume, lembra casas senhoriais da região do Minho, em Portugal. Era desse tipo a casa-grande do engenho Megaípe, que existiu em Pernambuco até 1928, quando foi dinamitada pelo seu proprietário para impedir que fosse classificada como monumento estadual. Além da tradição, não existe documento algum que comprove a data de construção dessa casa. Um engenho com o mesmo nome já existia no século XVII, o que não significa que a casa fosse desse período, no entanto, a sua planta baixa lembra uma outra casa de engenho, em Cachoeira, na Bahia, datada de 1683. Trata-se da casa-grande do engenho de José Rodrigues Adorno, já bastante modificada, mas que ainda deixa perceber a planta original caracterizada por um pátio interno. Esse pátio viria a ser uma das marcas das casas-grandes dos engenhos baianos do século XVIII, como a do engenho Freguesia. Sobrados de grandes dimensões, essas casas tinham, no mínimo, dois pavimentos e não possuíam alpendres.

Dessas construções, datadas do século XVIII, só restou, em Pernambuco, a casa-grande do engenho Poço Comprido, em Vicência. Casa sem pátio interno, com dois pavimentos e conjugada à capela. Tem o telhado em



Acima. CASA-GRANDE SEISCENTISTA (demolidada) do engenho *Megaípe*, em Muribeca (PE).
Fonte: Departamento de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco, Recife (PE).
Plantas do mesmo engenho *Megaípe*. Fonte: Tese de livre-docência defendida por Luiz Saia, em 1958, sob o título: *Residências rurais no Brasil Colônia*.

Abaixo. CASA-GRANDE DO ENGENHO EMBIARA, Cachoeira (BA).





Acima. FAZENDA QUISSAMÃ, litografia de Victor Frond, 1861. Por essa imagem parecem ter coexistido duas casas-grandes: uma primeira com alpendre entalado e uma segunda, monolítica e neoclássica. *Álbum de Vistas*, Paris: Lemercier. Coleção Thereza Christina Maria, in Ribeyrolles, Charles. *Brasil pitoresco*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. SALÃO DA CASA GRANDE DO ENGENHO FREGUESIA, Candeias, Recôncavo Baiano (BA).



quatro águas e uma escada externa que conduz a um alpendre construído ao longo da fachada principal, o que é uma característica das casas dos engenhos pernambucanos desse período. Casas como essas podem ser encontradas em fazendas contemporâneas em São Paulo, Minas Gerais e em quintas do norte de Portugal.

Do mesmo período, sobrevive em Quissamã, no norte do Rio de Janeiro, a casa de Mato do Pipa. Térrea, com telhado em quatro águas, alpendre embutido na parte central da fachada principal, filia-se, evidentemente, ao partido das casas conhecidas em São Paulo como casas bandeiristas. Igualmente desse tipo é a casa da fazenda Quissamã, embora tenha acabamento mais elaborado.

Ainda nessa mesma região e no século XVIII, as famílias dos donos dos engenhos moravam em cômodos contíguos aos da fábrica, tudo sob um mesmo teto. Ali, ao se iniciar a cultura da cana-de-açúcar, a maioria dos membros da família se integrava às atividades produtivas, com poucos escravos, ou nenhum. Ao contrário das demais regiões do país, a produção de açúcar em Campos começou em pequenas propriedades, o que explicaria o fato de moradia e fábrica ficarem sob a mesma cobertura. Arranjo arquitetônico semelhante ocorreu nos também pequenos engenhos de açúcar do litoral norte paulista no século XVIII.

A partir da primeira década do século XIX, com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro e a imediata abertura dos portos às nações amigas, em 1808, a vida transforma-se consideravelmente em algumas cidades e em certas áreas rurais do Brasil. Oito anos depois chegava a Missão Artística Francesa. A partir de então, são introduzidas nos engenhos de açúcar as máquinas a vapor d'água para as moendas das canas. As locomotivas que, a partir de meados do século XIX, puxariam os vagões pelas ferrovias, levando

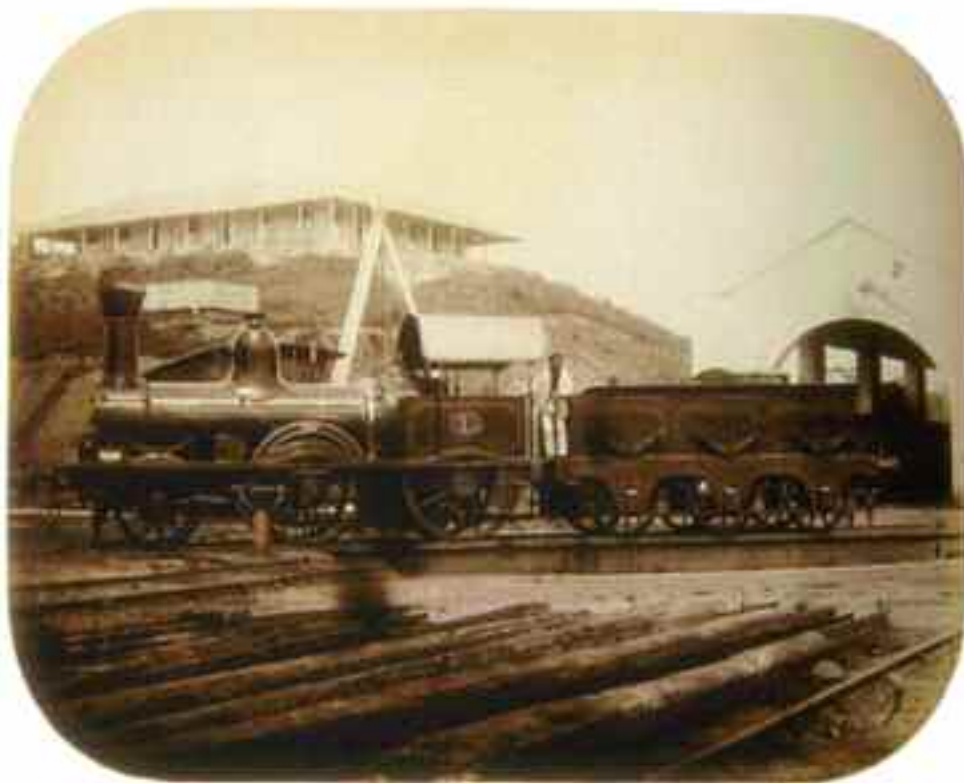
o açúcar aos portos de embarque para a Europa, também eram movidas a vapor d'água. Desfazia-se o isolamento do Brasil Colônia. O Império parecia ávido de novidades e elas não paravam de chegar.

Três tipos de casa-grande de engenho surgiram no século XIX: o bangalô, o sobrado neoclássico e o chalé. O primeiro, assim denominado por nós em virtude de sua semelhança com o *bungalow* anglo-indiano, era um edifício de porte médio e térreo, mas como, em geral, era erguido em meia encosta, podia ter um porão semi-enterrado. A propósito, a distância em relação ao solo natural era recomendada como forma de isolamento da umidade do solo. O telhado, sempre em quatro águas, estendia-se no mesmo plano inclinado, para cobrir também os alpendres que acompanhavam as três fachadas da casa. Em geral, esses alpendres eram interrompidos por compartimentos fechados nas extremidades do "U" formado pela planta, reaparecendo na parte posterior, como um alpendre embutido que funcionava enquanto prolongamento da área de serviço. As colunas que suportavam os telhados, nos alpendres, podiam ser de alvenaria de tijolos, madeira, e até mesmo de ferro, sem que o tipo arquitetônico se descaracterizasse. Em alvenaria de tijolos, elas seguiam habitualmente a ordem toscana e eram executadas com tijolos especiais em forma de quarto de círculo ou de meio círculo.

O alpendre é o ambiente mais bem-cuidado dessas casas e sua concepção ter-se-ia inspirado, segundo Joaquim Cardoso, nos pavimentos superiores dos claustros dos conventos franciscanos construídos no Nordeste brasileiro. É uma hipótese respeitável, mas convém observar que casas desse tipo já



Acima. CASA-GRANDE DO ENGENHO SAPUCAJI, Escada (PE).



Acima. SEGUNDA LOCOMOTIVA QUE TRAFEGOU NO BRASIL. Aspecto da construção da estrada de ferro do Recife-São Francisco, construída entre 1858 e 1860. Ao fundo, um *bungalow*.



Acima. CASA DA FAZENDA COLUBANDÊ, São Gonçalo (RJ).

Abaixo. CAPELA DA FAZENDA COLUBANDÊ.



existiam, em meados do século XVIII, no Caribe, de onde importamos muitas inovações tecnológicas para a fabricação do açúcar e beneficiamento de café. A propósito, a fazenda Colubandê, em São Gonçalo, Rio de Janeiro, possui, além das características citadas, um pátio interno, como as casas rurais de origem espanhola. Sua planta é semelhante à da casa rural típica de Cuba no século XIX. São desse tipo as casas-grandes dos engenhos Pimentel e Caeté, na Bahia, e dos engenhos Sapucaji, Morim e Camarão, em Pernambuco.

O sobrado neoclássico no engenho pouco difere do seu congêneres urbano. É um edifício de grande porte, com um programa de atividades complexo e distribuído em dois pavimentos, coberta em quatro águas, planta retangular com eventuais puxadas na fachada posterior para abrigar serviços. Nunca tem alpendre e raramente dispõe de escada externa. É a última expressão do poder dos senhores de engenho e se resume a poucos exemplares. A força de sua imagem na paisagem rural é ainda impressionante. Foi a planta de uma casa desse tipo, a do engenho Noruega, em Pernambuco, desenhada em perspectiva pelo pintor Cícero Dias, que Gilberto Freyre usou como a sugestiva ilustração de sua monumental obra *Casa-grande & Senzala*. As casas-grandes do engenho Airizes e do Solar da Baronesa, ambos em



Campos; dos engenhos Moreno e Gaipió, em Pernambuco, e do engenho Freguesia, na Bahia, são exemplares desse tipo.

O chalé aparece no meio rural já no fim do século XIX. É um edifício de porte médio e pode ter planta semelhante à do bangalô. Sua característica marcante é o telhado em duas águas com cumeeira perpendicular ao plano da fachada principal. Os alpendres laterais em forma de "U" são sempre cobertos por telhados mais baixos e independentes do telhado principal. Não são raros os que possuem janelas e portas com bandeiras ogivais, tímidas manifestações do neogótico, que eram empregadas nas cidades, ao lado de outras expressões formais de um vocabulário eclético. São exemplos desse tipo de construção as casas-grandes dos engenhos São José, no Rio de Janeiro, e dos engenhos Preferência, Bastiões e Jundiá, em Pernambuco.

Nem todos os tipos de arquitetura mencionados são encontrados ou tiveram sua existência registrada em todas as regiões onde se instalaram engenhos de açúcar. Alguns são, evidentemente, excepcionais, como a casa-grande de ferro de procedência belga, do antigo engenho São João, montada no Recife, em fins do século XIX.

Acima. CASA-GRANDE DO ENGENHO SÃO JOÃO, Recife (PE). Componentes arquiteturais pré-fabricados na Bélgica.

Abaixo. ESCADA METÁLICA da casa-grande do engenho São João.





Acima. IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO, Cachoeira (BA). As igrejas dessas irmandades, não raro, superavam em riqueza ornamental de suas fachadas e interiores, as igrejas dos conventos das ordens religiosas.

Abaixo. CLAUSTRO DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO, Salvador (BA).



O EDIFÍCIO RELIGIOSO

O valor simbólico da Igreja Católica na civilização do açúcar fica evidente quando se verifica que as capelas dos engenhos eram os edifícios mais bem-cuidados, duradouros e, muitas vezes, enriquecidos com obras-de-arte de talha dourada e multicolorida, azulejaria e pintura.

A riqueza proporcionada pela exportação do açúcar custeou, também, a construção de vários edifícios das ordens religiosas que se instalaram no Nordeste brasileiro no período colonial. As diferenças que existem entre a arquitetura religiosa realizada naquela região e a edificada nas Minas Gerais não se devem à natureza da fonte de recursos que permitiu a sua construção. As técnicas construtivas utilizadas nas diferentes regiões se justificam pela disponibilidade de materiais de construção, mas isso não se aplica aos materiais mais nobres de revestimento. É compreensível que as igrejas mineiras tenham suas paredes e forros cobertos com talhas de madeira revestidas com

folhas de ouro. Mas, como explicar, por sua vez, que a capela da Ordem Terceira do Carmo, em Cachoeira, na Bahia, a capela da Ordem Terceira de São Francisco, no Recife, a nave da igreja do convento franciscano de Salvador, o altar-mor da igreja do convento beneditino de Olinda, a catedral de Salvador (Companhia de Jesus) tenham acabamento mais suntuoso, mais dourado (literalmente) do que as igrejas mineiras, senão pelos lucros com a exportação do açúcar? Stuart Schwartz demonstra bem essa diferença nos lucros entre uma economia e outra:

“... apesar de uma tendência da historiografia brasileira de apresentar um ciclo do açúcar seguido por um ciclo do ouro, mesmo no auge do período aurífero a renda proveniente do açúcar foi sempre maior que a do ouro ou a de qualquer outro produto. Em 1790, quando as exportações do Brasil foram avaliadas em 4,8 mil contos de réis o açúcar respondeu por 50% desse total e o ouro por 46%” (SCHWARTZ, 1988, p. 189).

Ademais, se a facilidade de comunicação das cidades do açúcar com Portugal, provavelmente, determinou a transposição de modelos arquitetônicos da metrópole, não é menos verdade que, no nordeste açucareiro brasileiro, surgiu, no período colonial, uma arquitetura religiosa singular e sem similar em qualquer outra região dentro e fora da Colônia. Arquitetura denominada por Germain Bazin, como a escola franciscana do Nordeste, cuja originalidade desponta como uma feliz exceção à referida transposição de modelos. O convento franciscano de João Pessoa, na Paraíba, é o exemplar mais representativo dessa escola. Não se pode, entretanto, dizer que essa escola tenha algo a ver com a produção do açúcar, mas ela somente se manifesta no Nordeste açucareiro.

Partia dos senhores de engenho e, mais ainda, dos comerciantes que mais ganhavam com a produção do açúcar, a iniciativa de ajudar também na construção dos templos urbanos. Participar da construção de um templo significava angariar a simpatia do clero e, quem sabe, um salvo-conduto para o reino dos céus, o que nos remete para as indulgências medievais na Europa. Essa participação também poderia garantir o privilégio de sepultamento em solo sagrado e, em alguns casos, condicionava a doação. A participação dos senhores de engenho e dos comerciantes se dava até pela doação de caixas de



Acima. CLAUSTRO DO CONVENTO SANTO ANTÔNIO, João Pessoa (PB).

Abaixo. CAPELA-MOR DA IGREJA DO CONVENTO CARMELITA, Recife (PE).





Acima. *Igreja e Colégio dos Jesuítas, EM SALVADOR (BA)*. Litogravura de Victor Frond, 1861. In: Ribeyrolles, Charles. *Le Brésil pittoresque, Paris. Lemercier 1861*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. *PÁTIO DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO, Salvador (BA)*.



açúcar, como aconteceu na construção da igreja dos jesuítas em Salvador, hoje catedral metropolitana. Não há registro de interferência dos doadores na concepção dos projetos de arquitetura, definidos sempre pelas ordens religiosas ou pelas irmandades.

Os doadores de bens para a construção de igrejas faziam questão, em vida, de ver prontos os altares onde se rezariam missas em seu louvor e os jazigos onde seriam enterrados e, como era grande a sua vaidade, chegavam a exigir que as obras de cantaria fossem executadas em Portugal, o que não significava grandes aumentos de custos porque essa carga

vinha como lastro imprescindível das embarcações.

Mas as ordens religiosas não dependiam somente dessas doações. Não raras vezes produziam suas próprias rendas para custear a construção de suas casas.

“Não é de estranhar que Fernão Cardim, em 1604, tivesse pensado na criação de uma empresa a fim de conseguir os recursos para edificar novo templo. Construiu o engenho da Assunção no Rio da Trindade, com o fim expresso de angariar os indispensáveis meios econômicos para a igreja nova” (LEAL, 2002, p. 71).

A ordem dos jesuítas não era a única a buscar na produção de açúcar os lucros de que necessitava para os seus investimentos.

“...as instituições religiosas no Brasil dependiam das plantations de açúcar e de fazendas de gado e, até certo ponto, de propriedades urbanas para gerar a renda necessária ao seu funcionamento. Jesuítas e beneditinos, principalmente, eram grandes proprietários de terras e escravos.” (SCHWARTZ, 2002 p. 282).

Pelo seu envolvimento nos negócios do açúcar, a Ordem Beneditina, destacou-se das demais.

“Nos meados do século XVIII, os beneditinos possuíam onze engenhos; dois na Bahia, três em Pernambuco, quatro no Rio e dois na Paraíba do Norte. Como

os jesuítas, embora em menor escala, os beneditinos brasileiros financiavam suas atividades com fazendas e engenhos baseados na mão-de-obra escrava”
(SCHWARTZ, 1963, p. 30).

Essa riqueza está expressa, principalmente, na concepção artística e no douramento de belíssimos altares das suas igrejas, que nada têm a dever à opulência das igrejas mineiras, por exemplo.

“Com relação à Bahia, no período 1789-1793, o açúcar produziu mais de 2/3 dos rendimentos da Ordem (beneditina) e mais da metade nos anos 1796-1800”
(SCHWARTZ, 1963, p. 33).

A Ordem dos Carmelitas foi a que menos possuiu engenhos dos quais pudesse auferir rendimentos, mas se beneficiou com os donativos de senhores de engenho e de comerciantes. O Hospício de Nossa Senhora do Carmo, no Recife, foi construído com substancial ajuda do capitão Diogo de Vasconcelos, senhor do engenho São Francisco da Várzea que, por meio de escritura pública, lavrada em 18 de agosto de 1695, declarou:

“Que querendo os religiosos de Nossa Senhora do Carmo fazer uma igreja nova e convento no sítio da Boa Vista, se havia obrigado com os mesmos religiosos em mandar fazer a capela-mor da dita igreja à sua custa e despesa, com as obrigações e cláusulas seguintes: que ele outorgante será padroeiro da dita capela-mor, e na mesma forma serão seus herdeiros, que se obrigava a assistir com a despesa que se fizer com toda a obra da capela-mor com a sua tribuna, concorrendo com 200\$000 anuais, a começar da quota de seiscentos e oitenta e sete até ser paga toda a despesa do custo da dita obra, e daí por diante, se obriga a dar anualmente setenta mil réis em dinheiro de contado para ornato da dita capela-mor, que constará de um retábulo dourado segundo pedir a dita capela com sua tribuna, e constará de três ornamentos inteiros e ricos, e assim seis castiçais e uma lâmpada de prata, duas alcatifas e algum necessário ornato que mais preciso for, saindo tudo dos ditos setenta mil réis...” (PEREIRA DA COSTA, 1976, p. 123).



Acima. IGREJA DO CONVENTO DO CARMO, Olinda (PE).

Abaixo. CAPELA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO, Salvador (BA).





Acima. CONVENTO FRANCISCANO, São Cristóvão (SE).

Abaixo. CAPELA-MOR da igreja do mosteiro de São Bento, Olinda (PE).



Além de contribuir para a construção das igrejas e conventos das ordens religiosas os senhores de engenho e os comerciantes urbanos construíam, como irmãos leigos das ordens terceiras, os próprios templos, dentre os quais se encontram verdadeiras jóias da arquitetura religiosa no Brasil.

“A Ordem Terceira de São Francisco era, na Bahia, a favorita dos produtores agrícolas aristocratas, que usavam a proibição do ingresso de cristãos-novos como forma de deixar de fora os mercadores. Esses, por sua vez, preferiam a Ordem Terceira dos Carmelitas. Já, em Recife, os mercadores controlavam de tal maneira a Ordem Terceira de São Francisco que os produtores agrícolas eram obrigados a pagar o dobro da taxa de ingresso para serem admitidos como irmãos” (SCHWARTZ, 2002 p.278).

Edifícios religiosos de grande porte, ornamentados com luxo e também solares e sobrados de dimensões consideráveis foram construídos também em cidades de porte médio, como Cachoeira, na Bahia, São Cristóvão e Laranjeiras em Sergipe, Igarauçu e Goiana, em Pernambuco.

O altar-mor da igreja do mosteiro de São Bento, em Olinda, a capela da Ordem Terceira de São Francisco, Recife, mais conhecida como Capela Dourada, o altar-mor da igreja do convento franciscano de Salvador e a capela-mor da Ordem Terceira do Carmo, em Cachoeira, Bahia, são os exemplos exponenciais da pompa com que se revestiam os interiores das igrejas construídas graças à riqueza proporcionada pelo açúcar.

SOBRADOS E SOLARES

Como dito anteriormente, os senhores de engenho não viviam somente em suas propriedades rurais. Dada à natureza da comercialização do açúcar, essencialmente produzido para exportação, os negócios que se faziam nas cidades portuárias

nordestinas exigiam o seu acompanhamento e a sua presença física.

As casas dos senhores de engenho nas cidades distinguiam-se das demais, ao menos pelo número de pavimentos. Um senhor de engenho não residia em uma casa térrea, morava em sobrado, evidência de *status* social e econômico.

Não somente os senhores de engenho enriqueceram com a produção e exportação do açúcar de cana. Os comerciantes, menos sujeitos às oscilações de preço do açúcar no mercado internacional, via de regra, lucravam sempre e, não raras vezes, tiveram sob seus domínios senhores de engenho endividados e com dificuldades para pagar o financiamento da colheita da cana e da produção do açúcar. A aura de onipotência com que foram caracterizados os senhores de engenho nem sempre correspondeu à realidade. No campo, provavelmente, os senhores de engenho eram donos da terra e da gente, para todos os fins. Nas cidades, os senhores de engenho, quando se limitavam a essa atividade, eram respeitados, mas não podiam tudo, principalmente em confronto com os comerciantes.

Senhores de engenho com residências suntuosas nas cidades também eram criadores de gado, proprietários de imóveis urbanos. A diversificação de atividades, contudo, não escondia a importância da produção de açúcar. Como o preço do açúcar oscilava no mercado internacional, as outras atividades dos senhores de engenho garantiam a sua estabilidade econômica.

Sobrados existiram por todo o Brasil Colônia e é possível distinguir variações regionais nesse tipo arquitetônico.



Acima. CAES DA RUA DO TRAPICHE, litogravura de Luis Schlappriz e F.H. Carls, século XIX. Museu do Estado de Pernambuco, Recife (PE).

Abaixo. CASA-GRANDE DO ANTIGO ENGENHO MADALENA, Recife (PE).





Acima. Vista de Recife e Olinda (PE). À direita, a torre da igreja da Misericórdia. Litografia de W. Bassler, Dresden, 1847. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. SOBRADOS “MAGROS” NO BAIRRO DO RECIFE, na cidade de mesmo nome.



Assim, existiria um sobrado mineiro, um maranhense, um pernambucano e um baiano. Os sobrados baianos e pernambucanos foram construídos com recursos advindos da comercialização do açúcar, com certeza. As variações do tipo, na Bahia e em Pernambuco, poderiam ser atribuídas à riqueza proporcionada pelo açúcar? Poder-se-ia falar em uma arquitetura urbana do açúcar?

O sobrado recifense teria como características principais ser magro e alto e ter a cobertura em duas águas bastante inclinadas e o seu sótão utilizado como cozinha. Esses sobrados, por vezes, atingiram seis pavimentos. Sobrados magros e altos já existiam em Portugal, mas essas características, no Recife, explicam-se pela exigüidade do espaço urbano firme e próprio para construção. Levantamentos cartográficos da cidade do Recife, efetuados pelos holandeses no século XVII, mostram quanto terreno se ganhou com os aterros, especialidade dos holandeses nas suas terras baixas de origem. Um poeta pernambucano, Carlos Pena Filho, chegou a dizer que, “no Recife, o que não é água, já foi”.

A forte inclinação dos telhados desses sobrados chegou a ser caracterizada como cópia dos seus homônimos holandeses, esperando a queda de neve. Na realidade, essa inclinação era necessária para a utilização do sótão, e o fato de se localizar ali a cozinha se explica pela abundância da mão-de-obra escrava e pela exaustão da fumaça dos fogões pelo telhado sem forro.

“A menos que a cozinha alta venha a ser de fato uma invenção pernambucana, não é de somenos lembrar que tal hábito era às vezes seguido em Portugal, talvez como consequência remota do costume mourisco de vida sobre os terraços que cobriam as casas. James Murphy, em 1789, viu no Porto cozinhas usually placed in the attic story enquanto William Bromley, já em 1624, havia dito que as cozinhas de Lisboa ficavam all above stairs” (SMITH, 1969, p. 52).

Muito antes do sobrado recifense, que poderia ter recebido uma discutível influência holandesa, foram construídos sobrados na cidade de Olinda. O luxo ostentado pelos senhores de engenho residentes nessa cidade poderia ter se refletido em suas moradas, mas poucas delas restaram para confirmar essa assertiva. Alguns sobrados olindenses, provavelmente construídos antes da invasão holandesa, chegaram até nossos dias e nenhum deles é magro e alto, como os do Recife. Quando Pernambuco foi invadido pelos holandeses, o Recife não passava de uma aldeia de pescadores, mas gravuras seiscentistas revelam a existência ali de sobrados.

“O inventário das casas na vizinha cidade do Recife, preparado pelo provedor da real fazenda Cosme da Costa Passos, em 1654 (partida dos holandeses), inclui certo número de moradas “com cunbais de pedra” construídas pelos portugueses antes da invasão holandesa e refere-se a outras na ilha de Antonio Vaz, com seus “portais de pedra nas portas e janelas”, algumas das quais descreve especificamente como “humas casas de sobrado, fronteiras à ponte que vai para o Recife, com varandas de taboas pela frontaria de pedra e cal, obra portuguesa e antiga” (SMITH 1969, p. 45).

A técnica construtiva pode ter sido o que diferenciou, em Pernambuco, os sobrados de construção portuguesa dos sobrados edificados pelos holandeses. Quando se trata de construções portuguesas, percebe-se a ênfase na referência às cercaduras em pedra de seus vãos.



Acima. CASA COM BALCÃO em treliças de madeira e cachorros de pedra na rua do Amparo, Olinda (PE). Provavelmente este balcão era fechado, configurando, assim, um muxarabi de origem árabe.

Abaixo. CASA COM BALCÃO em treliças de madeira no pátio de São Pedro, Olinda (PE).





Acima. PORTADA DO SOLAR SALDANHA, Salvador (BA).

Abaixo. SOLAR SÃO DAMASO, Salvador (BA).



Comprovadamente do século XVII, embora ainda não seja possível precisar se sua construção seja anterior ou posterior à presença holandesa, uma casa no pátio de São Pedro, em Olinda, pode ser considerada como típica das construções portuguesas.

“No andar térreo da referida casa há, em vez de três portas idênticas como se fazia mais comumente, duas portas separadas por uma janela, disposição esta encontrada em pelo menos sete outras casas antigas de Olinda e Recife, e bem pode ser uma característica da primitiva arquitetura pernambucana, pois o mesmo acontece em outras casas de Goiana e Igaráçu” (SMITH, 1969, p. 46).

O fato de existir uma janela no pavimento térreo indica o uso predominantemente residencial dessa casa, diferente dos sobrados recifenses que somente dispõem de portas no pavimento térreo.

“O inventário de 1654 evidencia o fato de a maioria das antigas casas do Recife terem no andar de baixo lojas, onde a família, que morava no sobrado estabelecia seus negócios, costume este que se pode notar através de todo o mundo português e observado freqüentemente pelos viajantes de outros tempos em Portugal, no Brasil e em Gôa” (SMITH, 1969, p. 47).

Outra cidade onde se registra a construção de vários exemplares imponentes da arquitetura civil no período colonial é Salvador, na Bahia. Nesse caso, não resta dúvida alguma que se pode atribuir a sua construção à riqueza proporcionada pela produção e exportação do açúcar, isto é, à riqueza dos senhores de engenho e dos comerciantes. Os sobrados e solares erigidos em Salvador foram, sem sombra de dúvida, os mais expressivos exemplares da arquitetura civil realizada nas regiões açucareiras.

“Pela segunda metade do século XVII, tornaram-se mais comuns, em Lisboa, as casas altas com os aposentos principais no andar superior, e as ladeiras estreitas e íngremes por trás de São Roque no Bairro Alto, assim como as subidas da Alfama encheram-se de solares imponentes e severos, cada qual a querer subir mais alto do que o outro a fim de melhor avistar o soberbo estuário do Tejo. Não é, pois, de surpreender que, na cidade de Salvador, cuja topografia se assemelha à da velha Lisboa, se viesse a construir de maneira análoga” (SMITH, 1969, p. 81) (grifo nosso).

Os solares imponentes e severos, de fato, diferenciam-se dos sobrados magros e altos recifenses e pertenceriam à família tipológica das primeiras residências de Olinda, mas, no caso de Salvador, as casas são de maiores dimensões, refletindo as maiores posses dos seus donos. Uma boa parte dos solares baianos constitui-se de sobrados isolados na trama urbana, recebendo suas quatro fachadas tratamento apurado. Sobrados com tais dimensões e volumes somente viriam a ser construídos em outra cidade igualmente portuguesa no Brasil – São Luiz, no Maranhão.

Alguns solares e sobrados baianos têm plantas que tendem para o quadrado – como, em Salvador, os solares do Barão do Rio Real, Berquó, Jequitaia, do Conde dos Arcos, Saldanha e Bandeira – e não para retângulos compridos, como é o caso dos sobrados do atual bairro do Recife, onde havia poucos terrenos firmes. Nesse caso, a solução das cobertas mais racional é em duas águas, uma voltada para a rua e a outra para os fundos.



Acima. PORTAL DO SOLAR DO FERRÃO, rua Gregório de Matos, Salvador (BA). O segundo mais antigo de Salvador, construído no século XVII. Em 1756, foi transformado em seminário jesuíta. Bem mais tarde, nele funcionou o Centro Operário. No final dos anos 1970 passa a sediar a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).



Ao lado. CASA DOS SETE CANDEEIROS, Salvador (BA). Sua denominação decorre dos sete candeieiros de azeite que foram pendurados na sua fachada, em 1808, por ocasião da estada da corte de d. João VI. Foi mandado construir por Inácio Aprígio da Fonseca Galvão, que fez esculpir seu brasão sobre a portada. Durante um tempo, abrigou o seminário jesuíta e pertenceu depois à Santa Casa de Misericórdia. Hoje integra o circuito de museus da capital baiana.



Acima. SOLAR DO UNHÃO, Salvador (BA). Conjunto constituído pelo solar, capela de Nossa Senhora da Conceição, por senzala, cais de embarque e aqueduto.

As plantas que tendem para o quadrado, naturalmente, criam áreas internas sem iluminação, o que determina, em alguns casos, como no solar Berquó e no Paço Arquiepiscopal, o aparecimento de pátios descobertos. As escadas dos sobrados, de qualquer tipo, eram internas. A imponente escada externa do solar do Conde dos Arcos, hoje envolvido pelo tecido urbano, justifica-se porque na época em que foi construído o seu terreno estava situado no subúrbio.

A marca mais notável dos sobrados baianos, no entanto, é a beleza das suas portadas, a maioria executada em pedra local e algumas, mais requintadas, em pedra lioz. Robert Smith divide essas portadas em duas categorias, "na primeira, a portada é emoldurada apenas por uma guarnição retangular encimada por uma cimalha reta (...) A segunda categoria de portadas baianas caracteriza-se pelo emprego de frontões curvilíneos rompidos pelas empenas que criam volutas" (SMITH, 1969 p. 83).

Como observamos, os tipos de residência urbana das regiões em que se produziu açúcar não são muito variados e a única característica que eles têm em comum é o fato de terem sido construídos com a riqueza criada com a produção e exportação de açúcar.

Abaixo. LARGO DO PELOURINHO, Salvador (BA).



DO ENGENHO À USINA

A arquitetura industrial dos antigos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro assumiu, desde o século XVII, características singulares que procuramos demonstrar, considerando as técnicas construtivas e os partidos arquitetônicos dos seus principais edifícios: a fábrica, a senzala, a casa-grande e a capela. O sentido de alguns desses edifícios se perdeu, em fins do século XIX, com a abolição da escravatura e com o advento, primeiro, dos engenhos centrais, unidades industriais que se limitavam a processar as canas fornecidas pelos engenhos e, depois com as usinas, que passaram a adquirir a cana plantada e colhida pelos engenhos, a partir de então reduzidos à condição de meros fornecedores de matéria-prima.

A riqueza proporcionada pela exportação do açúcar beneficiou também e, principalmente, os habitantes das cidades, haja vista os interiores das igrejas das cidades portuárias do Nordeste, cujo esplendor, em alguns casos, supera a exuberância das naves douradas e policromadas das igrejas mineiras do século XVIII. A beleza quase intacta das igrejas e a monumentalidade dos sobrados construídos no Nordeste no período colonial são o testemunho mais eloqüente do que se poderia denominar uma arquitetura do açúcar.

Abaixo. ENGENHO CENTRAL DO PORTO REAL, antigo distrito do município de Resende (RJ), inaugurado em 1885.



GARIMPO EM MINAS GERAIS

PORTINARI

painel a óleo/tela, Portinari, 1956, 199x149cm.

Coleção Banco Central, Brasília, DF





MYRIAM ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA

ARQUITETURA DA MINERAÇÃO NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E GOIÁS

DA FEBRE DO OURO AO DECLÍNIO DA MINERAÇÃO

A descoberta de jazidas de ouro no interior da Colônia, no hoje Estado de Minas Gerais, por Antônio Rodrigues Arzão e outros bandeirantes provenientes de São Paulo, deu-se ainda nos últimos anos do século XVII, entre 1693 e 1695. A ocupação da área iria processar-se com grande rapidez, tendo em vista o fluxo migratório desencadeado pela corrida do ouro. Segundo o jesuíta Antonil, por volta de 1709, cerca de 30 mil pessoas já haviam se estabelecido na região.¹ Dois anos mais tarde, foram instituídas suas primeiras vilas e freguesias: as de Ribeirão do Carmo, atual cidade de Mariana, Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e Vila Real de Sabará. Já, então, os paulistas, primeiros ocupantes da região, haviam sido suplantados em número por migrantes provenientes de outras regiões do Brasil e por um forte contingente de portugueses, originários principalmente das províncias portenhas do Minho e Douro.

Conflito inevitável pela posse das lavras de ouro, conhecido como Guerra dos Emboabas, irrompe em 1707, opondo os pioneiros paulistas aos adventícios. Sua principal consequência seria a primeira medida efetiva tomada pelo governo português para organizar administrativamente a região das minas, instituindo, em 1709, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com aparato legislativo e judiciário



próprios. Na década seguinte, outro conflito de amplas proporções, a chamada "Rebelião de Vila Rica", contra os extorsivos sistemas de tributação, teria como resultado nova medida de organização administrativa: a criação, em 1720, da capitania independente de Minas Gerais, com sede em Vila Rica, atual Ouro Preto, onde passaram a residir os governadores nomeados.

A derrota sofrida na Guerra dos Emboabas determinara, entretantes, o deslocamento dos bandeirantes paulistas para outras áreas interioranas, estendendo o Ciclo da Mineração aos territórios de Mato Grosso e Goiás.

Em 1718, foram localizadas jazidas no leito do rio Cuiabá e quatro anos mais tarde no rio Vermelho, onde o bandeirante Bartolomeu Bueno fundou o arraial de Santana, erigido em vila, em 1739, com o nome de Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás. Bartolomeu Bueno também fundou os arraiais de Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte, atual Pirenópolis, e Nossa Senhora

Acima. VISTA DE OURO PRETO, (MG). A cidade resulta da fusão de três arraiais mineradores, reunidos em 1711 para constituir a antiga Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar. O ponto de referência para a localização das minas era o pico do Itacolomi, que domina a acidentada paisagem urbana da cidade.

Página ao lado. Goiás, antiga Vila Boa, capital da Capitania de Goiás, litografia de Axmann, desenho de Thomas Ender, baseado em croquis de J. E. Pohl, 1819. In: Viagem pelo interior do Brasil, de Johann Emanuel Pohl. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, MES, 1955. IHGB, Rio de Janeiro (RJ).



Acima. MAPA DO BRASIL, COM A IDENTIFICAÇÃO DAS VILAS e povoados das zonas de mineração do ouro e de diamantes.

Acima. EM 1776, A POPULAÇÃO DA CAPITANIA DAS MINAS GERAIS NAS QUATRO COMARCAS DE VILA RICA (OURO PRETO), RIO DAS VELHAS (SABARÁ), RIO DAS MORTES (SÃO JOÃO DEL REI) E SERRO FRIO (SERRO), FOI AVALIADA EM 319.769 "ALMAS CATÓLICAS".

Abaixo. LAVAGEM DO OURO, c. 1880, MG.



do Pilar, hoje Pilar de Goiás. Em 1749, o governo português instituiu a Capitania de Goiás que, além das vilas citadas, incluía, entre outros, os povoados mineradores que deram origem às atuais cidades de Luziânia, Niquelândia e Jaraguá. Em 1776, a população da Capitania das Minas Gerais nas quatro comarcas de Vila Rica (Ouro Preto), Rio das Velhas (Sabará), Rio das Mortes (São João del Rei) e Serro Frio (Serro),² foi avaliada em 319.769 "almas católicas". Quanto à produção no período áureo da mineração, entre 1730 e 1760 aproximadamente, quantidades superiores a 2.500 quilos de ouro chegavam a ser enviadas, anualmente, a Portugal como pagamento do imposto do quinto.

Em 1789, eclode na capitania o movimento de insurreição que passou à história com o nome de "Inconfidência Mineira". Esse movimento teve como motivo imediato a revolta de uma sociedade diversificada e já organizada em suas bases contra os impostos extorsivos do fisco português sobre uma produção aurífera em declínio e em meio a uma grave crise financeira. Em sentido mais amplo, entretanto, os "inconfidentes" pertenciam, em sua maioria, à elite socioeconômica e cultural da capitania, cujos filhos estudavam

em Portugal e tinham acesso às idéias libertárias. Esses jovens planejavam a independência e a proclamação da República no contexto geral dos ideais racionalistas e iluministas que levaram à independência da América do Norte, em 1776, e à Revolução Francesa de 1789.

O malogro da Inconfidência Mineira, que culminou com a condenação à forca do principal implicado, o Tiradentes, o suicídio do poeta Cláudio Manoel da Costa e o desterro para a África de outros líderes, entre os quais os poetas Tomás Antônio Gonzaga e Inácio de Alvarenga Peixoto, significou o fim da chamada "Arcádia Mineira", associação literária de grande importância no contexto da cultura do período, à qual pertenciam os três poetas condenados.

O nível cultural do grupo que planejou a Inconfidência pode, aliás, ser medido pela participação dos citados escritores, formados em Coimbra, e de sacerdotes, como o padre Correia, em Tiradentes, e o cônego Luis Vieira da Silva, em Mariana. Vieira da Silva era possuidor de uma das melhores bibliotecas particulares da região, na qual figuravam todas as obras importantes do iluminismo francês.³

A Inconfidência Mineira ocorre em um quadro de decadência, sendo importante compreender os reflexos da redução da produção aurífera sobre a região das Minas Gerais. Em sua obra *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado a ela assim se refere:

"Não havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica — à exceção de alguma agricultura de subsistência — era natural que, com o declínio da produção do ouro, viesse uma rápida e geral decadência. À medida que se reduzia a produção, as maiores empresas iam se descapitalizando e desagregando. A reposição da mão-de-obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores. [...] Uns poucos decênios foram necessários para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhada por uma vasta região em que eram difíceis as comunicações e isolando-se em pequenos grupos uns dos outros... Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia."



Acima. MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Construída a partir de 1784, com desenho possivelmente influenciado pela fachada do Capitólio de Roma, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência, é um dos edifícios mais requintados de Ouro Preto (MG).

Abaixo. LAVRA DE DIAMANTE DO CORONEL ALMEIDA E SILVA, em Ribeirão do Inferno (MG). Foto de 1868.





Acima. *Lavagem de Ouro*, litografia de Villeneuve, segundo desenho de Johann Moritz Rugendas, século XIX.

In Voyage pittoresque dans le Brésil. Paris: Engelman & Cie, 1835. IHGB, Rio de Janeiro (RJ).



URBANISMO E ARQUITETURA CIVIL

As características peculiares da exploração do ouro aluvional – minerado nos rios e riachos – favoreceram o assentamento das populações mineradoras em multiplicados núcleos urbanos, desenvolvidos a partir dos acampamentos primitivos que se formavam nas margens dos riachos auríferos e dos pontos de venda onde ia se instalando um comércio incipiente. O traçado pitoresco desses pequenos povoados, com seus arruamentos espontâneos, acompanhando o leito dos rios e subindo pelas encostas, seria uma das contribuições mais características do Ciclo da Mineração à história da arquitetura e do urbanismo no Brasil.

Acima. VISTA DE OURO PRETO (M G). O arruamento de caráter espontâneo, com suas voltas pitorescas e constantes subidas e descidas, acompanha as curvas de níveis das encostas dos morros, ocupados pelos monumentos religiosos e civis de maior destaque. Esta foto, tomada do alto de Santa Efigênia, tem como principais destaques a Matriz de Antônio Dias, na parte inferior, e os monumentos da Praça Tiradentes, mais acima.



Acima. *Perspectiva de Villa Boa de Goyás mandada tirar pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Don João Manoel de Menezes*, original manuscrito, de Joaquim Cardozo Xavier, 1803. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo (SP).



Ao lado. *Planta de Villa Boa, capital da Capitania de Goyás*, levantada por Luis da Cunha Menezes e copiada por Manoel Ribeiro Guimarães, 1782. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Projeto Resgate/MinC.

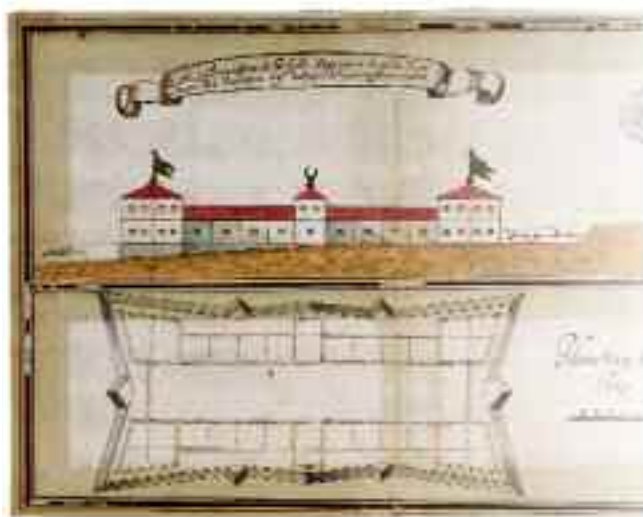
Em Minas Gerais, além das citadas Vila Rica, Sabará e Ribeirão do Carmo, criadas em 1711, deveriam tornar-se centros culturais e artísticos importantes as antigas vilas de São João del Rei (instituída em 1713); Vila Nova da Rainha (1714), atual cidade de Caeté; São José del Rei (1718), atual Tiradentes; Vila do Príncipe (1714), atual cidade do Serro; e o arraial do Tejuco, atual Diamantina. Observe-se que um extenso número de povoações menores surgiu na região no mesmo período, algumas das quais tiveram seu crescimento estagnado com o declínio da mineração na segunda metade do século XVIII, alcançando nossos dias com o aspecto do primitivo arraial, contrastando com a opulência de seus monumentos, a exemplo de Catas Altas e de Santa Rita Durão.

A população da Capitania das Minas Gerais era composta, em sua maioria, por escravos africanos, que forneciam a mão-de-obra básica à árdua labuta da mineração. Entre esses e a minoria branca, formada pelos donos das lavras de ouro, comerciantes e dignatários civis e eclesiásticos, situava-se uma camada

Ao fundo. Extração de diamantes em Curalinbo, litogravura de Maier. In: Atlas de Spix e Martius - 1825-1834. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. PRAÇA DA CAVALHADA NOVA – LARGO DO ANTIGO MERCADO – Diamantina (MG). Localizado num dos sítios mais agradáveis de Diamantina, o antigo mercado tem à sua frente uma grande área pavimentada de pedras, na qual os tropeiros amarravam as mulas que para ali transportavam as mercadorias. O partido arquitetônico é simples, de formato retangular, com arcadas de madeira e pátio central.





Acima. Vista ou Prospectiva de hum dos lados dos quartéis da Villa de N. Sra. do Carmo, Mariana (MG). Joseph Roz. de Oliveyra, 1722. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Projeto Resgate/MinC.

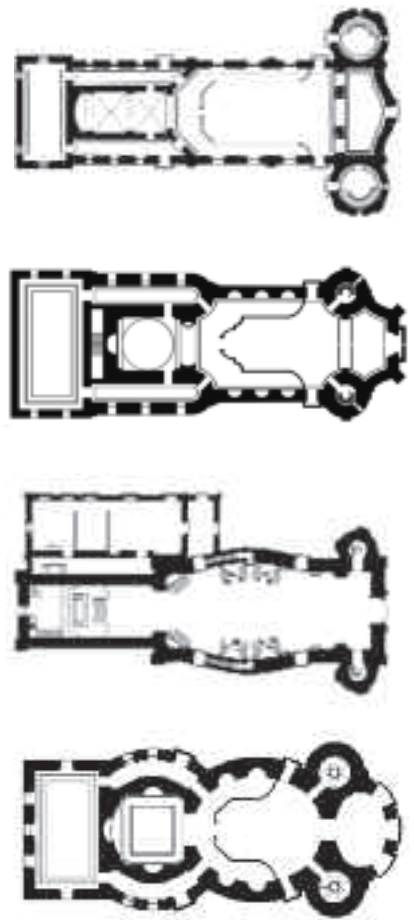
intermediária de mulatos, trabalhadores livres, ocupados, principalmente, em serviços de artesanato urbano e nos chamados "ofícios mecânicos", tais como os de carpintaria, alfaiataria, cutelaria e outros. A atuação desses trabalhadores seria fundamental em Minas Gerais também na esfera da música e das artes plásticas, a eles podendo ser creditados alguns dos aspectos mais originais dessas expressões na região, como bem demonstraram Mário de Andrade, Curt Lange e outros estudiosos da questão.

Se o malogro da Inconfidência Mineira teve conseqüências funestas para a literatura, não teria impacto negativo na esfera das construções de cunho religioso ou civil, que estavam então nas mãos dos mestres-de-obras de origem portuguesa, dirigindo a classe trabalhadora dos oficiais mecânicos, como acontecia em outras regiões da Colônia. A presença de qualificados profissionais portugueses nos canteiros de obras das principais vilas de Minas Gerais seria uma constante ao longo de todo o século XVIII, como revela a documentação da época. Os portugueses dominaram praticamente toda a encomenda arquitetônica e artística no período áureo da mineração, entre 1730 e 1760, aproximadamente. O significado desses mestres-de-obra na história da arquitetura da antiga Capitania das Minas Gerais é muito mais abrangente do que habitualmente se supõe. Atraídos por condições excepcionais de trabalho proporcionadas pela riqueza econômica e desenvolvimento urbano das vilas recém-criadas, começaram a afluir para a região já na segunda década do século XVIII, quando emigraram, entre outros, Manuel Francisco Lisboa e Antônio Francisco Pombal, pai e tio de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, ambos procedentes do bispado de Lisboa.⁴

Por volta de 1735, chegou José Pereira dos Santos, procedente da região do Porto, que deveria assumir o papel de principal concorrente de Manuel Francisco Lisboa nas arrematações públicas. Também do Porto vieram, posteriormente, José Pereira Arouca, autor de uma série de obras importantes na cidade de Mariana, e Domingos Moreira de Oliveira, construtor da igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto. Finalmente, da região de Braga emigraram, entre outros, José Fernandes de Oliveira, arrematante das obras da Matriz do Pilar, de Ouro Preto, Francisco de Lima Cerqueira, que seria o principal construtor na cidade de São João del Rei, e Antônio Pereira de Souza Calheiros, autor dos audaciosos projetos curvilíneos das igrejas de São Pedro dos Clérigos, de Mariana, e Nossa Senhora do Rosário, de Ouro Preto.



Ao lado. MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO PILAR – OURO PRETO (MG). A encomenda arquitetônica e artística no período áureo da mineração foi dominada por profissionais portugueses. Um excelente exemplo é a Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, iniciada em 1731, que teve entre seus construtores o engenheiro militar Pedro Gomes Chaves, Antônio Francisco Pombal (tio do Aleijadinho) e o escultor Francisco Xavier de Brito.



Esses mestres-de-obras mudariam os rumos da arquitetura na região mineira, adaptando-a ao uso da alvenaria de pedra, generalizado a partir de 1740, e treinando mão-de-obra local, incluindo negros forros e mulatos, como o Aleijadinho, cuja atividade foi marcante na geração seguinte. Observe-se que em Goiás e Diamantina, que não atraíram na mesma escala a emigração de profissionais portugueses qualificados, conservaram até fins do século XVIII o uso da taipa e do adobe nas construções, tanto de natureza civil quanto religiosa.

Acima. PLANTAS DE IGREJAS MINEIRAS: (de cima para baixo) Nossa Senhora do Carmo, Ouro Preto; São Francisco de Assis, Ouro Preto; São Francisco de Assis, São João Del Rey; Nossa Senhora do Rosário, Ouro Preto.



A manutenção da taipa e do adobe ao longo de todo o século XVIII é o principal fator de diferenciação da arquitetura colonial de cidades afastadas, como Goiás, Diamantina, Serro e Minas Novas, quando comparadas a Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Sabará e outras da região central da Capitania das Minas, a partir da segunda metade do século. As primeiras são mais esparramadas e coloridas, tendo em vista a predominância de casas baixas e o uso de cores vivas nos beirais, cunhais e esteios de madeira, aflorando na superfície das paredes de taipa caiadas de branco e emoldurando os vãos. As segundas são mais concentradas, predominando os sobrados de dois ou três pavimentos, com janelas superiores enquadradas por balcões isolados, ou unidas por sacadas corridas. Esses balcões, protegidos por guarda-corpos de ferro ou madeira pintada, de grande efeito decorativo, marcam a destinação residencial dos pavimentos superiores, em oposição aos térreos, reservados a depósitos, alojamentos dos escravos ou atividades comerciais.

Segundo Sylvio de Vasconcellos, a configuração urbana das vilas do ouro e dos diamantes em Minas Gerais tem fundamento maior no comércio do que na mineração propriamente dita. Embora o ouro esteja quase sempre na origem, como atestam os seus locais de implantação, muitas vezes montanhosos e de difícil acesso, raramente os arraiais expandiram-se a partir das datas, nome dado aos pequenos lotes distribuídos aos mineradores nas margens dos rios. O sistema usual era a escavação do leito fluvial para a retirada do cascalho aurífero, colocado em seguida nas bateias (bacias rasas) manejadas pelos escravos. Não eram necessárias construções permanentes para esse trabalho, já que as lavras de superfície exauriam-se após um certo tempo, obrigando os trabalhadores a procurar novos depósitos.

Teriam sido, portanto, os caminhos e estradas de acesso às minerações a origem dos primeiros arruamentos, em torno dos pontos de venda para suprimento das necessidades imediatas das populações. Daí o aspecto geralmente alongado e sinuoso dos arraiais auríferos, com sua ermida ou capelinha, construída em situação independente, no centro de um "largo" e não no interior das quadras, como nas povoações litorâneas.⁵

Apenas as cidades de Mariana e Diamantina foram sujeitas a traçados reguladores, segundo a "Lei das Índias". A primeira, em 1745, para sua adaptação à sede do bispado, e a segunda, em virtude do regime fortemente

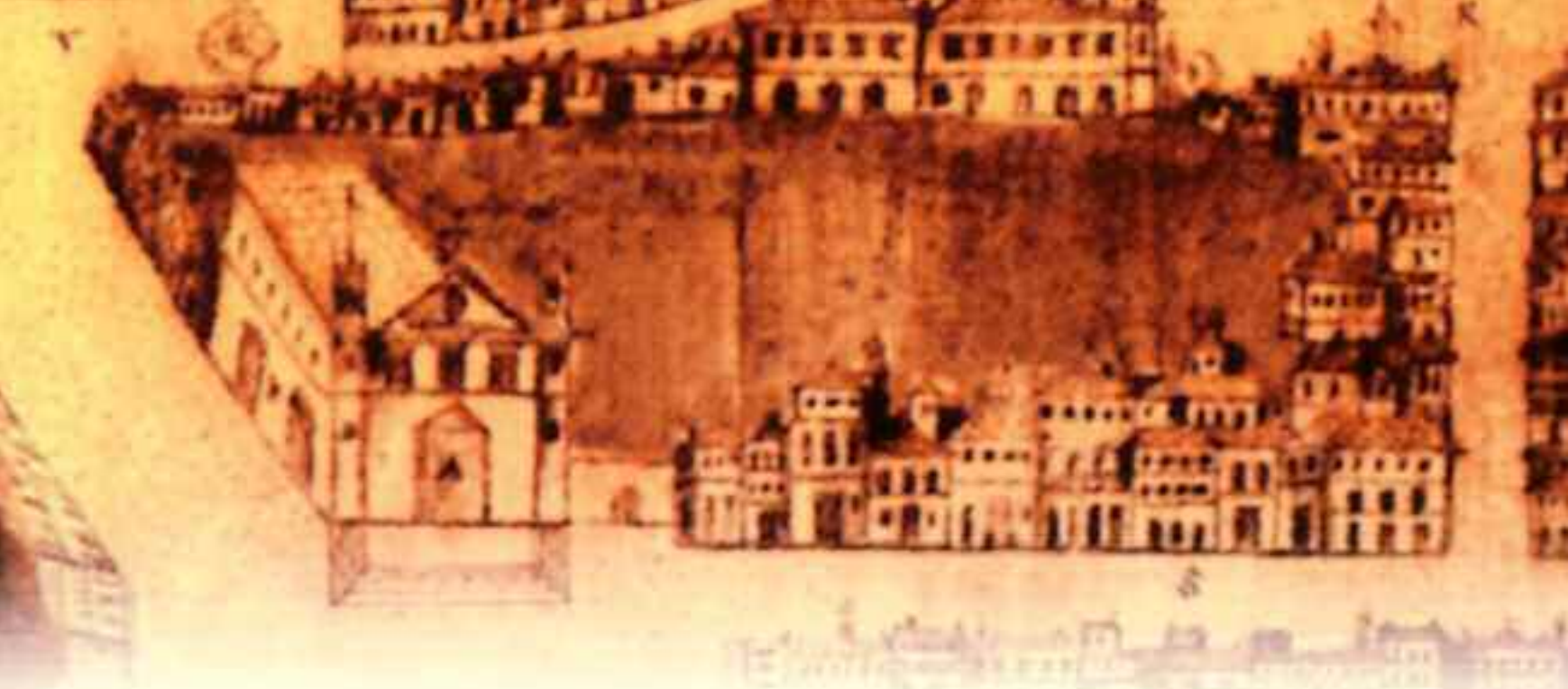


Acima. *Modo de Minerar e Retirar Diamantes*, autor desconhecido, século XVIII. In: *Pequeno mapa de demarcação Diamantina* (MG). Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Projeto Resgate/MinC.

Página ao lado. **PORTADA DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS**, Ouro Preto (MG). Escultura em pedra-sabão, de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Abaixo. **DETALHE DA ILUSTRAÇÃO AO ALTO.**





Acima. DETALHE DO MAPA DA CIDADE DE MARIANA (MG), autor desconhecido, final do século XVIII. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro (RJ).

centralizado de administração, instalado para controle da extração dos diamantes. Esse regime determinou a manutenção de Diamantina na categoria inferior de arraial durante todo o período colonial e a não-inclusão de uma Casa de Câmara e Cadeia em seu traçado urbano, a exemplo das que ainda hoje se conservam em várias cidades mineiras e goianas.

Símbolo do poder político nas antigas vilas coloniais, as casas de Câmara e Cadeia mantiveram no Brasil a associação, tipicamente lusitana, das atividades administrativas da Câmara e prisão dos condenados da Justiça. A primeira ocupando o pavimento superior e a segunda, o térreo, com acessos independentes. No centro da fachada, a torre com o "sino do povo", herdada da *domus*

Ao lado. LARGO DO CHAFARIZ, em Goiás (GO). A antiga capital do Estado de Goiás, fundada em 1737, se constituiu como núcleo principal da mineração no centro-oeste do país. À direita, Casa de Câmara e Cadeia, hoje Museu das Bandeiras.





municipalis medieval, é também um traço característico dessas construções, como atestam as antigas câmaras de Ouro Preto, Mariana e Goiás, localizadas na principal praça da vila, segundo a tradição ibérica.

Projetada em 1782, pelo mestre-de-obras português José Pereira dos Santos, a Casa da Câmara de Mariana, que ainda hoje mantém a função original, é um dos melhores exemplos conservados. Delimita, juntamente com a imponente igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, que lhe é fronteira, e a de Nossa Senhora do Carmo, à direita, um dos espaços urbanos mais marcantes do Brasil setecentista, no centro do qual figura um dos únicos pelourinhos remanescentes da época colonial.⁶

A Casa da Câmara de Goiás (1766), vasto edifício, onde funciona, atualmente, o Museu das Bandeiras, é uma versão regional do projeto elaborado em Lisboa e construído em taipa por mão-de-obra local. No amplo largo fronteiro, ladeado por arruamentos de casas térreas, destaca-se um imponente chafariz de desenho barroco, com tanques cercados por bancos e muretas ornamentais.

Existia também um chafariz na praça da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, como revela desenho aquarelado de fins do século XVIII, no qual figura ainda o pelourinho, posteriormente transferido para o largo da igreja de São Francisco de Assis. A visão de cima para baixo do pelourinho e do chafariz sugere que

Acima. Prospecto da Cidade de Mariana, autor desconhecido, século XVIII. Projeto Resgate/MinC.

Abaixo. CASA DE CÂMARA E CADEIA, atual Câmara Municipal – Mariana (MG). Iniciada em 1782, segue de perto o modelo de edifícios congêneres do norte de Portugal, terra de origem de seus construtores, os mestres pedreiros José Pereira dos Santos e José Pereira Arouca.



Ao lado. IGREJAS DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS E DE NOSSA SENHORA DO CARMO - Mariana (MG). Construções típicas do período colonial mineiro, as igrejas de irmandades tiveram na região ação abrangente, tendo em vista a proibição das ordens religiosas. As mais importantes foram a Ordem Terceira de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, que aparecem em destaque nesta foto, com o antigo pelourinho fronteiro à Casa de Câmara e Cadeia, do outro lado da praça.



Acima. CHAFARIZ DE SÃO JOSÉ - Tiradentes (MG). Os chafarizes eram pontos de referência na vida urbana das cidades coloniais. O de São José, em Tiradentes, com decoração barroca é um dos exemplos mais completos.

Abaixo. PONTE DO ROSÁRIO, Ouro Preto (MG).



o desenho foi esboçado a partir das janelas superiores da própria Casa de Câmara e Cadeia, direcionado para a Casa dos Governadores, do outro lado da praça. Projetada pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, foi construída por Manuel Francisco Lisboa, em 1749, e sofreu acréscimos no final do século XIX, para adaptação à função universitária, que conserva até hoje. O edifício tem aspecto de fortaleza, cercada de baluartes com guaritas, cuja forma poderia ter inspirado, alguns anos mais tarde, o desenho das torres da igreja de São Francisco de Assis.

A construção da Casa dos Governadores e a vinda do engenheiro Alpoim foram iniciativas do governador Gomes Freire de Andrade, que administrou a Capitania das Minas Gerais, entre 1735 e 1763, quando a antiga Vila Rica viveu sua fase de maior esplendor econômico e construtivo, adquirindo o essencial da configuração urbana que a caracteriza. Datam desse período quase todas as pontes e chafarizes que ainda hoje são marcos referenciais dos bairros históricos de Ouro Preto, como as pontes de Antônio Dias (1750), Pilar (1757) e do Rosário (1753) e os chafarizes da rua de São José ou dos Contos (1745), o de Marília (1758) e o do Alto da Cruz (1757). É também desse período o excepcional chafariz de São José, em Tiradentes, que tem diferentes tanques, como o de Goiás Velho e os do Rosário e Caquende, em Sabará. Todos incluem elaborados motivos de ornamentação barroca em pedra, com



volutas, conchas, golfinhos, pinhas e cartelas com inscrições, rematando planos de parede de alvenaria com caiação branca, requinte reservado em Minas Gerais à arquitetura religiosa.

No panorama da arquitetura civil, além das Casas de Câmara e Cadeia e do paço dos governadores, já citados, merecem referência especial as casas de intendência e de fundição que existiram nas vilas cabeças de comarca e no arraial do Tejuco, hoje Diamantina. Para elas era levado o ouro recolhido nas minerações para ser reduzido a barras estampilhadas, após dedução do imposto do quinto. Entretanto, pelo fato de o partido arquitetônico dessas construções obedecer à dupla função de casa de fundição e residência do intendente responsável pela cobrança do imposto, seu aspecto pouco difere daquele das edificações civis do período. Em Ouro Preto, por exemplo, a Intendência, hoje Casa dos Contos, foi instalada em um sobrado residencial já construído, um dos

Acima. PRAÇA TIRADENTES - OURO PRETO (MG).

Principal espaço urbano de Ouro Preto, atual praça Tiradentes, foi construída para servir de elo entre os antigos arraiais de Antonio Dias e Nossa Senhora do Pilar. Atualmente, a área central, onde ficava originalmente a Coluna dos Inconfidentes, é ocupada por um Monumento ao Mártir da Inconfidência, inaugurado em 1894, com estátua de bronze, de autoria de Virgílio Cestari.



Acima. **PALÁCIO DOS GOVERNADORES** - Ouro Preto (MG). O aspecto de fortaleza do palácio dos Governadores, projetado em 1745, pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, contrasta com o requinte da antiga Casa de Câmara e Cadeia, do outro lado da praça.

Abaixo. **CASA DOS CONTOS**—Ouro Preto (MG). Requintado exemplo de construção civil da segunda metade do século XVIII, na qual funcionou a antiga Intendência de Vila Rica.



mais requintados de Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, como atestam as guarnições ornamentais em pedra das janelas e portas da fachada principal, assim como a magnífica escadaria com o seu arranque esculpido em pedra-sabão. O único indício exterior de seu funcionamento como casa de fundição no século XVIII é a monumental chaminé na parte posterior do edifício, por cima do cômodo das caldeiras.

A única casa de fundição projetada com finalidade precípua foi a de Sabará, construída por volta de 1730, em madeira e taipa – atualmente sede do Museu do Ouro. A função residencial do pavimento superior é marcada pelas sacadas de madeira torneada, sendo as do térreo fechadas por gradeamento em balaustrada. Para a ambientação do museu, no térreo e nos dois pequenos pátios internos, foram dispostos móveis e objetos relacionados aos trabalhos da mineração, incluindo uma roda com pilões primitivos, usada no represamento de águas e antigas caldeiras e prensas destinadas à cunhagem das barras de ouro.

ARQUITETURA RELIGIOSA

O papel desempenhado pela Igreja Católica na encomenda arquitetônica e artística do período da mineração suplantou amplamente o do poder civil, como demonstram as inúmeras igrejas e capelas remanescentes da época colonial e que ainda hoje pontuam a paisagem urbana de suas cidades e povoados. Seus interiores, suntuosamente ornamentados de talha dourada podem ser vistos como a herança mais visível deixada pelo ouro e pelos diamantes, que não atingiu na mesma proporção as decorações civis. Tendo em vista a inexistência de construções conventuais e colégios jesuítas, expressamente proibidos pelo governo português nas áreas de mineração,⁷ os partidos arquitetônicos resumem-se a três tipologias: a capela primitiva, a igreja matriz e a igreja de irmandade ou Ordem Terceira, na segunda metade do século XVIII.

Construções típicas da fase inicial e desordenada do povoamento, as primeiras capelas têm planta simplificada, anexando ao espaço da nave reservado aos fiéis uma pequena capela-mor com sacristia lateral. A ausência de mão-de-obra qualificada e de modelos eruditos de referência nessa primeira fase determinou, por sua vez, uma gama de soluções formais, cujo aspecto mais curioso é, sem dúvida, o das variadas disposições dos locais dos sinos. Inicialmente desprovidas de torres, o recurso era dependurar os sinos nas janelas das fachadas, como ainda se vê em capelas de cidades do interior mineiro e goiano. Esse recurso foi mantido, eventualmente, em construções mais tardias, como a igreja do Carmo, de Goiás, ou São Francisco de Paula, de Tiradentes.

A construção de pequenas sineiras de madeira com cobertura de telhas junto às paredes ou em situação independente foi uma solução provisória que acabou se tornando definitiva em um grande número de construções, particularmente na Província de Goiás, como atestam as capelas de Nossa Senhora do Rosário, de Jaraguá, e de São João Batista, no arraial do Ferreiro, e até mesmo igrejas da segunda metade do século XVIII, como Nossa Senhora da Boa Morte e São Francisco de Paula, na cidade de Goiás. Em Minas Gerais, essas sineiras independentes dariam lugar à tipologia da torre isolada, que tem na capela do Padre Faria, em Ouro Preto, seu exemplo mais conhecido. Freqüente, entretanto, foi a torre única, em posição central, que desenvolveu uma interessante tipologia de fachadas chanfradas, cuja cabeça de série, tudo indica, foi a capela de Nossa Senhora do Ó, em Sabará.



Acima. FRONTISÍCIO DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, São João del Rei (MG), risco de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto (MG).



Acima. IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE, atual Museu de Arte Sacra da Boa Morte – Cidade de Goiás (GO).

Abaixo. CAPELA DE PADRE FARIA - Ouro Preto (MG). Construída por volta de 1740, para abrigar a confraria dos brancos do Rosário, a capela do Padre Faria tem torre sineira isolada e imponente cruz pontifical na parte fronteira.



As soluções apontadas são próprias das regiões interioranas do período da mineração, não tendo correspondentes nas zonas litorâneas, onde prevaleceu o tipo tradicional da capela urbana portuguesa, com torre única lateral, também utilizado em Minas Gerais, nas áreas de São João del Rei e Diamantina. Suas raízes encontram-se no vasto *substratum* cultural da arquitetura portuguesa vernacular, particularmente nas regiões Norte e beirã, que forneceram maiores contingentes de imigrantes ao povoamento inicial das Minas Gerais.

A partir de 1720, aproximadamente, com as populações assentadas e enquadradas administrativamente em vilas e freguesias, o monumento típico é a igreja Matriz, símbolo do poder religioso, correspondente às casas de Câmara e Cadeia na esfera civil. As matrizes mineiras foram construídas em madeira e taipa até meados do século XVIII e as goianas, até o fim do período colonial, como atestam, em Minas Gerais, as matrizes de Sabará, Santa Rita Durão e Raposos, entre outras, e, em Goiás, a de Pirenópolis. Plantas e elevações reproduzem a fórmula de base retangular, já sedimentada em outras áreas do mundo luso-brasileiro, com corredores laterais e frontispício ladeado por duas torres de seção quadrada. Internamente, a regra é a nave única com capela-mor, sacristia transversal nos fundos do edifício e o coro alto na entrada.

A organização decorativa do interior acompanha a disposição contínua dos espaços da nave e capela-mor, separados pelo arco cruzeiro e terminando em parede reta, contra a qual é colocado o retábulo principal em situação elevada sobre o presbitério, para que possa ser facilmente visível de todos os pontos da igreja. Ao longo da nave são dispostos os retábulos laterais de uso das irmandades sediadas na Matriz em questão, sob a liderança da toda poderosa irmandade do Santíssimo Sacramento, que tinha o privilégio do altar-mor, juntamente com a irmandade do Santo Padroeiro, com destaque para o popular santo Antônio e a Virgem Maria em variadas invocações. Vistas de fora, a perspectiva lateral dessas construções paroquiais desvenda, via de regra, uma harmoniosa seqüência de volumes escalonados, definida pela linha descendente dos

telhados, dos coroamentos das torres à sacristia. Essas, de dimensões amplas e ornamentação luxuosa, são providas de lavabos com decoração escultórica e arcazes de grandes dimensões para guarda de paramentos e outros acessórios do culto.

Finalmente, a partir de 1760, a imensa maioria das construções religiosas edificadas em Minas Gerais e, em menor escala, em Goiás, é de igrejas de irmandades e ordens terceiras, que tiveram na região ação mais abrangente do que em outras partes da Colônia, tendo em vista a proliferação de núcleos urbanos e a proibição das ordens religiosas. Destinadas às funções litúrgicas de uma única irmandade, ao oposto das matrizes que sediavam várias dessas associações, as novas igrejas têm geralmente dimensões mais modestas e menor número de altares e retábulos. Entretanto, são frequentes as decorações internas primorosas, conjugando a talha dos retábulos à pintura dos tetos abobadados, bem como as portadas ornamentais em pedra-sabão com as armas da irmandade proprietária da igreja.

O uso da alvenaria de pedra nas construções religiosas da Capitania das Minas Gerais, a partir de 1740, viabilizou a movimentação curvilínea das plantas e alçados arquitetônicos e o tratamento ornamental da fachada principal, com ênfase no desenho dos frontões, portadas e coroamentos das torres. Esses requintes, aliados à introdução de padrões italianos na talha dos retábulos e nas pinturas dos forros da época joanina exigiam mão-de-obra especializada, tornando imperativa a presença nos canteiros de obras dos mestres carpinteiros, pedreiros, marceneiros, entalhadores, pintores e outros profissionais de origem portuguesa.

Em Ouro Preto, Manuel Francisco Lisboa lidera a construção da matriz de Antônio Dias e da igreja de Santa Efigênia, enquanto seu concorrente José Pereira dos Santos chefia, em Mariana, os canteiros de obras das igrejas de São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Rosário e São Pedro dos



Acima. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO Ó - SABARÁ (MG). Construída em madeira e taipa e com torre sineira na parte central da fachada, a capela é uma construção típica da fase primitiva da arquitetura na região mineira.

Abaixo. A MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS, em Ouro Preto (MG), na qual está enterrado o Aleijadinho, foi projetada e construída por seu pai, o arquiteto e mestre-de-obras Manuel Francisco Lisboa.





Acima. IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, EM 1880, Ouro Preto (MG). Na excepcional fachada da igreja, cujo projeto foi elaborado em 1766, chamam a atenção as possantes torres circulares em posição recuada, projetando em movimento rotativo o frontispício ladeado por colunas. A decoração escultórica em pedra-sabão, incluindo a portada e o óculo, foi executada por Aleijadinho, a partir de 1774.

Página ao lado. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – OURO PRETO (MG), de planta curvilínea, é uma das mais interessantes desse tipo.

Clérigos. A última tem planta curvilínea, delineada por volta de 1752, ao "gosto da rotunda de Roma" (o Panteão),⁸ pelo bacharel Antonio Pereira de Souza Calheiros, natural de Braga e formado em Coimbra. Cinco anos mais tarde, o arquiteto bracarense voltaria a utilizar o mesmo desenho no projeto da igreja ouro-pretana de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, também construída por José Pereira dos Santos, a partir de 1757.

Ao contrário do que habitualmente se supõe, os traçados poligonais e curvilíneos que dinamizam as plantas e alçados arquitetônicos da era barroca, influenciaram apenas um reduzido número de edificações religiosas na totalidade das que foram efetivamente construídas na área da mineração. Como em outras partes do mundo português, o domínio próprio do barroco e, posteriormente, do rococó, seriam as decorações internas e não a arquitetura, geral-





Acima. SANTUÁRIO DE BOM JESUS DE MATOSINHOS - Congonhas (MG). Vista Aérea, além da igreja e Adro dos Profetas na parte central da foto, são claramente visíveis, na parte superior, as seis capelas dos Passos e o desenho paisagístico dos jardins de Burle Marx, que substituiu, em 1973, o primitivo ajardinamento com canteiros geométricos.

Página ao lado. SANTUÁRIO DO BOM JESUS DE MATOSINHOS E ADRO DOS PROFETAS EM 1942-1944 - CONGONHAS (MG). No monumental Adro dos Profetas e escadaria de acesso à igreja do Bom Jesus de Matosinhos, o principal destaque são as retóricas estátuas em pedra-sabão, esculpidas por Aleijadinho, entre 1800 e 1805.

mente realizada com sobriedade no seu exterior, em contraposição à opulência decorativa dos interiores. As raras experiências com traçados poligonais não alcançam a volumetria externa do edifício, restringindo-se à inserção de uma estrutura de madeira no interior do retângulo da nave. As matrizes de Antônio Dias e Nossa Senhora do Pilar, de Ouro Preto constituem bons exemplos desse procedimento,⁹ que teve manifestações tardias na região do diamante (capela de São José, em Minas Novas) e em Goiás, nas igrejas de Nossa Senhora da Abadia e Nossa Senhora da Boa Morte, todas construídas nas décadas finais do século XVIII.

Além das igrejas do Rosário, de Ouro Preto, e de São Pedro dos Clérigos, de Mariana, a tipologia das plantas curvilíneas inclui, ainda, em Minas Gerais, três igrejas de ordens terceiras associadas ao nome de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, nome este anunciado de forma eloqüente nas esplêndidas portadas ornamentais que esculpiu nas fachadas. É curioso observar que as igrejas de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, de Ouro Preto, apesar de construídas, aproximadamente, na mesma época (ambos os projetos datam de 1766), têm soluções formais de fachada bastante diferentes, a primeira e a segunda introduzindo a linha sinuosa no frontispício e torres coroadas por bulbos em forma de sino, típicos do rococó germânico.

Esses elementos seriam retomados no risco da fachada de São Francisco de São João del Rei, datado de 1774 e de autoria comprovada de Aleijadinho.

Entretanto, o aspecto atual da igreja de São João del Rei difere bastante do risco original, conservado no Museu da Inconfidência, em virtude das modificações introduzidas pelo construtor da igreja, o mestre português Francisco de Lima Cerqueira. É importante enfatizar que o Aleijadinho, cujo ofício básico era a escultura, nunca construiu pessoalmente as igrejas para as quais forneceu desenhos arquitetônicos, tarefa que era responsabilidade dos mestres-de-obras, pedreiros e carpinteiros, quase sempre portugueses.

Na sua especialidade, Aleijadinho realizou uma das obras-primas do barroco universal, o conjunto dos Profetas e Passos do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, que totalizam 76 esculturas em tamanho natural, executadas entre 1796 e 1805, com a participação de auxiliares de sua oficina.

Da primeira encomenda, ele realiza os sete grupos de Passos da Paixão de Cristo, em madeira (cedro), para colocação em capelas próprias, situadas de ambos os lados do jardim em aclave, fronteiro à escadaria que dá acesso à igreja.





Acima. CONGONHAS EM 1880. Importante centro de peregrinação, o santuário de Congonhas (MG) tem o seu programa arquitetônico calcado no projeto dos “sacromontes” europeus, na versão ibérica, desenvolvida no norte de Portugal. Esta foto, datada de cerca de cinco anos após o término da construção das últimas capelas ainda mostra a esplanada vazia, sem os jardins construídos no século XX.

A primeira capela abriga o Passo da Santa Ceia. A segunda abriga o Passo do Horto das Oliveiras (agonia no Jardim das Oliveiras). A terceira capela apresenta o Passo da Prisão de Cristo. O quarto e o quinto Passos da Paixão, a Flagelação e a Coroação de Espinhos, estão localizados em uma única capela. Na quinta capela localiza-se o Passo Cruz-às-Costas (subida para o Calvário). A sexta e última abriga o Passo da Crucificação. O número de esculturas em cada capela varia de acordo com as cenas representadas, nas quais o Cristo é sempre o personagem principal. As sete figuras do Cristo mereceram atenção privilegiada de Aleijadinho, que nelas registrou diferentes nuances do sofrimento humano, da agonia estática da cena do Horto ao lamento final da crucificação.



Ao lado. CRISTO DA CAPELA DO HORTO – PASSOS DA PAIXÃO DE CRISTO – ALEIJADINHO – Congonhas (MG). A intencionalidade teatral, inerente ao barroco, encontrou expressiva manifestação no excepcional conjunto dos Passos de Congonhas, esculpido por Aleijadinho e seus oficiais, entre 1796 e 1799.

Abaixo. PROFETA JONAS EM 1942-1944 – Congonhas (MG). A escultura do profeta Jonas foi considerada por Germain Bazin uma das mais dramáticas do conjunto dos profetas de Congonhas.

As doze estátuas dos profetas bíblicos, a segunda encomenda, foram feitas em pedra-sabão. Iniciadas em 1800 e concluídas em 1805, encenam, com gestos retóricos, uma grandiosa coreografia a céu aberto, do alto de seus pedestais, incrustados nas muretas do adro e da escadaria de lanço duplo. Os profetas maiores, Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel, posicionados na parte central da escadaria que dá acesso ao adro, figuram em situação de destaque, juntamente com Oséias, o primeiro da série menor, e Baruch, secretário de Jeremias. Os demais ocupam as laterais do adro, em composição simétrica, que realça o desenho curvilíneo dos remates da portada da igreja do Bom Jesus, de parentesco evidente com o desenho da fachada da igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto.



O ESPLENDOR DO BARROCO NAS DECORAÇÕES INTERNAS DAS CAPELAS E MATRIZES



Acima. INTERIOR – CAPELA DE NOSSA SENHORA DO Ó - Sabará (MG). A requintada decoração da capela do Ó, de Sabará, é representativa da primeira fase do barroco no Brasil, chamado de nacional português.

Abaixo. CHINESICE – CADEIRAL DA CAPELA-MOR – MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, SÉ DE MARIANA (MG). Pinturas de influência oriental, as chinesices aparecem em algumas igrejas mineiras da fase inicial do barroco.



Se na maioria das igrejas construídas em Minas Gerais e em Goiás, ao longo do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, a simplicidade arquitetônica das plantas retangulares é a regra, nas decorações internas, como de praxe, reina a exuberância ornamental, associando efeitos da talha dourada aos do colorido das pinturas, em painéis parietais ou composições contínuas nos forros.

O ato de transpor a porta de uma igreja mineira da fase áurea do barroco, como as matrizes de Ouro Preto, São João del Rei, Tiradentes e Sabará, produz sensações de surpresa e encanto. Em um ambiente de meia penumbra, que parece ainda mais densa pelo contraste com a luz incandescente do sol das montanhas, surge aos poucos uma profusão de formas, reveladas pelos reflexos luminosos do ouro da talha e pelas cores quentes das pinturas do teto e dos quadros das paredes. O olhar do espectador é conduzido gradativamente para a capela-mor e seu monumental retábulo, por um jogo sutil de convergências, no qual os retábulos laterais funcionam como etapas intermediárias.

Dois diferentes modelos de retábulos barrocos orquestram sucessivamente essas decorações ao longo das seis primeiras décadas do século XVIII, correspondentes às fases de implantação e expansão do barroco em Minas Gerais. O primeiro, que vigorou até cerca de 1730, é conhecido pelo nome de "retábulo nacional português", por se tratar de criação própria do gênio lusitano, sem equivalente em outras regiões européias. Sua estrutura é constituída de colunas torsas e arquivoltas concêntricas, cobertas por uma profusão de ornatos com folhas de parreira e cachos de uva, símbolos da Eucaristia, e o pássaro fênix, símbolo da Ressurreição de Cristo.

Completam as decorações do "nacional português" o chamado "forro de caixotões", com pinturas de cenas relativas à iconografia das principais devoções cultuadas na igreja em questão. Exemplos unitários de decorações desse tipo subsistem em matrizes, como as de Cachoeira do Campo e Sabará, e na pequena capela de Nossa Senhora do Ó, de Sabará, considerada por Germain Bazin como "uma das criações mais requintadas da arte barroca",¹⁰ que inclui chinesices em dourado sobre fundo azul, figurando pássaros, pagodes e outros temas ornamentais.

O segundo modelo de retábulo barroco foi, como em outras partes do mundo lusitano, o d. João V de influência italiana, introduzido a partir da terceira década do Setecentos. Suas principais inovações encontram-se na importância plástica dada à figura humana como tema ornamental e no remate do coroamento em dossel, com sanefas e cortinados de grande efeito teatral. As igrejas continuam "fornadas de ouro",¹¹ tendendo ao preenchimento das paredes e tetos, nos quais a nova moda serão as pinturas ilusionistas em perspectiva, recobrando amplos forros abobadados em tabuado corrido. Os exemplos máximos de decorações joaninas em Minas Gerais são as capelas-mores das matrizes de Tiradentes, São João del Rei, Ouro Preto e Catas Altas, equiparáveis ao que de melhor se fazia em Portugal no período.

A esplendorosa talha da capela-mor da Matriz do Pilar, de Ouro Preto, executada entre 1741 e 1751 pelo escultor Francisco Xavier de Brito, natural da região de Lisboa, pode ser considerada a obra-prima do período. Enquadrando o monumental retábulo, que ocupa toda a parede do fundo, colunas salomônicas e pilastras seccionadas em volutas (quartelões) formam os elementos de suporte. No coroamento, um vasto dossel com cortinados funciona visualmente como base para o grupo escultórico da Santíssima Trindade, rodeada por uma multidão de anjos e querubins de tamanhos e posições variadas.

Com relação às pinturas em perspectiva, as mais importantes do barroco mineiro localizam-se na região de Diamantina, e não na de Ouro Preto, onde subsistem apenas exemplares esparsos, como o da capela-mor da Sé de Mariana, datado de 1750. As principais são as das igrejas de Nossa Senhora do Rosário e Ordem Terceira do Carmo, de autoria do pintor José Soares de Araújo, natural da cidade de Braga, que chegou ao arraial do Tejuco por volta de 1765. Na primeira, a representação da Virgem do Rosário entre nuvens e



Acima. INTERIOR – MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO – Tiradentes (MG). Executada entre 1739-1750, pelo português João Ferreira Sampaio, a talha da capela-mor da Matriz de Tiradentes é um dos exemplos mais opulentos do período joanino em Minas Gerais. Chamam especialmente atenção as colunas de fuste reto e não torsa, como seria de esperar, e o trono, em concheados vazados.



Acima. INTERIOR – IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – CATAS ALTAS (MG). Também representativa do período joanino, a decoração interna da igreja, não chegou a ser terminada na parte referente à policromia e ao douramento. O retábulo principal foi ajustado em 1746 com o entalhador Manoel Gonçalves Valente, possivelmente de origem portuguesa.

Abaixo. SÃO MIGUEL ARCANJO – Altar do cruzeiro à direita – Igreja de Nossa Senhora da Conceição – Catas Altas (MG). Em destaque a imagem de São Miguel Arcanjo, representado como intercessor das almas no dia do Juízo Final. Tipologia da segunda metade do século XVIII, com indumentária movimentada.



querubins ocupa a parte central do forro da capela-mor, cercada de densas perspectivas com motivos arquitetônicos, composição que se repete na nave da igreja do Carmo, em torno da representação de Elias no carro de fogo, jogando o manto ao discípulo Eliseu. Na cidade de Goiás conservam-se também pinturas em perspectiva de boa qualidade, sendo a mais interessante a que decora o forro da nave da igreja de Nossa Senhora da Abadia, com trama cerrada de arquitetura ilusória e colorido sombrio, similar ao das igrejas de Diamantina.

O REQUINTE DO ROCOCÓ NAS IGREJAS DE IRMANDADES E ORDENS TERCEIRAS

A impressão estética produzida pelas decorações do período rococó difere totalmente das decorações do período barroco. A penumbra é substituída pela luz natural que jorra das amplas janelas rasgadas no registro superior das paredes e a norma barroca do preenchimento integral das superfícies cede lugar ao da alternância de cheios e vazios. O efeito resultante é o de uma decoração simultaneamente leve e requintada, na qual os ornatos dourados da talha destacam-se contra fundos brancos ou em tonalidades suaves.

O retábulo com coroamento em sanefa de perfil sinuoso (balestra) foi o primeiro elaborado pelo rococó de Minas Gerais, não tendo equivalente em outras regiões brasileiras ou mesmo em Portugal. O escultor português Francisco Vieira Servas fez uso desse modelo em todas as suas obras documentadas, notadamente nos belos conjuntos de talha da igreja do Rosário, de Mariana, datado do período de 1770 a 1775, e de Nossa Senhora do Carmo, de Sabará, ligeiramente posterior. Entretanto, a região desenvolveu paralelamente outros tipos de retábulos, entre os quais o elaborado por Aleijadinho, cujo exemplo mais importante é o da capela-mor de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, projetado em 1778 e executado entre 1790 e 1794. Entre as particularidades desse retábulo excepcional, obra máxima da talha rococó de Minas Gerais e quiçá do mundo luso-brasileiro, estão o movimento rotativo das elegantes colunas externas, o tratamento predominantemente escultórico da rocalha e demais motivos ornamentais – aspectos típicos da talha do Aleijadinho.

Complemento das ambientações decorativas da talha, as pinturas ilusionistas dos tetos abobadados em tabuado corrido foram correntes no

rococó mineiro, do qual são, sem dúvida, um dos aspectos mais originais. Um exemplo precursor encontra-se na capela-mor do santuário de Congonhas, cujo forro foi pintado em 1773-1774, por Bernardo Pires da Silva, com uma rede de rocalhas de colorido suave com delicados ramos de flores, circundando a cena do Sepultamento de Cristo. É possível que gravuras germânicas tenham inspirado essa graciosa pintura e também a do forro da nave, de autoria do pintor João Nepomuceno de Castro, na qual aparecem pela primeira vez as perspectivas arquitetônicas vazadas, que seriam a tônica dos forros pintados por Manuel da Costa Atháide.

Entre as obras de Atháide, com atribuições documentadas, a de maior amplitude é a pintura da nave de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, executada entre 1801 e 1812, cuja composição enfatiza na parte central um suntuoso quadro em forma de medalhão, com a representação da Virgem entre nuvens, cercada por uma orquestra de anjos músicos.

Apesar da grande influência exercida por Manuel da Costa Atháide no meio artístico mineiro, seu modelo de pintura de forros não foi o único adotado na região no período rococó, campo no qual imperou a diversidade, tal como ocorreu na talha. O mais comum foi um partido simplificado de maior facilidade de execução, no qual a perspectiva arquitetônica é reduzida a uma espécie de varanda ou muro baixo, enquadrando em linha contínua as laterais da abóbada e liberando um amplo espaço vazio em torno da tarja central com a cena de personagens celestiais. Esse esquema foi reproduzido nas mais variadas localidades mineiras, incluindo igrejas de áreas afastadas, como São Tomé das Letras e a cidade do Serro, nas quais pinturas de alta qualidade decoram tetos como os da nave da Matriz de São Tomé e da capela-mor da igreja de Matosinhos (em Serro).¹²



Acima. INTERIOR COM FORRO – IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – Ouro Preto (MG). Obra-prima do rococó de Minas Gerais, a decoração da igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, foi planejada e executada em sua quase totalidade por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, em colaboração com o mestre pintor Manuel da Costa Atháide, autor da monumental pintura do forro da nave, concluída em 1812.



Acima. IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – Catas Altas (MG). A Matriz de Catas Altas, de dimensões excepcionais para a primitiva povoação, tem fachada inusual no contexto das matrizes mineiras, destacando-se o pórtico em arcadas e os campanários em bulbos, cujo modelo deriva da região de Ponte de Lima, Norte de Portugal.

Abaixo. Colégio com passadiço e janela de treliça no térreo – Diamantina (MG), aquarela de Lucio Costa, 1922. Acervo Casa de Lucio Costa, Rio de Janeiro (RJ).



A ORIGINALIDADE DA ARQUITETURA DO PERÍODO DA MINERAÇÃO

Se, diferentemente de outras economias, como as da cana-de-açúcar, a da mineração não criou tipologias arquitetônicas diretamente ligadas às atividades produtivas, é inegável que propiciou alguns dos aspectos mais originais do desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo em solo brasileiro. O entusiasmo dos escultores modernistas chegou mesmo a identificar, na esteira de Mário de Andrade, as primeiras manifestações de uma "arte nacional", produzida por artistas mulatos nas igrejas do chamado "barroco mineiro", que teria tido no Aleijadinho seu artista maior.

Embora a evolução dos estudos de história da arte no Brasil na segunda metade do século XX tenha demonstrado que alguns aspectos tidos por originais no "barroco mineiro" pertencem, na realidade, ao estilo rococó de influência francesa e germânica, a tese da originalidade da arquitetura mineira, e, por extensão, goiana, não perdeu a atualidade, podendo ser demonstrada em diferentes níveis. O mais abrangente é, sem dúvida, como já foi dito, o urbanismo de caráter espontâneo, desenvolvido a partir dos caminhos de acesso às minerações e dos pontos de venda de um comércio incipiente.

Arruamentos que acompanham o leito sinuoso dos rios e as curvas de nível de terrenos montanhosos, nos quais igrejas e capelas construídas em situação independente, dominam com frequência amplos cenários paisagísticos, como os que se descortinam dos adros das matrizes de Tiradentes, Catas Altas ou Pirenópolis.

Com relação à arquitetura propriamente dita, são amplamente reconhecidas as características originais das igrejas construídas em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII por irmandades e ordens terceiras. Essas características, notadamente os traçados curvilíneos, as torres circulares e as portadas ornamentais em pedra-sabão, com uso extensivo do repertório formal do rococó internacional, são um atestado eloqüente do gabarito cultural da antiga região mineradora, a par das últimas novidades européias e capaz de adaptá-las às realidades do meio em criações novas e vigorosas.

Situadas no patamar da cultura erudita, as características apontadas são fruto de uma rede organizada de importação e de circulação de informações e profissionais especializados, na região central das minas do ouro, correspondente às comarcas de Vila Rica, Sabará e Rio das Mortes.



Seu momento histórico são as quatro últimas décadas do século XVIII, que assinala o apogeu da cultura mineira, com manifestações paralelas nos campos da música e da literatura.

O tema da originalidade da arquitetura da mineração, entretanto, remonta a período anterior ao da situação descrita, podendo também ser aplicado às construções da época pioneira e caótica do povoamento, como sugere a variedade de soluções desenvolvidas na tipologia das chamadas "capelas primitivas". A carência de modelos eruditos e a ausência de mão-de-obra especializada estão na base do fenômeno, que gerou improvisações como as encontradas para a colocação dos sinos, já vistas. Affonso Ávila cunhou a expressão "barroco estradeiro"¹³ para qualificar essa produção arquitetônica de caráter mais rude e popular, subordinada às vicissitudes da fase inicial da colonização e prolongada em regiões de grande isolamento geográfico.

Esse conceito possibilita, notadamente, uma avaliação mais adequada da originalidade da produção arquitetônica das regiões do diamante e Goiás, analisada dentro de seus parâmetros próprios e não em relação comparativa com a arquitetura dos centros urbanos litorâneos ou de áreas centrais da mineração. Se a manutenção dos sistemas construtivos baseados na taipa e na madeira é uma constante nas duas regiões, subordinando as construções ao domínio da linha reta, em contrapartida variam as plantas de uma igreja para outra em virtude dos múltiplos anexos laterais incorporados ao edifício na época da construção ou em épocas posteriores.

Acima. VISTA DE DIAMANTINA COM CASARIO. A arquitetura civil da cidade de Diamantina (MG) tem notável harmonia de conjunto. Em particular, destaca-se a quase ausência de trabalhos de cantaria, com o uso da pedra restrito aos alicerces. A cidade apresenta um pitoresco aspecto colorido em virtude da pintura externa das madeiras que afloram na superfície das paredes de taipa.

Abaixo. CRUZEIRO COM MARTÍRIOS, igreja de Nossa Senhora da Penha, Prados (MG).





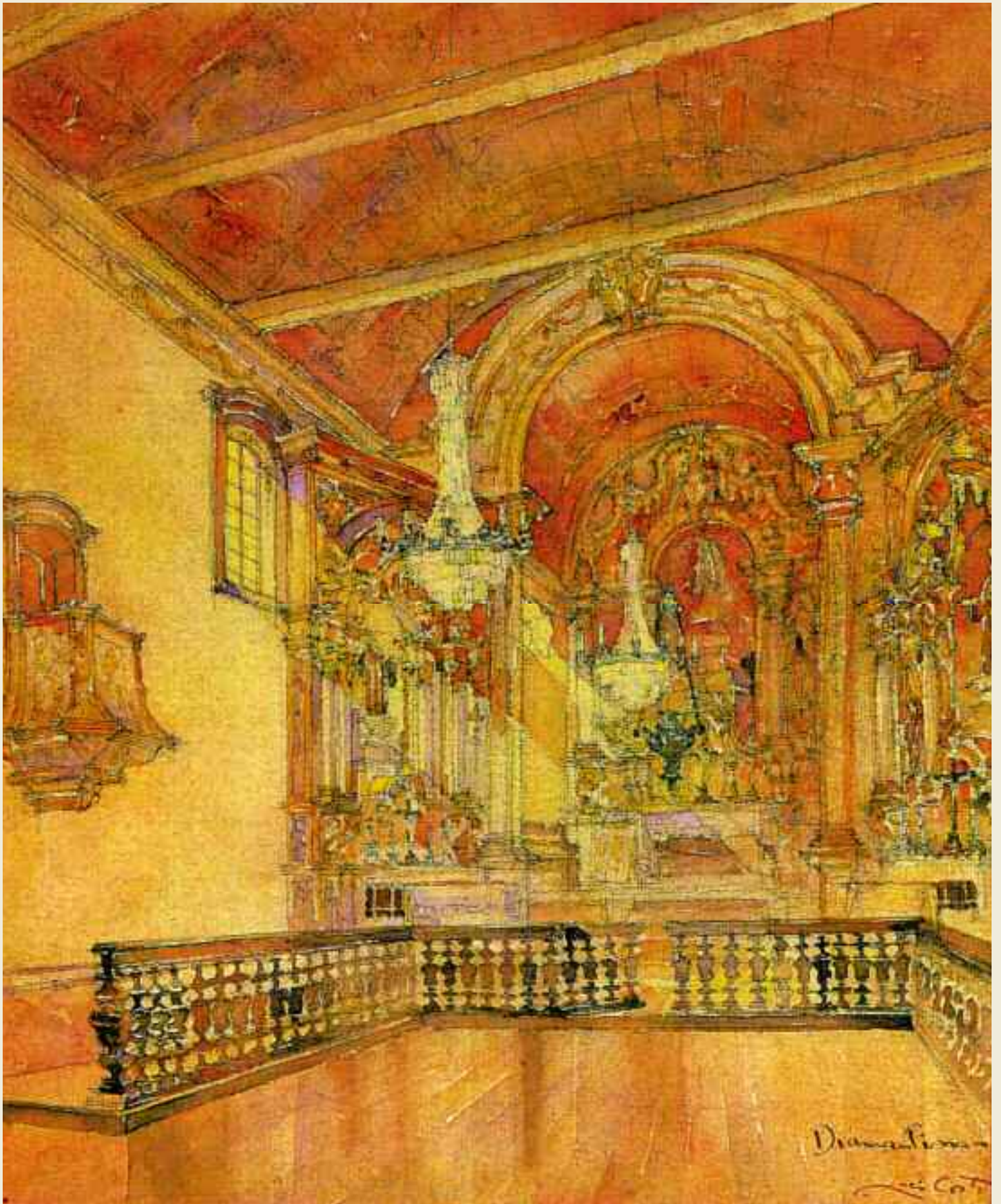
Ao alto. **MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO** – Pirenópolis (GO). A fachada da igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Pirenópolis tem aspecto compartimentado, em segmentos verticais e horizontais de vigas e cimalkhas, com bom resultado estético.

Acima. **CAPELA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO** – Diamantina (MG). A fachada da capela de Nossa Senhora do Amparo apresenta a torre única em posição central, mostrando, em consequência, um perfil esguio e com forte acentuação vertical.

Ao lado. **IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO** – Diamantina (MG). A compartimentação vertical da fachada da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Diamantina segue o padrão da região, procurando dar maior destaque aos cunhais de madeira pintados em cores vivas.

Na região de Diamantina, os construtores locais elaboraram um modelo de frontispício que constitui um interessante exemplo de valorização estética dos recursos oferecidos pela conjugação da taipa e da madeira. Os melhores exemplos são as fachadas das igrejas do Carmo, Rosário e Bonfim, nas quais esteios e cunhais pintados de cores vivas afloram na superfície das paredes caiadas de branco, dividindo-as em uma sucessão de segmentos verticais que funcionam visualmente como enquadramento lateral dos vãos das portas e janelas. Nas igrejas de Pirenópolis, além dos segmentos verticais, afloram também no plano das fachadas os segmentos horizontais das vigas e cimalkhas, produzindo efeito visual de compartimentação, também com bom resultado estético. Outros exemplos de afinidades na arquitetura das regiões de Goiás e Diamantina poderiam ser apontados, entre os quais a curiosa solução de puxado lateral com escadas para acesso ao púlpito e à sineira das igrejas de São Francisco, de Costa Sena, e Nossa Senhora das Mercês de Pilar, de Goiás. O afastamento geográfico, eliminando a hipótese de contacto regular entre as duas regiões, resta a das potencialidades criativas do "barroco estradeiro", estreitamente vinculado à terra e às necessidades humanas. Nesse campo, a arquitetura da mineração, fruto das andanças contínuas dos homens pelos sertões à procura do ouro e dos diamantes, produziu, sem dúvida, algumas de suas criações mais originais.





Acima. Interior da igreja do Carmo - Diamantina (MG), aquarela de Lucio Costa, 1922. Casa de Lucio Costa, Rio de Janeiro, Brasil.

CENA GAÚCHA

PORTINARI

315x345cm, 1939

*Coleção Ministério das Relações Exteriores
Obra executada para decorar o Pavilhão do Brasil
na Feira Mundial de Nova York, 1939.*







J. N. B. DE CURTIS

ARQUITETURA E ECONOMIA DO GADO NA REGIÃO SUL

A economia gerada pelo gado sulino deve ser avaliada muito menos pelo que acrescentou à civilização material do Brasil do que pela importância de ter integrado à nação o vasto território contestado da Região Sul.¹

O açúcar do Nordeste, fundamentalmente voltado para o mercado internacional, lastreou a economia brasileira por cerca de três séculos. Transformou o produto dos canaviais em civilização material mais sólida do que a riqueza deixada ao Brasil pelo ouro e, simultaneamente, criou um símbolo de poder e riqueza representado pelo senhor de engenho e sua casa-grande. Também propiciou meios aos intermediários desse comércio, que a história registra como "comissários do açúcar", capazes de permitir que residissem em "arranha-céus" de até sete pisos – os sobrados das cidades de Salvador e Recife –, preludiando, assim, a formação da burguesia brasileira. E não foram com outros recursos que se construíram os conventos monumentais do Nordeste, adoçados às suas respectivas igrejas. Também as ordens terceiras e irmandades ergueram seus templos, recheando-os com a arte mais exuberante que o barroco da Colônia produziu, por meio da talha dos retábulos, da azulejaria e dos tetos pintados. Tudo assim arranjado no magnífico cenário que se completaria com o povoamento de anjos e santos.

Já a economia do gado, predominantemente confinada ao âmbito do mercado interno, eclodiu bem mais pobre que sua antecessora, ainda que determinada pela vontade política da Coroa de ocupar o sul da Colônia, fato demonstrado com a fundação da colônia do Sacramento, em 1680. E a estrutura econômica dessa ocupação apoiava-se em um tripé representado pelo aproveitamento de imensos rebanhos de gado alçado, abandonado pelos jesuítas nas vacarias do mar;² pela disponibilidade de mão-de-obra de vicentinos e lagunistas frustrados na exploração do ouro, quando da sua "descida" pelo litoral; e pela demanda sempre crescente de gado para atender às necessidades da área mineradora, canavieira e cafeeira do Sudeste.



ANTECEDENTES ALÉM-FRONTEIRAS

Dentre os vários fatores que fomentaram a eclosão e o desenvolvimento da economia do gado na Região Sul, o de maior importância relaciona-se com a disponibilidade, em grande escala, de gado bovino, eqüino, muar e ovino, no lugar e no tempo certos em que a Coroa portuguesa, logo após a Restauração, visava manter a posse daquela vasta e estratégica região. Território onde a Companhia de Jesus, fundada na Espanha no século XVI – quando a Bula de Paulo III, que investia os soberanos na posse dos novos territórios descobertos, declarava o índio como "homem livre" –, tinha desenvolvido uma das mais notáveis experiências de organização econômico-social no coração do continente sul-americano. Já no alvorecer do século XVII, a região se encontrava intensamente povoada com o gado necessário à susten-

Acima. FAZENDA DAS ALMAS, EM PIRATINI (RS).

Abaixo. APARATOS DE MONTARIA.





Acima. MAPA DO BRASIL com localização da região em estudo.

Ao lado: MAPA DA REGIÃO SUL, COM OS PRINCIPAIS CAMINHOS DOS TROPEIROS DAS ÁREAS DE CRIAÇÃO ATÉ SOROCABA (SP); os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, parte de São Paulo e os pontos de referência dos países limítrofes.

Página 159. TROPEIROS liderados por Ernesto Rodrigues Boeira, à esquerda Novo Hamburgo (RS). Foto da década de 1880.

Abaixo. IMAGEM DE CRISTO, pertencente ao acervo de arte jesuítica missionária do Museu das Missões, IPHAN, São Miguel (RS).



tação do projeto jesuítico promovido no sul do continente americano pela Província Jesuítica do Paraguai, sediada em Assunção, em 1604.

Não menos importante que o legado econômico, foi a experiência cultural hispano-jesuítico-guarani – até porque o jesuíta, catalisador dessa aculturação, procedia de variadas nacionalidades –, que, se foi homogênea e repetitiva na organização do espaço urbano, foi rica e variada na arquitetura e nas artes plásticas.

Assim, um dos mais preciosos remanescentes de civilização material que os jesuítas e os índios legaram ao patrimônio cultural brasileiro, além de outras seis,³ foram as ruínas do antigo Povo de São Miguel Arcanjo, como os demais, tornados Patrimônio da Humanidade.

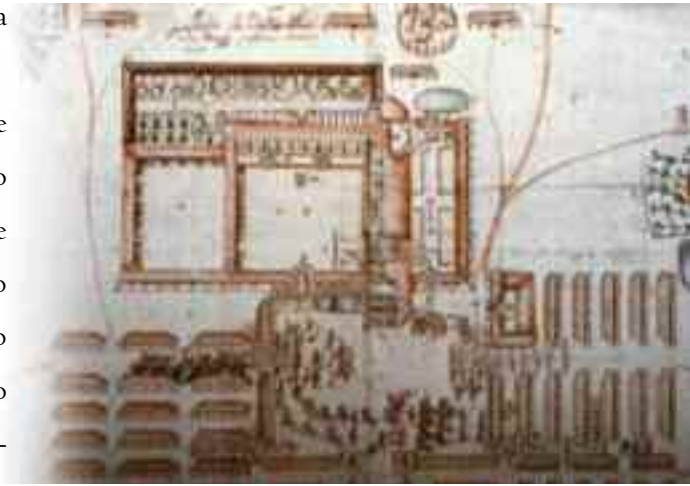
Em que pese essa titulação, convém esclarecer que o espólio da arquitetura missionária no Rio Grande do Sul foi havido por conquista territorial e não transmitido por herança cultural, pois a reocupação do território das Missões, após sua desagregação, processou-se com solução de continuidade depois de sua incorporação definitiva ao Rio Grande do Sul, em 1801.

Ainda que por sobre os sítios das ruínas de São Nicolau, Santo Ângelo e São Luís Gonzaga se tenham fundado cidades homônimas, a postura daqueles que se assentaram sobre os despojos culturais encontrados não parece ter sido

outra que a venda ou a reutilização de pedras brutas ou lavradas para a construção de habitações, calçamentos e bueiros.

Enquanto nas Missões as praças eram os espaços destinados a festas e procissões, as atuais destinam-se ao lazer individual e à contemplação. No entorno da praça de São Nicolau, mantiveram-se, de forma cenográfica, o que sobrou da primitiva igreja e do antigo cabildo. Na atual cidade de Santo Ângelo, tentou-se reproduzir a frontaria da igreja de São Miguel. E em São Luís Gonzaga guardou-se, da sua antiga Missão, dentro de um templo neogótico, pouco mais de uma dezena de imagens religiosas. Formas evocativas, mas insuficientes para a transmissão da cultura missioneira. Até porque a história das Missões Jesuíticas não se origina e nem se integra na história do Rio Grande do Sul, nela apenas se finaliza. Por isso, os chamados Sete Povos nascem, florescem e fenecem dentro da civilização hispano-jesuítico-guarani.

Formam, entretanto, aqueles bens culturais, um legado precioso, incorporado ao patrimônio brasileiro no momento em que se desenhava o mapa



Acima. Reducción de San Juan Bautista, desenho anônimo, século XVII. Archivo General de Simancas, España. In: Mapas, Planos y Dibujos XXIX. Años 1503-1803. Vol. I, 1980.

Ao lado. VISTA AÉREA DAS RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL, no Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, São Miguel (RS).

Abaixo. IMAGEM DE CRISTO CRUCIFICADO pertencente ao acervo do Museu das Missões, IPHAN, São Miguel (RS).



definitivo do território sul rio-grandense. Com muito orgulho deve, assim, ser cuidado o hóspede ilustre tornado membro da família rio-grandense, ainda que chegado de outra linhagem.

Por isso, a contribuição das Missões à civilização brasileira detém-se com predominância na produção da matéria-prima para a expansão econômica: o gado. A disseminação de suas primeiras cabeças pela já referida Província Jesuítica do Paraguai ocorreu pela cidade de Assunção, para onde foram levados,

em 1555, um touro e sete vacas, trazidos da Europa e desembarcados em São Vicente. Posteriormente, o povoamento do gado missioneiro processou-se pelo rio da Prata. Ainda que apenas em meados do século XVIII a economia missioneira tivesse atingido seu apogeu, o gado já pastava no pampa argentino desde o primeiro terço do século XVII. Época em que o missionário Cristóbal de Mendonza o levou à outra margem do rio Uruguai para apoiar as primeiras missões que então se fundaram na sua margem esquerda.

Ao primeiro ciclo de fundação das Missões, no atual Estado do Rio Grande do Sul, iniciado em 1626 e desorganizado alguns anos depois pelo assédio dos paulistas, que vinham aprisionar índios – melhor reputados com o aprendizado missioneiro – para vendê-los como escravos no Rio de Janeiro e no Nordeste, sucede-se, a partir de 1682, um segundo ciclo, do qual resultaria o que hoje conhecemos como os Sete Povos das Missões. Entre eles, São João Batista, cuja fundação credencia autoridade à notável figura do padre Antônio Sepp, que no seu livro *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, permite fazer-se entender que, sobre ser importante na economia missioneira, o gado era fundamental na dieta dos índios aldeados, deixando clara a constante necessidade de se fomentar o crescimento dos rebanhos missioneiros.

Abaixo. Ruínas da igreja de São Miguel das Missões, São Miguel (RS).



Conclui-se daí que a desagregação daquele império teocrático, como conseqüência da expulsão dos padres da Companhia de Jesus da América, deixou, nas antigas estâncias⁴ dos Sete Povos, gado mais do que suficiente para, por meio de sua multiplicação, alimentar o tropeirismo e a indústria do charque por mais de um século. Consolidou-se, assim, o período de predominância econômico-social do gado.

A SOCIEDADE E O TERRITÓRIO

Ao contrário do que ocorreu nas regiões de maior compleição da economia brasileira – nas do açúcar, da mineração e do café – aquelas em que predominou o gado, tanto no seu contexto sertanejo nordestino como nas paisagens meridionais das campinas e do planalto sul-brasileiro, foram fundamentalmente de economia endógena e de população rala, em que pese, de um lado, a exportação do charque e do couro e, de outro, a exigência de maior quantidade de mão-de-obra escrava para sua produção. E se o multuso do couro – que a um sem-número de utensílios domésticos interessava e que até mesmo na indumentária era utilizado para atender às lides do pastoreio na espinhenta caatinga nordestina – levou Capistrano de Abreu a caracterizar a fase sertaneja da economia pastoril como uma "civilização do couro", poder-se-ia, também, dizer que o Sul teria como emblema de sua atividade campeira as figuras exclusivas e sempre presentes dos seus dois principais agentes: o tropeiro e o estancieiro, este investido na sua condição de caudilho.

O povoamento do litoral brasileiro foi esparsos e ganglionar, predominantemente pela forma como se desenvolveu a agro-indústria do açúcar, com povoações desconectadas umas das outras, que se transformavam em portos exportadores daquele produto ou em ponto de embarque para o "torna-viagem" com que todo colono sonhava. Já o interior, por intermédio do gado e da mineração, foi contemplado com um povoamento contínuo e contíguo. Vale dizer, cada núcleo era gerador de um novo embrião urbano. Isto, por si só, justificaria o interesse



Acima. MAPA DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS, composto por padre Jose Cardiel, em 1771. In: *Cartografia Jesuítica*, n° 76.

Abaixo. *O Gaúcho*, litografia de Isabelle, 1835. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro (RJ).





Acima. *Peão*, bico de pena de Percy Lau, c. 1953. In: *Tipos e Aspectos do Brasil*, IBGE, 1975.

pelo conhecimento das sociedades e de suas atividades econômicas, que impediram fôssemos, hoje, um imenso vazio orlado por um rosário de cidades praianas. No dizer do nosso maior historiador do segundo século, frei Vicente do Salvador, continuávamos àquela época como "caranguejos arranhando a praia".

O século XVII e a primeira metade do XVIII foram o tempo da economia pastoril sertaneja, quando o interesse da Coroa em manter a monocultura canvieira no litoral "empurrara" o criatório para o sertão. Impediu, assim, a presença do gado a menos de dez léguas da fímbria litorânea, dada à imensa dificuldade de cercar os canaviais, de início invadidos e depredados pelos animais. Já a segunda metade do século XVIII e o século XIX foram o tempo do gado sulino. Ambos, em momentos diferentes, chegaram ao auge abastecendo as áreas mineradoras. Do Sul, o muar criado nas antigas estâncias missioneiras atenderia, predominantemente, à necessidade de transporte de carga e de gente na Região Sudeste. Por sua vez, o gado bovino, abandonado depois da expulsão dos padres da Companhia de Jesus, povoava as estâncias pós-jesuíticas, desde meados do século XVIII abastecedoras do tropeirismo e fornecedoras de matéria-prima para as charqueadas, que deram origem a Pelotas, no início do século XIX.

Abaixo. *A FAZENDA DO CRISTAL*, Canguçu (RS), surpreende pelo inusitado horizontalismo da sua frontaria que lhe permite uma feliz integração com a paisagem do pampa.

As estâncias que se constituíam na vanguarda organizada do criatório, desde o estabelecimento das missões jesuíticas, passaram a compor os alicerces materiais da economia gadeira. Assim, no mundo rural do extremo sul, a nova estância laica, sociologicamente distinta da missioneira, na sua estrutura de



produção passa a ser chefiada pelo estancieiro. Figura que não tardaria a trocar uma postura de sentinela do território conquistado por benesses, em forma de sesmarias a ele outorgadas pela Coroa, como conseqüência da associação de seus interesses com aqueles da metrópole.

Inaugura-se, então, o caudilhismo como versão meridional do coronelismo brasileiro; e a exigência de permanente estado de alerta – sua moeda de troca – aliado à discrição de uma economia ainda tímida, não lhe permitia tranqüilidade para inovações estéticas ou funcionais. Como conseqüência, a arquitetura manteve-se, por mais de um século, atrelada à singeleza das suas primeiras manifestações.

A sociedade que então se formara, embora sem a possibilidade de abertura para uma classe média entre os dois extremos, como ocorreu na área mineradora, foi escravista nas suas relações de produção, sobretudo no âmbito restrito e industrial das charqueadas, pois as atividades estancieiras, além de demandar menor quantidade de mão-de-obra do que a indústria do charque, utilizavam também peões brancos e, provavelmente, índios.

Se o povoamento do litoral sul foi conseqüência da "descida" de vicentinos em busca de ouro, o retorno de seus descendentes com a "subida" do gado para Sorocaba, gerou o povoamento do planalto sul-brasileiro, dos campos de cima da serra, das coxilhas e do litoral rio-grandense, por onde passaria o caminho ensaiado por Cristóvão Pereira de Abreu, em 1732, para levar gado ao centro do país. Investida que parece ter sido a primeira, em que pese a



Acima. ARCADA E PÁTIO INTERNO DA FAZENDA ARVOREZINHA.

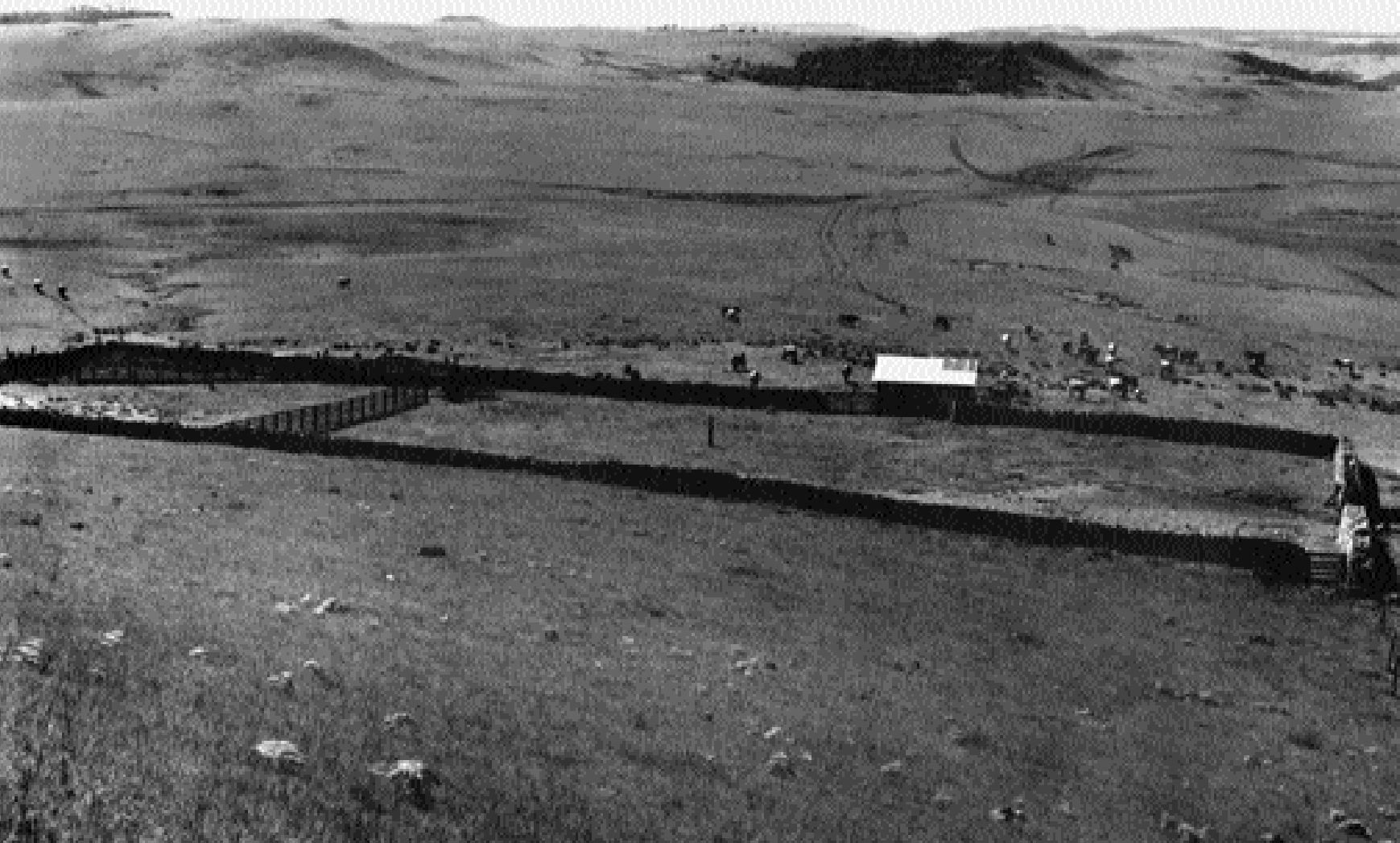
Abaixo. A FAZENDA ARVOREZINHA, Piratini (RS), é exemplo típico de partido com pátio totalmente interiorizado. Sua frontaria, com absoluta predominância dos cheios sobre os vazios, revela, juntamente com um diedro de paredes cegas, uma conjugação de ancianidade com tempos e espaços belicosos.





Acima. **ESTÂNCIA GAÚCHA**, foto de 1922, no sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Abaixo. **UMA DAS MANGUEIRAS DE ALVENARIA** de pedra ciclópica, invernada da Boa Vista na fazenda do Silveira, São José dos Ausentes (RS).



preexistência de vendas de gado no final do século XVII, dos campos de Curitiba para Sorocaba, no sentido de rentabilizar o comércio de tropas, que estabeleceu, em conseqüência, o marco zero da economia do gado sulino.

A continuidade do trânsito de animais por aqueles caminhos e seus desdobramentos alicerçaria economicamente a sociedade pastoril que, a partir de então, se desenhava no espaço geográfico, à época conhecido como continente de São Pedro, e que se integraria com seus contornos atuais ao território brasileiro somente a partir de 1801. Naquele ano, a conquista definitiva da área missioneira fora creditada a José Borges do Canto e a Manuel dos Santos Pedroso.

Em seguida à rota inaugurada por Cristóvão de Abreu que, inicialmente, percorrera a praia até a altura da cidade de Araranguá (SC) e de lá galgara o planalto em direção à cidade de Lages, três outros caminhos de tropas integraram a Região Sul, o que resultou no povoamento das rotas por onde o gado era levado até Sorocaba.

Impõe-se ainda registrar que, na Região Sul, o Rio Grande foi o Estado que legou o maior número de documentos de civilização material da economia do gado; e que o tropeirismo, ao estabelecer sua ligação com São Paulo, criou uma das rotas mais importantes da Colônia, ao integrar toda aquela região ao restante território brasileiro, como pensava Alfred Ellis Jr., referido por Jaelson Trindade, no seu livro *Tropeiros*. E ainda que não se possa equiparar o nível da arquitetura deixado pela economia do gado aos monumentos, *lato sensu*, herdados do açúcar no Nordeste, do ouro nas Gerais ou do café no vale do Paraíba, convém sublinhar que o objeto da atividade tropeira – montaria, transporte de cargas e força motriz – alicerçou a economia açucareira, mineradora e cafeeira do Sudeste, contribuindo para definir os contornos de sua civilização.

Nessa herança material deixada pela economia do gado, merece inicialmente ser arrolada, a arquitetura, que só indiretamente serviu ao homem: as mangueiras em pedra, disseminadas pela região do criatório. Dentre elas, os três exemplares que Arthur Ferreira Filho deixou registrados em memorável plaqueta. Muito provavelmente elas teriam servido para contenção, descanso, aparte e tratamento do gado nos intermináveis caminhos que o levavam para Sorocaba. Das três mangueiras, hoje situadas no município de São José dos Ausentes (RS), duas com forma retangular e uma terceira próxima ao círculo, podem ainda ser vistas à margem da estrada que liga aquele município a Bom Jardim da Serra (SC).

Mais do que igualmente notáveis, em Santa Catarina, são os quilométricos "corredores" de taipa,⁵ com cerca de 12 m de largura e 1,2 m de altura, que mantinham embretado o gado conduzido pelos tropeiros e, ao que tudo indica, funcionavam também como calha coletora de pequenos contingentes de animais que se incorporavam às tropas quando adquiridos nas fazendas do percurso. Sua presença física remanesce em vários trechos do planalto de Lages, com alargamentos estrategicamente espaçados para, quando necessário, atender às funções de mangueiras, onde se realizavam o descanso, o aparte e



Acima. PLANISFÉRIO, do período imperial, pintado em parede de madeira, na sede da fazenda do Silveira, São José dos Ausentes (RS). Não raro, artistas itinerantes retribuíam com seus conhecimentos à acolhida dos fazendeiros.

Abaixo. MANGUEIRA CIRCULAR, EM PEDRA CICLÓPICA, SÃO JOSÉ DOS AUSENTES (RS), junto à estrada para Bom Jardim da Serra (SC), na rota de um dos antigos caminhos das tropas.





o tratamento dos animais. Eram os fazendeiros instalados ao longo dos caminhos por onde os rebanhos transitavam, que, com recursos próprios, construíam os trechos lindeiros às suas fazendas para impedir que o gado de sua propriedade se evadisse com as tropas. Simultaneamente, aos tropeiros interessavam os "corredores" como obstáculos para que os animais não se embrenhassem nas matas de araucária.

Caberia ainda destacar Sorocaba como referencial a quem se proponha apreender o papel da economia do gado na Região Sul do Brasil, pela circunstância de ela ter-se tornado o destino final das tropas e o início da redistribuição do gado para o interior de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. E, se se buscasse o encerramento da prevalência do gado na economia dessa região, seria ao findar do século XIX, quando, em 1897, aquela cidade organizava sua última feira – apesar de Itapetininga levar até meados do século XX as funções de centro redistribuidor do gado sulino.

Ao findar-se o século XIX, a economia já estava bastante diversificada. Em primeiro lugar, devido à substituição da mula pela ferrovia que, nessa época, com sua rede, já operava em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. E, em seguida, à diminuição da produção do charque, decorrente do aprimoramento da indústria do frio. Também a substituição do gado que ocupava as "vacarias do mar" pelas "quadras de arroz" – unidade de área que contabiliza o plantio e a colheita desse cereal – e a ocupação rotativa das lavouras de soja e trigo no planalto médio, outrora também território das Missões, foram fatores decisivos para reduzir a importância do gado na economia do Sul.



Acima. *Esclave nègre - conduisant les troupeaux dans la province de Rio Grande*, aquarela de J. B. Debret, 1823. Museu Castro Maya/Iphan, Rio de Janeiro (RJ).

Página ao lado. TRECHOS DO "CAMINHO DAS TROPAS" que restaram precisos na Coxílica Rica, parte do Planalto Lageano. Equipe de pesquisa da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) identificou mais de 80 km desses antigos corredores de pedra.

Abaixo, à esq. *View of the city of São Paulo*, litografia de Richards Von Ingen e Snyder, 1857. In: *Brazil and the Brazilians*, D.P. Kidder e J.C. Fletcher-Philadelphia, Childs & Peterson, 1857.

Abaixo, à direita. *Araucárias*, foto de 1884. Paraná.

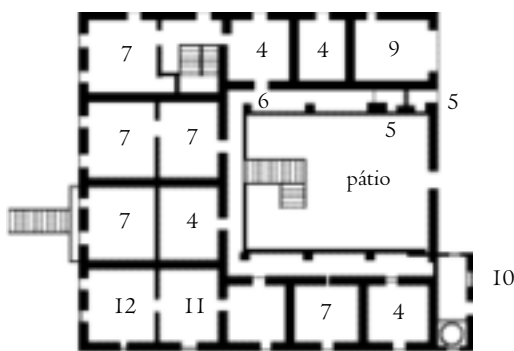




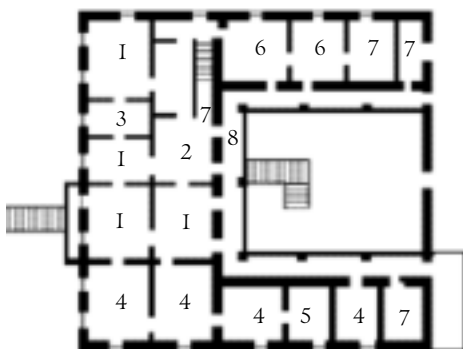
OS PROGRAMAS E OS PARTIDOS DA ARQUITETURA RURAL

Acima. FAZENDA DAS ALMAS, Piratini (RS), volumoso sobradão com planta aproximadamente quadrada e pátio central, como se vê abaixo.

- | | |
|-----------------|------------------|
| 1 - Estar. | 7 - Depósito. |
| 2 - Jantar. | 8 - Varanda. |
| 3 - Capela. | 9 - Garagem. |
| 4 - Dormitório. | 10 - Forno. |
| 5 - Banho. | 11 - Oficina. |
| 6 - Cozinha. | 12 - Escritório. |



Acima. Planta do térreo. Abaixo. Planta do pavimento superior



Não se propõe a arquitetura da economia do gado como sendo exclusivamente aquela para a qual se estabeleceu um programa de necessidades capaz de atender à função específica do criatório e/ou da produção do charque. Vale dizer, não apenas o espaço organizado para o funcionamento da estância e/ou da charqueada. Também algumas vilas e cidades, com sua arquitetura para habitação e serviços, vão adiante referidas. E nelas constata-se que suas edificações também foram permeadas pelos modismos nascidos no centro do poder, na época o Rio de Janeiro.

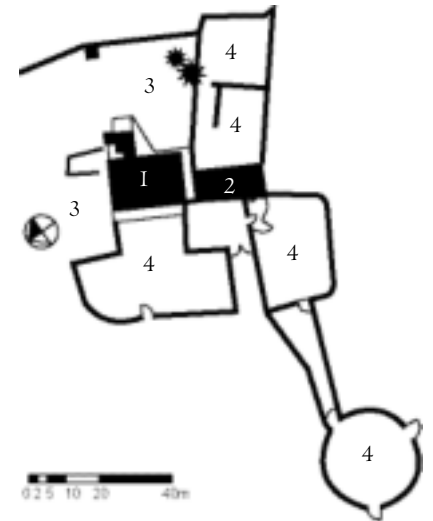
Por sua vez, a arquitetura, que obviamente pressupõe um programa de necessidades, cuja ausência a remeteria para o efêmero de um cenário, é qualificada pela sua maior ou menor adequação à função, construção e forma. Já Vitruvius, arquiteto romano (séc. I a.c.), as identificara como *utilitas, firmitas e venustas*. É, pois, a partir desses postulados que se propõe examinar alguns exemplares que, direta ou indiretamente, parecem ter recebido as "marcas" do gado.

No que refere à residência estancieira, prevaleceu a austeridade de um ascetismo desataviado, só raramente permissivo a devaneios estéticos. Por isso, ela jamais competiu com a casa-grande açucareira e aristocrática do Nordeste e com os sobradões burgueses pertencentes a comissários do açúcar ou a mineradores; nem tampouco com as refinadas sedes de fazendas cafeeiras que o baronato do café construiu.

Embora a arquitetura que a economia do gado sustentou no Rio Grande do Sul seja mais divulgada, as fazendas Cajuru, em Lages (SC), e Capão Alto, em

Castro (PR), são dois preciosos documentos que aqueles Estados deixaram como herança ao patrimônio cultural da Região Sul.

A sede da fazenda Cajuru é um esparramado casarão, de planta aproximadamente quadrada, que exhibe na sua frontaria uma série de meias-colunas toscanas, aparentando como se apilastradas fossem as alvenarias, que parecem lhes dar apoio. Seus capitéis, que não atingem o nível das beiradas, sequer "fingem" apoiar uma arquitrave, e a junção das meias-colunas com a alvenaria nos revela tratar-se não de pilastras, mas sim de colunas de vulto pleno. Portanto, seus capitéis apoiavam, efetivamente, uma arquitrave capaz de sustentar a beirada de um extenso avarandado existente ao longo de toda a frontaria. A data de 1865, registrada sobre a porta principal, indica, provavelmente, o término de sua construção. A outra data, 1941, registrada sobre a verga de uma das janelas da fachada, nos remete para a conjectura de uma substancial reforma havida naquela época, quando a sala principal foi pintada à maneira *art déco*. A principal modificação, o provável fechamento do avarandado, deve ter sido produto da inadequação de espaços abertos expostos aos ventos frios do planalto lageano, como conclui-se, igualmente, em relação à raridade de varandas na campanha rio-grandense. Se essa hipótese se confirmar, pode-se inferir que seu projeto original se inspira em uma família de casas rurais, cujas varandas possuem coberturas apoiadas em fileira modulada de colunas toscanas, existentes ainda no entorno da Baía de Guanabara, cujo principal exemplar é a sede da fazenda Colubandê, no município de São Gonçalo (RJ).



Acima. PLANTA ESQUEMÁTICA DA OCUPAÇÃO DO ENTORNO DA CASA-SEDE DA FAZENDA CAJURU, Lages (SC).

- 1 - Casa-sede.
- 2 - Galpão.
- 3 - Jardim.
- 4 - Mangueiras.

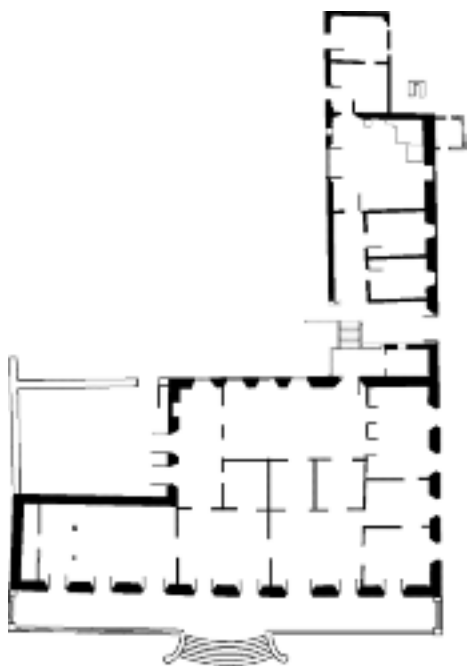
Abaixo. CAJURU é uma das maiores, mais belas e bem-organizadas sedes de fazenda que remanesceram no Planalto de Lages (SC).





Acima. A FAZENDA CAPÃO ALTO representa o que de melhor a arquitetura rural do Paraná legou ao patrimônio cultural da Região Sul.

Abaixo. PLANTA DA FAZENDA CAPÃO ALTO, assinalando a varanda, o pátio lateral e a puxada de serviço, além do corpo central elevado, tendo na extremidade esquerda a capela.



A fazenda Capão Alto, no município de Castro (PR), é um dos mais antigos e complexos conjuntos rurais, organizados nos campos gerais do Paraná, na "Paragem do Iapó". Local às margens desse rio, que transformado em pouso e descanso, permitia vau às tropas vindas do Sul com destino a Sorocaba. Sua construção, datada ainda do século XVIII, revela uma caixa de muros construída em taipa de pilão, conseqüência direta da cultura paulista que lhe deu origem e que à época sedimentava experiências bem-sucedidas na utilização daquela técnica até os confins de Goiás e Mato Grosso. Sua primeira planta se constituía em um retângulo, compartimentado com divisórias leves, provavelmente estruturadas em pau-a-pique, coberto por telhado de quatro águas, atendendo ao gosto e à facilidade construtiva dos que vinham de Piratininga. A quebra do retângulo puro, imposta pelo acréscimo de dois corpos de construção, um para capela e outro para serviços gerais, deve ter sido conseqüência da transmissão de propriedade para os carmelitas que, com certeza, a um eventual oratório existente teriam preferido uma capela ampla e desafogada.

No Rio Grande do Sul,⁶ o que primeiro chama a atenção e que predomina nas plantas de estâncias e charqueadas são os pátios internos em torno dos quais se organizaram as residências rurais, e se definem com quatro volumes da casa quando são totalmente interiorizados. Têm como principais exemplos a fazenda Arvorezinha, em Piratini, e a estância da Graça, em Pelotas. Quando



com três volumes, o pátio é completado por um lance de muro, como na fazenda do Cristal, em Canguçu, na fazenda das Almas, em Piratini, e na estância da Gruta, em Capão do Leão. Se o partido arquitetônico da casa é em "L", o acréscimo de dois lances de muros define o pátio. São exemplos a fazenda da Figueira, em Camaquã, e a fazenda da Lapa, em Encruzilhada do Sul.

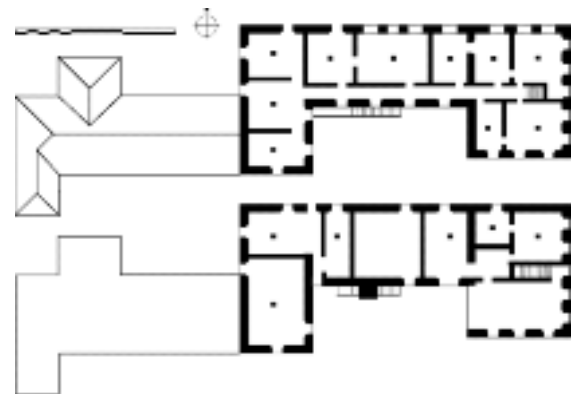
Na sua origem, nasceram aqueles espaços descobertos como proteção aos ventos quentes do norte da África e foram levados à Europa, onde os muçulmanos, quando de suas invasões, os adaptaram aos ventos frios da Península Ibérica. Também a Igreja Católica utilizou os pátios internos com frequência para organização e recolhimento de seus claustros, fazendo-os surgir nas Américas portuguesa e espanhola, a partir da instalação de seus primeiros conventos.

No Brasil, desde o início da colonização, esses pátios se mostraram eficientes, tanto por criar ambientes de recolhimento e meditação, na arquitetura conventual, quanto por facilitar a circulação, inicialmente apenas nas residências dos engenhos e nas chácaras. Ao final do século XIX, já estavam disseminados por todo o país, inclusive na arquitetura urbana.

O que também chama a atenção nos programas e conseqüentemente nas plantas das residências estancieiras, como dito anteriormente, é a ausência de varandas externas, que raramente se integraram à arquitetura rural dos Estados

Acima. FAZENDA DA PALMA, residência senhoria, assobrada, às margens do Arroio Pelotas, construída em 1819. Pelotas (RS).

Abaixo. PLANTA DA FAZENDA DA PALMA. No térreo ficavam as senzalas e os serviços. No pavimento superior a morada do proprietário, com extenso corredor de acesso aos diversos ambientes.





Acima. FAZENDA DA LAPA, Encruzilhada do Sul (RS), tem sua sede desenvolvida em planta de um só pavimento e organizada, como todas até aqui descritas, em torno de um pátio. Sua planta lembra muito a das casas urbanas, tanto na articulação das suas dependências quanto na relação da frontaria com a extensão de sua profundidade, o que de resto é consequência de testadas estreitas em lotes urbanos profundos.

Abaixo. INTERIOR DA MESMA FAZENDA COM SEU ORATÓRIO.



do Sul como consequência do clima, cuja inclémência reduziria de muito sua utilização nos descampados pastoris. Aqueles espaços de "convite", de conversa e de circulação foram pouco utilizados pelos estancieiros. Nem mesmo as varandas envidraçadas que protegeram as fazendas de café do Sudeste se atreveram a oferecer resistência ao ventos "pampeiro" e ao "minuano" nas campinas do Sul. Com muita propriedade, dizia Aroldo de Azevedo: "A casa é a feição geográfica de ocupação humana que melhor reflete o meio".

A capela – presente até com porte de igreja nos engenhos do Nordeste, onde a complexidade demográfica de seus habitantes assim exigia – no ruralismo sulino reduziu-se, com alguma exceção, a oratório, apoiado sobre a cômoda de um quarto, para atender às necessidades religiosas da família. Salvo melhor juízo, apenas a capela da fazenda da Lapa, em Encruzilhada do Sul, por ter sido propriedade do primeiro bispo do Rio Grande do Sul, e a capela da fazenda do Socorro, de construção "falso-antiga", possuem acessos independentes das respectivas residências. Pode-se citar também a chácara da Baronesa, nos arredores de Pelotas, malgrado sua capela ostentar os arcos agudos de que o neogótico utilizou-se nos fins do século XIX.

As distâncias dos centros comerciais e de serviços obrigavam, sempre que possível, a auto-suficiência, pelo menos para alimentação. Por isso que o programa das estâncias abrigava, além da cozinha, dois espaços relacionados com a produção de alimentos: a casa do charque, produzido em escala doméstica, e a atafona, para o fabrico da farinha, também consumida pelos moradores, até na forma de guloseimas, como o beiju. As distâncias e os meios de transporte lentos induziam a inclusão no programa residencial de uma dependência para abrigar hóspedes, às vezes chegada aos dias atuais escamoteada por outras funções.

A mesma maneira doméstica de viver impôs, nas casas de fazenda do Brasil, com pequenas variações, uma planta de residência urbana resgatada por

Gilberto Freire no seu livro *Olinda*. Organizava-se a planta com sala de visitas à frente ligada à sala de jantar ao fundo por um corredor com portas de acesso às alcovas, e a cozinha resolvia-se em puxado de serviços. É evidente que no mundo rural outras dependências eram indispensáveis, inclusive o quarto de hóspedes.

Além do gado em pé, que as estâncias comercializavam, a necessidade de estocar carne para consumo doméstico, como mais tarde para exportá-la, gerou um conglomerado demográfico e arquitetônico, na proximidade da lagoa dos Patos, que passou à história como charqueada. E assim como Heródoto definiu o Egito, dizendo-lhe dádiva do Nilo, e o arquiteto cearense José Liberal de Castro referiu-se à Fortaleza como dádiva do vento,⁷ poder-se-ia entender a cidade de Pelotas como dádiva das charqueadas.

Entre as residências de charqueadores melhor conservadas estão a da charqueada de São João e a da charqueada da Costa. São ambas construídas ainda na primeira metade do século XIX. A primeira é térrea e a segunda um sobrado contíguo a uma casa térrea preexistente.



Acima. VISTA DO PÁTIO INTERNO DA CHARQUEADA SÃO JOÃO, Pelotas (RS).

Abaixo. CHARQUEADA SÃO JOÃO (1810), Pelotas (RS), situada à margem direita do arroio Pelotas.





Acima. Espera, xilogravura pertencente à série “Charqueadas”, de Danúbio Gonçalves, Bagé, 1953. Retrata os trabalhadores, com sua indumentária tradicional, aguardando para o abate das rezes e o preparo do charque. Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, Porto Alegre (RS).

Parece repetir-se nas residências dos charqueadores o mesmo partido já comentado em relação às sedes de estâncias.⁸ Isto é, a morada procura sempre envolver um pátio que tem sua definição espacial com o acréscimo de um ou dois muros, dispensados quando o pátio se define com o envolvimento total da casa.

Mas o que difere, fundamentalmente, a residência do charqueador daquela do estancieiro é o volume do programa e a complexidade da compartimentação. O programa residencial estancieiro, relativamente reduzido, pode ser explicado pela necessidade de abrigar, além da família, não mais que uma dezena de escravos, quatro ou cinco utilizados como peões e outros tantos como mucamas. Já o charqueador necessitava repartir suas tarefas de comandar escravos às dezenas com parentes, amigos e agregados, além da necessidade de a casa ter de abrigar gente para a manutenção de duas fábricas: a do charque e a de elementos cerâmicos, a última produzindo na entressafra da primeira.

Estâncias e charqueadas foram, portanto, as duas sedes das atividades econômicas alicerçadas no gado. As primeiras, comercializando o gado em pé, abasteciam as charqueadas e as tropas. As segundas, que em menor escala também criavam, capitalizavam nos subprodutos do gado abatido o sustento maior da sua economia. A graxa, o sebo, os ossos e, principalmente, o couro e o charque, que eram, em grande parte, embarcados para o exterior, demandavam áreas especializadas para sua industrialização. Por isso, o saladeiro, espaço físico e sociológico mais complexo, exigia um partido de arquitetura aberto, onde as atividades sempre em expansão, como a produção de telhas e tijolos, poderiam ser abrigadas com o acréscimo de novas instalações. Como atividade ancilar da charqueada, a olaria justificava-se pelo aproveitamento de mão-de-obra no intercurso sazonal da atividade saladeril. Até porque sua produção, ultrapassando em muito o consumo doméstico,

Abaixo. Engenho de Carne Seca Brasileira, aquarela de J. B. Debret, 1829. Museu Castro Maya, IPHAN, Rio de Janeiro (RJ).





abastecia seu mercado urbano mais próximo, a cidade de Pelotas, em notável crescimento durante a segunda metade do século XIX.

A estância, com população mais rala, desvinculada de atividade industrial, produzia apenas o charque necessário para consumo, bem como o indispensável à dieta dos tropeiros. Isolada na paisagem de incomensuráveis sesmarias, contrapunha à sua solidão o gregarismo representado por um partido de arquitetura fechado, que aglutinava sob um mesmo teto as pessoas, cousas e atividades tuteladas pelo estancieiro. A busca de aconchego era obtida também pelo muramento dos espaços externos adjacentes à casa. Somente as lides com os animais eram abrigadas sob os tetos de galpões, assim mesmo sempre localizados nas proximidades da morada principal.

Ambas, estância e charqueada, utilizavam-se com frequência de um partido assobradado, apesar de Saint-Hilaire ter registrado, em 1820, a ausência de sobrados nas estâncias que visitou. Mesmo porque, vários dos exemplares adiante ilustrados não parecem construídos antes daquele ano. Assim, a casa de estância somente resolvia seu programa no rés-do-chão em datas mais recuadas ou

Acima. FAZENDA SOBRADO, São Lourenço (RS).

Abaixo. FAZENDA SANTA MARIA, Capão do Leão (RS).



Ao lado. CHARQUEADA À MARGEM ESQUERDA DO ARROIO FRAGATA, Pelotas (RS). Construída no final do século XVIII, pelo capitão-mor Antonio Rafael dos Anjos, em duas alas térreas, paralelas e retangulares, interligadas por um pátio.

Abaixo. CHARQUEADA BARÃO DE BUTUÍ, situada na margem esquerda do arroio Pelotas, Pelotas (RS). Além da residência-sede, ainda permanece parte da senzala, um trapiche de pedras e ruínas das instalações saladeris, provavelmente do início da instalação da charqueada, c. 1820.



Abaixo. CHARQUEADA BARÃO DO JARAU, à margem esquerda do arroio Pelotas, Pelotas (RS). Inicialmente uma casa térrea, teve em 1834, o acréscimo de uma construção de dois pavimentos. A introdução do alpendre em forma de L, é do século XX.



quando a topografia permitisse ao estancieiro o domínio visual sobre a paisagem. Acrescente-se que a utilização do piso térreo como espaço de serviços e dormitórios de peões e/ou escravos permitia ao sobrado também a função de mirante, que, à ausência de anteparo visual, o pampa convidava. Se a instalação da estância não exigia mais do que bons pastos e farta aguada, a charqueada e sua respectiva olaria necessitavam a proximidade de curso d'água capaz de transferir sua produção para porto de embarque, sem minimizar a indispensabilidade da água para higienização daquela indústria.

No que refere à construção, tanto as estâncias quanto as charqueadas utilizaram, para a arquitetura de suas residências, técnicas construtivas há muito conhecidas nas áreas colonizadas mais antigas do país. O arcabouço-portante, vale dizer, o conjunto das paredes que recebiam diretamente as cargas dos telhados, utilizou pedras de mão recolhidas ao acaso, argamassadas com barro. As paredes divisórias eram construídas na técnica do pau-a-pique. Todo o conjunto era coberto com telhado de telha canal, ou com palha nos exemplares primitivos, apoiado em estrutura de caibro armado, executada com peças falquejadas.

Já as charqueadas, tendo ao alcance da mão os produtos das suas olarias, resolveram o arcabouço-portante com tijolos e construíram as divisórias com estuque, cujo barro tinha como suporte tabiques de tábuas apoiadas no soalho e no madeiramento do telhado. Sobre as tábuas, assim pregadas ao alto, aplicavam-se ripas de perfil trapezoidal, fixadas pela face menor do trapézio, para facilitar a retenção da lâmina de barro.

Nos campos de cima da serra, a abundância de araucária punha em evidência a sugestão de se aproveitar o material de mais fácil obtenção, a madeira. Por isso, não raro, nas sedes de fazendas da região, até as coberturas eram realizadas com tabuinhas, chamadas de scandole pelo colono italiano, chegado no último quartel do século XIX.

À REDE URBANA E SUA ARQUITETURA

Ainda na primeira metade do século XVII, a "descida" pelo litoral de vicentinos em busca de ouro, como já se disse, resultou no estabelecimento de algumas povoações em torno da baía de Paranaguá (PR) e na ilha de São Francisco (SC). Na segunda metade daquele século, nascem as vilas do Desterro (hoje Florianópolis) e de Laguna, extremo sul da linha de Tordesilhas, ratificada no Tratado de Madri. Na continuidade do percurso, aos vicentinos se agregaria a primeira geração de lagunistas, buscando estabelecer um caminho de Laguna para a colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680. Caminho já percorrido nos primeiros anos do século XVIII.

Em meio à imensa fimbria litorânea que ligava essas duas vilas havia a embocadura de "um rio grande", a lagoa dos Patos, cuja posse a Coroa buscava consolidar, estabelecendo, em 1737, um acampamento militar que viria a se tornar a cidade de Rio Grande, primeira povoação lusa no território rio-grandense.

Ao longo desse percurso, conhecido como Caminho da Praia, estabeleceram-se várias outras povoações que, no século XIX, se transformaram em cidades, entre elas Viamão.

A partir do Tratado de Madri, na busca de uma fronteira estratégica, encontrou-se o local para o estabelecimento de uma vila, hoje Rio Pardo, cujo papel desempenhado como ponta de lança contra os espanhóis creditou-lhe, no brasão, o título de "Tranqueira Invicta". Em sua direção, a partir de



Acima. Mapa que se estende da Vila do Rio Grande de São Pedro até o Distrito de Viamão, José Custódio de Sá e Faria, 1763. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. IGREJA MATRIZ DE SÃO PEDRO, Rio Grande (RS). A mais antiga igreja do Estado, construída entre 1754 a 1776.





Acima. ARCADEA DO PÁTIO INTERNO DA ESCOLA MILITAR, Rio Pardo (RS).

Abaixo. ORIGINALMENTE CASA DE CARIDADE, cujo projeto é atribuído ao arquiteto Johann Martin Buff, encomendado pela Irmandade de Caridade do Senhor Bom Jesus dos Passos, por volta de 1847. Iniciada a construção em 1848, durante a Revolução Farroupilha, para ser hospital, foi concluída somente em 1884. No final do século XIX, passou a ser escola militar. Sua volumosa arquitetura revela a posição estratégica onde se estabelecera. Foi restaurada para acolher o Centro Regional de Cultura Rio Pardo (RS).

Porto Alegre, os luso-brasileiros, aí incluídos os açorianos, deitaram raízes em Triunfo, Taquari e Santo Amaro, no início do século XIX. É época em que se fundaram os quatro primeiros municípios do Estado do Rio Grande do Sul: Rio Grande, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo.

Na primeira metade do século XIX, pouco acima de Rio Grande, nasce a cidade de Pelotas, cujo destino era centralizar a rentável produção do charque que, em meados daquele século, havia se expandido em outros centros menores de produção. O que lhe dava condições para o ócio criador e, como consequência, guindava-a à posição de liderar o desenvolvimento cultural do Estado na segunda metade do século XIX.

Aqueles percursos, no rumo de Sorocaba, ao mesmo tempo em que favoreciam o estabelecimento de núcleos urbanos, ocupavam os interstícios do território com atividade econômica lastreada no gado alçado,⁹ que abasteceria, por vários anos, as tropas levadas ao centro do país.

Redirecionando a penetração, por três rotas distintas, os descendentes dos primeiros povoadores levaram tropas na direção de Sorocaba. E sobre o rastro que as tropas deixaram, fortaleceram-se os embriões dos povoados localizados ao longo do primeiro percurso, o então chamado Caminho de Viamão, a partir de onde, em 1732, Cristóvão de Abreu acessara ao planalto via Araranguá.

Em meados do século XIX, duas outras rotas se ofereceram. Uma, a partir de Cruz Alta, viria a se constituir no Caminho Novo da Vacaria, responsável





Acima. CAPELA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO, Rio Pardo (RS), de 1800.

Ao lado. IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, Viamão (RS). O projeto é do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, tendo sido inaugurada em 1771.

por grande parte do povoamento do planalto médio e entroncaria com o Caminho do Viamão à altura de Lages.

A outra, a Estrada das Missões, partia de Santo Ângelo, numa arrancada bem mais racional, pois a região era centro de gravidade da produção do muar, e o território das antigas Missões já se havia consagrado como zona abastecedora de tropas, por excelência. Essa rota atravessava o rio Uruguai no Passo de Goio-Em, entroncando-se com os dois primeiros caminhos na cidade de Ponta Grossa (PR).

Em Santa Catarina, os tropeiros deixaram na cidade de Lages a maior herança do seu legado cultural. E o Paraná contribuiu para o enriquecimento do patrimônio histórico brasileiro com o seu principal conjunto urbano da economia do gado: a cidade da Lapa. Sua Matriz, sua antiga Casa de Câmara e Cadeia e seu Teatro, além de seu casario homogêneo, edificado no auge do tropeirismo, aliados a condições geográficas favoráveis, garantiram-lhe sediar uma feira intermediária no caminho de Sorocaba. Isto porque Curitiba,

Abaixo. PREFEITURA de Lages (SC), do final do século XIX. Seu requintado tratamento plástico coincide com o apogeu do tropeirismo.





Acima. CASARIO NO CENTRO HISTÓRICO, Lapa (PR).

Ao lado. NO PARANÁ FOI A CIDADE DA LAPA QUE MAIS SE BENEFICIOU DA ECONOMIA DO GADO, por isso sua arquitetura, e notadamente seu Teatro São João, se incluí como demanda refinada de uma cidade em pleno progresso.

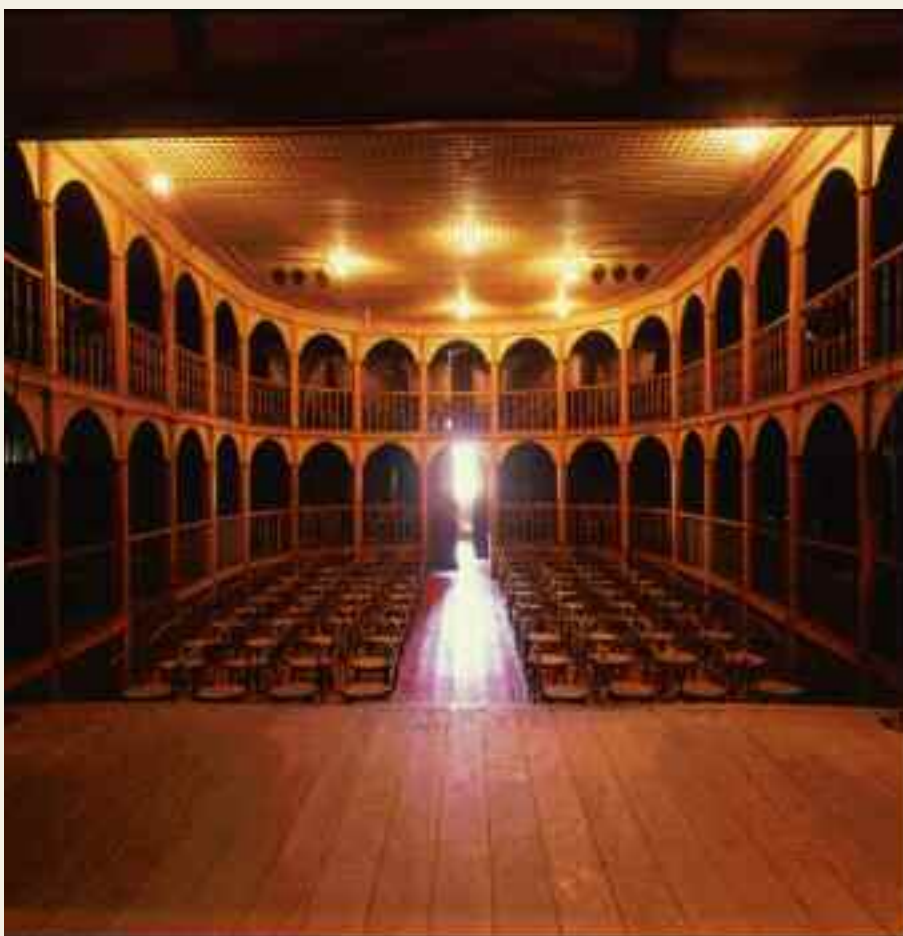
Abaixo. CASA DE CÂMARA E CADEIA, Lapa (PR), de 1868, atual Câmara de Vereadores e Museu de Armas.



estabelecida ainda no século XVII, não tinha obtido dividendos significativos daquela economia. Cabe, no Paraná, além da cidade da Lapa, sublinhar, também, a importância das cidades de Castro e Ponta Grossa.

Dos três Estados, o Rio Grande do Sul, pela sua condição de arrebanhador e principal municador das tropas que, ao longo de seus caminhos, em pousos e internadas, semearam os embriões de inúmeros povoados, parece ter sido o Estado que melhor capitalizou a herança material originada da economia pastoril.

Nele, durante o século XIX, desenvolveram-se cidades com arquitetura em nível de qualidade, à época, mais rara nos outros dois Estados. Cidades que continuaram até final do século XIX apoiando o tropeirismo, e que, no curso dos seus desenvolvimentos, nos legaram exemplares de arquitetura dignos de registro. Mas essa arquitetura, quando residência dos estratos sociais mais modestos, só muito timidamente fugia da mesmice constatada por Vauthier ao dizer, no Recife: "Quem viu uma casa, viu todas". E quando atendia à pequena burguesia que então se formava, habitando sobrados mistos de residência e comércio, a linguagem plástica dita "colonial" – apesar de o país já ter



conquistado a independência política – era a mesma utilizada nas residências estancieiras.

No final do século XIX, as cidades maiores e de economia mais desenvolvida, associadas às charqueadas e ao criatório, optaram por "modernizar" sua arquitetura estimuladas pelo gregarismo urbano que, ao contrário do isolamento estancieiro, expunha, lado a lado, as condições econômico-sociais de seus proprietários.

Ao encontro dessa disposição "modernizadora" e atraído pela ampliação de oferta de trabalho induzida pelo avanço da economia, surgia um novo tipo de profissional da construção civil: o estuador, quase sempre de ascendência, ou mesmo de origem, italiana.

Eram os profissionais do "historicismo", por meio dos quais a arquitetura de "porta-e duas-janelas" – vale dizer, a arquitetura que a pequena burguesia alcançava – se exibia atualizada com a modernidade. Dir-se-ia, até de forma pretensiosa, quando os estuadores vestiam as fachadas com uma "roupagem plástica" que, à época, o ecletismo sugeria. Já para as mansões e para a arquitetura "palaciana", que os novos programas republicanos demandavam, era por intermédio de arquitetos eruditos que o ecletismo oferecia à escolha modelos transitando desde um já anacrônico neoclássico, seguindo pelo romantismo, passando por outros tantos "neos", até transformar-se em resistência ao "modernismo de 22", com o neocolonial. E a caracterização daqueles "estilos" se valia de elementos inspirados em um vocabulário que tinha origem na antigüidade clássica. Assim, pilastras, vasos, bustos, capitéis de todas as ordens, frisos, cornijas, florões tudo era aplicado sobre as fachadas, com tal persistência, que uma das palavras de ordem com que o movimento contemporâneo rompeu o *status quo* foi o "abaixo o ornamento".

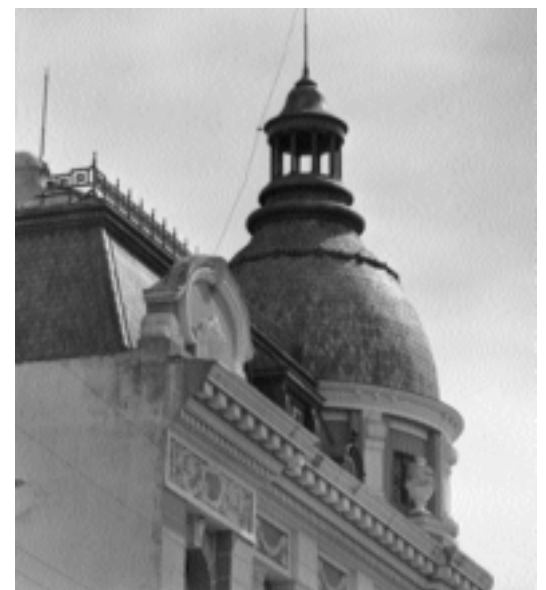
Mesmo que se possa encarar como um tanto permissiva a doutrina de que vinha impregnado o ecletismo, ele foi controverso desde sua origem, ainda que tenha sabido melhor responder à postura filosófica do positivismo, eleita pela classe dirigente gaúcha, na penúltima virada de século; e até porque tenha sido vetor do gosto pela precisão necessária à arquitetura do ferro, então festejada.

Desde quando se ofereceu o historicismo como única saída para o desenvolvimento da arquitetura na segunda metade do século XIX, se estava,



Acima. VIDROS DECORADOS E CÚPULAS REVESTIDAS DE ARDÓSIA são alguns sinais do progresso que as charqueadas ofereciam à cidade de Pelotas (RS).

Abaixo. ANTIGA SEDE DO BANCO DO BRASIL, Pelotas (RS). Construção de 1928, hoje Secretaria Municipal de Finanças.





Acima. ANTIGO CLUBE COMERCIAL, solar da Sociedade Espanhola, de 1905, hoje Instituto Municipal de Belas Artes, Bagé (RS).

Abaixo. CLUBE COMERCIAL, Uruguaiana (RS), de 1893. Exemplo de ecletismo.



simultaneamente, subvertendo a ordem da elaboração projetual e incitando a que se concebesse os espaços para organização da vida por meio de um invólucro previamente ornamentado, cujo paradigma brasileiro coube ao Rio de Janeiro elaborar. A avenida Central daquela cidade foi construída a partir de concurso público para realização de fachadas ao longo de seu percurso. Inferindo-se daí que a intenção de tal concurso não era promover a qualificação da arquitetura brasileira, mas de, certamente, enriquecer, de forma nostálgica, a paisagem urbana do Rio de Janeiro.

Essa era a arquitetura, evidentemente empobrecida em relação a seu modelo europeu que, na virada do século XIX para o XX, passava a compor o fâcies urbano de cidades, como Bagé, Porto Alegre, Santa Maria e, principalmente, Pelotas, cidade da Região Sul que melhor desenvolveu os equipamentos urbanos e a cultura no mais amplo sentido, em grande parte consequência da "europeização" de filhos das famílias mais abastadas. Por isso que, no legado arquitetônico com o qual a cidade contribuiu para o acervo cultural rio-grandense, merecem



destaque algumas de suas edificações. Entre essas, o conjunto de três casarões do último quartel do século XIX, construído na praça Coronel Pedro Osório. Atribuído ao arquiteto José Izella Merote, foi projetado na linguagem que à época professavam os centros da vanguarda cultural: o ecletismo – ainda que tenha tido "fisionomia" original datada de 1820 o casarão que fora mandado construir pelo charqueador José Vieira Viana. Destaque especial cabe, entretanto, à edificação do centro do conjunto, que alia à planta bem-elaborada, um átrio acessado por arcadas de belas proporções "palladianas".

Na mesma praça, aquele arquiteto projetou, também, a Biblioteca Pública. Na sua proximidade, uma outra residência, mais tarde adaptada às funções do Clube Comercial, destacável pelas preciosas caixilharias das bandeiras, como pelas portas que dão acesso ao saguão, com seus vidros coloridos tratados à maneira de vitrais. Ao que tudo indica deve ter influenciado vários exemplares na cidade e até mesmo estendido este modelo ao norte até Piratini e ao sul até Rio Grande.

Acima. MERCADO PÚBLICO, Bagé (RS), construção iniciada em 1862, torres e cúpula de 1914. Produto da riqueza que o gado ofereceu à região, demolido em 1953.

Abaixo. GRANDE HOTEL, Pelotas (RS), 1928.





Acima. PRAÇA CORONEL PEDRO OSÓRIO, Pelotas (RS), no ano de 1922.

Abaixo. CAIXA D'ÁGUA EM FERRO FUNDIDO, Pelotas (RS). Estrutura metálica industrial, francesa, montada no local em 1875.



Ainda nessa praça, além da bela fonte em metal, trazida da França, merece destaque o Teatro Sete de Abril – a casa de espetáculos mais antiga do Estado, ainda em funcionamento –, apesar das duas reformas descaracterizadoras que lhe foram impostas antes de seu tombamento pelo IPHAN. Valorizam ainda o espaço mais nobre da cidade, o prédio da Prefeitura e, principalmente, o Grande Hotel que, a par de espacialmente bem-resolvido, se mostra inovador com a utilização da então moderna tecnologia do ferro/vidro. No final do século XIX, com o advento da República demandando novos programas de arquitetura e com o encolhimento na produção do charque, várias residências de ricos charqueadores foram adaptadas a clubes, instituições de ensino, edifícios de funções administrativas etc., propiciando a manutenção de uma textura involuntariamente homogênea para o fâcies urbano de Pelotas.

A cidade guarda, ainda, dois notáveis exemplos de equipamento urbano: a fonte que valoriza sobremaneira o centro da praça Coronel Pedro Osório e a extraordinária caixa d'água, pré-moldada em ferro fundido. Importada da



Ao lado **TEATRO SETE DE ABRIL**, Pelotas (RS).
Construído em 1833, passou por reformas em 1870 e 1916, quando adquiriu a feição atual. Em funcionamento contínuo, só fechou as portas durante a Revolução Farroupilha.

França, em 1875, como produto de indústria, deve possuir outros exemplares iguais, além daquele em Rio Grande e que não teve a mesma sorte na sua conservação.

Já os núcleos urbanos, como Piratini, Triunfo, Rio Pardo, ou Lages e Lapa, de economia mais tímida, seguiam imprimindo ao seu casario uma modenatura de há muito consagrada na arquitetura tradicional do Brasil.

Cabe ainda destacar as cidades que se estabeleceram nas fronteiras com os países do Prata e que se constituem nas derradeiras manifestações igualmente significativas que a cultura e a economia do gado nos legaram: São Borja, Itaquí, Uruguiana, Quaraí, Livramento, Dom Pedrito e Jaguarão.

Se as variáveis econômico-sociais interferiram diretamente nos programas e partidos da sua arquitetura, em relação ao seu desenho urbano foram a topografia e a época que agregaram personalidade marcada por um partido urbanístico já há muito utilizado pelos espanhóis na América e tornado frequente no Brasil do século XIX. Assim, essas cidades fronteiriças caracteri-

Abaixo **CASA DA CAMARINHA**, Piratini (RS).
Uma das mais antigas moradas, revestida com barro e paredes internas de pau-a-pique.





Acima. CASA COM “PORTA-JANELA”, de influência espanhola, Bagé (RS).

Abaixo. PRAÇA MARECHAL DEODORO, OU DA MATRIZ, Porto Alegre (RS). Aglutinava o Teatro São Pedro (1858), a Casa da Câmara (1864), o antigo Palácio Provincial (1871), o Palácio Piratini (1821), o Auditório Araújo Viana, local onde hoje se encontra a Assembléia Legislativa, a Matriz da Madre de Deus (1779) e a Capela do Divino Espírito Santo, demolidas em 1920, para construção da Catedral Metropolitana. Foto da década de 1930.

zaram-se pela utilização de um plano quadriculado com praça central ao gosto da Plaza Mayor, embora sem seu caráter cívico e também sem sua função de mercado, posto que valorizada apenas pelo que oferecia como lazer subtropical. A proximidade com a Argentina e o Uruguai explica por que nessas cidades há uma arquitetura que traz evidentes os traços de forte influência espanhola, onde, por exemplo, os vãos de janelas pouco elevadas em relação ao nível das calçadas, rasgavam-se até o soalho e permitiam, pelos gradis sacados ou entalados, bisbilhotar-se os transeuntes.

A cidade de Porto Alegre, mesmo que pouco tenha recebido, diretamente, da economia pastoril – os dividendos lhe chegavam mais a partir do comércio, de serviços, do porto e das primeiras indústrias que imigrantes alemães (1824) e mais tarde italianos (1875) aqui implantaram – pôde legar-nos do século XIX um significativo elenco de edificações residenciais, religiosas e de serviços.

Dentre as edificações oficiais que compõem o acervo cultural de Porto Alegre, sobressai em importância, como seu mais antigo documento urbano, a casa da Real Fazenda, provavelmente a única caixa de muros que, na cidade, remonta ao século XVIII.





Ao lado. SOLAR LOPO GONÇALVES, Porto Alegre (RS), construído entre 1845 e 1855, hoje Museu Joaquim Felizardo.

Como residências mais antigas, cabe exemplificar uma do primeiro quartel, uma de meados e outra do terceiro quartel do século XIX. A primeira, hoje conhecida como solar dos Câmara foi, com certeza, a mais suntuosa que Porto Alegre conheceu até a primeira metade daquele século. A edificação, originariamente concebida com linguagem de arquitetura estabelecida na Colônia, no último terço daquele século, adaptou sua frontaria, apesar da permanência dos portões barrocos à feição neoclássica, então visual de progresso. A segunda é o solar Lopo Gonçalves, cuja condição de chácara e de extramuros, permitiu-lhe implantação em centro de amplo terreno e, talvez por isso, a despreocupação de se atualizar plasticamente. A última, um sobrado azulejado, é um dos três remanescentes de uma arquitetura tornada modismo no litoral brasileiro, durante a segunda metade do século XIX, e cuja recorrência, em Porto Alegre, personalizou aqueles sobrados com a substituição da platibanda de alvenaria por gradil de ferro. A conjugação de ornamento e proteção contra a intempérie, propiciada pelo

Abaixo. ANDAR SUPERIOR DE SOBRADO COM FACHADA REVESTIDA EM AZULEJOS, platibanda com gradil de ferro. Construído na década de 1870 no centro histórico de Porto Alegre (RS).





Acima. IGREJA NOSSA SENHORA DAS DORES, Porto Alegre (RS). Foto da década de 1930.

Abaixo. PORTO DE PORTO ALEGRE (RS) COM DOCA; à esquerda, o Mercado Público, c.1895.

azulejo, representa inovação brasileira na forma de se utilizar revestimento que, decorativamente, é substrato da cultura portuguesa.

Nos programas religiosos, três remanescentes merecem registro: o seminário Episcopal, a igreja de Nossa Senhora das Dores e a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Essa foi construída na época em que o vocabulário plástico herdado do barroco já cedera lugar às expressões mais contidas do neoclacissismo. Sua volumetria, ainda vinculada ao estilo da contra-reforma, abriga um rococó já desataviado.

O antigo seminário episcopal, hoje cúria metropolitana, projeta-se como uma das edificações mais monumentais e elaboradas que o século XIX legou à cidade. Ali, o neoclassicismo restabeleceu sua nobreza ao substituir a argamassa pela cantaria. E o quase século que durou a construção da igreja de Nossa Senhora das Dores, evidencia-se na contradição entre suas fachadas laterais,



construídas com a modenatura vigente no início do século XIX, com sua frontaria erguida dentro da concepção neoclássica e com a cobertura de suas torres, provavelmente estilizadas pelo gosto pessoal do seu arquiteto. Sua implantação privilegiada no topo de monumental escadaria oferece, a quem, pelo rio, acessa à cidade pela fachada norte da península, visuais dignas do melhor urbanismo. Também dessa época, destaca-se o Teatro São Pedro, como um dos mais acariciados programas para lazer e cultura que a cidade dispunha.

Finalmente, os prédios da antiga delegacia fiscal, hoje Museu de Arte do Rio Grande do Sul, e dos Correios e Telégrafos, hoje Memorial do Rio Grande do Sul, funcionam como pórtico a acessar a avenida Sepúlveda, no fundo limitada pelo monumental Portão do Cais do Porto, entrada e saída fluvial da cidade e que, juntamente com a ferrovia, romperia com o exclusivismo da economia pastoril.

Abaixo. PRAÇA GENERAL OSÓRIO E PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO, conjunto popularmente denominado de Praça da Alfândega. Foto do final de 1930. Partindo dessa praça, a avenida Sepúlveda conduz ao portão central do Cais do Porto, Porto Alegre (RS).



CAFÉ

PORTINARI

130x195cm, 1935

Pintura a óleo/tela,

Coleção Museu Nacional de

Belas Artes, Rio de Janeiro, Brasil.

Esta obra recebeu menção honrosa do

Carnegie Institute - Pittisburgh, PA,

constituindo-se no primeiro prêmio

no exterior recebido pelo artista.





GUSTAVO ROCHA-PEIXOTO

A ARQUITETURA DO CAFÉ



“ – *Aceita um cafezinho?* ”

Essa pergunta introduz um ritual quase obrigatório da hospitalidade brasileira. Já no começo do século XIX, Luccock, Debret e outros viajantes europeus descreveram como os brasileiros tiveram a idéia brilhante de servir um cafezinho ao final das refeições. Mas a planta não é brasileira. É originária das proximidades de Kaffa, na Etiópia. Os grãos já eram assados em gordura na Pérsia desde o século VII. Uma cultura bem aclimatada de café começou no século XV, em torno da cidade de Moka, na Península Arábica. O café, então, passou a ser torrado e moído para dele se fazer uma infusão. Da Arábia, o cultivo da planta e a cultura social da bebida alastraram-se para o Oriente Próximo e para o norte da África. Na Constantinopla do final do século XVII, todas as classes sociais tomavam café em abundância e, a partir da antiga capital otomana, os grãos foram comercializados no Mediterrâneo. Chegaram à França, onde o café era consumido como bebida elegante em Versailles e nos salões aristocráticos da época de Luiz XV. Os holandeses plantaram café em Java (Indonésia). Havia sementes no Jardim Botânico de Amsterdã, donde saíram as matrizes para o plantio extensivo que a Companhia das Índias promoveu na Guiana Holandesa (Suriname) e nas Índias Ocidentais (Antilhas holandesas).



Em 1727, o tenente Francisco de Mello Palheta foi tratar de questões de fronteira na Guiana Francesa e ganhou da esposa do governador d'Orvilliers as sementes que se tornariam os primeiros cafezais do Brasil. Foram cultivadas primeiro no Grão-Pará e no Estado do Maranhão – como se chamava, então, a administração da parte norte da América Portuguesa. Daí chegaram ao Rio de Janeiro, por volta de 1760.¹

Ao vingarem, pois, no sudeste do Brasil, esses arbustos iniciais de *Coffea arabica* vinham carregados de uma cultura milenar e mundializada: bebida árabe de planta etíope, vicejando nos quatro cantos do mundo tropical, o café estava consagrado na Europa, de Constantinopla a Londres e Paris, de São Petersburgo e Viena a Lisboa.

Os estrangeiros que se fixaram no Rio de Janeiro no tempo de d. João VI deram impulso ao plantio monocultor. Um dos primeiros plantadores não

Acima. FAZENDA PAU GRANDE, Paty do Alferes (RJ).

Abaixo. *Café*, aquarela sobre papel de Jean Baptiste Debret, 1834. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro (RJ).





Acima. MAPA DO BRASIL com a localização das áreas cafeeiras.

Página 198. ESCRAVOS NA COLHEITA DO CAFÉ, Rio de Janeiro, c. 1882.



Abaixo. *Plantação de Café*, litografia de Johann Steinmann, 1835. In: *Souvenirs de Rio de Janeiro dessinés d'après nature*, Bale: Steinmann. Ed. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).



luso-brasileiros foi o normando Louis François Lecesne, que chegou à cidade em 1816 e já no ano seguinte tinha estabelecido, em sociedade com o duque de Luxemburgo, uma plantação que chegaria a contar 50 mil pés na fazenda São Luís, na encosta da Gávea Pequena.

Seu vizinho tinha um sobrenome que parece sob medida para um cafeeiro: era o inglês Charles Alexander Moke, que chegou a ter 40 mil pés na fazenda Nassau. Pequenas fazendas de europeus (Gestas, Taunay, Roquefeuille, Hogendorp...) surgiram então na Gávea, Alto da Boa Vista e Cascatinha da Tijuca. O levantamento da iconografia desses estabelecimentos, feito por Gilberto Ferrez,² mostra casas pequenas e sem luxo. A arquitetura muito sim-

ples, às vezes bastante precária, varia muito e não permite que se estabeleça uma análise formal consistente. Também não houve tempo para que se constituísse um sistema arquitetônico porque o alastramento do café provocou um desmatamento tão severo nas encostas da Gávea e da Tijuca que, em 1857, o governo imperial decidiu intervir, desapropriou todas as propriedades e, a partir de 1861, os cafezais deram lugar a um reflorestamento extensivo com espécies nativas, comandado pelo major Manoel Gomes Archer, que garantiria os mananciais d'água potável para a cidade.

Terminava, assim, a agricultura comercial de café no município do Rio de Janeiro e consolidava-se a expansão para o interior em duas frentes. Um braço dirigiu-se para São Gonçalo e daí pela baixada até Campos e pela zona montanhosa do norte fluminense com centro em Cantagalo até Santa Maria Madalena. Outro braço estendeu-se pelo vale do rio Paraíba do Sul até Resende e daí para a mata mineira e para o interior de São Paulo até Jacaré e, em seguida, para os chapadões do planalto paulista até Campinas e Jundiá. O centro de referência dessa diretriz nos tempos do Segundo Reinado é a cidade de Vassouras, que se tornou a síntese e uma espécie de símbolo da cultura urbanística do café imperial, como fora Ouro Preto em relação à mineração.

O começo da monocultura extensiva da planta no Rio de Janeiro foi contemporâneo à chegada da família real portuguesa, começo da seqüência de transformações políticas que levariam à separação do Brasil de Portugal e ao amadurecimento da arquitetura acadêmica classicizante. A expansão da área cafeeira para o interior das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo coincidiu com o alastramento do neoclássicismo e com os primeiros tempos do Brasil independente. Segundo Carlos Lemos, *o café e o neoclássico arribaram em São Paulo juntos*.³ Racionalidade, nacionalidade e independência não têm com a cultura do café uma relação direta de causa-e-efeito, mas a



Acima. ESCUDO DE ARMAS DO IMPÉRIO, ladeado por ramos de café e tabaco, ligados pelo laço simbólico da Nação. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. *Colheita do café nas encostas do Corcovado*, litografia de Engelman, segundo desenho de Rugendas, 1835. In: *Voyage pittoresque dans le Brésil*. IGHB, Rio de Janeiro (RJ).



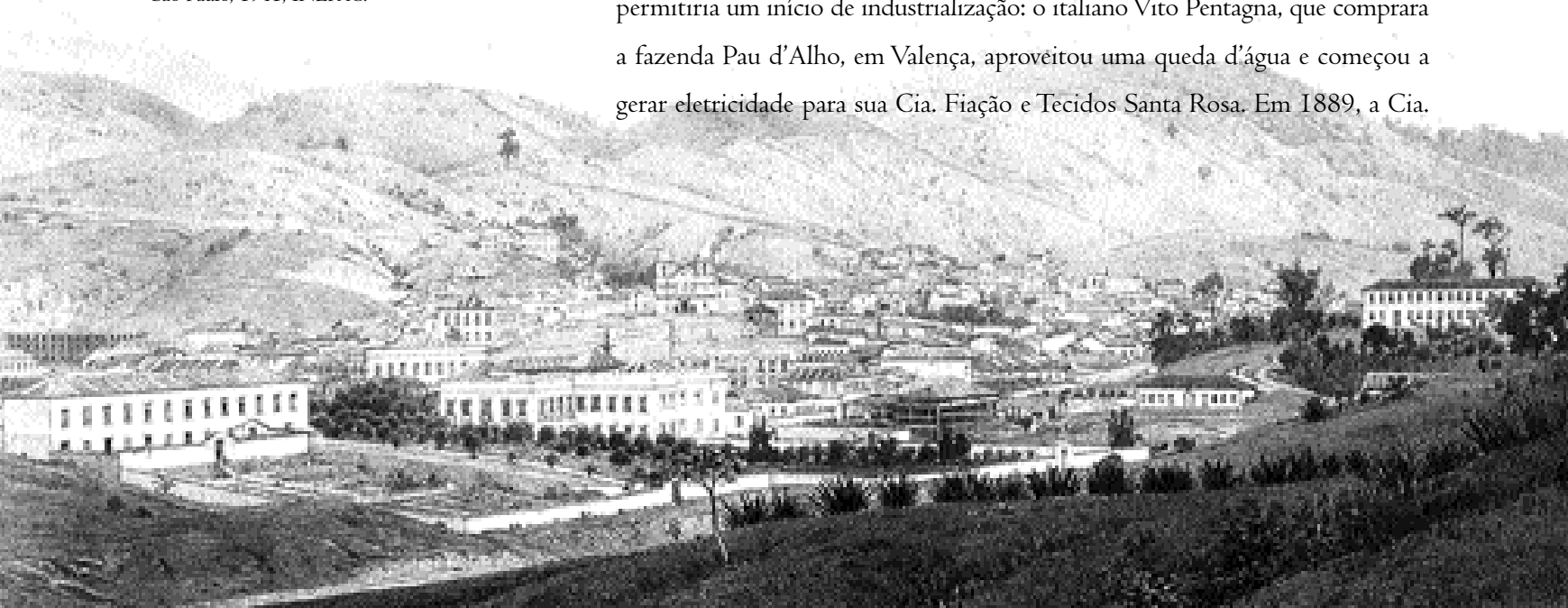


Acima. ESTAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL, Rio de Janeiro (RJ), c. 1899.

planta associou-se tão fortemente aos processos político e estético que, na bandeira do Império do Brasil, a cruz de Cristo entrelaçada com a esfera armilar e a coroa diamantina foram abraçadas por dois ramos de café e tabaco como emblemas de sua riqueza comercial⁴ – tudo isso na conformação neoclássica do risco de Debret.

Durante o Segundo Reinado, continuou o alargamento da área de cultivo para o sul de Minas Gerais e para o centro da província de São Paulo, onde a chegada da nova economia significou mudança radical dos hábitos de moradia.⁵ A produção era dependente da existência de terras disponíveis para uma contínua expansão do plantio e da mão-de-obra escrava, abundante e virtualmente gratuita. Em meados do século XIX, mais de 50% das exportações brasileiras vinham do café. Com a abolição da escravatura, a zona cafeeira fluminense entrou em colapso imediato. No Estado do Rio de Janeiro, a economia agrária faliu, mas deixou montada uma boa rede ferroviária que permitiria um início de industrialização: o italiano Vito Pentagna, que comprara a fazenda Pau d'Alho, em Valença, aproveitou uma queda d'água e começou a gerar eletricidade para sua Cia. Fiação e Tecidos Santa Rosa. Em 1889, a Cia.

Abaixo. Vista panorâmica de Vassouras, litografia de Victor Frond, 1859. In: Ribeyrolles, Charles - *Brasil pitoresco: história, descrições e viagens*, Livraria Martins - São Paulo, 1941, INEPAC.





de Papel Itacolomi inicia a industrialização do município de Mendes, abastecida pela Cia. Industrial de Eletricidade. Pirai, Paracambi, Cordeiro e outras cidades também se industrializaram.

No início do século XIX, a cultura do café chegou a São Paulo e, rapidamente, ocupou as terras dos canaviais de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Jacareí, cidades cujas origens remontam ao século XVII. A partir dos núcleos antigos de Jundiaí, Itu e Sorocaba, a área plantada expandiu-se continuamente pelo vale do Tietê em direção ao noroeste paulista. A chegada do trem impulsionou ainda mais a cultura cafeeira para o interior de São Paulo. As ferrovias Rio de Janeiro-São Paulo, Santos-Jundiaí e Sorocabana dinamizaram o escoamento para o porto e fizeram de Campinas e Ribeirão Preto importantes entroncamentos do comércio cafeeiro.

No início da República foi fortalecida a produção paulista, que já dispunha há algum tempo de mão-de-obra livre. Em São Paulo, o trem e a imigração favoreceram o início da industrialização mesmo antes do fim da escravidão. Em 1869, foi inaugurada a fábrica de tecidos São Luís, em Itu, que dispunha de maquinário inglês e norte-americano a vapor.

Estabeleceram-se novas frentes em Minas Gerais, no Paraná e no Espírito Santo. A base da economia brasileira na República Velha foi o café de São Paulo. O crescimento da população e da riqueza deixou marcas notáveis na arquitetura e na urbanização paulistana, que se confundem com as consequências iniciais da sua opulência industrial.

Acima. CHEGADA DO CAFÉ NO PORTO, Santos (SP), c. 1890. A estrutura ferroviária, iniciada no império, garantiu o movimento de cargas, principalmente café, destinados ao comércio exterior. Ainda hoje se mantém como o principal porto do país.

Abaixo. RUA XV DE NOVEMBRO E LARGO DA SÉ, São Paulo (SP), em 1916.





Acima. PALÁCIO DA BOLSA OFICIAL DO CAFÉ, 1922-1986. Hoje, Museu do Café Brasileiro, Santos (SP). Teve seu projeto e obras a cargo da Companhia Construtora de Santos. Representou, na época, pelo seu requinte, um monumento ao capital cafeeiro, pois, na época, Santos era a maior praça cafeeira do mundo.



Acima. PALÁCIO IMPERIAL, atual Museu Imperial, Petrópolis (RJ). Projeto do major Júlio Frederico Koeller, obra concluída em 1849 pelo arquiteto José Maria Jacinto Rebelo. Construção neoclássica, caracterizada pela simplicidade, com volume em que predomina a forma longitudinal da fachada.

A forte instabilidade mundial causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, infringiu à economia cafeeira a mais dura crise. A queda dos preços internacionais do café desmontou a chamada política do *café-com-leite* e ajudou a pôr fim à Primeira República. O governo provisório de Getúlio Vargas comprou os excedentes e, no final de 1931, ordenou a queima de estoques do produto no porto de Santos para tentar evitar queda maior do preço internacional. Era o final dessa fase da história do café.

O Brasil é, ainda hoje, o maior produtor mundial de café. O grão está fortemente integrado à economia e à imagem internacional do país. Mas esse pequeno capítulo, que não pode dar conta de toda a complexa rede de relacionamentos entre a arquitetura e as riquezas geradas pelo café, vai esboçar um breve panorama do sistema arquitetural, que brilhou no apogeu da cultura do café nos vales dos rios Paraíba do Sul e Tietê, durante o Império, e do complexo acervo urbano-edifício, patrocinado pela agricultura cafeeira, em São Paulo, nos tempos da República Velha.

A CULTURA ARQUITETÔNICA DO CAFÉ NO BRASIL IMPERIAL

A arquitetura rural da cultura cafeeira imperial pode ser entendida como continuação das construções agrárias da monocultura açucareira paulista e fluminense dos séculos XVII e XVIII. Já as formas das cidades e a arquitetura urbana lembram as povoações setecentistas surgidas em torno da economia do ouro em Minas Gerais. Por sua vez, foi no rastro da expansão cafeeira que se estabeleceram as fábricas de tecidos que marcaram o início do processo de industrialização do Brasil no século XIX. Hoje, nas terras empobrecidas dos antigos cafezais fluminenses e paulistas, predomina a criação de gado leiteiro. A fase do café estabelece, assim, na Região Sudeste, um elo entre as épocas de prevalência da cana-de-açúcar, do ouro, da pecuária e da indústria – de modo que não se pode estabelecer fronteiras exatas entre esses períodos. A economia rústica e primitiva da cana e a incerta e rude economia da mineração cedem lugar a um sistema produtivo mais racionalizado e controlado, transição necessária para o estabelecimento da lógica industrial.

Nesta primeira parte, vamos mostrar como a cultura arquitetônica do café imperial esteve em continuidade com as etapas anteriores, mas – além da vontade de expressar a independência do Brasil – introduziu duas novidades



radicais sobre a última arquitetura colonial: *uma racionalidade de fundo iluminista*; e a preferência por uma linguagem universal com que pudesse *transcender o regionalismo tradicional*. Nesses dois aspectos, podemos reconhecer aquilo que Norbert Elias⁶ identifica como um avanço civilizador, isto é, um aumento progressivo de controle racionalizado das relações sociais.

Não somente no interior e na capital, mas em todo o Ocidente, essa nova racionalidade, os ideais iluministas e burgueses de organização política se associaram a opções estéticas em que predomina a austeridade, baseada em um rígido controle formal. A expressão mais eloqüente desses valores artísticos é encontrada no neoclassicismo acadêmico, mas também é forte nas construções projetadas pelos engenheiros militares e mesmo por mestres-de-obras na capital imperial e no interior do país. Esse modelo de austeridade, autorizado pela arquitetura neoclássica oficial, foi a primeira manifestação arquitetônica da independência política do Brasil. Parece natural, então, que se associasse à agricultura cafeeira, primeiro motor da nossa independência econômica.

Parte da arquitetura urbana e rural do café assumiu uma ornamentação clara e deliberadamente classicizante: cimalkas imitadas dos riscos de entablamentos do tratado de Vignola,⁷ modenaturas greco-romanas, cunhais repetindo as ordens clássicas, portas e janelas com arcos plenos, vergas e sobrevergas conformes os modelos acadêmicos. Mas em quase todas as construções mais importantes do universo das fazendas e cidades, mesmo onde não é possível

Acima. CASA DA MOEDA, Rio de Janeiro (RJ), projeto de Teodoro de Oliveira, de feição neoclássica, foi inaugurada em 1868. A partir de 1985, passou a abrigar o Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. BIBLIOTECA NACIONAL, projeto do general Francisco M. de Sousa Aguiar, 1910. Integrado à arquitetura da recém-aberta avenida Central, hoje avenida Rio Branco, o prédio é de estilo eclético, com elementos neoclássicos.



Ao lado. FAZENDA PARAÍSO, Rio das Flores, (RJ). Construída em 1845, a sede ostenta um solar de dois andares em forma de U, com obras de cantaria, ferro e madeira.



identificar academicismo, impera uma regularidade estrita, um ritmo constante, baseados em controle formal e dotado de uma seriedade austera, com aquela *grandeza simples e nobreza tranqüila* que bem corresponde aos preceitos clássicos defendidos por J. J. Winckelmann.⁸

Essas características permitiriam relacionar os edifícios com os ideais neoclássicos. Excetuados, entretanto, alguns casos excepcionais, seria um erro ler nesses projetos uma intenção erudita ou filosoficamente comprometida com alguma estética da simplicidade ou com o desejo consciente de estabelecer equivalência conceitual entre as partes. A observação externa do edifício rural alongado com uma seqüência de vãos regularmente ritmados pode sugerir uma adesão ao classicismo prescrito nas *Lições de arquitetura*, de Durand.⁹ A observação da distribuição interna, no entanto, desautoriza a comparação. Os compartimentos internos não se articulam em *enfilade*,¹⁰ segundo a lógica racionalista recomendada pelo tratadista francês. Em vez disso, prevaleceu um tipo tradicional de arranjo luso-brasileiro em que grupos de alcovas e cômodos secundários abrem-se para salas maiores. O volume geometricamente simples e contido do conjunto esconde essa distribuição variada e irregular.

Não se conhece atuação direta alguma dos mestres ou alunos de Belas Artes na arquitetura rural do café no vale do Paraíba. Pode-se dizer apenas que essa arquitetura regional e a Academia Imperial são produtos contemporâneos da mesma vontade arquitetônica. A Câmara de Vassouras tentou, em diversas ocasiões, comissionar técnicos especializados para o planejamento das obras

Abaixo. O PÓRICO DA EXTINTA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES, 1826–1938, projeto do arquiteto Grandjean de Montigny, atualmente pode ser visto no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (RJ).



urbanas e dos edifícios de interesse da cidade. Silva Telles relata¹¹ como foram solicitados projetos para a Casa de Câmara a um mestre-de-obras e aos engenheiros militares Cezar Cardolino e Julius F. Köller, este último autor do plano urbanístico de Petrópolis. Mas os planos foram rejeitados ou não puderam realizar-se. Mesmo o arquiteto Charles Philippe G. Rivière, colaborador de Köller em diversas empreitadas, alegou falta de tempo para realizar os planos desejados. Conrado J. Niemeyer não atendeu ao convite da cidade para projetar um chafariz para a praça central. Joaquim José Teixeira Leite, ao entregar a Presidência da Câmara Municipal de Vassouras, deixou à legislatura seguinte uma sugestão:

*“A respeito da Cadeia e Câmara, assim como a respeito de todas as mais quaisquer construções, que se empreenderem, julga esta Câmara [...] dever ponderar à sua sucessora que se não deva satisfazer com as plantas e riscos dos engenheiros. No Brasil existe há muito uma Academia de Belas Artes, e já é tempo de consultarmos aos verdadeiros mestres da arte.”*¹²

Apesar dessas boas intenções, nem Vassouras nem parte alguma dos sertões cafeeiros do Brasil novecentista dispuseram de um arquiteto rural erudito como Andrea Palladio, no interior agrário do Vêneto, ou de Thomas Jefferson, no interior da Virgínia. O chafariz de proporções muito bonitas que existe até hoje na praça central de Vassouras foi, é verdade, executado pelo arquiteto espanhol, Joaquín Soto de la Vega, estabelecido em Valença; o paisagista francês Auguste Glaziou projetou parques e ajardinou praças em cidades como Cantagalo, Nova Friburgo, Valença; e a sede da fazenda Gavião, em Cantagalo, foi projetada em bom estilo neoclássico pelo arquiteto prussiano Gustav Wäneldt. Mas, diante do tamanho do conjunto, essas foram exceções raras. De modo geral, o vale do Paraíba não conheceu a arquitetura propriamente erudita.

Foi, de fato, ao longo do conjunto de estradas abertas, no século XVIII, pelo interior fluminense, para exportação do ouro mineiro, que se deu a expansão da cultura cafeeira e que se formou uma rede de cidades que seria reforçada pela chegada da ferrovia. Com o trem, o cultivo pôde se desenvolver pelo vale do Tietê.¹³

Muitas cidades constituíram-se inicialmente à beira de caminhos e em torno de capelas aglutinadoras da população. São comparáveis às cidades do ciclo mineiro (definido por Sylvio de Vasconcellos), que se caracterizam pela



Acima. PLANTA, FACHADA E CORTE DA PRÉDIO DA ALFÂNDEGA, Rio de Janeiro (RJ), desenho a nanquim e aguada do arquiteto A.H.V. Grandjean de Montigny, 1820. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. PRÉDIO DA ALFÂNDEGA, Rio de Janeiro (RJ), construído entre 1819 e 1824, hoje Casa França-Brasil. Projeto do arquiteto francês Grandjean de Montigny, membro da Missão Francesa no Brasil.





Acima. **ESTRADA DE FERRO D. PEDRO II** - ponte sobre o rio Pirai, Vassouras (RJ), litografia, anônimo, sem data. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

urbanização livre e espontânea.¹⁴ Eis o caso de Vassouras, formada às margens da estrada da Polícia, em um sítio adquirido, por volta de 1828, pela irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Os membros da congregação eram sesmeiros enriquecidos com o ouro de Minas Gerais.

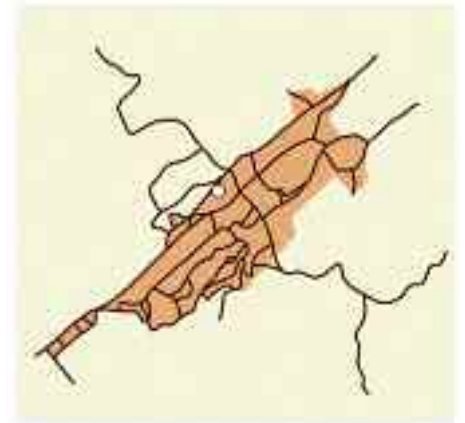
Caso semelhante aconteceu em Barra Mansa. Seus primeiros colonizadores, o barão de Aiuruoca e Antônio Marcondes do Amaral, vinham também da zona aurífera extinta das Gerais. Eles construíram uma capela dedicada a São Sebastião, demarcaram o território do futuro núcleo urbano à margem de um dos caminhos de tropeiros para Minas Gerais e São Paulo. Em torno do local destinado ao arraial, doaram terras a pequenos agricultores.¹⁵ Em 1832, com o núcleo inicial estabelecido em torno da capela e o progresso da agricultura, sobretudo de café, a população pleiteou a autonomia em relação ao município de Resende, obtida no ano seguinte. Em Carmo, mais a nordeste, um grupo de dez colonos constituídos em irmandade desbravou a área de mata e promoveu

o surgimento do arraial da Samambaia. A partir de 1834, construíram uma capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo, que fixaria definitivamente as denominações futuras do núcleo. Não há muita diferença para o núcleo de Piraí surgido em torno da capelinha de Nossa Senhora de Sant'Ana, consagrada por volta de 1770, antes, portanto, da explosão cafeeira.

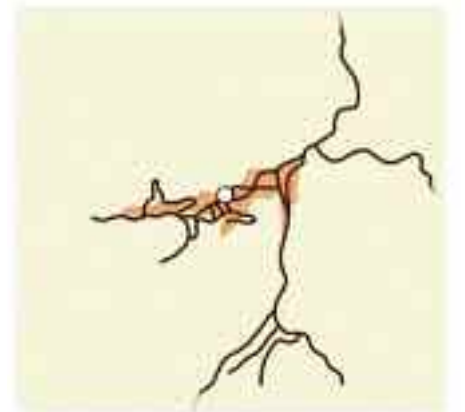
Nessas cidades prevalece um traçado de ruas mais espontâneo, como naquelas que se desenvolveram em Minas Gerais na época do ouro. A ausência de um plano urbanístico prévio não resultou em cidades desordenadas, já que cresceram em territórios de irmandades. Essas instituições comunitárias privadas distribuíram terrenos, disciplinaram o arruamento, a forma urbana, a densidade e ocupação do solo urbano. Cidades como Vassouras, Barra Mansa, Carmo e Piraí distinguem-se, assim, de Ouro Preto, Sabará e Congonhas, em Minas Gerais. Mesmo Cantagalo (RJ), que viria a ter grande importância como centro cafeeiro, à força de ter sido inicialmente povoada por bandidos foragidos e outros aventureiros em busca de ouro, conserva um desalinho pitoresco¹⁶ no traçado livre das ruas centrais que serpeiam em meio às rugas da serra da Batalha.

O controle da urbanização exercido pela irmandade em Vassouras foi tão efetivo que até mesmo a Câmara a ela se reportou quando quis instalar sua sede.¹⁷ A partir da efetiva instalação da sede, ficou a cidade submetida a uma administração dupla, que sempre agiu em harmonia. Somente no final de 1853, quando a cidade já estava estabelecida e sua ocupação inicial consolidada, é que a Câmara cogitou contratar um profissional urbanista. O engenheiro francês Herni de Saint-Armand foi contratado para *tirar a planta* da vila. O desenho era mais que um simples levantamento e trazia indicações de *todo o melhoramento de que é suscetível, novas ruas e praças que se devam abrir e obras que se devam fazer*. O plano não veio definir uma forma urbana, mas propor uma série de melhoramentos na cidade já consolidada.

O contraponto a esse tipo de cidade mais informal no médio Paraíba é Valença. A cidade surgiu de uma iniciativa civilizadora oficial do governo do vice-rei d. Luiz de Vasconcellos e Souza (1779-1790), que mandou¹⁸ catequizar os índios bravios da tribo dos Coroados que devastavam as roças primitivas da região. Os colonizadores lograram obter a simpatia dos índios, construíram uma capela primitiva dedicada a Nossa Senhora da Glória de Valença, em torno da qual cresceu o aldeamento que seria elevado à freguesia, em 1807;



Acima. VASSOURAS (RJ): esquema do traçado viário contemporâneo.



Acima. CANTAGALO (RJ): esquema do traçado viário contemporâneo.



Acima. CARMO (RJ): esquema do traçado viário contemporâneo.



Acima. VALENÇA (RJ): esquema do traçado viário contemporâneo.



Acima. PASSEIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO, (RJ), inicialmente projetado pelo Mestre Valentim, em 1852, teve as suas alamedas retilíneas, radicalmente remodeladas, conforme projeto abaixo, pelo paisagista francês Auguste Marie François Glaziou.

Abaixo. PLANTA DO PASSEIO PÚBLICO, Auguste Marie François Glaziou, 1862, aquarela sobre papel. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).



à vila, em 1823; e à cidade, em 1857. Essa iniciativa oficial pacificou a região e permitiu o avanço da civilização sobre a selva. Em 1836, o engenheiro Francisco Carneiro de Campos traçou um plano urbano regular com ruas retas que se cruzam ortogonalmente, formando uma rede regular, que constitui a base viária atual do centro da cidade. Algumas quadras dessa malha foram destinadas a praças e duas delas foram, mais tarde, ajardinadas pelo paisagista Auguste Glaziou, autor de projetos de jardins e parques oficiais no Rio de Janeiro e em diversas cidades do interior cafeeiro fluminense (Cordeiro, Nova Friburgo, Barra Mansa etc.). Valença obteve, pela atenção dos governos centrais, de d. Luiz de Vasconcellos a d. Pedro II, o que a elite burguesa de Vassouras apenas pleiteou: que a conformação do traçado de suas ruas e os cuidados com o *aformoseamento* urbano tivessem as marcas da modernidade mais europeizada.

Esse caso de Valença, em relação a Vassouras, assemelha-se ao da cidade de Mariana em oposição à antiga Vila Rica (Ouro Preto). Enquanto Vila Rica teve crescimento espontâneo, Mariana recebeu um plano urbanístico do brigadeiro Alpoim, que regularizou sua expansão desde que foi elevada à categoria de cidade.

Ao chegar a São Paulo, a agricultura do café encontrou uma base agrária consolidada pela cana-de-açúcar. Deparou com os núcleos urbanos antigos de Jacareí, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, no vale do Paraíba. Chegou a Jundiaí, Itu, Sorocaba, Piracicaba, no vale do Tietê. Os núcleos iniciais de todas essas cidades estabeleceram-se, no século XVII, sem planejamento, em torno de uma matriz à beira da estrada. Apenas Taubaté tinha traçado regular xadrez. Mas a cafeicultura dinamizou rapidamente a cultura urbana. Engenheiros trazidos pela ferrovia planejaram o crescimento das cidades. O traçado xadrez regular impôs-se em todas elas e eliminou os vestígios do desenho viário tradicional. As cidades cafeeiras do interior, surgidas no século XIX, à margem das estradas de ferro (Campinas, Araraquara, Bauru, Jaú, Piraçununga, Ribeirão Preto...), foram originalmente reticuladas.

Pode-se ver no rosto das igrejas, em torno das quais essas estruturas urbanas formaram-se, a expressão da nova racionalidade arquitetônica: em vez das formas barroquizadas das igrejas ancestrais de núcleos, como Maricá ou Itaboraí, com seus “frontões” caprichosamente recortados, as fachadas de igrejas dos sertões cafeeiros da província fluminense são encimadas por frontões clássi-

cos triangulares e sua composição é controlada por duas regras geométricas: o *frontão imperante* e a *porta reguladora*. Pela regra do frontão imperante, o triângulo do frontão define uma malha triangular imaginária que ordena toda a composição da fachada. Por sua vez, as diagonais da porta principal, que compreendem as bases dos umbrais e as impostas, determinam as proporções do plano principal da fachada.

Essas duas regras, estabelecidas a partir da observação empírica de uma série de igrejas, não foram exclusividade do território do café. No Rio de Janeiro, grandes exemplares religiosos setecentistas eruditos, como as igrejas de Nossa Senhora da Candelária, Santa Cruz dos Militares e Santa Luzia, seguem a regra do frontão imperante.¹⁹ Esse é também o caso da magnífica Matriz de São Fidélis. Mas a ocorrência desses sistemas de controle das proporções em igrejas mais simples do Rio de Janeiro, de Niterói, de Casimiro de Abreu, de Magé e de Saquarema revela que isso era praticado de modo regular pelos mestres construtores.

Essas duas regras prevalecem no vale do café nas matrizes de Nossa Senhora da Glória, em Valença, de Nossa Senhora da Conceição, em Duas Barras, e de São Sebastião, em Barra Mansa; na catedral de Sant'Ana, em Barra do Piraí; e na antiga Matriz de São João Marcos, hoje inundada pela represa de Lajes. A mesma geometria pode ser observada em capelas de fazendas, desde pequenas capelas, como das fazendas Rio Novo, em Paraíba do Sul, Alpes, em Mar de Espanha, e Águas Claras, em São José do Vale do Rio Preto, até o grande exemplar da igreja da fazenda da Grama, em Piraí, com frontaria curiosamente fina e alta. O frontão da capela da fazenda Pau Grande, em Vassouras, incrustada no corpo da casa-grande, regula não apenas a composição do rosto da capela, mas todo o plano de construção em que se insere.

A regra do frontão imperante não se aplica à Matriz da cidade de Carmo que, embora de composição clássica, não tem frontão nem torre na fachada. As matrizes de Cantagalo e Vassouras, bem como a capela da fazenda Santa Maria do Rio Grande, em Trajano de Moraes, não têm frontões definidos, mas apenas triângulos sem modenatura encimando a fachada principal. Em todos esses casos, no entanto, segue valendo a lei da porta reguladora.

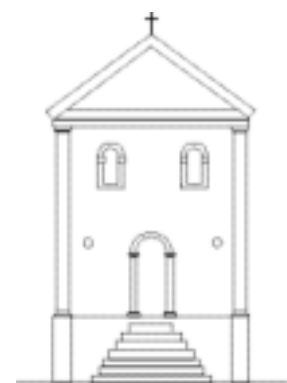
Outra observação interessante que se pode fazer nessa coleção de igrejas é quanto à implantação. As matrizes de Valença e do Carmo ficam em posição elevada diante de uma grande praça retangular ajardinada. O mesmíssimo



Acima. MATRIZ DA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, Valença (RJ).



Acima. CAPELA DA FAZENDA DA GRAMADE, Piraí (RJ).



Acima. CAPELA DA FAZENDA DOS ALPES, Mar de Espanha (MG).



Acima. CAPELA DA FAZENDA SÃO LUIS DA BOA SORTE, Vassouras (RJ).

modelo de praça trapezoidal em declive, com a igreja no alto, repete-se em Vassouras, em Rio Claro e em Cordeiro.²⁰

Os edifícios públicos mais notáveis nas cidades costumam ser as casas de Câmara e Cadeia. Assim como as igrejas, e mais que as casas particulares, essas sedes de poder local procuram na arquitetura do Rio de Janeiro sua fonte de inspiração. A atual Prefeitura de Barra Mansa, com seus três volumes alinhados e ordenados pela seqüência simples de vãos em arco pleno assemelha-se ao palacete projetado pelo arquiteto José Maria Jacintho Rebello para o conde de Itamaraty no Rio de Janeiro.

A Casa de Câmara de Resende, de 1824, como a de Valença e tantas outras têm a mesma linguagem neoclássica. Mas a Casa de Câmara de Carmo, inaugurada mais tardiamente, em 1888, já ostenta ornamentação eclética.

Outra função pública que mereceu edifícios esmerados foi a Santa Casa. Esse cuidado inspirou-se no exemplo de d. Pedro II que patrocinou a construção de grandes hospitais e casas de assistência no Rio de Janeiro, sempre com projetos dos melhores arquitetos nacionais.²¹

Jacaré e Guaratinguetá (SP) tiveram importantes teatros em meados do século XIX. Escolas, clubes, mercados apareceram em várias cidades.



Ao lado. PALÁCIO ITAMARATY, Rio de Janeiro (RJ), construído para o barão de Itamaraty, Francisco José da Silva Rocha, em 1854, com o concurso do arquiteto José Maria Jacinto Rebello; em 1897 passa a ser ocupado pelo Ministério das Relações Exteriores.



Acima. PRAÇA BARÃO DE CAMPO BELO, Vassouras (RJ), ao alto a igreja Matriz; à direita, a sede da prefeitura e a Câmara Municipal, foram, no passado, casa do barão de Ribeirão e Casa de Câmara e Cadeia, respectivamente.



Ao lado. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, Rio de Janeiro (RJ), projeto de José Maria Jacinto Rebelo, discípulo de Grandjean de Montigny. Foto de 1895.



Acima. CASA DA FAZENDA RESGATE, Bananal (SP), construída em meados de 1850; sobrado com piso nobre sobre o porão, apresenta volumetria simples e composição austera.

Abaixo. FAZENDA SALTO GRANDE, Americana (SP). Construída no primeiro quartel do século XIX. Inicialmente, fazenda de cana-de-açúcar, no ano de 1870 foi transformada em cafeeira. Hoje, abriga o Museu Histórico e Pedagógico de Americana.

CAMPO E CIDADE: AS MORADAS E O CAFÉ

Os edifícios mais interessantes, mais fortes e encantadores da cultura do café são, sem dúvida, as sedes de fazenda. Esses motores da economia nacional e da opulência da região dominaram, de forma magnífica, a paisagem das encostas do vale e as converteram em uma espécie de arcádia tropical:

*“Era linda a situação da fazenda Nossa Senhora do Boqueirão. As águas majestosas do Paraíba regavam aquelas terras fertilíssimas, cobertas de abundantes lavouras e extensas matas virgens.”*²²

José de Alencar abre assim seu romance regional *O tronco do ipê*. A fazenda não existiu de verdade, mas a narrativa descreve bem o tipo do núcleo de uma fazenda de café do vale do Paraíba.

“A casa de habitação chamada pelos pretos casa-grande, vasto e custoso edifício, estava assentada no cimo de formosa colina, donde se descortinava um soberbo horizonte.

Assomava ao longe, emergindo do azul do céu, o dorso alcantilado da serra do Mar, que ainda o cavalo a vapor escarvara com a férrea úngula.

Das abas da montanha desciam como sanefas e bambolins de verde brocado, as florestas que ensombravam o leito do rio.

Às vezes tardo e indolente, outras rápido e estrepitoso com a crescente das águas que o intumesciam, assemelhava-se o Paraíba, na calma como na agitação, a um píton antediluviano coleando através da antiga selva brasileira.





Nas fraldas da colina à esquerda estavam as fábricas e casas de lavoura, a habitação do administrador da fazenda e as senzalas dos escravos. Todos esses edifícios formavam um vasto paralelogramo, com um pátio no centro; para este pátio, fechado por um grande portão de ferro, abriam os cubículos das senzalas.”

Esse paralelogramo corresponde ao que Stanley Stein²³ definiria mais tarde como o *quadrilátero funcional*, que inscreve a sede da fazenda, as senzalas e as unidades de processamento do grão de café: tanques de lavagem, terreiro para secagem, engenho de beneficiamento e tulha para estoque, além dos outros edifícios e setores que comparecem em seguida na descrição de Alencar:

“Mais longe, derramados pelo vale, viam-se o monjolo, a bolandeira, o moinho, a serraria, tocada pela água de um ribeiro que serpejava rumorejando entre as margens pedregosas. À direita da casa, onde se erguia a alva capelinha da fazenda, sob a invocação de Nossa Senhora, a colina declinando com suave depressão ia morrer às margens do Paraíba. Desse lado encontrava-se o jardim, o pomar, a horta, e vários sítios de recreio arranjados com muito gosto.”

A estratégia de produção, consubstanciada nesse conjunto de edifícios, constituiu-se no símbolo material da civilização do café, isto é, do avanço do imaginário simbólico da Europa, então entendido como garantia dos valores da civilização²⁴ sobre a natureza inculta e selvagem. Ou, no dizer mais bonito de Alencar,

Acima. FAZENDA PAU D'ALHO, São José do Barreiro (SP). Construída em 1817, surgiu como engenho de cana-de-açúcar, posteriormente ampliado para produção de café. Há a presença de um terreiro em torno do qual se organiza o conjunto arquitetônico, composto por depósitos para ferramentas, tulhas para armazenagem e outros prédios. Em suas dependências foram processados grãos de quase 400 mil pés de café em fins do século XIX, o que a tornou uma das maiores produtoras do período.

Abaixo. FAZENDA PAU D'ALHO, São José do Barreiro (SP).





Acima. FAZENDA PAU D'ALHO, São José do Barreiro (SP). Vista da tulha.

“Se a natureza brasileira, tocada pela arte européia, perdia ali a flor nativa e a graça indígena, em compensação tornava-se mais faceira.”

Junto com o controle da produção, beneficiamento e comercialização inicial da produção rural, os grandes cafeicultores do interior fluminense e paulista e do sul de Minas Gerais se viam no comando do avanço da civilização sobre o território selvagem. Para isso, determinaram o ordenamento racionalizado da produção e impuseram sua autoridade pessoal sobre os trabalhadores – escravos e livres – e demais personagens desse mundo rural. O fazendeiro exerceu, assim, em seus domínios, uma função implicitamente delegada pelo Estado Imperial a que correspondeu a concessão pessoal de um título de nobreza – normalmente de barão.

O estabelecimento assumiu, assim, a função de uma pequena corte campestre, e a sede da fazenda se revestiu de características arquitetônicas condizentes com essa estrutura de poder.

A posição elevada da casa-grande em relação ao terreno a converte em sinal visível da autoridade, corresponde à posição de melhor controle dos forasteiros que chegam e sobre as etapas do trabalho, além de conferir aos interiores a melhor luz, as aragens mais amenas, vistas deslumbrantes das encostas, vales,

córregos e recantos da propriedade.

Essas fazendas, embora isoladas geograficamente umas das outras, estavam fundadas nos mesmos valores básicos, nos mesmos interesses e em um modo de vida assemelhado. Veremos, em seguida, como o conjunto das mais de 200 fazendas do vale do Paraíba constituiu um sistema articulado de edifícios inter-relacionados. O caráter individual era tão importante quanto a existência de similaridades entre eles e com as formas arquitetônicas características do poder central

Abaixo. FAZENDA DE CAFÉ, Vale do Paraíba (RJ), c. 1890. Trabalhadores no terreiro de secagem do café.

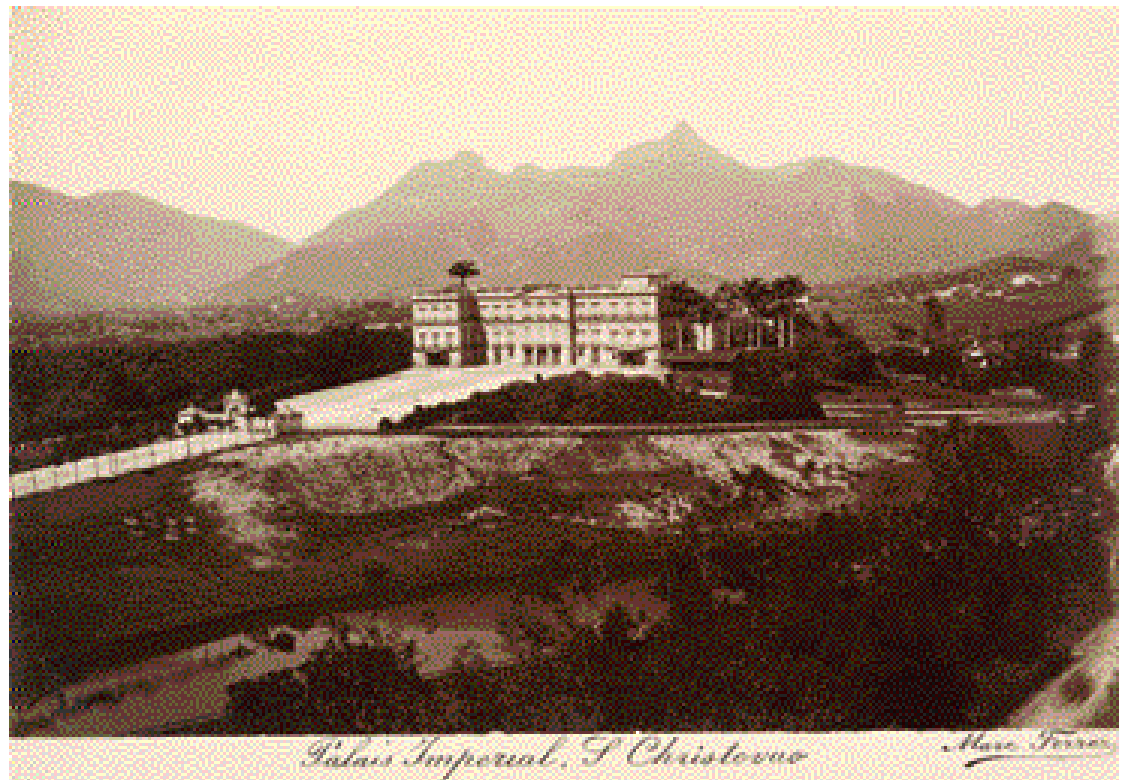




Ao lado. FAZENDA SÃO FERNANDO, Vassouras (RJ).

no Rio de Janeiro. A maioria das sedes estabelece suas diferenças individualizantes sobre algumas características comuns de linguagem arquitetônica: horizontalidade, brancura, ritmo constante de fenestração, solidez de construção e de aspecto, simplicidade majestosa e imponente, austeridade ornamental classicizante, amplo domínio visual sobre o entorno para controle de acesso e das etapas de produção e para visibilidade universal da sede desde os diferentes domínios do terreno. O que permite reunir essas moradas em uma coleção significativa é justamente o fato de que eles procuram se assemelhar, embora de modo ingênuo, a um modelo de edifício sede-de-poder desenvolvido a partir dos exemplares da Corte Imperial e a evidência de que as sedes emulam umas as outras. Muitos senhores de fazendas conseguiram erguer

Abaixo. PALÁCIO IMPERIAL, em São Cristóvão, ou Paço de São Cristóvão, c. 1845. Atual Museu Nacional e Quinta da Boa Vista. Projetos de autoria dos arquitetos Pedro José Peserat e Manuel Araújo Porto Alegre.





Acima. VISTA GERAL, Petrópolis (RJ), vendo-se o palácio Imperial e o vale, 1885.

Abaixo. INTERIOR DA CASA DA FAZENDA CACHOEIRA GRANDE, Vassouras (RJ).



construções com maior imponência, condições de conforto e luxo do que os palácios, relativamente singelos, do imperador, em São Cristóvão e em Petrópolis.

A concorrência pode ser percebida em fatos sutis da construção, como o estilo, o requinte maior ou menor dos interiores, a variação da imponência do edifício sobre o entorno, a visibilidade do conjunto. Ou pelos dados de comparação mais fácil que se objetivam em índices aritméticos do poder do barão: o número de janelas da fachada principal, como quantificação da opulência do fazendeiro; o número de assentos em torno da mesa de jantar formal como índice explicitador da atividade social e dos relacionamentos do plantador com outros fazendeiros e autoridades; o número de palmeiras imperiais na aléia frontal como denotador do prestígio do barão na casa imperial. Essas



marcas arquitetônicas constituem parte de uma estratégia necessária de afirmação de poder para efeito interno e exterior.

Alcides da Rocha Miranda e Jorge Czaikowski²⁵ identificaram entre as sedes de fazendas de café fluminenses os mesmos tipos arquitetônicos que Joaquim Cardoso tinha proposto para as casas de fazendas de cana-de-açúcar.²⁶ Em outro texto,²⁷ Czaikowski mostra como há mais continuidade que rupturas entre a arquitetura colonial luso-brasileira e a do período imperial, sendo ambas marcadas pela mesma lógica de implantação no terreno, pela prevalência dos *volumes densos e fortes, brancos, de paredes grossas ... em que o cheio predomina sobre o vazio, a massa sobre o espaço, a matéria sobre a luz.*

O primeiro desses tipos²⁸ é constituído de casas com grandes telhados de quatro águas sobre um corpo principal que se espalham lateralmente sobre alpendres, capelas e puxados a ele acoplados inciden-

Acima. FAZENDA DO PINHAL, São Carlos (SP).

Abaixo. FAZENDA SÃO LOURENÇO, Três Rios (RJ).





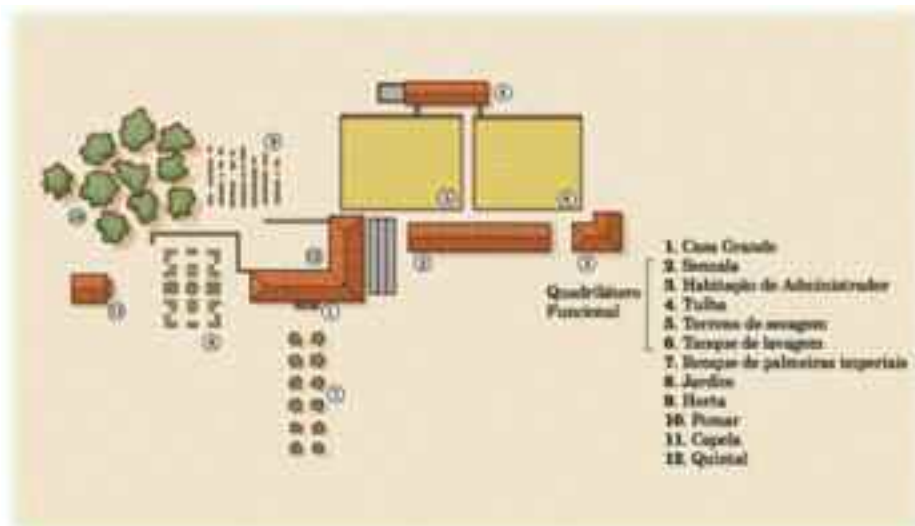
Acima. Fazenda do Governo - paraíba do sul, litografia de Victor Frond, 1858. Acervo Instituto Moreira Salles.

temente. É o caso das fazendas Governo, em Paraíba do Sul, e São Luiz da Boa Sorte, em Vassouras.

O tipo mais comum²⁹ se caracteriza por um grande sobrado alongado de muitas portas e janelas uniformemente ritmadas, a exemplo das fazendas neoclássicas de Barra do Peixe, Recreio, Bonsucesso, Secretário e Monte Alegre.

Ao lado. FAZENDA DO SECRETÁRIO, Vassouras (RJ). Construída por volta de 1830. É um dos mais importantes exemplares da arquitetura das fazendas de café. Situada no meio de um grande jardim, no qual se encontram esculturas de bronze procedentes da Europa, destaca-se pela sua sobriedade e pureza formais. No seu interior, possui capela e salões ornamentados pelas pinturas do catalão José Maria Villaron.





Variantes do tipo anterior acrescentam estratégias de valorização do centro da fachada: acréscimo de um corpo assobradado (fazendas de Santa Justa, Rio Novo e São Policarpo, em Rio das Flores) ou uma escada de acesso ao plano nobre (São Fernando, Resgate e São Lourenço).

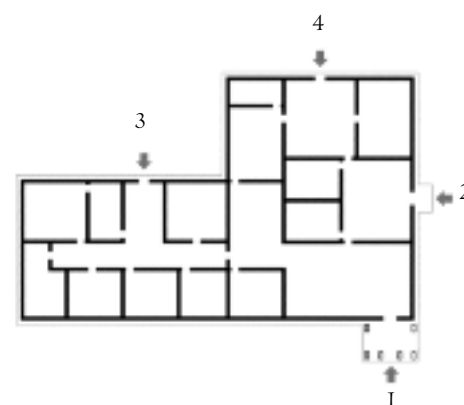
Além das funções externas de representação, controle e produção a casa devia ser, é claro, um equipamento de morar para um variado composto de atividades sociais, comerciais, familiares e de serviço interno. Isabel Rocha³⁰ identificou quatro tipos de organização das plantas nas sedes de fazenda.

O contorno do tipo mais contido é um retângulo muito alongado que configura um I (fazendas Conceição e Santa Eudóxia, em São Carlos).

A planta em L é de longe a mais comum e geograficamente mais difundida. Comparece em fazendas térreas e assobradadas.³¹ Nas fazendas Monte Alto e Feliz Remanso, em Barra do Piraí, há um duplo L (ou um Z). Em Secretário (Vassouras), Esteves (Valença) e Baguassu (Araraquara), duas alas paralelas ao fundo do corpo principal configuram um U. As alas posteriores desiguais da sede da fazenda Fosca (Santa Lúcia) descrevem um U assimétrico. A fazenda Santa Maria (Campinas) tem uma curiosa disposição em uma espécie de Y. Finalmente, há os exemplares compostos em torno de um pátio central: Aliança (Piraí), Bela Aliança (Barra do Piraí) e São Luiz da Boa Sorte (Vassouras).

Existem outras configurações: casos em que não há um partido geométrico preciso, como em Santa Clara e em Santa Rita do Jacutinga (MG), onde uma pluralidade de alas de diferentes dimensões e alturas acomoda-se em uma encosta acidentada junto ao rio Preto, ou, ao contrário, sedes contidas em um bloco compacto e único mais ou menos quadrado, como na fazenda Vargem

Ao lado. ESQUEMA GENÉRICO DE IMPLANTAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES DE UMA FAZENDA DE CAFÉ.



Acima. PLANTA GENÉRICA DE UMA SEDE DE FAZENDA EM L com os acessos independentes para os setores social (I), comercial (2), íntimo (3) e de serviços (4).



Acima. PLANTA DA FAZENDA DE SÃO JOÃO DA PROSPERIDADE, Barra do Piraí (RJ).



Acima. INTERIOR DA CASA DA FAZENDA SÃO FERNANDO, Vassouras (RJ).

Abaixo. PARTIDA PARA COLHEITA DO CAFÉ, DE UMA FAZENDA DE CAFÉ EM SÃO PAULO, c. 1885.

Grande, no município de Areias (SP), e na fazenda Areias, em Cantagalo. Um caso excepcional é a fazenda São João da Prosperidade, em que um corpo ao fundo conforma uma planta em T.³²

Nas alas da planta dessa sede simples pode-se ler com notável clareza a distribuição dos diferentes setores e atividades da casa grande: aos fundos fica o setor de serviço, na haste do T. Aí a grande cozinha, o depósito e o pátio murado de serviço inscrevem-se no perímetro da casa. O prolongamento desse retângulo divide o corpo principal – no travessão do T – da esquerda para a direita em três setores de usos respectivamente: íntimo, social e comercial.

Duas grandes salas com portas que abrem para fora cortam na perpendicular o volume da casa para delimitar com clareza a repartição dos setores. No setor íntimo, reservado à habitação propriamente dita da família, distribuem-se os quartos de dormir e as salas privativas. O setor social é centralizado na sala de jantar e o setor comercial comporta o escritório de onde os negócios eram administrados, a sala de receber os agentes comerciais e demais contatos de negócios do barão e as alcovas para hospedar os viajantes que precisassem pernoitar na fazenda.



A construção térrea de São João da Prosperidade é uma das mais austeras e rústicas, mas os setores internos são os mesmos da fazenda Secretário, de dois amplos andares – talvez a mais luxuosa e refinada. No primeiro pavimento distribuem-se os setores comercial, social e de serviços. O segundo pavimento fica reservado à sala de música e ao setor íntimo. A mesma distribuição aparece nas fazendas Santa Justa e Forquilha, em Rio das Flores.³³

Entre o extremo luxo e a maior rusticidade, o requinte dos acabamentos decorativos externos e internos, os móveis, tapetes, louças, prataria, cristais e alfaías estabelece toda uma gradação do grupo de sedes de fazendas.

Outro modo de arquitetura residencial nas fazendas foram as senzalas. A maioria das fazendas as possuíam, mas onde os escravos eram poucos, moravam na casa-grande. Nas fazendas de café, o tipo mais comum de senzalas é o constituído por uma seqüência de cômodos retangulares abrindo para uma varanda comprida ou dando diretamente para o terreiro de café à frente. As paredes eram normalmente de pau-a-pique, o piso de terra batida, o telhado único, de duas águas, sem forro. Os cômodos não tinham janelas e as portas eram pequenas. Analisando diversos exemplares remanescentes, Ana Lúcia Vieira dos Santos³⁴ chegou a uma área média de 4,82 m² por escravo.³⁵

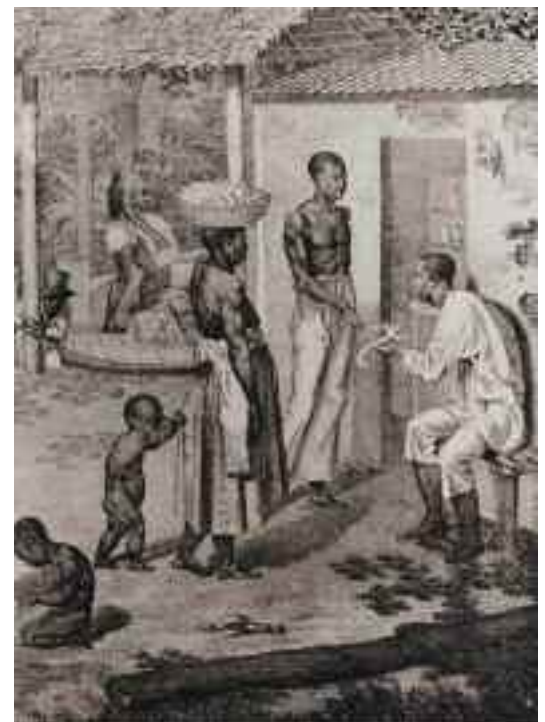
As características físicas das residências escravas foram freqüentemente apontadas pelos viajantes do Brasil novecentista, e mesmo pela historiografia mais recente, como expressão do descaso dos senhores pelos seus escravos. Algumas dessas moradas eram células muito simples, sem revestimento, cobertas de sapê. Comparando as senzalas com os modelos de arquitetura residencial africana, a pesquisadora identificou características construtivas e espaciais tradicionais das casas iorubá e bantu: cômodos em linha, varandas, telhas vãs, piso de chão, construção de terra, ausência de janelas, portas pequenas. Essas características não desapareceram com o fim do escravismo e ainda são freqüentes “na roça” entre os pobres da antiga região cafeeira. O “descaso” dos senhores teria, assim, permitido a manifestação de uma cultura construtiva de origem africana, que se mesclou com a lógica européia e ainda vive. Se o conjunto das casas-grandes indica o universo simbólico da europeização, as senzalas revelam valores da África, a outra grande força cultural envolvida na conquista e domínio dos sertões cafeeiros do Sudeste.

A arquitetura residencial urbana na fase áurea do café imperial é, *mutatis mutandis*, análoga à rural sob muitos pontos de vista.



Acima. CONGADA, FESTA RELIGIOSA DE ORIGEM AFRICANA, típica da Região Sudeste, Rio de Janeiro, c. 1860.

Abaixo. *Escravos*, litografia de A. Kraft e F. Hohe, c. 1817. In: *Reise in Brasilien in den Jahren 1817 bis 1820* de J.B. von Spix e C. F. von Martius. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).





Acima. CASA DA HERA, Vassouras (RJ).
Construída por volta de 1830, durante o apogeu da cultura do café no Vale do Paraíba. Atualmente, transformada em Museu.

O surgimento, a opulência e a decadência da economia agrário-exportadora do café no Vale do Paraíba, bem como a expressão urbana dessa economia, são indissociáveis da evolução da escravidão e do tráfico atlântico de escravos no século XIX.

Na primeira metade desse século, o Brasil era o maior consumidor mundial de cativos africanos e o volume importado de escravos atingiu os maiores níveis de todos os tempos.

Com a mão-de-obra trazida da África e os empresários e capitais migrados das antigas áreas mineradoras de Minas, o café se implantou e se expandiu rapidamente no Vale, que se tornou a região hegemônica da economia brasileira.

Surgiram as grandes fazendas e os barões, com seus magníficos solares.

As vilas e cidades, das quais Vassouras é um exemplo emblemático, cresceram como cogumelos, e se tornaram importantes núcleos de civilização, de modernidade e de poder no jovem Império.

Algumas casas de fazenda, como Vargem Grande e Areias, por exemplo, têm aspecto de casarões urbanos. O estudo clássico da arquitetura residencial urbana de Vassouras, de Silva Telles,³⁶ mostra como compõem, na cidade, os mesmos partidos de distribuição em planta das fazendas. O plano original da casa construída por Francisco José Maria de Assis, em 1849, na rua Custódio Guimarães, nº 65 (atual Casa de Cultura), mostra uma geometria externa simples e contida em um perímetro retangular, quase quadrado, em que se acomoda a compartimentação interna repetida nos dois pavimentos. Na casa da rua d^a. Ana Jesuína,

n.º 830, a construção compacta recebe um mirante no terceiro pavimento que a aproxima do quarto tipo na classificação de fazendas.³⁷

Em outros casos, a construção prolonga-se linearmente para os fundos configurando um I. Uma ala oblonga acrescentada aos fundos configura um L. No atual Fórum,³⁸ duas alas paralelas aos fundos definem um U. No caso excepcional da Casa da Hera, isolada de vizinhos, no centro do terreno, a planta desenvolve-se em torno de um pátio interno, totalmente cercado de compartimentos internos. A mesma tipologia pode ser encontrada em Valença, Pirai, Cantagalo, Capivari, Campinas, Taubaté, Bananal. Embora seja possível identificar uma continuidade das casas de Vassouras com as construções mineiras, há algumas diferenças que se deve atribuir ao tipo de controle urbano exercido pela irmandade da Conceição e pela Câmara:³⁹ as casas têm mais testada – deixando melhor aparecer o ritmo rigoroso dos vãos de guilhotina, com vidraças em caixilharia, que dão personalidade classicizante às ruas. Também diferentes do modelo colonial são a distribuição interna racional; os pés direitos elevados (entre 4,5 e 5 m); as portas internas embandeiradas e com vidrarias que conferem aos interiores transparência e clareza. Surgem painéis murais temáticos pintados conforme as funções de cada cômodo; papéis e tecidos de parede; forros de madeira em *saia e camisa* ou de estuque. Além disso, as residências passam a ter agora mobiliário muito mais profuso, lustres, candelabros; muitos itens importados, louçaria, talheres; muito mais tapeçaria, bordados, toalhas, pani-

nhos do que o parco equipamento das residências coloniais, mesmo no Rio de Janeiro.

As residências urbanas têm, naturalmente, as mesmas filiações estilísticas das casas-grandes, desde os exemplares abundantes mais próximos do neoclássico aos chalés românticos e casas ecléticas.

A maioria dos grandes solares de Vassouras e Valença, as casas do barão de Nova Friburgo, na fazenda Gavião, suas residências urbanas, em Nova Friburgo e no Rio de Janeiro, demonstram o gosto neoclássico.⁴⁰ Notável palacete eclético é o do barão Ribeiro de Sá, na rua Visconde de Paraíba, nº 324, em Paraíba do Sul, construído em 1886, no final da era de riqueza do café fluminense. No meio de um jardim romântico um caramanchão de cimento imitando madeira debruça-se sobre o muro baixo.

A continuação do trecho que lemos de *O tronco do ipê* muda o clima da narrativa:

“Tudo isso desapareceu; a fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão já não existe. Os edifícios arruinaram-se, as plantações em grande parte ao abandono morreram sufocadas pelo mato; e as terras, afinal retalhadas, foram reunidas a outras propriedades.”

No romance de 1871, a ruína das construções e o abandono da terra deveram-se à maldição ensejada na trama de Alencar que, sem saber, estava profetizando o fim da cafeeira fluminense daí a sete anos. O plantio inadequado empobrecera o solo. Com o fim da escravidão, toda essa economia faliu e as fazendas foram, de fato, abandonadas. Sucedeu a devastação final do solo, a decadência e ruína de muitas construções. Mas a estagnação repentina congelou algumas das sedes que restaram. Hoje, muitas sedes converteram-se em hotéis. Alguns proprietários zelosos têm restaurado suas casas. Outros promovem visita pública de algumas dessas marcas da civilização do café nos momentos iniciais do Brasil independente. Elas são testemunhos construídos das origens da nação, com sua exuberância e contradições. São traços da sociedade antiga e de uma hospitalidade que permanece:

“ – Acabei agorinha de coar. Aceita uma xicrinha? ”



Acima. CASA DA HERA, Vassouras (RJ). Interior, salão, destacando-se o requinte dos elementos decorativos.

O fim do tráfico da África para o Brasil, em 1850, marcou o início do declínio da região.

Incapaz de repor sua força de trabalho (mesmo recorrendo às transferências urbano-rurais e às importações de escravos do Nordeste) e plantando em terras crescentemente esgotadas em fertilidade, o café fluminense perdeu produtividade e competitividade em relação a outras áreas cafeeiras do sudeste brasileiro.

Foi uma agonia prolongada, que teve seu desfecho com a abolição da escravidão no Brasil, em 1888.

O capítulo final da decadência deixou fortes marcas não só na economia das grandes fazendas (que entraram em colapso definitivo), mas também nos outrora opulentos núcleos urbanos, que definharam ao ponto de serem chamados, anos depois, de “cidades mortas”, por Monteiro Lobato.

Roberto Borges Martins
Historiador



Acima. FAZENDA TRÊS PEDRAS, Campinas (SP). Alpendre. Construída em 1871. Além do solar, possui duas casas de colonos, um paiol, duas tulhas de café, casa do administrador e senzala.

Abaixo. CAFÉ, evolução da área cultivada.

PUJANÇA E DIVERSIDADE SOB O PATROCÍNIO DO CAFÉ REPUBLICANO

Até o fim do Império é possível identificar uma cultura arquitetônica do café. O tradicionalismo construtivo e espacial uniformizado pela linguagem arquitetônica e, sobretudo, o convencionalismo inerente à estrutura social, centrada na sede rural são características da coleção de arquitetura cafeeira do Império, que permitem que falemos em uma cultura arquitetônica. Com a chegada da República muda o quadro social. A mancha plantada aumenta substancialmente, expandindo-se para fora, em direção ao interior de São Paulo, ao Paraná, sul de Minas e Espírito Santo. Em compensação, extingue-se o plantio no sertão fluminense. O fim da escravidão determinou alterações no jogo interno de poder das fazendas. As habitações dos colonos, inspiradas nos modelos urbanos, passam a constituir um pequeno núcleo ou vila em vez da uniformidade das antigas senzalas. Diminui a centralidade monárquica da casa-grande. A austeridade grandiosa cede lugar a uma arquitetura menor, mais



confortável e com fachada *estilizada* na moda do historicismo acadêmico tardio. Ao mesmo tempo, a ampliação da rede férrea facilitou o contato das cidades e fazendas com o mundo e deixou chegarem amostras das novas modas no vestuário, decoração, móveis e objetos, por meio de revistas ilustradas, catálogos e propaganda. Pensemos no caso do mobiliário. Nos tempos da mão-de-obra barata e abundante e do isolamento pioneiro nos sertões cafeeiros os modelos convencionais das peças eram replicados com maestria nas oficinas da fazenda em momentos de entres-

safrã; com navio a vapor e trem, os artigos europeus ficaram mais à mão e mais em conta. Com móveis e roupas chegaram também elementos prontos de arquitetura industrializada: varandas e escadas de ferro, formas para estuques, papéis e tecidos de parede e artefatos de *pedra artificial* moldados em concreto de *cimento portland*. Um novo universo de formas decorativas invadiu os campos e as cidades. O que os reúne em um conjunto não é mais a uniformidade estilística ou o convencionalismo construtivo, mas o patrocínio do café.

As fazendas novas são concebidas em linguagem eclética, algumas das antigas recebem decoração nova.

Mas o símbolo maior da pujança eclética sob o patrocínio do café nos tempos iniciais da República foi a cidade de São Paulo. Estrategicamente situada na interseção dos dois grandes vales produtores de café – Paraíba do Sul e Tietê – e por ironia em um raro trecho de solo impróprio para o cultivo, é notável que o centro nervoso dessa nova fase da economia nacional não seja um porto de mar, mas um produto da estrada de ferro. De fato, a modesta sede provincial, com vinte e poucos mil habitantes nos anos 1870, tornou-se uma cidade dez vezes maior na passagem do século e, na época da Revolução de 1930, já contava com mais de meio milhão.⁴¹ A São Paulo Railway, construída pelos ingleses, chegou em 1867. Ligava a capital ao porto de Santos e à produção cafeeira em Jundiá. A arquitetura mais diretamente ligada ao trem é a das gares. Em 1871, inaugurou-se a Sorocabana.



Acima. FAZENDA RIO NOVO, Vassouras (RJ).

Abaixo. VIADUTO DO CHÁ E TEATRO MUNICIPAL, ao fundo, São Paulo (SP).
Foto de 1919.





Acima. **ESTAÇÃO DA LUZ**, cidade de São Paulo (SP). Inaugurada em 1901, substituiu a acanhada estação de 1867, incompatível com o acelerado crescimento da cidade, em pleno ciclo do café. Foi construída pela São Paulo Railway Company com projeto de estilo vitoriano e material importado, teve como engenheiro responsável o inglês James Ford. É um dos exemplos mais significativos da arquitetura em ferro no Brasil.

Abaixo. **INTERIOR DA ESTAÇÃO DA LUZ**, antigo restaurante, São Paulo. In: *Catálogo da Fundação Saracen* – Walter MacFarlane & Co., 1911, Galsgow



De um modo geral, as estações introduziram a construção de alvenaria de tijolos cozidos e maciços e, com frequência, deixada aparente, conforme a voga inglesa. Da arquitetura ferroviária, a alvenaria passou para a construção privada, em geral, e substituiu a velha taipa de mão. Associadas às alvenarias difundiram-se os elementos metálicos em caixas d'água, coberturas, passagens elevadas para passageiros.

O sistema ferroviário é um equipamento essencialmente inter-regional. No sudeste do Brasil foi custeado pelo café, mas sua arquitetura não se pode distinguir daquela paga pelo açúcar nordestino, pela borracha no norte ou pelo gado no sul. O mesmo pode-se dizer dos portos e mercados, coretos de praça, galpões, pontes, pontilhões, viadutos e até varandas e escadas de ferro que o Brasil importou entre 1850 e 1930. O trem foi símbolo de modernidade e de nova racionalidade. As horas precisas das chegadas e saídas do trem impõem aos lugares por onde passa uma nova marcação do tempo vivido em substituição ao repique dos sinos das matrizes nas horas litúrgicas. Dentre as gares, a estação da Luz, em São Paulo, inaugurada em 1901, conforme projeto inglês, é, para Geraldo Gomes,⁴² *a mais sensacional de todas*.

Embora conservasse o *status* de capital de Estado, o crescimento da cidade de São Paulo foi, principalmente, conduzido pelo capital privado lucrado com



o café. Hugo Segawa⁴³ conta como o constante crescimento da demanda habitacional deu origem a um mercado imobiliário fortíssimo responsável por transformações radicais no aspecto urbanístico, na extensão da malha urbana e na arquitetura de residências e edifícios públicos. Isso contrasta com a revolução urbanizadora no Rio de Janeiro, resultado de iniciativa governamental capitaneada pelo prefeito Francisco Pereira Passos. Enquanto na Capital Federal o desenho axial das grandes avenidas e o pensamento de conjunto caracterizam a ação oficial e simbólica, em São Paulo novos bairros residenciais surgiam de loteamentos particulares. O tipo de fragmentação do solo na área de expansão resultou no aspecto atual da capital paulista, com pequenos retalhos de malha xadrez, formando um mosaico de bairros não raro inspirados no modelo das *garden cities* inglesas: Surgiam, assim, o Jardim Europa, o Jardim América, a Vila Cerqueira César, a Vila Mariana. Ao contrário das fazendas e cidades da fase imperial, em que a arquitetura e a urbanização foram, via de regra, improvisadas, sem planejamento prévio, em São Paulo, foram abundantes os planos de higienização, ajardinamento, embelezamento, arruamento concebidos por profissionais competentes.⁴⁴ Na maioria, os projetos não foram executados, ou o foram apenas em parte. Mas eles são indícios de planejamento e racionalidade modernas. A cidade

Acima. TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (RJ), inaugurado em 1909. Projeto arquitetônico de estilo eclético, de autoria de Francisco Oliveira Passos.

Abaixo. TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, (SP), obra construída pelo escritório Ramos de Azevedo, segundo projeto dos arquitetos Cláudio e Domiziano Rossi, iniciada em 1903 e concluída em 1911, em estilo eclético, destacam-se as escadarias monumentais do luxuoso foyer.





Acima. CHÁCARA CARVALHO, construída entre 1891 e 1893. São Paulo (SP). Residência do conselheiro Antônio Prado, prefeito da cidade de São Paulo. Projeto de autoria de Luigi Pucci, nascido em 1853, na Província de Florença, Itália, responsável igualmente pelo projeto do Monumento do Ipiranga, de 1885, tendo-se dedicado também a projetos urbanos, tal como a via que liga aquele monumento ao centro da cidade de São Paulo.

dispunha de uma escola politécnica e importou engenheiros, arquitetos, mestres-de-obra e oficiais de construção civil: Martin, Bouvard, Dubugras, Bezzi, Rossi, Pucci, Häussler. Basta a menção dos nomes para mostrar a variedade de origens e a diversidade de tendências que convergiam na concepção eclética do ambiente paulistano. O mais destacado arquiteto (e empresário), no entanto, foi o paulistano Francisco de Paula Ramos de Azevedo, engenheiro-arquiteto formado pela Universidade de Gand, na Bélgica.⁴⁵ Autor de obra arquitetônica volumosa em Campinas e em São Paulo, ele difundiu naquelas cidades um tipo de ecletismo arquitetônico que revela grande independência em relação aos modelos oficiais da Capital Federal.

Mesmo o viaduto do Chá, outra obra magnífica de estrutura metálica, foi importado da Alemanha, montado e inaugurado em 1892 como resultado da iniciativa empresarial visionária de Jules Martin. O viaduto do Chá, o de Santa Ifigênia, aberto em 1909, e os outros que os sucederam costuraram duas bandas de cidade antes separadas pelas encostas íngremes do vale seco do Anhangabaú.

Outra barreira ao crescimento urbano superada foi a grande elevação que separa o centro da cidade dos bairros novos a sudoeste. Foi o loteamento da

chácara do Capão, por iniciativa de Joaquim Eugênio de Lima, que iniciou a expansão naquele rumo. No alto da linha de cumeeada ele abriu, em 1891, a avenida Paulista,⁴⁶ no leito de um antigo caminho de boiadeiros. A avenida, com o magnífico parque público agenciado pelo paisagista francês Paul Villon (atualmente conhecido como parque Trianon), e o loteamento deram origem ao Jardim Paulista, endereço residencial mais privilegiado da capital cafeeira.

Entre as residências paulistanas dessa época havia diferentes tendências decorativas, desde o ecletismo classicizante a Luís XVI, do chalé romântico ao *art nouveau* afrancesado e mesmo aos primeiros exemplares brasileiros do neocolonial, como a casa de Numa de Oliveira, projetada por Augusto Severo, em 1916. Havia diferentes partidos arquitetônicos e disposições espaciais. A planta da casa de Egidio Pinotti Gamba, projetada por Eduardo Loschi, em 1905, na avenida Paulista, revelava notável liberdade compositiva.⁴⁷ O predomínio classicizante cede lugar ao romantismo, diferentes formas de revivalismo e ecletismo, mais tarde ao *art nouveau*, ao primeiro modernismo e o estilo *art déco*. Mas a verdade é que essas tendências não foram características da região cafeeira, mas modas internacionais. Porém, diante da crescente complexidade metropolitana da capital paulista, não se pode distinguir o que foi direta ou indiretamente financiado pelo café e o que se deveu a outras fontes de riqueza. O fato é que o café manteve o ritmo de renovação arquitetônica e urbanística acelerado em São Paulo durante toda a República Velha.

Com a crise do café de 1930, a avenida Paulista entrou em declínio. A partir dos anos 1940 quase todos os palacetes da Paulista foram substituídos por grandes arranha-céus de escritórios. O bairro bucólico verticalizou-se. Os palacetes de números 37 (Casa das Rosas) e 1.919 são testemunhos arquitetônicos raros de uma época em que a pujança paulista era impulsionada pelo café. Todo o restante da avenida testemunha que o dinamismo paulitano continua acelerado. Na avenida Paulista de hoje, centro nervoso da megalópole mundial, a arquitetura expressa, sobretudo, a economia industrial, marcada pelo *timing* acelerado. Mas mesmo isso começou com o café. “ – Toma ligeiro o teu *espresso*, senão esfria.”

Translation Error.

Acima. INTERIOR DO TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO (SP). Obras-de-arte compõem sua decoração interna, com ricas luminárias, esculturas, pinturas murais de Oscar Pereira da Silva, vitrais, mosaicos e mármore trazidos do exterior. Em 1922, foi palco para o movimento transformador da cultura brasileira, a Semana de Arte Moderna.

Abaixo. XÍCARA DE CAFÉ, estampada com o brasão imperial, onde se vê ramos de café. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (RJ).



ALGODÃO

PORTINARI

280x300cm, 1938.

*Pintura mural a afresco no Salão de Audiências
do Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, Brasil*





LUIZ PHELPE DE CARVALHO CASTRO ANDRÈS

A ARQUITETURA MARANHENSE E A ECONOMIA DO ALGODÃO

*“Cada pedra colocada pela mão do homem na construção
de uma cidade é uma letra no alfabeto da civilização.”*

Assim manifestou-se Araújo Porto Alegre, eminente pintor, poeta, arquiteto e urbanista brasileiro, no início do século XIX, para lembrar que as obras materializadas pelo ser humano são continentes perfeitos para um incomensurável conjunto de conceitos e de informações sobre sua própria trajetória. Na cidade – à qual ele se referia como uma das maiores realizações do ser humano –, as ruas, os logradouros, as edificações e os monumentos são verdadeiros arquivos de conhecimento, enciclopédias concretas, de tal forma que, mesmo no caso absurdo em que todos os livros pudessem um dia desaparecer, elas traduziriam para a posteridade grande parte dos conhecimentos acumulados em cada etapa de sua construção. Assim, para compreendermos a conjuntura que engendrou a saga de conquista e de ocupação da região do Meio Norte brasileiro e que corresponde hoje ao Estado do Maranhão,¹ é necessário olhar para as cidades daquele período, destacando aspectos que, como consequência da exportação de produtos primários e da utilização intensiva de mão-de-obra escrava, influíram mais diretamente na composição do seu acervo arquitetônico.



ANTECEDENTES — 1500 A 1755

A ARQUITETURA E O URBANISMO COMO RESULTADO DE UMA
ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA

Desde que o explorador espanhol Vicente Yanez Pinzon alcançou o litoral que corresponde ao Meio Norte brasileiro, isso por volta de 1500, sucederam-se expedições a esse território. Ao penetrar pelos rios amazônicos, os navegadores europeus esperavam encontrar o acesso para o imaginado “eldorado” ou para as minas de prata de Potosí, na cordilheira dos Andes, atual Bolívia.

Habitada pelos índios Tupinambá, a capitania do Maranhão foi doada, no século XVI, por d. João III ao historiador João de Barros, feitor da Casa da Índia, que se associou a Fernão Álvares de Andrade, tesoureiro do reino, e a Ayres da Cunha. Juntos, promoveram uma grande expedição com dez navios e 900 homens, que partiu de Lisboa em outubro de 1535. Entretanto, nas

Acima. PEQUENAS CANOAS TÍPICAS DO MARANHÃO, na maré alta do Cais da Sagração, no encontro das águas do rio Anil com o Bacanga. À sua frente, o antigo forte de São Luís, localizado na cota mais elevada do promontório.

Abaixo. *Ramo de algodão*, Debret, ca. 1834, aquarela sobre papel. Museus Castro Maya/ Iphan, Rio de Janeiro (RJ).





Acima. MAPA DO BRASIL com a localização da região em estudo.

proximidades da costa maranhense, a expedição protagonizou um dos maiores naufrágios de que se tem notícia à época. Os sobreviventes deram origem à povoação de Nazaré. No ano seguinte, outra tentativa, igualmente malograda, causou o desânimo e o conseqüente abandono da

capitania por mais de cinquenta anos.

Quando, em 1594, o corsário francês Jacques Rifault organizou sua expedição, chegando à então ilha de Trindade, a “Upaon-açu” dos Tupinambá, é certo que essa região já havia sido visitada por aventureiros espanhóis, franceses e portugueses.

“A presença dos portugueses no litoral do Maranhão e possivelmente no delta do Amazonas não era uma novidade. Datava mesmo do século XVI, do período inicial das capitanias. Mas restringia-se a um contacto ligeiro, que não deixava marcas visíveis e, em conseqüência, autorizava o comparecimento dos concorrentes vindos da Bretanha e da Batávia.”²

Em 1612, Daniel de La Touche, sieur de La Ravadière, e seu companheiro e sócio François de Razily, tenentes-generais de Luís XIII de França, a serviço de Maria de Médicis, tomaram a ilha, contando com a ajuda e a curiosidade dos seus primitivos habitantes, os índios Tupinambá. Com o propósito de implantar a “França equinocial”, fundaram, em 8 de setembro, o forte e a vila de São Luís, em homenagem ao rei santo Luís IX.

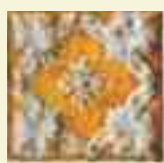
Entretanto, essa ocupação foi breve. Já em 1615, os portugueses, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, expulsam os franceses, não havendo tempo para que eles construíssem edificações duradouras.

Portugal reassume a ocupação do território. O engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita, além de projetar as fortalezas que iriam consolidar o seu

Acima. MAPA DO LITORAL NORDESTE E NORTE DO BRASIL, desde a Bahia até o Oiapoque, passando pela costa do Estado do Maranhão, cuja metade superior, a chamada frente litorânea, foi ocupada graças à navegação dos milhares de quilômetros de rios navegáveis.

Página 232. *Maragon*, gravura atribuída a Frans Post, 1641. In: Caspar Barleus - 1647. Representa a conquista da cidade de São Luiz pelos holandeses, em 1641. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. EXEMPLARES DE AZULEJOS PORTUGUESES do século XIX, que revestem centenas de fachadas dos casarões do centro antigo da cidade de São Luís (MA), mas que também foram aplicados no interior das edificações nos silhares de casas e igrejas.





domínio, fica incumbido de traçar um plano urbanístico para a cidade. Identifica-se aqui uma característica comum a vários episódios de fundação de cidades e vilas brasileiras: a participação decisiva de engenheiros militares no traçado urbano original, bem como a relação entre a localização das fortalezas e o primeiro núcleo de habitação.

O plano foi concebido com formato de quadras regulares, ruas ortogonais no sentido dos pontos cardeais e passou a se constituir no referencial para a expansão do povoado. Ao mesmo tempo, o “regimento” deixado pelo capitão-mor Alexandre de Moura ao seu sucessor Jerônimo de Albuquerque, em 9 de janeiro de 1616, determinava a construção de uma casa “como modelo para as que viessem a ser feitas”.

De toda forma, a cidade confirmava o modelo de assentamento adotado pelos colonizadores portugueses. A “cidade alta”, administrativa, militar e religiosa, e a “cidade baixa”, marinheira e comercial, associadas à tipologia dominante das edificações surgidas mais tarde, a partir do final do século XVIII, conferem a São Luís uma forte conotação lusitana.

Acima. O ANTIGO MAPA, datado de 1615, período da fundação da cidade de São Luís (MA), de autoria de João Teixeira Abernaz, já desenhava um litoral extremamente recortado pela influência das grandes marés. Assinala também o casario surgente de São Luís, da aldeia de Tapuitapera, hoje Alcântara, e da povoação de Cumã, hoje Guimarães. Incluído no manuscrito do Livro que dá razão do Estado do Brasil, de Diogo de Campos Moreno. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro (RJ).



Acima. GRAVURA DE MANOEL RICARDO CANTO, datada de 1864, mostrando o perfil da cidade, bem-construída e urbanizada, na qual se pode observar as torres das igrejas, as muralhas do cais e os navios oceânicos atracados no porto da Praia Grande, no apogeu do ciclo do algodão. Fonte: Gravura da Coleção Arthur Azevedo. Acervo do Palácio dos Leões, São Luís (MA).

A partir de 1619, chegaram casais de açorianos que, além de fundar a primeira Câmara Municipal, desenvolveram culturas de cana-de-açúcar e de algodão. A cidade iniciava, então, um lento processo de crescimento e, em 1621, a Coroa Portuguesa criava o Estado do Maranhão, sediado em São Luís, com administração separada do Estado do Brasil, com sede em Salvador.



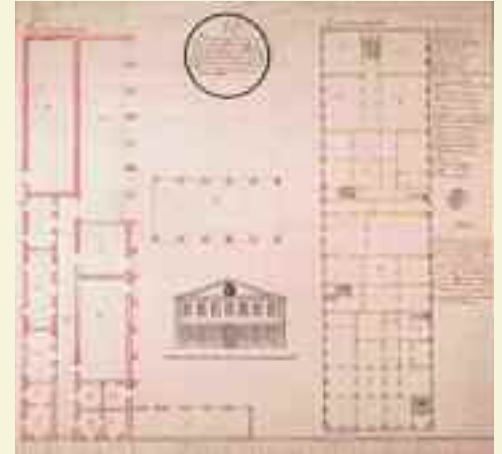
Ao lado. URBS S. Ludovici in Maragon. Mapa de autor não identificado, incluído no livro de Gaspar Barlaeus, datado de 1647, e que confirma o traçado geométrico concebido pelo engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita, por ocasião da expulsão dos franceses, em 1615. Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

Menos de três décadas após a presença dos franceses, o Maranhão foi invadido por emissários de Maurício de Nassau que, a partir de Recife, tomaram São Luís, em 1641. Foram expulsos menos de três anos depois. Embora breve e descrita como violenta e destrutiva, deve-se à ocupação holandesa o único registro gráfico do que teria sido o projeto de Frias de Mesquita, cuja traça original jamais foi localizada.³

Desse plano subsistem as principais referências, caso das edificações até hoje situadas no território correspondente ao interior da muralha, o Palácio do Governo e a Intendência, como era denominada a administração local. E ainda uma construção em cruz identificando a capela que, mais tarde, daria origem à igreja da Sé, assim como a Ermida de São José do Desterro.

O projeto de urbanização do engenheiro Frias de Mesquita se fez tão determinante para a evolução urbana de São Luís que até mesmo as áreas da cidade que vieram a se consolidar cerca de 200 anos depois, já durante o século XIX, nas imediações do campo d'Ourique e da rua das Hortas, ainda obedeciam ao mesmo padrão reticulado uniforme de ruas estreitas, de sete a dez metros de largura e às dimensões de quadras, de 80x80 metros.

Para a compreensão da cobiça que despertavam essas terras é necessário levar-se em conta, ainda, o cenário natural privilegiado. Somando-se às motivações geradas pela posição geográfica estratégica e favorável aos empreendimentos exploratórios do novo mundo, também foram ressaltadas, em vários depoimentos de viajantes da época, a força da natureza, a fertilidade das terras, a abundância de águas e a excelência do clima equatorial. A vegetação exuberante e diversificada representa uma mescla de várias espécies do



Acima. PLANO DO ARSENAL DA MARINHA.

Projeto de influência neoclássica, de autoria de Manoel de Castro Couto, datado de 1822, para a sede do Arsenal da Marinha, que jamais chegou a ser construído. De fato, não se encontra similar a esse projeto na São Luís de então. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Projeto Resgate/MinC.

Abaixo. Densa VEGETAÇÃO EQUATORIAL que recobre as colinas da cidade histórica de Alcântara (MA), com vista sobre a baía de São Marcos, tendo à frente a cidade de São Luís (MA), preservando até os nossos dias um cenário natural muito próximo ao do período do Descobrimento.





Acima. VISTA PARCIAL DOS TELHADOS em telha canal do centro histórico de São Luís, revelando a concentração de sólidas edificações, com reduzidas áreas livres, resultante do traçado geométrico de pequenas quadras.

interior do continente, como se dele fosse um mostuário, com predominância de manguezais nas franjas de praias e rios, aos quais se sucedem no interior da ilha pequenas florestas de cocais de babaçu e buritis, de juçareiras e áreas cobertas por capoeiras remanescentes da vegetação típica da hiléia amazônica.

É na rota do Pará que iria surgir também, no início do século XVII, a chamada vila de Alcântara, no local de um aldeamento indígena de nome Tapuitapera, que significa “morada dos tapuia”. Dela nos fala o padre Claude d’Abbeville:

“Tapuitapera é outra residência de índios em terra firme e próxima à Ilha Grande do Maranhão, do lado de oeste, facilmente vista do Forte de São Luís, e dele separada por três ou quatro léguas de mar. Não é ilha como o Maranhão, e sim continente em terra firme. Do lado do Maranhão, é batida constantemente por mar, e por ele cercada nas águas grandes, mas quando estas desaparecem, fica só o mar no lado já dito, e o resto é terra firme ou areia que se passa a pé enxuto. Tapuitapera é tão forte como o Maranhão, porém mais agradável, rico e fértil.”⁴

Em 1648, já havia sido alçada à condição de vila e mudado definitivamente o nome indígena Tapuitapera para Alcântara, vocábulo árabe que significa “a ponte”. Os colonizadores foram chegando e tomando posse, enquanto os primitivos habitantes, despreparados para esse confronto, eram escravizados ou dizimados aos milhares.

Entretanto, não obstante as expectativas geradas pela ambição de conquista de franceses e holandeses, o Maranhão chegou à metade do século XVIII sem apresentar grandes progressos na sua economia; e como reflexo direto, nem a capital São Luís nem Alcântara exibiam alguma expressiva arquitetura urbana. Era tal o quadro de desolação e pobreza quanto se pode aquilatar do testemunho do padre Antônio Vieira, datado de 1680: “Em todo o Estado não há açougue nem ribeira, nem horta, nem tenda onde se vendam as coisas usuais para o comer ordinário, nem ainda um arrátel de açúcar com que se fazer na terra”.



Acima. RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DA SÉ, ANTIGA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA DOS JESUÍTAS, e a talha dourada classificada como de estilo “nacional português”, datada da segunda metade do século XVII. O projeto é do padre João Felipe Bettendorf e a obra foi executada pelo entalhador português Manoel Manso e alunos da oficina de entalhe, escultura e pintura do antigo Colégio de Nossa Senhora da Luz, que funcionou no prédio ao lado e também foi fundado pelos jesuítas.



Acima. SOBRADÕES da praça da Matriz de São Matias, Alcântara. Austeridade e padronização de elementos construtivos, como os mirantes, molduras dos vãos, balcões e sacadas, conferem uniformidade às fachadas.

Página ao lado. RUA PORTUGAL, no bairro da Praia Grande, São Luís (MA).

Abaixo. PORTO DO JACARÉ, Alcântara (MA). Embarcações tradicionais destinadas à pesca e ao transporte para São Luís.



Em 1654, esse vasto território da região do Meio Norte passa a se denominar Estado do Maranhão e Grão-Pará, tendo São Luís e Belém, alternadamente, como sua capital, fato este que se faz determinante, uma vez que o *status* de capital começa, ainda que lentamente, a direcionar investimentos para as melhorias urbanas. Por sua localização estratégica e por se constituir na sede administrativa do novo Estado colonial e centro político da região, estavam postas as condições para que no período seguinte viesse a eclodir em São Luís um ciclo de desenvolvimento.

Acrescente-se o fato de que, desde os primórdios, se estabeleceu uma comunicação mais estreita entre a capitania do Maranhão e a Europa do que com o resto do Brasil, em função das navegações, favorecidas por determinadas correntes marítimas e ventos que facilitavam a aproximação entre o Meio Norte brasileiro e a Península Ibérica.

Mesmo não havendo significativos avanços na economia, é desse período a construção da igreja e do colégio dos jesuítas que, mais tarde, seriam respectivamente a catedral (Sé) e o palácio episcopal.

GÊNESE DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO - 1755 A 1900 À ARQUITETURA E O URBANISMO COMO RESULTADO DE UMA ECONOMIA DE MERCADO

É importante sublinhar o fato histórico de que no período que vai de meados do século XVII até o último quartel do século XVIII havia dois estados coloniais separados: o Estado do Brasil, que teve como capital a cidade de Salvador e, posteriormente, o Rio de Janeiro, e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sedes nas cidades de São Luís e de Belém, alternadamente. O Estado do Maranhão e Grão-Pará, constituído pelas áreas que hoje pertencem ao Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e uma boa parte da Amazônia, abrangia praticamente a metade do atual território brasileiro.

Em 1775, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, primeiro ministro do rei d. José I de Portugal, promoveu a unificação dos dois Estados e adotou uma série de medidas que iria provocar significativas mudanças na realidade econômica do Maranhão.

O aumento do número de escravos negros e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, com recursos públicos e o auxílio financeiro de grandes comerciantes portugueses, foram as principais decisões que influiriam no futuro da região. A essa companhia foi concedido o monopólio do abastecimento, bem como o direito exclusivo do comércio com a metrópole, da navegação – inclusive para a África – e do tráfico de escravos, além de receber do poder público as instalações para seu funcionamento e dispor de privilégios de nobreza para seus acionistas.

Jerônimo de Viveiros, autor da *História do comércio do Maranhão*, assim se refere à atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão:

“De fato, introduzindo escravos africanos para o trabalho, os quais vendiam a preços módicos e a longos prazos, adiantando numerário aos colonos para a fundação dos campos de lavoura, fornecendo sementes, entregando mercadorias num ano para serem pagas no ano seguinte, financiando negócios, comprando só produtos coloniais a justo preço, estabelecendo a navegação para o Reino e agindo em tudo com lisura e probidade, a companhia de comércio transformou a nossa penúria em fartura, nossa pobreza em riqueza. Deve-lhe o Maranhão o surto de progresso que desfrutou nos últimos quarenta anos do período colonial e que todos os historiadores consideram verdadeiramente notável.”





Acima. PELOURINHO DE ALCÂNTARA (MA).

Um dos poucos exemplares do gênero ainda existentes no país. Foi redescoberto nos anos 1930 por indicação de uma velha escrava que conhecia o local exato onde o haviam enterrado, bem como o seu posicionamento na praça da Matriz diante da Casa da Câmara e Cadeia. Hoje, serve de atração turística e elemento de educação como testemunho sobre o papel da escravidão no período colonial.

Abaixo. DETALHE DA SETEIRA NA FACHADA DA CAFUA DAS MERCÊS, SÃO LUÍS (MA), antiga prisão onde eram mantidos os escravos a serem leiloados. Os vãos eram obliterados, deixando-se somente uma seteira para iluminação e ventilação dos cativos.



Não obstante a admiração do historiador, assim se fazia a “globalização” da época, desde então presidida por interesses do capital internacional. A comunicação e o transporte eram assegurados pelas naus, caravelas ou galeões, navios geralmente aproveitados da armada portuguesa. Por sua vez, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão fornecia aos fazendeiros insumos a baixos preços e créditos para o custeio da safra agrícola e para a compra de equipamentos, colocando a produção resultante nos mercados consumidores na Europa, que pagavam preços compensadores pelo algodão e arroz produzidos no Estado.

Em suma, o propósito era transferir produtos agrícolas em larga escala para a Europa. Exatamente, da mesma forma como havia sido feito com o ouro das Minas Gerais e se fazia com o açúcar de Pernambuco. Para facilitar a produção de algodão e arroz, que eram produtos das terras férteis da província de Cumã, hoje Alcântara, a mesma companhia providenciou a vinda para o Maranhão de milhares de africanos escravizados.

A combinação de trabalho escravo com a exportação engendrou aqui, como em outras regiões da América Latina, mecanismos de concentração de riqueza. O testemunho dessas atividades materializou-se com maior ênfase nos principais pontos de escoamento, as sedes dos entrepostos comerciais, respectivamente as cidades portuárias de Belém, São Luís e Alcântara, onde estavam instalados os proprietários de terras e os comerciantes.

Entre 1812 e 1821 foram comprados cerca de 50 mil escravos para trabalhar nas lavouras do Maranhão, coincidentemente o período de melhor desempenho da economia. Conforme Roberto Simonsen, em *História econômica do Brasil*, “em 1817, a economia colonial maranhense conseguia o máximo de eficiência, superando a pernambucana e igualando-se à baiana, recebendo 155 navios”, em média um navio a cada dois dias no porto de São Luís.

Conforme bem observa Rossini Corrêa,⁵ “o Maranhão recebia escravos duplamente: da África e do Brasil, e os tratava com inusitada violência, chegando a imortalizar uma senhora, Ana Jansen, pela perversidade dos suplícios aos quais submetia os cativos”. Assim, a escravidão negra foi um dos pilares para que se constituíssem centros urbanos com os confortos da vida moderna da época.

Em resumo, era uma economia primária, com pouca diversificação produtiva, mas que foi suficiente para integrar o Maranhão ao sistema mundial do comércio, por meio da exportação de algodão, arroz e outros produtos regionais, e canalizar para São Luís e Alcântara, principais portos de escoamento, a

circulação de riquezas, que iriam promover um florescimento cultural significativo nessas cidades.

Entretanto, não só de arroz e algodão constituiu-se esse período econômico da região do Meio Norte brasileiro. Nos documentos de época há referências a outros produtos da pauta de exportações, embora em menor quantidade e valor. Dentre eles, o açúcar, desde o século XVII, mas também o couro proveniente das fazendas de gado das regiões mais ao sul do Estado. A presença do gado é um fator importante na economia do período colonial. Embora de significado modesto nos índices de exportação, a pecuária bovina sempre esteve presente e estabeleceu um traço comum na história da ocupação dos territórios que correspondem à Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão, por meio dos caminhos percorridos pelos rebanhos de gado que, a partir da Bahia, eram tangidos pelos sertões em busca de pastagens e água. Desde os primórdios do século XVII, a criação de gado se fazia necessária como fonte de alimentação e também acompanhava o surgimento dos engenhos de açúcar, onde os bois eram utilizados como tração. O aproveitamento do couro fazia com que ele figurasse nas relações de produtos exportados para a Europa, embora com menor valor agregado.



Acima. FACHADA DE CASA RESIDENCIAL térrea, no centro histórico de São Luís, com mirante e revestida de azulejos portugueses do século XIX. Pertenceu a Ana Jansen. Ilustração de Olavo Pereira da Silva Filho, *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*, de sua autoria. Belo Horizonte: Formato, 1998.

Abaixo. MAPA QUE MOSTRA O CONTORNO da costa africana no trecho que corresponde ao que seria o ponto de contato com a costa brasileira, o Nordeste, na Pangéia, antes da separação dos continentes, o Nordeste, na Pangéia, antes da separação dos continentes, Costa do Golfo da Guiné e representação da fortaleza de São Jorge da Mina, África Ocidental. *Atlas de Fernão Vaz Dourado*, c. 1576. Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal.





Acima. RUÍNAS DO PALÁCIO DO BARÃO DO MEARIM, um dos palácios que duas famílias inimigas de Alcântara (MA) construíram às pressas na disputa pelo privilégio de hospedar o imperador d. Pedro I em uma anunciada visita àquela cidade e que acabou não acontecendo. Ao fundo, a fachada da igreja do Carmo.

Abaixo. RUÍNAS DA ANTIGA INDÚSTRIA DO SÍTIO DO FÍSICO, curtume do princípio do século XIX, mostrando as colunas de um dos poços de água e os maciços das estruturas do forno, onde se fundiam as conchas marinhas para extração da cal que seria utilizada no tratamento e preparação dos couros de gado para exportação.



O açúcar aparece como fator subsidiário da economia dessa região. Ao contrário de Pernambuco, onde preponderou a cultura canieira, no Maranhão, os engenhos sempre foram modestos e a produção restrita. Devido à pouca adequação da cana-de-açúcar ao tipo de solo das terras maranhenses, o seu cultivo jamais alcançou a produtividade que esperavam os conquistadores. Conforme Barléus, os próprios holandeses, quando vieram ao Maranhão, tinham a esperança de introduzir a cana-de-açúcar como um dos principais cultivos: “Para ali eram convidados os holandeses pela salubridade do clima, pela uberdade do solo para produzir açúcar, algodão, gengibre e tabaco, pelo comércio do sal e pela esperança de minas”.⁶

E, assim como o couro, o tema do açúcar volta, por comparação, a enfatizar a importância das culturas de algodão e de arroz no enriquecimento da região. Ao avaliar a atividade açucareira no Maranhão, Rossini Correa afirma:

*“O arroz, cultivo de introdução em muito posterior à cana-de-açúcar, superou-a por completo, formando, com o algodão, os produtos principais da agricultura maranhense. Os engenhos degeneraram, chegando a Câmara de São Luís à proibição do comércio das doceiras, que consumiam em excesso um bem escasso, quando na economia maranhense, o algodão foi até moeda circulante”.*⁷

O arroz aparece em segundo lugar e se afirma por ser um produto que encontrou terras extremamente favoráveis ao seu cultivo e funciona como alimento preferencial, de menor custo, para alimentar quantidades de escravos. Já o crescimento acentuado da produção de algodão sobre os demais produtos se deve a fatores externos como o fato de que ele passou a ganhar valor no mercado internacional em decorrência das guerras de independência dos Estados Unidos da América do Norte (em 1776 e 1816) e de Secessão (1861), que desorganizaram a exportação da matéria-prima naquele país e

obrigaram os ingleses a importar o algodão do Maranhão em plena Revolução Industrial.

Assim, à luz da localização territorial dessas atividades, pode-se identificar dois tipos de ocupação para o território maranhense. A metade superior do Estado foi colonizada pela penetração a partir do litoral, no que se pode denominar a “frente litorânea”. Mas a outra metade (mais ao sul do Estado) foi ocupada pela atividade pastoril sempre com origem nos rebanhos de gado que eram originários da Bahia e de Goiás e vinham, portanto, do interior dos sertões.

A sociedade constituída pela “frente litorânea” de ocupação, graças ao seu contato amigável e intermediador com a Europa revelou-se muito mais urbana e construiu mais cidades. Já a sociedade oriunda da “frente pastoril”, por sua própria natureza interiorana, isolada e nômade, foi sempre mais dispersa e rarefeita em termos de assentamentos. Vem daí que os núcleos urbanos mais expressivos estão preferencialmente nos territórios de influência da sociedade “litorânea”. Dentre eles, além de São Luís e Alcântara, as cidades de Viana e Caxias ainda conservam conjuntos urbanos antigos tombados pelo Estado. Caxias, por sua localização no encontro das duas frentes de ocupação, e Viana, por se constituir na via alternativa para as expedições que pretendiam alcançar o rio Amazonas e a cidade de Belém, contornando o golfão Maranhense por terra, sem atravessar a baía de São Marcos.

Entretanto, as cidades de São Luís e Alcântara, por sua condição portuária, em um período em que toda comunicação com a Europa se fazia pelo mar, acabaram por reunir os mais expressivos exemplares de arquitetura e urbanismo da época. Ademais, como até hoje, o campo trabalhava para enriquecer a cidade. Grande parte das riquezas oriundas das extensões pastoris dos sertões acabava escoando pelo porto, situado na cidade que usufruía das benesses de ser capital, sede administrativa e entreposto comercial, reunindo, então, expressivas manifestações de urbanidade. Uma elite de comerciantes nela se estabeleceu em função dessas rendosas atividades de comércio de exportação, gerando a necessidade de construir em São Luís e em Alcântara um ambiente urbano capaz de reproduzir padrões de conforto aos quais seus proprietários estavam acostumados nas cidades européias.

Esse modelo de cidade resultou, de fato, de um conjunto de fatores semelhantes aos que hoje associamos à globalização, ou seja, comunicação e comércio internacional, importação de costumes que se traduziam na urba-



Acima. FACHADA DE SOBRADO DO SÉCULO XIX, no centro histórico da cidade de Viana, com tipologia construtiva similar aos de São Luís (MA), inclusive no revestimento de fachadas com azulejos portugueses.

Abaixo. PEQUENA CAPELA, ou oratório na rua Formosa, São Luís (MA). Um dos sete passos da Procissão de Bom Jesus dos Passos, no século XIX. Por tradição, eram abertos somente durante as procissões religiosas da Semana Santa.



Abaixo. CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO, Alcântara (MA). Fundado em 1647, pelo frei José de Santa Thereza, por ordem do desembargador do Paço, Antônio Coelho de Carvalho. A igreja foi construída em 1665. Do convento restam apenas muros e escombros, mas pode-se ver as arcadas remanescentes do claustro na lateral da nave principal da igreja.

nização e na arquitetura, nos hábitos de viver, na forma de educar os filhos, de vestir, de comer e de se divertir.

Como se constata, os avanços tecnológicos da época estavam presentes, mas convivendo lado a lado com a escravidão. Enquanto prevaleceram o braço escravo e a boa cotação das mercadorias no mercado internacional esses mecanismos produziram lucro. Entretanto, no momento em que essas condições cessaram, no final do século XIX, a região mergulhou em um longo período de depressão.

O século XX trouxe a estagnação econômica. A partir da década de 1920, foi reduzida a expansão das atividades e cidades estacionaram, como São Luís, Alcântara, Viana e Caxias, que haviam se beneficiado das condições



econômicas anteriores. Alcântara, primeiro que as demais, entrou em decadência devido ao efeito do fim da escravidão e da retomada da produção do algodão pelos Estados Unidos da América do Norte. São Luís estagnou basicamente naquilo que hoje se reconhece como centro histórico, ou seja, uma área de 270 hectares, com cerca de 5.500 edificações.

URBANISMO E ARQUITETURA EM ALCÂNTARA

A cidade de Alcântara, antiga sede da capitania de Cumã, teve seu ciclo de crescimento abreviado em relação ao de São Luís. Foi, entretanto, suficiente para constituir um rico acervo de arquitetura e urbanismo. Iniciada como local de um dos maiores aldeamentos indígenas, sua posição estratégica como ponto de partida da primeira estrada unindo o Maranhão ao Pará, logo se tornou um forte motivo para transformá-la em foco das atenções dos colonizadores.

Abaixo. VISTA AÉREA PARCIAL DA CIDADE DE ALCÂNTARA (MA), tendo ao centro a monumental praça da Matriz, com as ruínas da igreja de São Matias, a Casa de Câmara e Cadeia, ladeada pelos mais imponentes sobradões de todo o conjunto. Aí se pode perceber também o urbanismo em linha que acompanha a parte mais alta do terreno. Essa praça central funciona como rótula para a mudança de rumo do caminho urbano em direção à igreja e convento do Carmo ao fundo e no sentido norte-sul.





Acima. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS, de Alcântara (MA), datada de 1803. Em primeiro plano, um cortejo de caixeiras, como são chamadas as devotas iniciadas, que fazem rufar as “caixas”, ou pequenos tambores, durante as procissões e comemorações religiosas, como as festas do Divino Espírito Santo ou de São Benedito.

Ao lado. GRANDE SOBRADO, localizado em frente à igreja do Carmo de Alcântara (MA) e na esquina da rua Grande com o beco que dá acesso à antiga casa paroquial.

Abaixo. PERFIL DA RUA GRANDE COM SEU CALÇAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES, do século XVII, mostrando ao fundo a retaguarda de um dos mirantes dos sobradões, que tem fachada aberta para a praça da Matriz.



A localização da então vila de Santo Antônio de Alcântara foi, assim, favorecida pelas excelentes condições geográficas e topográficas do sítio: sobre uma colina, de frente para a baía de São Marcos e para a ilha de São Luís, em local favorável à vigilância e de fácil defesa contra qualquer ataque marítimo.

No plano urbanístico, sua gênese funda-se na localização das missões catequizadoras dos índios. Ali, atraídos pelas diversas tribos, estabeleceram-se, ainda no século XVII, os jesuítas e os mercedários, bem como as ordens dos franciscanos e carmelitas, que logo trataram de construir suas sedes religiosas,



igrejas e conventos. O posicionamento triangular dos conventos das Mercês e do Carmo nos extremos, tendo a igreja da Matriz como ponto de inflexão a meio caminho, foi a referência que, de certa forma, definiu o traçado daquelas que viriam a ser as principais artérias da cidade. Sempre procurando os pontos mais altos e visíveis do mar, essas construções religiosas também acompanham o trajeto da crista do promontório formado pelo mar e o igarapé do Puca.

Os caminhos entre essas primeiras construções e, em especial, a posição da igreja Matriz de São Mathias, no ponto mais privilegiado do terreno, junto com a Casa de Câmara e o pelourinho, definindo a praça central e monumental da cidade, com acesso para o antigo porto, foram os fatores determinantes do desenho urbano que subsiste até os nossos dias.

Mais adiante, no final do século XVIII, já no período pombalino, o enriquecimento proveniente da exportação de algodão vai ensejar o surgimento de uma aristocracia rural na província de Cumã. Os senhores rurais e grandes proprietários das terras férteis onde cresce a lavoura do algodão elegem aquele sítio à beira-mar como sua sede social e constroem imponentes

Acima. CASA DE CÂMARA E CADEIA, Alcântara (MA). Construção do final do século XVIII, erguida com donativos dos habitantes da cidade, funcionou como cadeia até o final da década de 1980.

Abaixo. PLANTA DA VILA DE ALCÂNTARA (MA), autor desconhecido, 1755. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa,





Acima. FACHADA NEOCLÁSSICA DO TEATRO ARTHUR AZEVEDO, de 1817, São Luís (MA), e voltada para a estreita rua do Sol. Inicialmente, a frente do teatro daria para o largo do Carmo, solução essa embargada pelos padres carmelitas.

Abaixo. INTERIOR DO TEATRO ARTHUR AZEVEDO, restaurado em 1993. A foto mostra a platéia em quatro níveis e o grande lustre de cristal que se eleva antes do início dos espetáculos.



sobrados com o intuito de estabelecer um ambiente sofisticado, propício para a moradia de suas famílias.

Mapa de autor desconhecido, que aparece no livro de Nestor Goulart Reis, *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*,⁸ sob o título de “Planta da Vila de Alcântara”, datado de 1755, portanto, anterior ao florescimento da economia do algodão e da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, já apresenta traçado com quadras retangulares, indicando a existência de um plano geométrico para o arruamento da vila.

O mais provável é que tenhamos aqui uma situação diversa daquela que presidiu a urbanização de São Luís. Tudo indica que Alcântara tenha nascido de um traçado informal, seguindo a linha definida pelos pontos mais altos do terreno e recebido, com o passar do tempo, as contribuições regularizadoras de urbanistas e engenheiros que desenharam a configuração que chegou até os nossos dias.

EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA MARANHENSE NO EXEMPLO DE SÃO LUÍS

Transformada em porto comercial importante da região do Meio Norte brasileiro, São Luís abastecia de algodão de boa qualidade os teares da Inglaterra, durante a Revolução Industrial e, enriquecendo, tornou-se também conhecida como Atenas brasileira, epíteto devido aos seus intelectuais. Famílias abastadas enviavam seus filhos para estudar na Europa, nas melhores universidades de Portugal ou da França, os quais, ao retornarem, logo se destacavam no cenário nacional, como jornalistas, escritores e poetas.

Assim, constituiu-se aqui uma sociedade elitista em sintonia com o que se passava no mundo ocidental. Os casarões, salvo as adaptações ao clima equatorial, em tudo lembravam aqueles construídos à época em Lisboa. Os jornais anunciavam serviços de lavanderia, e baús com as roupas sujas das famílias ricas eram enviados a Portugal para retornarem no próximo navio, lavadas em alguma tinturaria da metrópole.

No campo do entretenimento cultural, o Teatro São Luís – hoje, Teatro Arthur Azevedo –, construído em 1817, o mais antigo das capitais brasileiras, foi uma casa de espetáculos de luxo. Recebia, com frequência, companhias teatrais que se apresentavam na Ópera de Paris. Possuía dimensões expressivas, com seus 740 lugares, para uma população que não ultrapassava os 35 mil

habitantes. A sociedade da época cultuava, pois, a música e o teatro de gosto europeu.

Por volta de 1835, São Luís chegou a ser considerada a quarta cidade mais importante do Império brasileiro, superada apenas pelo Rio de Janeiro, Salvador e Recife, conforme atestam os depoimentos dos viajantes que percorreram nossas cidades: “São Luís merece, à vista de sua população e riqueza o quarto lugar entre as cidades brasileiras. As casas de dois e três pavimentos são na maioria construídas de grés de cantaria e a cômoda disposição interior corresponde ao exterior sólido, de conforto burguês”.⁹

*“A impressão não poderia ter sido mais favorável. O mais belo domingo estendia-se sobre altas colinas, banhadas de três lados pelo mar com bonitos, magníficos, mesmo, edifícios. Devo dizer que, depois das três grandes cidades comerciais, Rio, Bahia e Pernambuco, a cidade do Maranhão merece indubitavelmente a classificação seguinte e tem realmente esplêndida aparência. Seu traçado em linha reta, embora com subida e descida, e sua limpeza logo impressionam de modo sumamente agradável. Creio poder dizer que nenhuma cidade do Brasil conta proporcionalmente ao seu tamanho, tantas casas bonitas, grandes e até apalaçadas, como o Maranhão.”*¹⁰

Também a infra-estrutura urbana acompanhava o modelo das capitais européias. O suprimento de água potável era assegurado pela Companhia das Águas, que abastecia a população com seis fontes (do Ribeirão, das Pedras, do Bispo, do Mamoin, do Alecrim e do Marajá) e seis chafarizes localizados nas principais praças.

Uma obra de engenharia admirável, de galerias subterrâneas com seus paredões laterais suportando abóbodas de berço feitas de tijoleiras de cerâmica, garantiu, durante os séculos, a drenagem das fortes chuvas equatoriais.



Acima. ESCADARIAS DA RUA DO GIZ, São Luís (MA). Estreita conforme o padrão do projeto original do início do século XVII e ainda intacta na sua configuração original, tendo seu imponente conjunto de sobrados resistindo à passagem dos séculos.

Abaixo. CARRANCAS e frontispício da fonte do Ribeirão, São Luís (MA).



Ao lado. FACHADA PRINCIPAL DO PALÁCIO DOS LEÕES, do início do século XX, com ornamentos de estilo neoclássico, com as janelas coroadas com frontões triangulares e balcões entalhados. Construído no mesmo local, escolhido pelos franceses, na ponta do promontório, por se achar numa alta elevação e na ponta de um rochedo inacessível e superior a todos os outros, conforme os registros de Claude D'Ábbeville, um dos frades capuchinhos que acompanhou La Ravardière na ocupação da ilha de São Luís.



Abaixo. ANTIGA AVENIDA MARANHENSE em foto do *Álbum São Luís*, 1908. Mostra a esplanada dos poderes da capital maranhense na cidade alta. Essa avenida ligava a frente do Palácio do Governo ao palácio Episcopal. Ao fundo, à sua direita, a fachada antiga da igreja da Sé.



Construído anteriormente às edificações, pode-se observar que esse engenhoso sistema foi instalado nos talwegues a partir da cumeeira do promontório, dirigindo-se para os dois braços de rios que o conformam.

Já no início do século XIX, a cidade possuía um sistema de iluminação tercerizado para empresas estrangeiras, com lampiões a óleo combustível, logo substituído por álcool terebentinado. Em 1843, acompanhando as transfor-

mações ocorridas nas grandes metrópoles, a técnica de iluminação pública foi renovada pela instalação de sofisticados lampiões de cobre. Em 1863, foi contratada a Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, que instalou novo sistema e passou a utilizar o gás hidrogênio por tubulação subterrânea também toda em cobre.

Outro exemplo da modernização no final do século XIX foi a instalação de um sistema de telefonia local. A genial inovação tecnológica de Graham Bell, apenas uma década após o seu lançamento mundial, na Exposição Internacional de Filadélfia, em 1876, foi instalada no Rio de



Janeiro e logo depois em Belém do Pará e São Luís do Maranhão, graças ao fato de o imperador Pedro II ter estado presente àquela mostra internacional, gostado do invento, adquirindo-o. Também no final do século XIX, o Maranhão estava conectado à Europa por um cabo telegráfico submarino, que ligava diretamente São Luís à Inglaterra e era operado por outra empresa inglesa, a Western.

A criação, ainda em 1868, de um sistema de transportes coletivos, fez de São Luís a primeira cidade do Norte e Nordeste a contar com bondes ou *tramwais*, inicialmente movidos por tração “a sangue”, utilizando-se de cavalos e burros. Em 1871, foi firmado contrato com a Companhia Ferro-Carril, de um empresário norte-americano de nome aporuguesado, José Maria Bernes, que instalou novo sistema de trilhos importados dos Estados Unidos. Mais adiante, já na primeira metade do século XIX, esses serviços, bem como os de energia elétrica, seriam concedidos à companhia inglesa Ullen.

Entre as obras modernizadoras, cabe ainda menção ao cais da Sagração, que, após tentativas malogradas no final do século XVIII, foi finalmente construído, na primeira metade do século XIX, no local onde Frias assinalava a “praia pequena”, às margens do rio Anil, homenageando a sagração de d. Pedro II. Esse cais, servido por extensa rampa, localiza-se na base do promontório, junto ao Palácio dos Governadores.

Acima. **ÁREA DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA)**, tombada pelo IPHAN desde 1975 e, em 1997, incluída pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial, com cerca de 1.200 edificações de interesse para a preservação rigorosa. Essa área corresponde ao núcleo original de assentamento do século XVII e está assinalada no perímetro do mapa traçado pelos holandeses em 1641. Em primeiro plano, o cais da Sagração, o palácio dos Leões entre a atual avenida Beira Mar e a avenida Pedro II, que conduz até a igreja da Sé. Mais adiante e à direita, o bairro da Praia Grande e a extensão urbana de ruas que alcançam ao fundo e no alto a igreja do Desterro.



Acima. LUZES DO ENTARDECER TINGEM DE DOURADO AS FACHADAS DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA), destacando a coerência das fachadas de linhas sóbrias, com a disciplinada relação de cheios e vazios e o ritmo dos telhados, cuja altura alterna-se de forma harmoniosa. O cenário é resultante de uma arquitetura urbana erguida sob rigorosas regras e posturas municipais oriundas do período pombalino.

CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS REMANESCENTES NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

O hoje denominado centro histórico de São Luís é ainda bastante homogêneo e esteve sempre contido e integrado aos limites do traçado original de Francisco Frias de Mesquita, o que lhe confere um caráter peculiar. Como principais características costuma-se destacar o sítio privilegiado diante da baía de São Marcos, a dimensão das ruas e quadras, a localização das praças em relação à malha urbana, calçadas e escadarias de pedra de Lioz, ladeiras, becos, ladeados de imponentes solares e sobrados. Some-se a isso a topografia que separa a “cidade alta” da “cidade baixa”; a harmonia dos conjuntos de fachadas, as ruas pavimentadas com paralelepípedos e pedras “pés-de-moleque”, a textura e os matizes variados das telhas de barro.

A sua pequena dimensão, o traçado ortogonal das suas vias estreitas, determinando a formação de quadras reduzidas, bem como a altura das edificações de baixo gabarito, contribuem para a configuração de uma escala humana e íntima, onde o ritmo estabelecido pela variação da altura dos telhados, pela topografia e pela simetria das fachadas, oferece um resultado harmonioso. Nele, as edificações foram implantadas de forma contínua, junto às testadas dos lotes, estabelecendo um alinhamento sobre as calçadas, formando uma textura compacta e regular. Ligeiras modificações na direção e largura das vias



e a conformação de pequenos espaços abertos pontuando a área criam o peculiar ritmo da paisagem urbana de São Luís.

Algumas praças e largos estrategicamente colocados no contexto dessa malha urbana permitem uma leitura de sua evolução a partir do núcleo original. Merece destaque a antiga avenida Maranhense, atual avenida Pedro II, cujo solo é o campo arqueológico mais rico da cidade de São Luís, local escolhido para a fundação da cidade por ser o ponto mais elevado do promontório formado pelos rios Bacanga e Anil, diante da baía de São Marcos. Esse sítio logo se revelou estratégico para permitir a visão da entrada da barra e favorecer a defesa da cidade, tornando-se indicado para a construção do Fort Saint Louis dos franceses, que acabou legando seu nome à cidade. Os portugueses logo o rebatizaram como Forte de São Filipe, construído em “estacaria de mangue, muros de madeira e coberturas de palha”, conforme o descreveu Alexandre de Moura, em 1616, um ano após a expulsão dos franceses.

Segundo o professor Rafael Moreira, essa fortaleza só teve muralhas de pedra a partir de 1630 por iniciativa do capitão Francisco Coelho de Carvalho. Da mesma forma, o primeiro palácio construído no governo de Melo e Póvoas, primeiro governador do Maranhão, no período de 1765 a 1770 – embora a residência oficial dos governadores tenha se situado sempre e desde a expulsão dos holandeses nos limites dessas muralhas. Já configurando o espaço daquele que viria a ser o mais importante logradouro da capital maranhense, surgia no ponto central a sede da Intendência, a administração

Acima. PINTURA MURAL, COM DIMENSÕES DE 310 X 168 CM, QUE REPRESENTA O TERREIRO DO PAÇO OU PRAÇA DO COMÉRCIO DE LISBOA. Foi localizada durante as obras de restauração do maior sobrado da praça do Comércio de São Luís (MA). Segundo o professor Rafael Moreira, o desenho se baseia em gravura de Carlos Mardel, um dos arquitetos responsáveis pelo projeto adotado para a reconstrução de Lisboa, após ter sido arrasada por um terremoto em 1755. Sua autoria pode ser atribuída a Joaquim Cândido Guillobel, que trabalhou em São Luís, no período de 1819 a 1820.



Acima. JARDINS E CONJUNTO ARQUITETÔNICO envolvente da praça Benedito Leite, em fotografia do final do século XIX, que revela detalhes sofisticados no tratamento das praças e logradouros de São Luís (MA), urbanizada com padrões europeus como fruto da riqueza proporcionada pela exportação de algodão, arroz e couros.

Abaixo. PRAÇA DO COMÉRCIO DE SÃO LUÍS E FACHADA PRINCIPAL DA CASA DAS TULHAS, o mercado de gêneros alimentícios. Construído em estilo neoclássico no lugar do antigo Terreiro Público e inaugurado em 1850. Ocupa toda uma quadra no coração do bairro portuário da Praia Grande e mantém um espaço interno ajardinado.

local, para em seguida abrigar a Casa de Câmara e Cadeia, que foi presidida por Simão Estácio da Silveira, primeiro cronista português a noticiar sobre o Maranhão para a metrópole, com sua conhecida *Relação sumária das cousas do Maranhão*, publicada em Lisboa, em 1624.

Esse prédio passou por várias reformas e, mais tarde, foi denominado Palácio *La Ravardière*, onde hoje está erguido o busto do fundador Daniel de La Touche. Atualmente, a Prefeitura Municipal de São Luís mantém a vocação assinalada pelos fundadores há quase quatro séculos: ser a sede da administração local.

Na extremidade leste do quadrilátero está o conjunto arquitetônico que hoje abriga a catedral, conhecida como igreja da Sé, e o palácio episcopal. A edificação, originalmente erguida pelos jesuítas, teve suas obras iniciadas ainda por volta de 1627, por iniciativa do padre Luíz Figueira para abrigar o colégio e a capela Nossa Senhora da Luz. Mais tarde, com a expulsão dos jesuítas, em Carta Régia, de 11 de junho de 1761, o antigo colégio de Nossa Senhora da Luz passou a ser ao mesmo tempo residência dos bispos, seminário, livraria e a Sé.

A avenida Maranhense tornou-se a “acrópole”, “cidade alta” e sede do poder constituído. Em contraponto, a “cidade baixa”, conhecida como marinheira e comercial, foi o sítio onde se localizou o bairro portuário da Praia Grande e onde muito depois foi construída a Praça do Comércio brasileira. Enquanto a Praça do Comércio de Lisboa era apelidada de “Terreiro do Paço”, a de São Luís recebeu o epíteto de “Terreiro Público”. Igualmente constituída em formato de U, voltada para o oeste, defronte do rio Bacanga – o nosso Tejo – foi ladeada ao norte pelos conjuntos da rua Portugal e ao sul pelos conjuntos da antiga alfândega, tendo como fundo o sobradão da Praia Grande,



que se destaca por suas grandes proporções e, onde, não por coincidência, foi descoberta em 1982, escondida sob grossas camadas de tinta, uma pintura mural representando a Praça do Comércio de Lisboa.

Esse terreiro aberto, de partido retangular e resultante de sucessivos aterros realizados durante o século XVII, destinava-se à instalação de barracas para venda de gêneros. A primeira notícia acha-se na provisão régia de 1º de janeiro de 1780, pedindo-se nela, a partir de Lisboa, ao governador e ao capitão general do Maranhão, “a remessa da planta da obra, que se pretendia fazer e de um cais, dando-se terrenos para edificar em um ano, a fim de formar uma praça regular”.

Já em 1854, o “Terreiro Público” foi destinado por edital da Câmara à construção de “um edifício retangular, de risco elegante” no lugar das barracas de alimentos. Em 26 de junho de 1862, novo decreto da Câmara Municipal atribui à Companhia Confiança Maranhense autorização para explorar o edifício por ela mesmo edificado sob contrato com a municipalidade. “O edifício acha-se pronto, sólida e elegantemente construído, tendo sobre a porta principal uma coroa aberta em mármore e o dístico ‘28 de Julho de 1855’”, recordando o dia em que se lançou a primeira pedra para a sua construção. Com essa obra, denominada Casa das Tulhas, ocupou-se o espaço central da grande praça quadrada aberta para a beira-rio nos moldes da Praça do Comércio de Lisboa. No entanto, a tradição de uso foi preservada, pois o imóvel continuou como local para a venda diversificada de gêneros alimentícios e hoje abriga a Feira da Praia Grande, um mercado onde se pode encontrar a síntese da cultura popular do Maranhão.

Voltando à “cidade alta”, na seqüência da grande praça cívica e sítio fortificado, situa-se a atual Praça Benedito Leite, funcionando na malha urbana como sua saída estratégica e comunicando-a com o Largo do Carmo. Esse espaço público teve outras denominações, conforme a época e os acontecimentos ali verificados. Em 1906, Benedito Leite renovou-a com arborização e ajardinamento. É ladeada, ao sul, por imponente conjunto de sobradões, incluindo a antiga sede da Companhia Telefônica; ao norte, pela fachada lateral da igreja da Sé; e a leste, pelo grande sobrado sede do clube Centro Caixeral.



Acima. PRAÇA JOÃO LISBOA, São Luís (MA). Em segundo plano o Largo do Carmo, onde, em 1643, ocorreu uma das batalhas da expulsão dos holandeses. À esquerda, o Convento e a igreja do Carmo.

Abaixo. IGREJA DO DESTERRO, São Luís (MA). interessante manifestação de concepção popular na arquitetura religiosa do Maranhão. De autoria de um escravo alforriado, José de Lê, que assumiu a liderança de uma campanha para reconstrução deste templo, em ruínas, no início do século XIX.





Acima. PRAÇA GONÇALVES DIAS, ou largo dos Amores, São Luís (MA), tendo ao centro a estátua em homenagem ao poeta maranhense, autor de *I-Juca-Pirama*. A praça faz parte do acervo tombado pelo IPHAN, ladeada por imponente conjunto de sobrados, dentre os quais se destaca no fundo e à esquerda o belo solar Cristo Rei, hoje sede da reitoria da Universidade Federal do Maranhão.

Já o Largo do Carmo, assim denominado por abrigar o convento e a igreja dos carmelitas, é designado na planta do século XVII como o local de uma das fortificações do sistema de defesa português e palco de batalhas que marcaram a invasão dos holandeses. De formato triangular, denominado também de Praça João Lisboa, é ladeado por imponentes conjuntos de sobrados, com características de equilíbrio e uniformidade, que remarcam a arquitetura maranhense. Dos exemplares que integram o acervo do Largo do Carmo são notáveis o edifício São Luís, o solar que abrigou a sede dos Diários Associados e o solar dos Belford.

Do traçado de Frias de Mesquita, no lugar onde cresceu depois o popular bairro de pescadores do Portinho, subsistem ainda o largo e a igreja de São José

do Desterro, entre os becos da Caela do Desterro e do Precipício, com suas características torres em formato de bulbo. A publicação *Monumentos históricos do Maranhão*, de 1979, registra a seu respeito:

“Ignora-se a data de sua edificação, anterior a 1641, humilde e recoberta de palha, fora da cidade e de frente para a praia, especula-se que tenha sido o primeiro templo do Maranhão. Foi profanada em 1641 pelos holandeses, que fizeram saques na cidade e quebraram a imagem de N.S. do Desterro. Em 1832, ficou muito tempo em terra sem aparecer quem se animasse a reedificá-la, quando apareceu José da Lê, um preto que morava perto, muito devoto de São José, o qual deu início à construção do novo templo ajudado por outros devotos, passou muita dificuldade para a construção e após a sua morte foi substituído por José Antônio Furtado do Queixo, que pôde construí-la em 1863.”

Fora do perímetro da planta de Frias de Mesquita, a Praça Gonçalves Dias, também conhecida como Largo dos Amores e retratada ao longe numa das telas do pintor Leon Righini, do século XIX, situa-se em platô que se eleva às margens do rio Anil. Permite uma visão panorâmica de ampla área do centro histórico em direção ao poente, sendo possível visualizar também a antiga estação ferroviária e o cais da Sagração. É ladeada por conjuntos de sobrados, dentre os quais se destaca o Palácio Cristo Rei, sede da Reitoria da

Universidade Federal do Maranhão, e outros com fachadas revestidas de azulejos e casas térreas de grande mérito arquitetônico. A praça possui um partido retangular e está assentada em três planos distintos, com escadarias ladeadas por elementos decorativos encimados por jarrões. Ao centro ergue-se a estátua monumental de Gonçalves Dias, de 1873, com detalhes incluindo um capitel de palmáceas e um tronco de buritizeiro. Esse conjunto escultórico de dezesseis metros de altura foi concebido e desenhado por Manuel de Araújo Porto Alegre e executado pelo estatuário Germano José Sales, de Lisboa.



Acima. O MENINO COM O POTE À CABEÇA, transitando pelas ruas do centro antigo de São Luís (MA), traz aos dias de hoje uma imagem muito próxima daquelas que foram testemunhadas pelos nossos ancestrais no tempo da escravidão.

Ao lado. BELO TRAÇADO DA RUA DO GIZ, São Luís (MA), com seus sobradões geminados e a sinuosidade da perspectiva proporcionada pela ladeira íngreme que leva do nível do mar na Praia Grande até o ponto mais alto do promontório, rumo ao interior da ilha.



Abaixo. CAVALO DE TRÓIA. Assim costumava ser chamado no Maranhão o maior de todos os sobrados de cada conjunto arquitetônico. Este, na rua Grande, é o de maior porte na cidade de Alcântara (MA). De linhas sóbrias, é bem representativo do ciclo do algodão e da arquitetura pombalina.





Acima. EXEMPLARES DE AZULEJOS PORTUGUESES DO SÉCULO XIX, de padrão “estampilha”, encontrados nos revestimentos de fachadas de São Luís e de Alcântara (MA).



Acima, à direita. CONJUNTO DE SOBRADÕES revestidos de azulejos e emoldurados por calçadas de cantaria de lioz, na rua Portugal, bairro da Praia Grande, onde se concentraram as casas comerciais de importação e exportação no período do apogeu econômico do século XIX.

Abaixo. FACHADA POSTERIOR TÍPICA DOS GRANDES SOBRADOS DO CENTRO ANTIGO DE SÃO LUÍS (MA). Estruturas de madeira de lei, com fechamentos guarnecidos por caixilhos de vidro, venezianas e rótulas móveis, também denominadas gelosias.



AS EDIFICAÇÕES

De forma geral, nas cidades maranhenses, a partir do último quartel do século XVIII, as construções, em sua maioria muito precárias e construídas em taipa e palha, foram sendo substituídas por edificações de alvenaria de pedra argamassada com cal extraído de conchas marinhas e óleo de peixe, empregando madeira de lei para estruturar os telhados, nas esquadrias e entrepisos. Construtores e mestres-de-obras vindos diretamente de Lisboa ou do Porto passaram a utilizar materiais importados, como as cantarias de lioz, azulejos e serralherias, trazidos com a dupla função de servir também como lastro dos navios.

Surgiram, nessa época, os detalhes construtivos mais sofisticados e adaptados ao clima tropical e úmido, como as varandas posteriores em madeira, guarnecidas por rótulas móveis, os forros em “espinha de peixe” e o pé direito elevado deixando passar a ventilação. Já em meados do século XIX, intensificou-se a aplicação de azulejos nas fachadas, que passou a ser um dos aspectos mais característicos da arquitetura civil de São Luís. Esse uso tornou-se tão frequente que valeu à cidade o epíteto de “*La ville aux petits palais de porcelaine*”, inspirado na policromia das faianças que recobriam dezenas de fachadas de sobradões.

Há, nesse caso, em especial, uma interessante relação com os métodos utilizados na reconstrução rápida de Lisboa, após haver sido destruída pelo terremoto de 1755, empreendida sob a liderança de Pombal, no mesmo

período em que as cidades de São Luís e Alcântara iniciavam seu crescimento. Um dos grandes sobrados do centro de São Luís, localizado no Largo do Carmo, apresenta uma inscrição lapidar que indica a data de 1756, ou seja, um ano após o terremoto e justo no momento em que foram adotados métodos de construção para reerguer, em regime de urgência, a capital lusitana. Interessante observar que o primeiro proprietário e construtor desse imóvel, Lourenço Belford, havia sido comissionado por Pombal para vir se instalar no Maranhão e explorar as possibilidades agrícolas da região.

Tais procedimentos construtivos implicavam principalmente padronizar elementos estruturantes em pedra, como vergas, portais e balcões e pré-fabricar as cantarias em grande quantidade para sua aplicação simultânea em dezenas de edificações. Essa providência trouxe como resultado uma repetição intensiva de padrões, uniformidade de gabaritos e modulação de vãos. Essa repetição caracterizou a arquitetura produzida sob a égide do marquês de Pombal e que é vista na chamada “baixa pombalina” de Lisboa e também na arquitetura maranhense do mesmo período, com bastante ênfase em São Luís, nos conjuntos das ruas Portugal, Nazaré, do Giz, Largo do Carmo e na praça Benedito Leite.

Construídas nos limites frontal e laterais dos terrenos, com planta geralmente em forma de L, as maiores em forma de U, com pátios internos, as edificações caracterizam-se ainda pelos telhados em telha de barro do tipo capa-e-canal, os beirais curtos terminados com cimalthas trabalhadas, os vãos estreitos regularmente dispostos e emoldurados, os balcões guarnecidos de grades de ferro batido e pelo piso em lajes de pedra.

Essas edificações são dotadas, ainda, de elementos construtivos que favorecem sua adequação ao calor equatorial, como os elevados pés-direitos e as varandas posteriores de madeira de lei, guarnecidas por esquadrias do tipo “venezianas”. Com a mesma finalidade, destacam-se ainda os forros vazados em espinha de peixe e os mirantes (pavimento que aproveita o desvão gerado pela inclinação de telhado) que, além de pontos privilegiados de observação da entrada dos navios no porto e sinalização sobre os preços das mercadorias, também funcionavam como chaminés de ventilação por coincidirem com os vãos das escadas.

Muitas dessas construções têm a fachada principal revestida por azulejos importados, predominantemente portugueses. Os azulejos, que também vinham



Acima. DETALHE DE FACHADA DE SOBRAÇÃO DA RUA PORTUGAL, São Luís (MA), revestida de azulejos portugueses do século XIX e que apresenta harmoniosa repetição de elementos construtivos em cantaria de lioz nas molduras de portas e janelas e também nas bacias dos balcões.

Abaixo. UM DOS PRIMEIROS GRANDES SOBRAÇOS DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA). Localizado no largo do Carmo, construído por Lourenço Belford. Possui no alto da fachada uma inscrição lapidar com a data de 1756. In: SILVA F. Olavo Pereira.





Acima. VARIAÇÕES ARQUITETÔNICAS DAS FACHADAS DE CASAS TÉRREAS: *Morada-e-meia, Comércio e meia-morada e Morada-inteira.*

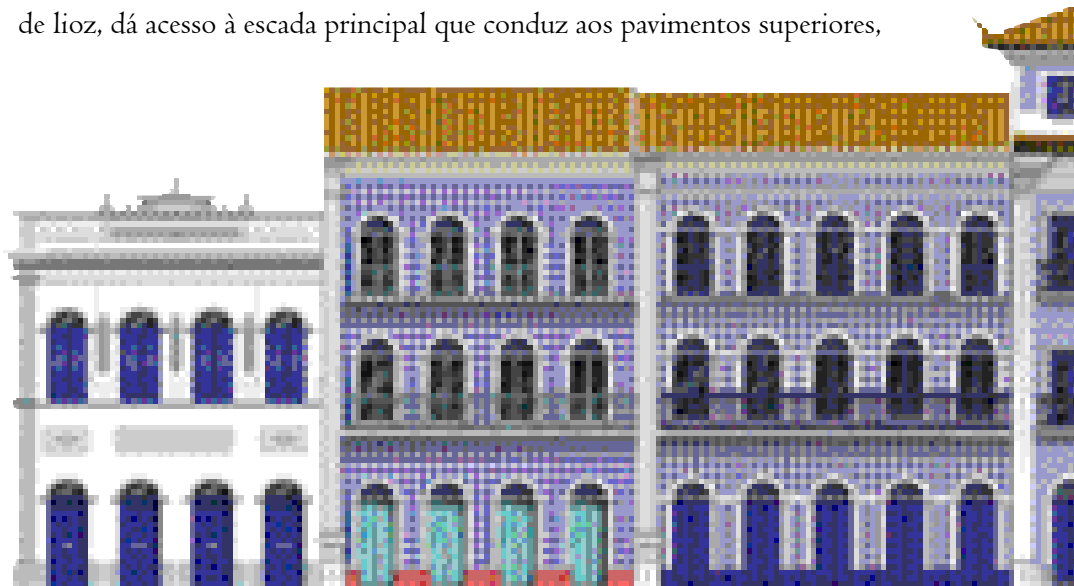
da França e da Holanda, são considerados um dos requintes de acabamento mais luxuosos dessa arquitetura. O uso de revestimento cerâmico nas fachadas, além de responder a um requisito estético e assinalar o *status* social do seu proprietário, demonstrou seu alto poder de impermeabilização na proteção contra as chuvas intensas. Tem uma durabilidade infinitamente maior do que as fachadas de massa, cuja pintura precisa ser renovada a cada ano, e colabora ainda para maior conforto ambiental no interior dos edifícios, por ser o azulejo uma superfície que reflete os raios solares e, portanto, absorve menos calor.

Verifica-se, igualmente, um número significativo de construções de inspiração neoclássica, de caráter oficial e civil, datadas do século XIX e das primeiras décadas do século XX, com desenhos e adornos, principalmente na composição dos elementos de fachada, como platibandas, frontões triangulares, colunatas e escadarias.

Outra característica marcante da arquitetura civil em São Luís e em Alcântara é a imponente dimensão e solidez dos sobrados, muitos dos quais com mais de mil metros quadrados de área, construídos sobre paredes externas de quase um metro de espessura, em pedra argamassada, com divisões internas de taipa.

Entre as tipologias características das edificações do centro histórico de São Luís e de Alcântara destacam-se os solares, os sobrados, as moradas inteiras, as meias-moradas e casas “porta-e-janela”, assim como as casas de sítio e das fábricas.

Os solares são sobrados residenciais erguidos pelas classes abastadas do século XVIII, com suntuosidade e apuro no acabamento, apresentando portais em pedra, algumas de feições neoclássicas com frontões triangulares, balcões sinuosos, sacadas em cantaria de lioz, com guarda-corpos em gradis de ferro forjado ou fundido. Internamente, no pavimento térreo, um grande vestíbulo, com piso geralmente decorado com uma combinação de seixos de rio e lajes de lioz, dá acesso à escada principal que conduz aos pavimentos superiores,

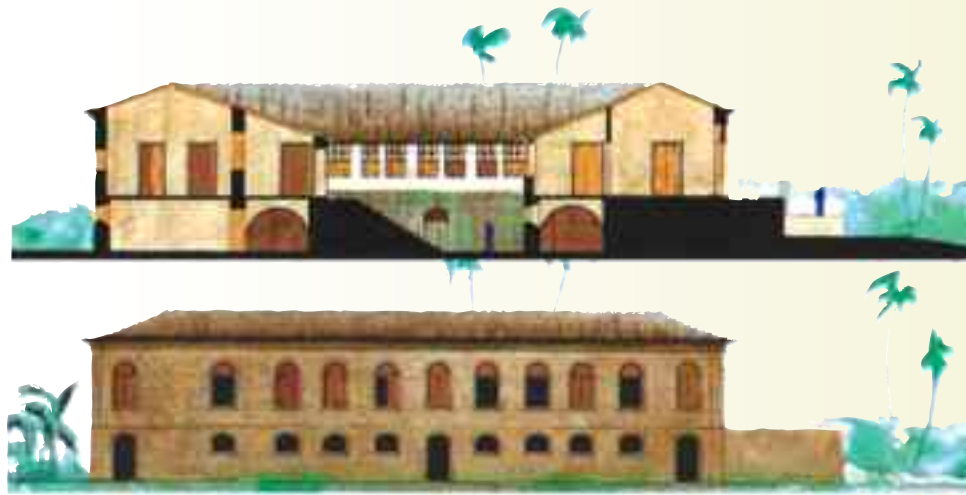


onde a família habitava, pois o térreo era destinado a abrigo de carruagens e dependências de serviços.

Os sobrados destacam-se na paisagem do centro histórico, com suas construções de até quatro pavimentos. A maioria deles possui sacadas em lioz ou balcões corridos em toda a extensão de abertura dos vãos, guarnecidos por gradis de ferro com desenhos variados. Os sobrados tinham o uso misto, funcionando no térreo o comércio e dependências de serviço, sendo os demais pavimentos de uso residencial. As dependências da parte posterior dos pavimentos superiores são sempre acompanhadas por avarandados corridos, protegidos por venezianas e voltados para o pátio interno. Um bom número dessas edificações possui mirantes e revestimento de azulejos nas fachadas.

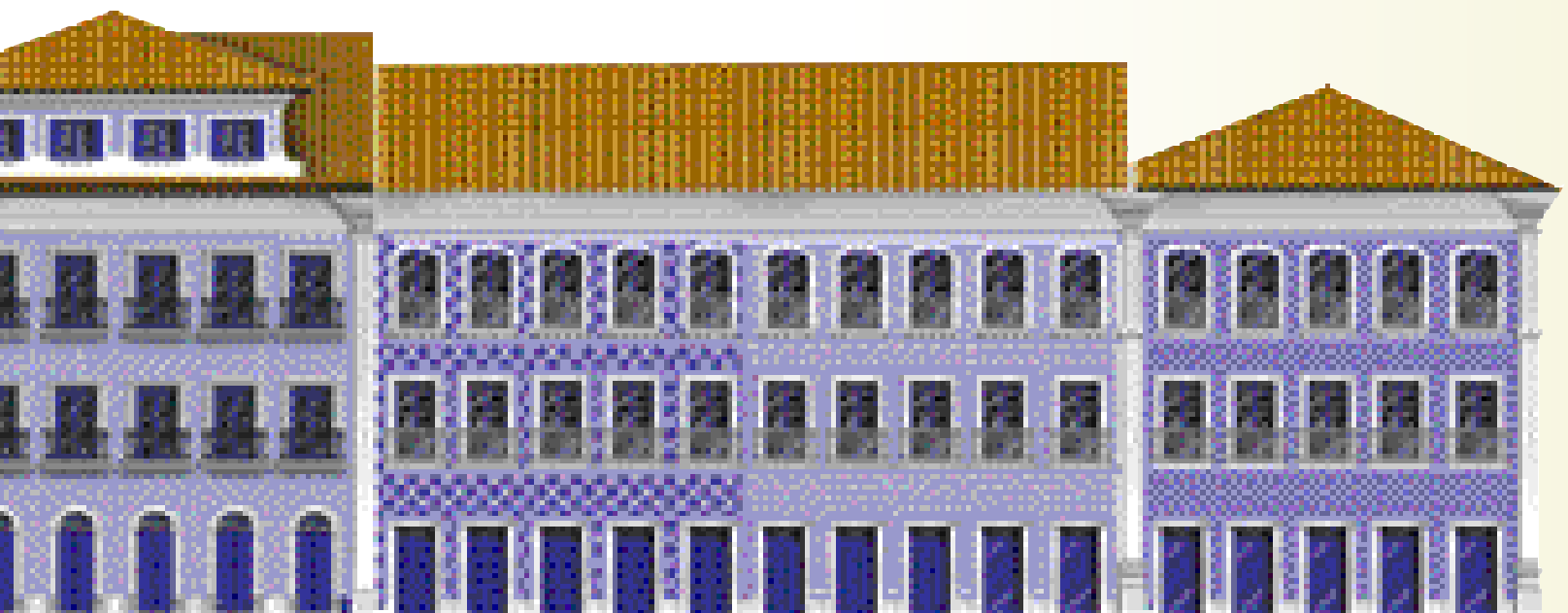
As casas térreas maranhenses são tipologicamente conhecidas como: morada-inteira: uma porta central, com duas janelas de cada lado; meia-morada: uma porta em uma das extremidades e duas janelas ao lado; e porta-e-janela: a edificação mais simples, geralmente de uso residencial popular.

As construções conhecidas como porta-e-janela têm na fachada principal, como o nome diz, apenas dois vãos – uma porta e uma janela. Em geral, são geminadas com as edificações vizinhas. A casa “porta-e-janela” tem largura média em torno de três a quatro metros e implantada em lote com profundidade média entre dez e vinte metros. Esse tipo de habitação reflete um modo de parcelamento urbano bastante peculiar em São Luís, o que permite



Acima. SÍTIO TAMANÇÃO, São Luís (MA), casa principal de moradia dos proprietários de antiga indústria de beneficiamento de arroz para exportação, durante o apogeu comercial do século XIX.

Abaixo. FACHADAS DA RUA PORTUGAL, local do antigo porto comercial da Praia Grande, São Luís(MA), onde se localizavam as sedes das principais companhias de importação e exportação. No térreo, ficavam os estabelecimentos comerciais e nos pavimentos superiores as moradias dos proprietários.





Ao alto. **FACHADA** da antiga Companhia de Fiação de Tecidos Rio Anil, uma das maiores do parque têxtil do Maranhão.

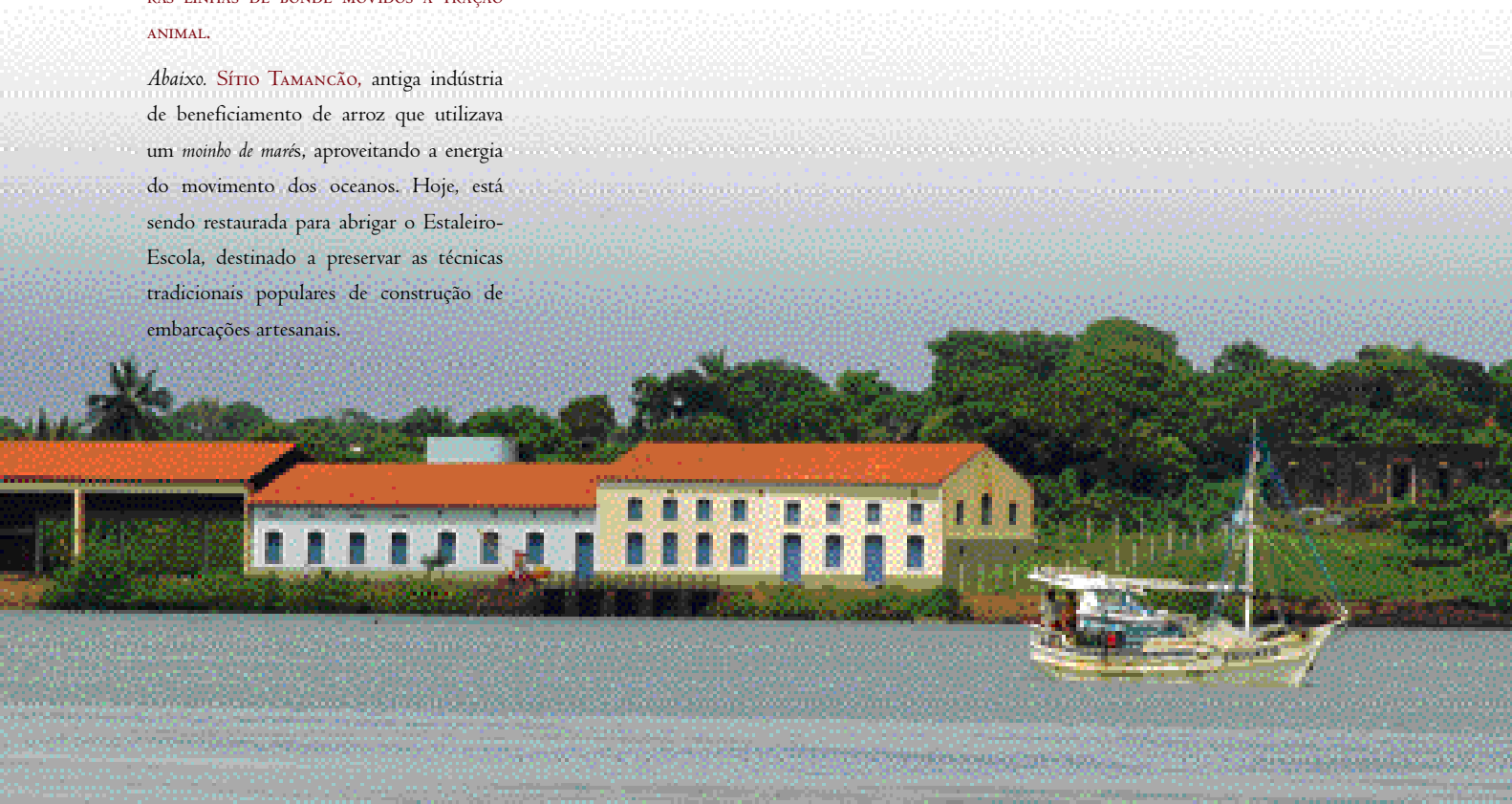
Acima. EM 1872, FORAM INSTALADAS AS PRIMEIRAS LINHAS DE BONDE MOVIDOS A TRAÇÃO ANIMAL.

Abaixo. **SÍTIO TAMANCÃO**, antiga indústria de beneficiamento de arroz que utilizava um *moinho de marés*, aproveitando a energia do movimento dos oceanos. Hoje, está sendo restaurada para abrigar o Estaleiro-Escola, destinado a preservar as técnicas tradicionais populares de construção de embarcações artesanais.

a um número expressivo de famílias de baixa renda morar próximo aos locais de trabalho e aos serviços públicos.

As casas de sítios são construções situadas nos arredores de São Luís, às margens dos rios Bacanga e Anil, datadas do início do século XIX, como sedes de instalações precursoras das fábricas. Funcionavam como verdadeiros centros de processamento e beneficiamento de produtos agrícolas e matérias-primas para exportação, como algodão, arroz, cera, couro e/ou para produção de cal marinha utilizada nas construções locais. Eram parte de um conjunto que compreendia a própria casa de moradia, a senzala, a capela e dependências de produção.

Destaca-se a sede do sítio Tamancão, onde se beneficiava e ensacava o arroz para exportação, utilizando um engenhoso sistema de aproveitamento da inesgotável energia das marés. Esse “moinho de marés” é capaz de fazer inveja nos dias de hoje, quando já se sabe, a duras penas, do valor do aproveitamento das fontes renováveis de energia e não poluidoras. Também digna de nota a casa-sede do sítio Santo Antônio das Alegrias, mais conhecido como sítio do





Físico, assim denominado em homenagem a Antonio José da Silva Pereira, chegado em 1798 para assumir o cargo público de físico-mor da Província do Maranhão, e que entre seus empreendimentos privados promoveu a construção de um verdadeiro complexo industrial, com curtume, soque de arroz, produção de pólvora e de velas. As casas de sítio eram de função residencial com tipologia diferenciada da casa urbana pelo fato de não serem geminadas com edificações vizinhas, o que permitia a abertura de vãos em todas as fachadas e dispensava o uso de clarabóias, mirantes e outros recursos de iluminação e

Acima, à esquerda. FACHADA SECUNDÁRIA DA ANTIGA COMPANHIA DE FIAÇÃO DE TECIDOS RIO ANIL, do final do século XIX. Hoje, abriga um centro de ensino que atende a cinco mil crianças no bairro do Anil, São Luís (MA).

Acima, à direita. UNIÃO TÊXTIL CAXIENSE, Caxias (MA). Fundada em 1889, integrante do parque têxtil que se instalou no Maranhão, dentro da iniciativa de substituir a economia rural escravagista por uma atividade urbana e industrial.



Página anterior, abaixo. FACHADA DA FÁBRICA CÂNHAMO. Tipologia de arquitetura industrial do final do século XIX, geralmente utilizando estruturas metálicas de fundição inglesa e telhas francesas importadas de Marselha. Essas fábricas foram as derradeiras manifestações do ciclo do algodão.

Abaixo. FACHADA LESTE DO CONVENTO NOSSA SENHORA DAS MERCÊS. Um dos três conventos que os mercedários construíram no norte do Brasil. O primeiro deles em Belém (PA), e dois outros no Maranhão. Um na cidade de Alcântara, que desapareceu completamente, e este, de São Luís (MA), que foi restaurado e adaptado para abrigar um centro cultural e de eventos e o acervo da Fundação da Memória Republicana, com biblioteca de obras raras e exposição permanente sobre a história da República no Brasil.

ventilação. A mesma condição tornava desnecessária a presença de oitões e os telhados apresentavam beirais em toda a sua periferia.

As fábricas constituíram uma tipologia singular na paisagem de São Luiz. O fim do século XIX foi marcado pela instalação de um parque fabril com pelo menos oito grandes plantas, valiosos exemplares da arquitetura industrial brasileira do período. É verdade que o esforço de industrialização tinha como propósito substituir a exportação do algodão bruto pela exportação dos tecidos aqui fabricados. Entretanto, a tentativa fracassou em poucas décadas, diante da forte concorrência das empresas inglesas que dominavam o setor, deixando como testemunho um acervo expressivo de arquitetura fabril, construído com estruturas metálicas de fundição inglesa e cobertas com telhas francesas, originais de Marselha. São elas as fábricas de fiação e tecelagem, Cânhamo, São Luís, Irmãos Martins, Fabril, Camboa, Santa Amélia e do Anil, localizadas em São Luís, e a Fábrica da União Têxtil Caxiense S. A., instalada na cidade de Caxias.

É significativo que essa tipologia fabril venha encerrando o quadro da arquitetura tradicional maranhense. Última manifestação de vitalidade econômica na arquitetura e no urbanismo, esse conjunto de fábricas é o símbolo de um período predominantemente voltado para o processamento de tecidos e se constitui no derradeiro eco da economia do algodão.



Hoje, os conjuntos remanescentes da arquitetura de inspiração lusa no Maranhão, datados principalmente dos séculos XVIII e XIX, permanecem como testemunhos vivos de um tempo em que se deu a origem de uma parcela importante da nação brasileira, como resultado de determinadas condições sociais, políticas e de um modelo econômico que prevaleceu nos períodos da Colônia e do Império. Fica-nos como repositório de conceitos tecnológicos, sociais, antropológicos e verdadeiro laboratório de conhecimento sobre arte, arqueologia, arquitetura, engenharia e urbanismo, legado às novas gerações na busca de um melhor entendimento de nossa trajetória como nação.

Ao atribuírem a São Luís, em dezembro de 1997, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, especialistas do Icomos e da UNESCO utilizaram os seguintes critérios: “Testemunho excepcional de tradição cultural; exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da humanidade”.

Abaixo. TORRE DA CATEDRAL DA SÉ, SÃO LUÍS (MA) E O PALÁCIO DOS LEÕES, no local onde tudo começou. A cabeça do promontório, a localidade escolhida pelos franceses para a fundação da cidade no ponto mais elevado e que permitia a vista da baía de São Marcos.



BORRACHA

PORTINARI

40x48cm, 1948

Pintura a óleo/papelão, coleção particular.





PORTINARI
958



JUSSARA DA SILVEIRA DERENJI

ARQUITETURA DA BORRACHA NA AMAZÔNIA 1850-1920

Conhecida e utilizada pelos índios desde o período pré-colombiano, a borracha foi levada à Europa na fase dos descobrimentos, mas só chamou a atenção de cientistas e industriais, quando Charles La Condamine e François Frenau apresentaram, em 1736 e em 1747, na França, as primeiras comunicações científicas sobre suas extraordinárias potencialidades. Observando os usos que os índios faziam do material, como bolas, seringas e garrafas, já no início do século XIX, foram, então, fabricadas roupas impermeabilizadas, sapatos e vasilhames de borracha na Amazônia. Roberto Santos (1980) situa o emprego comercial do produto a partir de 1803, ainda na França, com o surgimento de uma fábrica de suspensórios e ligas, exemplo seguido por outros países europeus alguns anos depois. Antes disso, somente os usos da borracha-de-apagar eram bastante conhecidos. Os Estados Unidos importaram borracha do Pará, talvez desde 1800, na forma de garrafas e, a partir de 1820, negociantes de Boston e outras cidades norte-americanas e européias começaram a importar, com certa regularidade, sapatos de borracha.

A forma de obtenção do látex era pela extração da *Hevea brasiliensis*,¹ a seringueira, cujo *habitat* era a Floresta Amazônica. O processo de coleta dava-se por incisões no tronco e pelo recolhimento, horas depois, da seiva produzida pelo corte. Submetida a processos rudimentares de defumação, a seiva era



transformada em bolas consistentes, que podiam ser transportadas para os portos e comercializadas. A procura de concentrações da árvore fazia os coletores avançarem constantemente no difícil território de uma região de características equatoriais, para conseguir novos pontos de extração. A natureza selvagem e o clima quente e úmido, aliados às enormes distâncias e dificuldades de acesso, influenciaram para frustrar os esforços de inovações técnicas e condicionaram as atitudes dos agentes sociais do processo exploratório. Foram, dentre outros, fatores relacionados ao ambiente que impediram ou desestimularam pesquisas visando aos plantios sistemáticos na Região Amazônica, fato que ocasionaria a sua derrocada perante as plantações asiáticas.

Alguns aspectos da exploração da borracha na Amazônia têm sido exaustivamente enfatizados em estudos econômicos. Dentre eles, salienta-se, por um lado, o enorme volume alcançado pela sua produção, em resposta a uma crescente demanda internacional pela borracha bruta, na época em que a

Acima. TEATRO AMAZONAS em final de construção, 1901-1902, Manaus (AM).

Página ao lado. UM SERINGAL nos arredores de Belém, em 1908 (PA).

Abaixo. INTERIOR do Teatro Amazonas, Manaus (AM).





Acima. LOCALIZAÇÃO das áreas de incidência de seringais.



Acima. MAPA da Região Amazônica com incidência de seringais e prática da produção da borracha.



Acima. TENTATIVAS DE MODIFICAR os métodos de produção da borracha procuraram, desde o início do século XX, sistematizar o cultivo e até introduzir ferramentas especiais para fazer as incisões que provocam a saída do látex no tronco das seringueiras. Apesar disso, a forma primitiva de trabalho dos seringueiros persiste na atualidade, como persistem as más condições proporcionadas a esses trabalhadores para sobreviver no interior da mata.

região era a única fornecedora mundial do produto e, por outro, a rápida decadência nela ocorrida, quando a Ásia começou a ser competidora no mercado da borracha a partir de seu plantio sistemático. Estudos específicos ocupam-se de outras questões relevantes, como as relações de produção e de troca que definiram a economia regional e os fatores que, eficazmente, conseguiram impedir a transformação de tais relações.² A economia da borracha pode ser analisada, ainda, à luz de um fator que, se para alguns estudiosos, como Bárbara Weinstein, não teria sido determinante, para outros, como Celso Furtado, colocou importantes limites aos empreendimentos: o meio físico. Considerado quase um "cenário" em outras atividades econômicas, o ambiente na Amazônia constituiu um elemento de peso considerável "em grande medida intratável".³

Um outro aspecto de relevante importância na análise da economia da borracha é o da dificuldade na obtenção da mão-de-obra para expandir a coleta e realizar o beneficiamento do produto. A Amazônia brasileira sempre teve como um grave obstáculo para o desenvolvimento econômico a sua escassa população. Um dos temores, visíveis em declarações de políticos regionais, era atender a uma nova demanda que iria, como realmente aconteceu, afastar os poucos agricultores ocupados com as culturas de subsistência. O interesse ampliado pela



borracha bruta surge, na metade do século XIX, em decorrência das inovações industriais devidas à Mackintosh (dissolução em nafta), à Goodyear (vulcanização) e à Dunlop (pneumáticos), desenvolvidas entre 1830 e 1840. A repentina e acentuada procura pelo produto, após essas descobertas, ocasionou, como se temia, a absorção total da rarefeita mão-de-obra disponível na Região Amazônica. Esgotadas as poucas possibilidades locais, foi favorecida a vinda de nordestinos que, premidos pela seca⁴ e pela miséria, afluíram aos milhares, estimulados por uma "propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha",⁵ ou pelos exemplos, raros, de quem tinha conseguido voltar com recursos. Fato que ocorreu somente enquanto o produto alcançou os preços mais altos no mercado internacional. Sublinhe-se que os seringueiros, oriundos de Estados do Nordeste ou de deslocamentos dentro da própria Região Amazônica, eram, via de regra, obrigados a pagar os custos da viagem até o seringal, os instrumentos de trabalho "e outras despesas de instalação".⁶ Tudo o que consumiam devia ser comprado no armazém, ou barracão, do seringal. Essa prática restritiva acabava reduzindo-os a um regime de escravidão, do qual era quase impossível libertar-se. Não havendo cultivo de subsistência no setor agrícola, enfraquecido pela evasão da pouca mão-de-obra regional, e sendo os seringais

Acima. FOTO DE GEORGE HUBNER (1862-1935), que dedicou 25 anos ao registro de Manaus, documentando a fase áurea da borracha. O mérito maior desse fotógrafo alemão, radicado na Região Norte desde 1897-1898, é o de se interessar por temas nacionais, não produzindo mais um retrato europeizado do país. A foto, de uma série sobre a produção da borracha, foi publicada na revista *Kosmos*, no ano de 1908. O tipo físico dos seringueiros e a data, 1904, remetem ao final do ciclo, quando nordestinos e estrangeiros eram presença marcante entre os coletores. As condições precárias do abrigo, onde a seiva era transformada em "pélas", fica evidente, assim como a persistência do processo primitivo de defumação.



Acima. *TRANSPORTANDO BORRACHA NO ACRE.*

abastecidos com produtos importados, de alimentação e vestuário inclusive, o aumento no custo de vida em toda a região foi acentuado e inevitável.⁷

Recorde-se que as fases anteriores à exploração da borracha na Amazônia caracterizaram-se por uma prática colonial conhecida como escambo. Nela ocorria a simples troca de produtos naturais, extraídos da floresta ou do solo, por artigos manufaturados trazidos da metrópole portuguesa. Assim aconteceu com os produtos agrícolas e com as chamadas "drogas do sertão" – canela, salsaparrilha, guaraná, quina, genciana e outras mais –, alcançando o apogeu, ainda no período colonial, com a coleta do cacau. A forma como a borracha amazônica foi colocada nos mercados internacionais, no século XIX, não diferia significativamente dessas práticas. A borracha bruta era, em grande parte, trocada por artigos industriais, muitas vezes supérfluos ou até inúteis na região, com uma mínima transferência monetária. Não acontece, conseqüentemente, a consolidação econômica da riqueza por ela gerada, e quando os preços da borracha amazônica declinaram nos mercados internacionais, pela introdução da produção asiática, os efeitos foram devastadores, tanto no meio urbano, onde houve, inclusive, diminuição da população, quanto nos seringais, onde a miséria alastrou-se rapidamente. "Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto", diz Furtado, o seringueiro permanecia na floresta reduzido à forma mais primitiva de subsistência "que é a do homem que vive na floresta tropical".⁸ Acrescente-se que, a despeito do que constitui quase um senso comum sobre o período, não houve na Região Amazônica uma aceitação imediata ou unânime sobre as vantagens que poderiam resultar da produção da borracha. A imprensa da época, tanto em Belém, como em Manaus, registra os repetidos alertas e as reações contrárias à essa produção, emitidas por personagens importantes na cena regional.

Acima. *ANAJÁS, (PA).* Seringal São Francisco.



O papel do Estado, ou sua quase ausência, foi uma decorrência dessas atitudes, e, assim, tornou-se outro dos fatores estudados por especialistas para o entendimento da diferença de resultados que apresenta o surto da borracha, em relação a outras atividades econômicas desenvolvidas nas demais regiões do Brasil e da América Latina. Pode ser citado como exemplo o café. Quase uma monocultura, a cultura cafeeira gerou um desenvolvimento prolongado, servindo de base para uma posterior e importante fase de industrialização. Os efeitos da economia da borracha na Amazônia, ao contrário, foram efêmeros e superficiais.⁹

SERINGUEIROS, AVIADORES E SERINGALISTAS, OS ELOS DA CADEIA PRODUTIVA



Os longos percursos, geralmente elípticos, que delineavam a chamada estrada da borracha – seqüência de árvores que seriam exploradas – eram percorridos por indivíduos solitários, os seringueiros, que se abrigavam precariamente na mata ao retornar do longo período de trabalho. Celso Furtado afirma que a cultura da borracha provocava "um isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem".¹⁰

Deve ser lembrado que o seringueiro, nessa época, era em geral um estranho ao meio, fosse um indivíduo da própria região, afastado de seus locais de origem, fosse um integrante da massa de retirantes nordestinos trazidos pelos efeitos das secas dos anos 1870. O isolamento físico desses coletores aliava-se, portanto, a um desconhecimento das condições locais, dificultando a sua apropriação do espaço. Habitado ao sertão árido, o nordestino, provavelmente, sofreu mais com as condições locais do que os nativos da região, mas os problemas de adaptação ao meio não diferiram substancialmente.

Acima. A PRODUÇÃO DA BORRACHA não afetava apenas a região dos seringais. As grandes cidades, como Manaus (AM), abrigavam atividades relacionadas com o embarque para portos estrangeiros e ruas centrais podiam ser usadas como áreas abertas de beneficiamento do produto.



Acima. BANCO DE CREDITO DA BORRACHA, Belém (PA). O prédio com sua arquitetura imponente remete ao auge do ecletismo.

Abaixo. NAS RUAS DO CENTRO COMERCIAL de Belém (PA), os prédios do banco e da famosa Livraria Tavares Cardoso se unem a meios pioneiros e modernos de transporte.



O outro pólo da cadeia de produção era o do seringueiro, dono ou arrendatário das áreas que continham as seringueiras.¹¹ Na maioria dos casos, eram os antigos proprietários de terras que estabeleciam as condições de compra do produto e determinavam o acesso do seringueiro aos bens essenciais à sua sobrevivência e ao seu trabalho. O rápido avanço da área de exploração, das proximidades de Belém, em direção ao baixo Tocantins e ao Marajó, seguindo os rios até os confins do Acre, fez com que a dissociação entre o coletor e o proprietário do seringal fosse se acentuando. O seringueiro foi sendo, progressivamente, atraído pelas cidades, que alcançavam rapidamente um estágio de conforto e luxo, antes desconhecidos na região.

No nível intermediário dos negócios da borracha ficavam os aviadores,¹² fornecedores de produtos essenciais ao trabalhador e compradores das "pélas ou peles", ou ainda dos "lençóis": borracha já defumada na forma de bolas ou mantas, pronta para ser exportada nos portos regionais, principalmente o de Belém. Os aviadores atuaram também no âmbito bancário, fornecendo crédito aos seringueiros e ligando-se às casas exportadoras como agentes de grandes empresas estrangeiras. No final do ciclo, o aviador transformaria-se, em muitos casos, em armador de navios, indústria importante na fase em que se firmava a navegação a vapor na região. Deve-se considerar, ainda, o papel dos banqueiros e dos importadores, que raramente tiveram algum contato direto com a produção, mas eram os responsáveis pelo fornecimento de bens e pelo crédito, indispensáveis à comercialização com os compradores estrangeiros. Na fase áurea da borracha, os governantes nortistas negociavam vultosos empréstimos, direto com bancos ingleses. Grandes casas bancárias estabeleceram-se na região depois de 1870.

As formas de coleta do látex e da produção da borracha segregavam e isolavam o coletor, único a permanecer nas áreas de mata, sem condições de se aglutinar e reagir, ou sequer discordar das condições freqüentemente abusivas às quais se via submetido. Unindo-se esse tipo de relações de trabalho ao cenário geográfico, com grandes distâncias e dificuldades de acesso, é fácil deduzir que o enriquecimento decorrente da borracha raramente iria alcançar a ponta inicial, a do seringueiro, e que os outros agentes do processo, exceto o aviador, que atuava como um elo entre todos os envolvidos, manteriam distância da floresta.

ARQUITETURA DOS SERINGAIS



O surto da borracha pode não ter ensejado o surgimento de casas-sede tão elaboradas como as dos engenhos nordestinos ou das plantações de café no sudeste, ou ainda, das estâncias de gado no extremo sul, mas as exigências do cultivo da borracha deram ao seringal, em muitos casos, certa complexidade, como demonstram estudos recentes e específicos.¹³ A predominância de construções em materiais perecíveis, madeira e palha, fez, porém, com que pouco restasse para uma análise atual desse tipo de construção. A fotografia torna-se, assim, além das descrições da literatura do período, uma das poucas fontes para o estudo dessa arquitetura. As fotos de época mostram, seja no Pará, Amazonas ou Acre, algumas características comuns. A distribuição dos prédios em linha, acompanhando a direção dos rios, demonstra a intenção utilitária dessa disposição, que visava facilitar o transporte da borracha até os portos de exportação.

Avarandadas, com uma grande cobertura em palha, ou excepcionalmente em telha, o que teria sido mais corriqueiro e mais precoce no Pará do que nas outras áreas nortistas de exploração da borracha, as construções principais do seringal eram integralmente construídas com madeira. Os outros edifícios,

Acima. EMBARQUE DO “CAUCHO” em Itaituba (PA), mostrando as filas de “pélas” preparadas para o embarque.

incluindo-se a presença eventual de pequenas capelas, contrastavam com a sede pela modéstia, seja nas dimensões, seja na complexidade executiva. É perceptível a influência da arquitetura tradicional da região nessas construções feitas para abrigar precariamente os seringueiros, e um pouco mais comodamente os seringalistas¹⁴ e suas famílias no tempo em que passam no interior. As dos seringueiros, como mostram fotos de época, podem ser classificadas como palhoças, assemelhadas à maloca indígena, simples e rudimentares, em madeira e palha, denominada genericamente tapiri.

O tapiri era, conforme definição de Cleusa Rancy,¹⁵ "um modelo de construção adaptado da forma indígena de confeccionar abrigos para atender às necessidades dos recém-chegados". Na literatura da época encontramos uma descrição bastante detalhada de uma dessas construções:

*"... A barraca ia tomar piso meio metro acima da terra e nesse espaço só se viam as estacas que a suportavam. Paredes e soalho era tudo de paxiúba – tronco de palmeira que dente de machado, ora resvala, ora acerta, tinha partido em tantas ripas quantas aconselhava a grossura do caule... A barraca tinha duas divisões, uma... alardeava no chão, por baixo das redes, uma esteira e, ao canto, um baú. A segunda, de mais estreiteza, era sala de estágio e recepções: outra esteira, dois caixotes vazios, para assento, e, na parede, dependurados, os rifles. Dava ainda para uma alpendrada, aberta de todos os lados e na qual velha lata de petróleo, cortada numa das faces e tendo, em cima, um buraco, servia de fogareiro à cafeteira..."*¹⁶

Abaixo. O TAPIRI, fotografado pelo italiano Ermano Stradelli, é uma simplificação extrema do modelo construtivo, já rústico, descrito na literatura da época. Neste caso, a rede de dormir, a balança para pesar as pélas, mesa e cadeiras, as roupas e tralhas espalhadas, tudo se aglomerava no mesmo ambiente, precariamente fechado apenas em um de seus lados.



Da linguagem poética do autor, o escritor português Ferreira de Castro, deduz-se que a construção se resumia a um piso elevado do chão, evitando o contato com o solo e com animais rasteiros, feito com madeira de palmeira, grosseiramente cortada. Uma divisão tosca separava a área de dormir, com suas redes e esteiras, do alpendre que servia como cozinha. O tapiri era localizado, de maneira estratégica, na chamada estrada da borracha, permitindo o percurso elíptico que caracterizava a coleta.

As casas dos seringalistas, à margem dos rios, eram o ponto de troca do produto com o regatão ou aviador. Tinham uma arquitetura peculiar, porém sem a sofisticação ou o luxo das residências urbanas da mesma classe. Misto de casa, escritório, depósito e loja, a residência do seringalista, o barracão, foi também descrita por Ferreira de Castro:

"...construção em madeira com alpendre e trapiche, cujo maior luxo era a sala de jantar, privativa do proprietário e de seus convidados, a quem estavam reservadas...a mesa que (se) adivinhava lá dentro,...com toalha branca, cristais e vinhos..."

Além dos quartos e da cozinha, onde comiam os empregados distinguidos pelo patrão, havia, em geral, um ou mais quartos de hóspedes.¹⁷

Um caso especial dentro desse panorama é, sem dúvida, o projeto de Henry Ford. Com o nome de seu idealizador – Fordlândia –, o projeto foi uma tentativa isolada e frustrada de plantio sistemático da borracha, no município de Aveiro e depois em Belterra, no Pará. Com o objetivo de estabelecer as bases de exploração, Ford construiu, por volta de 1920, uma vila de casas em madeira com o conforto das residências urbanas das capitais. A vila possuía uma estrutura de arruamento, água e luz, hospital, escola, igreja. As casas dos funcionários graduados foram equipadas com lustres, louças sanitárias e outros complementos da arquitetura, enfatizando a diferença em relação a outros grupamentos do período.



Acima. EDIFICAÇÃO remanescente da vila residencial Fordlândia, construída por Henry Ford para os trabalhadores do empreendimento de produção e exportação da borracha, em 1920, no município de Aveiro (PA).

Abaixo. MAPA DE LOCALIZAÇÃO E PLANTA de Fordlândia, Aveiro (PA).





Acima. PLANTA DA CIDADE DE BELÉM (PA), de José Sydrim, baseada no original elaborado na administração de Antonio Lemos, 1905.

AS CIDADES CAPITAIS

A influência da economia da borracha introduz mudanças profundas nas cidades da região, em especial Belém e Manaus, sendo a principal responsável pelo que nelas ocorre a partir do fim do século XIX. Belém fora, desde a segunda metade do século XVIII, uma capital imponente, com arquitetura de palácios e igrejas, atribuídas, principalmente, ao arquiteto italiano Antonio Landi (1713-1791), mas sua expansão era modesta. Manaus foi promovida a cidade somente em 1848.¹⁸ O aumento da população em Belém é da ordem de 150% em vinte anos. O de Manaus é ainda maior. As duas capitais tinham, até então, um crescimento lento, seguindo as imposições do relevo: quase plano em Belém e um pouco mais acidentado em Manaus. A existência de muitos cursos d'água, os igarapés, dentro do perímetro urbano, fez surgir, em ambos



Acima. *S. Maria de Belém do Gram Pará*, gravura de autor desconhecido. In: *Atlas de Spix e Martius - 1825-1834*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

os casos, uma trama irregular e com grandes vazios, correspondendo às áreas alagadas. O aumento da população, especialmente o de uma nova e exigente classe enriquecida pela borracha, induz ao surgimento de novos bairros, muitas vezes planejados e com extensas avenidas, amplas e densamente arborizadas. Tanto Manaus como Belém e, em menor escala, algumas cidades do interior, recebem infra-estrutura moderna: calçamento de vias, arborização, iluminação a gás, serviços de transporte e limpeza urbanos, redes parciais de água e esgotos, melhorias nos portos e nos setores de comunicação, com transmissão por cabo submarino e logo depois, no início do século XX, telefones. No caso de Manaus, a manutenção de cursos d'água na malha urbana dá oportunidade à construção de sofisticadas pontes em ferro, ligando os novos setores ao centro da cidade. Como ocorria em quase todo o país, as companhias responsáveis pelos serviços de modernização eram estrangeiras. Os ingleses



Acima. *Planta da cidade de Manaus*, autor desconhecido, 1906. URBAM.



Acima. DOCA DO REDUTO, Belém (PA). Apesar de ser um porto secundário, percebe-se nele a intensa movimentação e, principalmente, a qualidade da arquitetura.

Abaixo. PORTO DE MANAUS (AM) e as catraias.



dominavam os serviços de comunicação, de águas e esgotos e de iluminação. Os portos foram construídos por ingleses e americanos. Alemães e ingleses dominavam a navegação, enquanto os franceses tinham predomínio no comércio. Esses domínios setorializados refletiam-se nas terminologias usadas para os novos estabelecimentos. Na moda e na cultura podiam-se observar nomes como Au Palais Royal, O Bazar de Paris, Paris n'América, Louvre, Bon Marché, Maison Française, e na fotografia: Krause, Photographia Allemã, Casa Engelhard.

As instituições culturais adquiriram nova complexidade, especialmente após a República. No início do século XX, Belém contava com: Instituto Histórico e Geográfico, Academia de Letras, Museu de História Natural, biblioteca e arquivo públicos, além de livrarias, jornais e um grande número de publicações locais, ainda que muitas vezes a impressão fosse feita na Europa, preferencialmente em Paris ou Gênova. No mesmo período, foram postos em funcionamento cursos superiores, como os de direito e medicina, em Belém; agronomia, farmácia e odontologia, em Manaus, onde também foi criada a Academia Amazonense de Belas Artes, em 1898. A existência da Biblioteca Pública do



Amazonas começa a ser citada a partir de 1970, mas ela só adquire prédio próprio em 1906-1907. As coleções de arte, especialmente constituídas por pinturas de origem européia, eram muitas e alimentadas por exposições freqüentes que, em Belém, eram realizadas no teatro ou em grandes lojas na área central da cidade. Os expositores podiam ser grandes artistas nacionais ou estrangeiros.

A elite que dava vida e sustentava essas instituições, responsáveis por um panorama excepcionalmente movimentado no campo da cultura e das artes, não era constituída, porém, por nomes novos. A antiga classe latifundiária, em muitos casos possuidora de títulos de nobreza concedidos pelo regime imperial, transformara-se na camada mais favorecida também no período republicano, apenas diversificando suas atividades. Mantiveram-se, na transição entre o Império e a República, alguns pólos agrícolas ou agropastoris, mas era a exploração dos seringais que alimentava as finanças públicas e nutria as fortunas privadas de toda a região. Nessas condições, é fácil perceber porque as camadas da população não diretamente envolvidas no processo econômico

Acima. AVENIDA EDUARDO RIBEIRO, esquina com a Avenida 7 de Setembro, 1901-1902, Manaus (AM).



Acima. A AVENIDA SÃO JERÔNIMO, Belém (PA), pioneira na instalação do transporte urbano por bondes e iluminação pública, no período final da exploração da borracha.

Abaixo. PONTE DE FERRO Benjamin Constant, construída entre 1892-1895, importada da Inglaterra, Manaus (AM).



da borracha, nas maiores cidades, Belém e Manaus, foram progressivamente segregadas, empurradas para as áreas menos valorizadas, as de "baixadas".¹⁹ Essas, por sua cota baixa, eram facilmente inundáveis, razão pela qual tinham deixado de ser ocupadas até então, embora estivessem entremeadas por toda a malha urbana. A tipologia adotada nas construções dessas áreas foi a de palafitas, fazendo com que coexistissem, nas capitais, na fase da borracha, duas cidades: a cidade "européia", que se

rege por padrões de urbanística, que incluem preocupações com higiene e conforto, ainda que vistas com um enfoque estrangeiro e, muitas vezes, inadequado às condições climáticas da região; e a cidade dos menos favorecidos. Nessa última, a moradia segue as técnicas interioranas e usa materiais tradicionais da cultura índia e cabocla: a palha, o adobe, a madeira.

Extensas ocupações de casas em palafita povoam, no mesmo período da expansão das zonas nobres, as margens de igarapés. Mescladas ao tecido urbano central, pois seguem o curso dos pequenos rios internos, essas casas apresentavam precariedade construtiva e índices sanitários preocupantes. A habitação em palafita mantém, no entanto, como vimos, um vínculo importante com a construção tradicional do interior da Região Amazônica, no uso de materiais e na simplicidade da ambientação interna.

OUTRAS TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS

Logo após as independências dos países latino-americanos, no início do século XIX, há uma valorização dos prédios que configuram a nova situação e procuram demonstrar a sua inserção nos padrões culturais europeus. Nenhum deles seria mais significativo disso do que o Teatro de Ópera. Em 1878, Belém constrói o Teatro da Paz. O projeto, de um engenheiro militar, recebe duras críticas na imprensa local por se afastar dos cânones da arquitetura neoclássica, por apresentar "erros" estilísticos e pela modéstia arquitetônica. Manaus, só quase vinte anos depois, em 1896, construiria o Teatro Amazonas, adotando um ecletismo exuberante ao qual o acréscimo, posterior, de uma cúpula em escamas coloridas daria uma feição inusitada. Os dois prédios foram imediatamente adotados como paradigmas de cultura e modernização dessas cidades.

No início do século XX, o Teatro da Paz e outras construções importantes do Pará, algumas oitocentistas, caso do Palácio de Governo, sofreriam reformas modernizadoras. No teatro, as mudanças afetariam basicamente aspectos



Acima. FACHADA LATERAL do Teatro Amazonas, Manaus (AM).

Abaixo. CONSTRUÇÃO DO TEATRO AMAZONAS, Manaus (AM), foto de 1896.





Acima. INTERIOR DO TEATRO DA PAZ, Belém (PA).

Abaixo. CONFIGURAÇÃO INICIAL DO TEATRO DA PAZ, projeto do pernambucano Tiburcio Magalhães. A construção apresentava como “erros” o alongamento exagerado das colunas laterais e a composição com colunas ímpares na fachada principal. Nas reformas do início do século XX, um dos alegados defeitos, a sétima coluna, foi retirada e o pórtico recuado.



decorativos: revestimentos, pinturas, esculturas e adornos são ecléticos, ou seja, adaptados ao gosto de uma burguesia que valoriza o acúmulo e a imitação, o luxo e a ostentação. Artistas italianos, como Domenico de Angelis e Giovanni Capranesi, da Academia de San Luca, em Roma, ou brasileiros, como Crispim do Amaral, que tinha estudado na mesma academia e fora cenógrafo na Comedie Française, são os principais responsáveis pela nova decoração. Para as obras do teatro de Manaus, foram contratados os mesmos artistas, pretendendo-se ultrapassar em termos de luxo e atualização, de gosto e técnica, o teatro de Belém. Ainda que se busque uma vinculação ao classicismo na construção do teatro amazonense e a sua decoração seja entregue aos mesmos artistas acadêmicos que haviam atuado na reforma do teatro de Belém, os dois teatros apresentam diferenças marcantes. O Teatro Amazonas é fundamentalmente eclético e destaca-se pela modernidade perceptível na introdução de estruturas metálicas, especialmente a da cúpula, com uma ousadia técnica e uma fantasia cromática, inimagináveis no teatro do Pará. O teatro construído em Manaus nasce eclético, com decoração fitomórfica e derivada do *art nouveau*. Isolado, no setor mais alto da cidade e favorecido por uma praça que o valoriza, torna-se, assim, um prédio emblemático, diferenciado dentre as construções do período.

Um fato que não pode ser esquecido, quando se examina a arquitetura regional no período da borracha, é a influência que a construção dos teatros tem na eclética das grandes cidades. Trazidos para essas obras, nos últimos anos do século XIX, viriam construtores²⁰ artistas, decoradores, pintores, mestres de fachada, estucadores e outros operários especializados, predominantemente de origem italiana, que viajavam nas modernas

embarcações a vapor de companhias de navegação que, com regularidade, faziam o percurso Gênova-Belém.²¹ Permanecendo em Belém e Manaus após o término das obras, esses profissionais mudaram a fisionomia dessas capitais, introduzindo as fachadas decoradas, que se tornariam a face mais visível das mudanças arquitetônicas.

Nos anos 1870-1880 ocorrem algumas reformas e construção de igrejas. A catedral de Belém foi modificada internamente em 1871-1881 e há uma proposta para dar mais imponência à de Manaus, acrescentando-lhe uma cúpula,²² mas nos anos seguintes o predomínio iria para construções, como hospitais, inclusive especializados, asilos, escolas, com destaque para as profissionalizantes, além de planejarem, em alguns casos sem construí-los, museus e prédios públicos de dimensões e refinamentos ainda não conhecidos na região. Pela própria característica da economia da borracha, favorecendo o desenvolvimento comercial, esse setor das cidades é o que mais rapidamente se transforma. O surgimento de tipologias, como as de grandes lojas, livrarias, prédios-sede de jornais e casas comerciais especializadas,



Acima. DETALHE da cúpula do Teatro Amazonas, Manaus (AM).

Abaixo. CONVIVERAM NO MERCADO DE MANAUS duas tendências significativas do período da borracha. As construções pré-fabricadas em ferro, elegantes e elaboradas, eram compradas por catálogos de firmas européias ou norte-americanas. É evidente também a presença de arquitetos estrangeiros, que elaboram projetos de um neoclássico muito próximo do ecletismo, como é o caso desta construção, de autoria do italiano Filinto Santoro.



Abaixo. **MERCADO** mais importante de Belém (PA), desde o século XVII, o Ver-o-Peso começa a ser um referencial também na arquitetura após a construção do prédio em ferro comprado nos Estados Unidos. As quatro torres completavam a imponência, até então inédita na cidade, em construções deste tipo.

ilustra esse movimento de renovação. Além dessas, surgem nas cidades nortistas, notadamente em Belém, algumas tipologias então absolutamente inovadoras, como as das estações de estrada de ferro ou bolsas de valores. No auge da produção da borracha, as cidades capitais tinham usinas de incineração de lixo, corpo de bombeiros, matadouros, prisões, hospitais especializados, todos com prédios especialmente planejados para essas funções. Os mercados públicos são, nas mesmas cidades, conjuntos de edifícios pré-fabricados em ferro, impondo-se pelo requinte de suas instalações e pela nova proposta estilística, tornando-os importantes referenciais urbanos.

No mesmo período, caberia às instalações portuárias representar a modernidade e a tecnologia. Os portos de Belém e de Manaus ampliam-se e recebem construções em materiais metálicos, como o eram os mercados pré-fabricados na Europa ou nos EUA, no início do século XX. Nesses casos, é



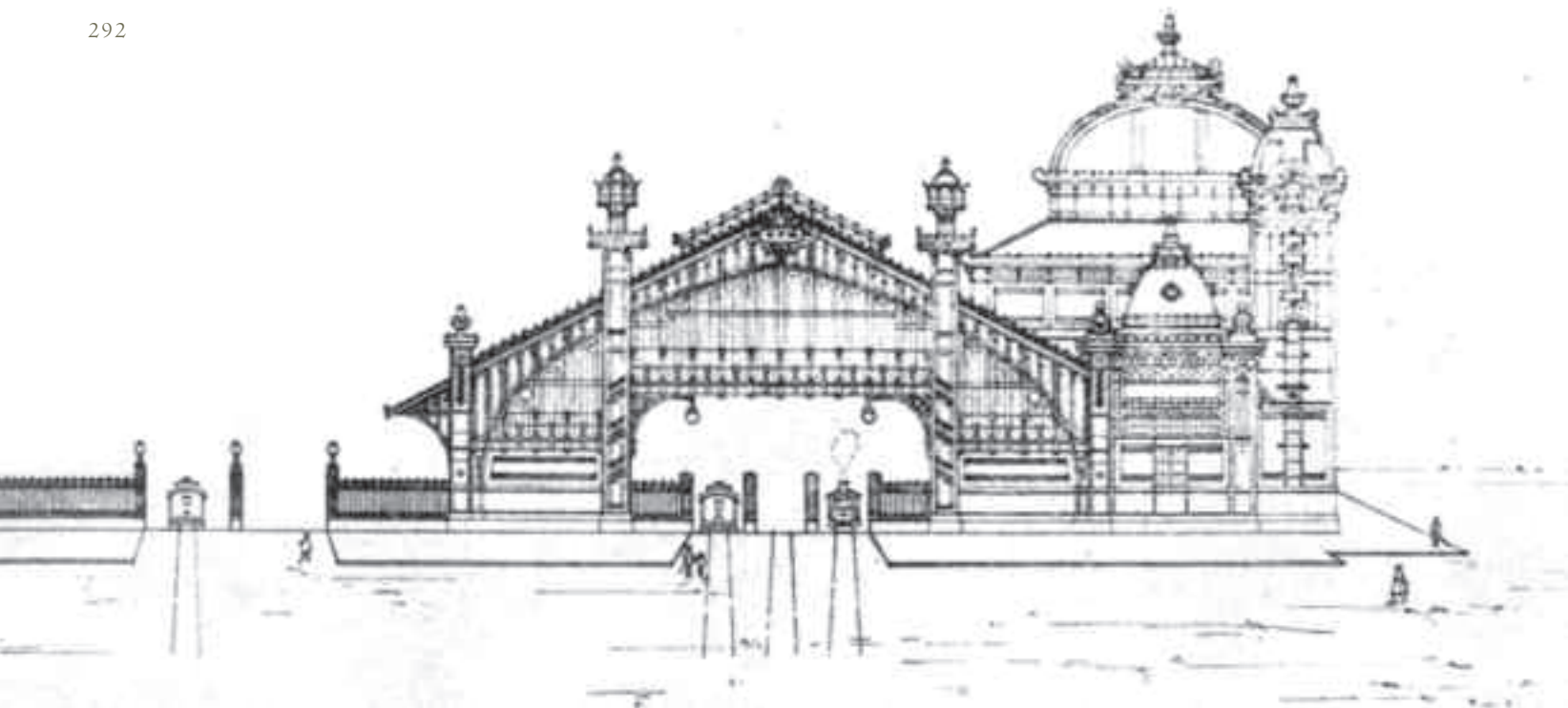
Pará (Brasil) — I. Mercado de ferro (Ver-o-peso)



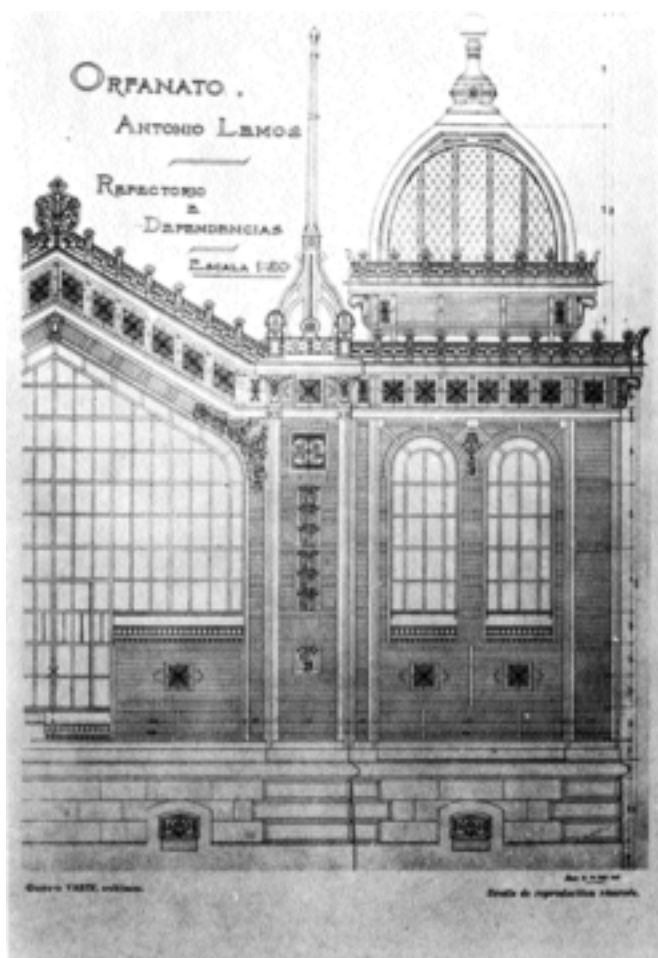
Ao lado. DETALHE DOS PAVILHÕES LATERAIS DO MERCADO MUNICIPAL ADOLPHO LISBOA, em Manaus. Estrutura pré-fabricada de ferro rendilhado e vitrais, importada da França. As alas principais do mercado foram inauguradas em 1883. Possuía as suas fachadas mais elaboradas voltadas para o rio Negro, única via de acesso na época.

Abaixo. FOTO DE 1901, Mercado Municipal Adolpho Lisboa, Manaus (AM), visto do rio Negro.





Acima. FACHADA LATERAL DO PROJETO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SÃO BRAZ, Belém (PA). In: Varin, Gustave, *Architecture, decoration, ferronnerie*. Paris, Imprimerie Photomecanique Berthaud Frères, 1909.



Acima. DETALHE DA FACHADA DO PROJETO DO ORFANATO ANTONIO LEMOS, Santa Isabel (PA). Varin, Gustave, *Architecture, decoration, ferronnerie*. Paris, Imprimerie Photomecanique Berthaud Frères, 1909.

perceptível uma confluência de interesses. Os portos modernizam-se visando à exportação do principal produto regional, a borracha, e sua troca por materiais europeus, como os elementos metálicos componíveis empregados nas construções pré-fabricadas, inclusive dos próprios portos.

Podem ser igualmente citados, como exemplos das construções metálicas, a estação central da estrada de ferro de Belém e o prédio de um orfanato próximo da capital paraense, projetos do francês Gustave Varin,²³ ambos desaparecidos. A documentação fotográfica permite, no entanto, afirmar que esses foram dois dos maiores exemplos do uso monumental e decorativo do ferro na região. Como estrutura interna pode ser destacado o prédio da Livraria Tavares Cardoso, um dos poucos usos significativos de elementos em ferro de origem francesa. Esse prédio é, também, um indicador das variadas formas como se firmaria o eclecismo na região: tinha fachadas em pedra de lioz "em puro estilo gótico português", diziam as fontes da época, com monograma da família em pedra lavrada. No interior, a



Acima. ESCADARIA da Loja Paris n'América, Belém (PA), comprada da firma escocesa Mac Farlane.
Abaixo. PROPAGANDA COMERCIAL, na forma de cartão postal, distribuída pela loja no início do século XX.

estrutura em ferro formava mezaninos e um elegante *lanternim* em vidro garantia iluminação natural a todos os ambientes guarnecidos com móveis que aludiam ao mesmo "gótico". Vitrais, também importados, e detalhes em azulejo ajudavam a compor a atmosfera dessa editora e livraria, que também era usada como local de exposições de arte. O interior do mercado de carne e os pavilhões de refeitórios do asilo D. Macedo Costa, em Belém, por sua vez, ilustram o uso, bastante disseminado, de elaboradas estruturas de ferro escondidas em prédios neoclássicos. Destaque deve ser dado, ainda, a elementos isolados como as imponentes escadarias metálicas da loja Paris n'América, em Belém, e as da biblioteca pública de Manaus. O ferro aparecia, também, nas áreas públicas, em equipamentos urbanos de grande porte, como caixas d'água ou pontes, ou ornamentais, como postes, relógios, quiosques e pavilhões de música.





Acima. PALÁCIO DO GOVERNO, Manaus (AM).

Abaixo. RESERVATÓRIO DE ÁGUA, estrutura metálica de origem francesa, localizado no centro de Belém (PA). Hoje, desaparecido.



O MEIO PROFISSIONAL E A ARQUITETURA

Textos do escritor e crítico paraense José Veríssimo expressam, na década de 1870 e nas seguintes, um sentimento que transformava a arquitetura colonial em símbolo de atraso, quase uma "barbárie". Trinta anos após esses textos serem publicados, um arquiteto italiano, radicado em Belém, assim se manifestaria ao explicar uma proposta sua:

"... esse edifício é de uma arquitetura, eu diria, nova para este país, onde predomina o elemento português; salvo raras exceções, Portugal nada produziu que possa impor-se à crítica de arte e Portugal colonial, sob o ponto de vista estético, é verdadeiramente uma miséria".²⁴

demonstrando que o sentimento contra a arquitetura colonial continuava ativo. Sublinhe-se que os movimentos contra as construções tradicionais, identificadas como símbolos do atraso das antigas colônias em relação aos países mais desenvolvidos, ocorrem em toda a América Latina e alcançam uma característica de iconoclastia anti-hispânica²⁵ nos países sul-americanos de colonização espanhola. Ainda que no Brasil, e em especial no norte do país, não se possa

identificar uma tão forte reação aos padrões coloniais, é inegável que a elite nortista buscava desvincular-se da arquitetura de origem portuguesa.

Por um lado, havia uma classe enriquecida, e suas aspirações de adotar padrões modernos de viver e de morar, encontrando, no entanto, um grande entrave: a falta de profissionais de arquitetura que pudessem traduzir as novas tendências, introduzir tipologias ou sofisticar as construções existentes. Por outro lado, a já referida forma de comercialização da borracha, favorecendo a sua troca por elementos industriais, muitos deles pré-fabricados, para a construção e a decoração. O entendimento da arquitetura e do urbanismo que surge na Região Amazônica, entre 1870-1915, o período áureo da exploração da borracha, parte da junção de dois fatores: a quase ausência de profissionais especializados em arquitetura e a forma de comercialização do produto principal da economia local.

Pela concentração da classe privilegiada e pela proximidade com a atividade de troca, as maiores cidades, que são também os portos de exportação do produto principal, recebem prioritariamente essa enxurrada de produtos industrializados, muitos deles supérfluos, sem dúvida, mas que seriam, também, importantes modernizadores das construções. Transformam-se, assim, as cidades capitais da região, aumentando a diferença com as pequenas povoações interioranas pela recente complexidade introduzida em suas construções. Os elementos pré-fabricados atenderiam a esse conjunto de necessidades, proporcionando atualização aos padrões europeus com rapidez e simplicidade na execução, prescindindo mesmo, em muitos casos, de um profissional que a região não possuía: o arquiteto. A pré-fabricação, em madeira ou em ferro, seria a solução adequada pela simplicidade das montagens, diminuindo os problemas causados pela falta de mão-de-obra especializada, mas, também, pela possibilidade de personalização dos projetos e modernidade que o processo representava. Compradas em catálogos, componíveis, decoradas em série, as construções podiam ser individualizadas por pinturas decorativas, na forma de afrescos, enriquecidas por obras-de-arte: pinturas, esculturas, objetos de design atualizados com as tendências européias.

Ademais, saliente-se que a cópia ou a reprodução de modelos em toda a América Latina, nesse período, passa a ser não só uma atitude aceitável como quase um padrão e nessas condições importa muito pouco. Em texto sobre a arquitetura latino-americana, analisando a fase entre 1870 e 1914, Ramón Gutierrez afirma:



Acima. INTERESSANTE EXEMPLO de reservatório de água, envolvido com paredes de alvenaria de tijolos. Caixa d'água e estrutura de ferro pré-fabricada provenientes da Inglaterra.

Abaixo. VISTA INTERIOR da referido reservatório de água.





Acima. ALFÂNDEGA DE MANAUS (AM).

Inaugurada em 1906, tem a sua estrutura de ferro escondida sob vedações de tijolos aparentes pré-montados e importados da Inglaterra, foi construído pela firma inglesa *Manaos Harbour Limited*, como parte do contrato de concessão do Porto de Manaus

Abaixo. PROJETO DE FILINTO SANTORO para o

Palácio de Governo, c. 1900, Manaus (AM). O prédio, que se inspirava em modelos contemporâneos europeus, nunca chegou a ser terminado, mas deveria constituir a culminância da principal avenida da cidade e compor com o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça o seu conjunto arquitetônico mais significativo.

*"...não se trata de realizar uma arquitetura que siga linhas determinadas (pela tratadística). Parte-se da base de que o fundamental é a imitação, a cópia do modelo, textualmente se fosse possível e para alterar os condicionantes que o meio pudesse exercer sobre o projeto se importa o arquiteto, a mão-de-obra e os materiais se for preciso."*²⁶

O ecletismo que se instala com vigor em uma burguesia ávida por novidades, como a da Amazônia nesse período, permite as assimilações, as alusões a projetos similares, as referências históricas pouco verossímeis. Dentre inúmeras imitações menos identificáveis, salienta-se, na região, um caso em Manaus, de uma casa construída, em 1901, por Guilherme Capetz, que constitui uma cópia exata, porém só do exterior, de um prédio com projeto de Sebastiano Locati, construído em Milão, em 1897. Certamente, o autor copiou-a de um dos álbuns de arquitetura que circulavam pelas cidades principais da Amazônia, com "vistas" de cidades, como Milão, Gênova ou Turim. Como referência a prédios europeus é exemplar, ainda, o caso do Palácio de Governo, também em Manaus, e projeto do italiano Filinto Santoro, que alude explicitamente ao Palácio da Justiça de Bruxelas e ao monumento a Vittorio Emanuele II, de Roma, considerados por seu autor como obras grandiosas e citadas como sua fonte de inspiração para o projeto manauara.





ARQUITETURA RESIDENCIAL

A arquitetura erudita, sobretudo a da residência dos chamados barões da borracha, iria transformar radicalmente o conceito de habitação urbana. A moradia usual, nas classes mais abastadas, era até então constituída por uma alcova, peça sem ventilação ou iluminação diretas, seguida por uma varanda e uma "puxada" envidraçada, contendo a seqüência dos quartos, em geral deficientes em luz e arejamento. O intendente de Belém, em relatório de 1897-1902, diz que "tais aleijões surgem não raro, mesmo em ruas bem centrais...". Essa tipologia arquitetônica, cuja planta, materiais e técnicas coloniais estão ligados à figura do popular mestre-de-obras, passa a ser identificada com um tempo de pobreza material incompatível com a riqueza proveniente da borracha. A ecletização de fachadas é o primeiro passo para reformular os padrões de gosto das capitais. Elaborados elementos decorativos são apostos a construções que, em geral, mantêm, em seu interior, o conhecido plano tradicional. Essa nova ornamentação aproveita a presença de profissionais da construção antes inexistentes na região: mestres de fachada,

Acima. PROJETO DE FRANCISCO BOLONHA, um dos engenheiros paraenses mais conhecidos no início do século XX, o Palacete Bibi Costa exibía, no período, além das torres características do trabalho deste engenheiro, abundante decoração, amenizada em anos posteriores. No canto, à direita, um pavilhão em estilo neomourisco, hoje desaparecido, sinaliza o local onde ficava a estação central de bondes da cidade de Belém (PA).



Acima. AS RESIDÊNCIAS DE VERANEIO surgem em bairros afastados de Belém (PA), nas ilhas e na beira dos rios. No chalé da família Tavares Cardoso, além das grandes dimensões da construção, salienta-se a sofisticação de um lago, com comportas, que seguiam o movimento das marés. O lago, privado, era usado apenas para os passeios da família.

estucadores, escultores e decoradores, chegados, como foi citado, para as grandes obras: em Belém as reformas da catedral, do teatro e do palácio de Governo; em Manaus, a construção do teatro, do palácio da Justiça e de um palácio do Governo nunca concluído.

Como parte das mudanças, as novas e ricas residências passam a obedecer a planos complexos e variados, incluindo uma multiplicidade de ambientes: salas de jogos e de fumar, escritórios e salas íntimas, espaçosas salas de visitas e de jantar, além de salas de banho luxuosas e cozinhas modernas.

O mobiliário, que autores do século XIX diziam ser, em épocas anteriores, extremamente simples, transforma-se em outro ponto de ostentação e de acúmulo, os espaços internos passam a ser sobrecarregados de móveis e objetos. Quadros e peças de arte complementam a decoração das casas mais abastadas. "Para os novos ricos, suficientemente abastados para querer brilhar, mas não suficientemente velhos para brilhar sem ostentação, nada é dispendioso ou pomposo demais".²⁷ A frase de Arnold Hauser, descrevendo a burguesia parisiense no Segundo Império, parece ajustar-se, também, à situação dos ricos, no norte brasileiro, no auge da exploração da borracha.

Nesse panorama, tem papel peculiar a tipologia do chalé, que surgira na Europa identificada com o lazer, com a conquista do tempo livre e pelo avanço de inovações, como as estradas de ferro, que ampliam as possibilidades de circulação pelo território para a atividade de turismo. A versão de chalé que chega ao norte do Brasil é ligada a essas idéias. Muitos chalés das grandes cidades da Amazônia são construídos em zonas então consideradas como afastadas, quase subúrbios, no entender dos habitantes do final do século XIX e início do século XX. Dos chalés construídos no período da borracha destacam-se alguns pré-fabricados em ferro, dos quais restaram poucos exemplares, todos em Belém e apenas dois deles em uso.²⁸ Nesses casos, as edificações tinham origem na Europa, especificamente na Bélgica, como identificou estudo de Geraldo Gomes (1984), e destinavam-se a zonas de produção nos países colonizados, auxiliando atividades que exigissem mobilidade e mudanças constantes das sedes. Esses chalés em ferro foram, ao que tudo indica, transformados em objetos de demonstração de luxo e poder aquisitivo, substituindo as antigas rocinhas, residências suburbanas da elite nortista, usadas desde o período colonial. Os chalés de ferro no Pará demonstram a preocupação com o seu uso nos trópicos, traduzida em um elaborado sistema de ventilação em paredes duplas, em amplos beirais e na própria solução do telhado, em vários níveis, para permitir a saída de ar. Em contraste com a sua concepção utilitária e a possibilidade de remoções constantes, os chalés, em Belém, adotaram decoração similar à de casas urbanas, o que incluía uma profusão de obras-de-arte, mobiliário clássico, e um acúmulo de objetos indicativos das novas conquistas tecnológicas, como, por exemplo, os ventiladores. A casa do intendente de Belém, Antonio Lemos, tinha apenas a fachada em ferro, que foi, segundo fontes da época, comprado nos Estados Unidos, o que talvez explique a sua composição mais elaborada, com arcos e elementos decorativos em estilo floral. São frequentes, também, casos dos chalés pré-fabricados em madeira, cujas adaptações interioranas no período da borracha constituem questões pouco estudadas, embora compareçam na documentação fotográfica.²⁹ Com rebuscados lambrequins, fachadas com vidros coloridos ou pinturas,



Acima e abaixo. CASA DE FERRO PRÉ-FABRICADA, de 1880, desmontada e remontada no Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA).



Abaixo. CASA DE FERRO PRÉ-FABRICADA, de 1893, desmontada e remontada no campus da Universidade Federal do Pará, Belém (PA).





Acima. **PALACETE BOLONHA**, Belém (PA). Projeto de Francisco Bolonha para sua residência. O prédio se tornaria um dos símbolos do ecletismo paraense. A mansarda, no telhado, em ardósia colorida, e a torre marcam o exterior do prédio, que exhibe decoração neoclássica e elementos *artnouveau* na fachada.

Abaixo. **PAINÉIS EM AZULEJO**, de inspiração oriental, definem o estilo neomourisco desta residência, com uma torre e um mirante, no centro de Belém (PA).



podiam, então, ser vistos nas zonas de recreio próximas das capitais, no interior de fazendas e continuariam a ser reproduzidos em variadas versões muito depois do surto da borracha ter acabado.

A influência italiana nas artes e na arquitetura vinha do século XVIII e prosseguira com a atuação de artistas decoradores presentes em Belém e Manaus no fim do século XIX. No mesmo período, os artistas da região recebiam prêmios de viagem ao exterior e fixavam-se, preferencialmente, em Roma. Seguir Paris, torna-se rapidamente a máxima aspiração regional. A cidade que é "a metrópole da diversão, a cidade da ópera, da opereta, do balé, dos bulevares, restaurantes, das lojas de departamentos, das exposições universais e dos prazeres baratos e prontos para o consumo", passa a ser buscada em terminologias e denominações dadas a lojas e espaços públicos, nas diretrizes para contratação de companhias musicais e teatrais, na importação de ícones representativos das grandes exposições, na óbvia impossibilidade de reproduzi-las na Amazônia.

A influência cultural que a França exerce sobre a região é, sem dúvida, a predominante nos aspectos intelectuais. Os comportamentos sociais, a moda, a literatura e as artes têm como espelho a França. As famílias mais abastadas costumavam mandar seus filhos estudar em Paris, objetivo freqüente de longas viagens da elite regional. Muitos dos conceitos de estrutura urbana, como parques, praças, vias arborizadas, traçado de novos bairros, podem ser identificados com situações similares na França, embora o sejam, igualmente, com as da Inglaterra ou até mesmo da mais próxima Buenos Aires, exemplo seguidamente citado pelos gestores nortistas. Inversamente, na arquitetura, observa-se que, com exceções pontuais, a influência francesa é pequena. Os projetos de Varin, já citados, são os mais notórios e dos poucos identificáveis de autoria francesa, assim como são certamente dessa origem alguns elementos de ferro pré-fabricado, notadamente pavilhões em praças públicas. A influência da França não iria muito além dos hábitos culturais, imitados, às vezes sem grande sucesso, pela elite da borracha. A atuação inglesa, outra idéia dominante nas análises do período, é genérica em projetos de infra-estrutura, fazendo-se presente na arquitetura pelas grandes casas bancárias que se estabelecem na região depois de 1870, ou nos portos, incluindo-se aqui as instalações das subsidiárias de companhias inglesas de navegação: Booth Lines, Amazon River Steam e outras.



Ao lado. PINTURA EM ESTILO POMPEIANO, de autoria do francês Joseph Casse para o Palácio dos Governadores do Pará. O prédio tem projeto do arquiteto Landi, no século XVIII, e recebe, no início do século XX, decoração eclética.

AS ARTES DECORATIVAS

A arquitetura de origem portuguesa incorporou entre as suas principais características o uso de azulejos nas fachadas, material empregado, inicialmente, no interior das igrejas, em painéis decorados com cenas religiosas. Especialmente indicado para a Região Norte, onde o seu uso amenizava a grande umidade equatorial, o azulejo igualmente dava cor e beleza aos grandes casarões neoclássicos que se espalhavam pela área central. Continuando a ser usados na fase eclética, os azulejos teriam reforçada a sua função decorativa, no interior das residências mais ricas, na forma de painéis importados, em especial da França. Esse uso mostra como, da metade do século XIX em diante, os materiais, principalmente os de acabamento, passam a ser escolhidos com cuidado, embora freqüentemente sejam usados com o excesso que se torna uma característica identificadora do período. Paredes decoradas, em geral, com pinturas em molde repetido (são raros os desenhos exclusivos como os do Palácio do Governo, de autoria do francês Joseph Casse), convivem com forros em madeira ou ferro fartamente ornamentados e pisos trabalhados com pelo menos duas madeiras locais, formando desenhos diferentes para cada ambiente, mantendo-se nessa prática uma herança colonial.

Entre os aspectos decorativos que caracterizam a arquitetura do ecletismo na Região Norte, em especial no caso de Belém, tem papel destacado a pintura parietal. É certo que a "moda" de pinturas nas paredes de edifícios públicos e privados ocorre em quase todo o país durante o século XIX. Mas

Abaixo. INTERIOR DO PALÁCIO ANTONIO LEMOS, Belém (PA). Projeto do paraense José Coelho da Gama Abreu recebe mobiliário luxuoso e grande quantidade de obras-de-arte. No mesmo período das reformas do teatro e do palácio do Governo são encomendadas telas de grande dimensão e de autores de renome na região, como Theodoro Braga, ou estrangeiros, como Domenico de Angelis.



se examinarmos esse fato considerando a forma de comércio da borracha, um paradoxo torna-se evidente. Decorrência da já vista imposição de produtos estrangeiros, como moeda de troca, entram nas grandes cidades da Amazônia móveis, objetos de decoração, objetos de arte, lustres e toda uma parafernália decorativa de menor valor. Seria de se esperar, pois, que os papéis de parede comparecessem entre os produtos corriqueiros importados, tais como a madeira de pinho de Riga ou os painéis de revestimento de forros e paredes em ferro prensado e pintado. Não conhecemos ou não se conservou, porém, nenhum caso de revestimento com papel de parede na região. A única citação conhecida parece estar em comentário do escritor José Veríssimo, dois dias depois da inauguração do Teatro da Paz, e no qual critica a falta de gosto e de luxo na construção do prédio, entrando em detalhes, como: "O papel que forra os camarotes é o mais ordinário e feio possível...".

Página ao lado. SALÃO NOBRE, interior do Teatro Amazonas, Manaus (AM).

Abaixo. RELÓGIO MUNICIPAL, foto do início do século XX, centro de Manaus (AM).



Isso ocorre em 1878, quando a borracha já influencia não só os negócios, mas, também, a forma de viver dos nortistas. Como explica-se, então, essa ausência de um material que poderia ser interpretado como sinal distintivo de luxo e qualidade de acabamento? Provavelmente, porque se adotara uma alternativa que tinha, à época, maior prestígio, ou seja, em vez de substituir o papel de parede "ordinário e feio" por outro de melhor qualidade, a opção foi fazer pinturas, em molde repetido, imitando papel de parede. Entre essas pinturas estão as da catedral, feitas a partir de 1871, as do Teatro da Paz e depois a do palácio do Governo, todas em Belém. No palácio, a decoração adota estilos vigentes na Europa, como o pompeiano e o greco-romano, recriados pelo francês Joseph Casse. Algumas salas receberam pinturas individualizadas; as outras, a exemplo do que ocorre no Teatro da Paz, ou no Teatro Amazonas, foram ornamentadas com pinturas em molde, ainda que os frisos de acabamentos fossem individualizados. Sublinhe-se que a pintura em molde repetido tornou-se extremamente difundida no fim do século XIX e até os anos 40 do século XX foi seguidamente empregada nas capitais nortistas.

Destaque-se, igualmente, o uso de pintura decorativa, camuflando materiais industrializados, como o ferro, apresentando-os como madeira ou estuque. Colunas em ferro podiam ser "marmorizadas", como acontece no Teatro Amazonas, de Manaus, ou na loja Paris n'América, em Belém. Houve casos em que a madeira, material típico da região e que tinha exemplares de grande beleza pelas cores e veios naturais, ser pintada para parecer...madeira.³⁰





Acima. PÓRTRICO do Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA).

Abaixo. MONUMENTO de autoria de Maurice Blaise, construído no interior do bosque, em homenagem ao Congresso de Intendentes, no ano de 1906.



OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Se a representação da riqueza alcança o cenário doméstico da classe abastada, é entretanto, na rua, nas praças e parques das maiores cidades nortistas, que o burguês da borracha encontra o local privilegiado para a sua exibição. No fim do século XIX ocorre a ampliação das principais cidades, com novos bairros, sendo especialmente significativo o caso de Belém, no traçado do bairro do Marco da Légua, planejado com largas avenidas e um grande parque.

Belém e Manaus são as primeiras cidades da região a utilizarem um modelo europeu de vias arborizadas, os "bulevares", assim como parques públicos, com paisagismo à inglesa, além de praças com refinados equipamentos em ferro ou imitando materiais naturais, alguns deles inexistentes na região. Até o fim do século XIX, as praças, mesmo nas capitais, eram áreas abertas sem nenhuma vegetação ou ornamentos. No caso específico de Belém, algumas ruas afastadas, conhecidas como estradas, já tinham arborização, nativa, desde o fim do século XVIII, mas no centro da cidade a vegetação era confinada aos quintais.

Só no fim do século XIX, na mesma cidade, no governo do intendente Lemos (1897-1911), inicia-se um sistemático plano de arborização, criando-se novas praças e parques urbanos, equipados com elementos quase sempre de origem européia, como quiosques e pavilhões em ferro, com seu gosto pelo pitoresco, pelas falsas ruínas, lagos e pontilhões, que passam a caracterizar as praças das capitais nortistas. Observa-se, então, imitações de pedras e de troncos de árvores, feitas em argamassa, compondo uma paisagem inspirada pelo romantismo vigente à época nos jardins europeus. Na vegetação, usam-se plantas européias, tão inesperadas como rosas, às quais, devido à dificuldade de adaptação, são incorporadas concomitantemente espécies decorativas nativas. A arborização com mangueiras, árvore conhecida pelo menos desde o século XVIII, torna-se preferencial para as avenidas, a tal ponto que, com o passar do tempo, se torna parte integrante da imagem de cidades, como Belém, que constrói verdadeiros túneis com essa espécie em suas avenidas centrais. O responsável pelos jardins de Belém é o paisagista alemão Eduardo Hass. Em Manaus, tem atuação importante na ecletização dos espaços públicos o paraense José de Castro Figueiredo, que estudara arquitetura em Turim.



Acima. CORETO, de origem alemã, erguido pelo intendente Antonio Lemos, na Praça Batista Campos, Belém (PA).

Abaixo. PRAÇA AFONSO PENNA, em 1908, Belém (PA).





Acima. **INTENDÊNCIA DE MANAUS (AM)**, em foto de Ermano Stadelli. Projeto no qual um classicismo tardio acentua a austeridade comum às construções públicas da capital do Amazonas na virada dos séculos XIX e XX e que seria substituída pela suntuosidade da fase da borracha.

Abaixo. **MONUMENTO NA PRAÇA SÃO SEBASTIÃO**, fronteiro ao Teatro Amazonas, Manaus (AM). Concebido por Domenico de Angelis, seria terminado, após sua morte repentina, pelo escultor Enrico Quattrini.



Para adequar os novos espaços das praças e parques aos modelos europeus recorre-se a obras-de-arte condizentes com o aparato que eles passam a ostentar. Até o período da borracha, os únicos monumentos das cidades nortistas, se podemos classificá-los como tal, eram os marcos de poder português, os pelourinhos. As fontes ornamentais existentes, por exemplo, na vizinha capital do Maranhão, não tiveram similares na Região Norte.

Encomendada a mestres europeus durante o Império, com o advento da República, a estatuária pública passa a ser objeto de concursos nos quais concorrem artistas europeus. Desses conjuntos escultóricos, o monumento ao general Gurjão e o que homenageia Gama Malcher são os únicos que foram inaugurados em Belém, no período imperial, um em 1882 e o outro no início de 1889. É interessante observar, ainda, que se estabelece uma relação entre os escultores de monumentos para praças e os de cemitérios. No caso do general Gurjão, o monumento na praça D. Pedro é de autoria de mestre português, que também deixou obras no cemitério da Soledade (1850-1870). Porém, o busto de Gurjão, no mesmo cemitério, é de autoria de Allegretti, de Roma. O monumento à República, encomendado em 1890 e objeto de um concurso internacional, foi vencido pelo escultor genovês Michele Sansebastiano, também autor de escultura no cemitério de Santa Isabel, em Belém. O artista De Angelis, mais conhecido pelas decorações de teatros da região, deixaria inconclusos, por sua morte em 1900, dois grandes conjuntos escultóricos, um em Belém, homenageando frei Caetano Brandão, e o outro em Manaus, na praça São Sebastião, fronteira ao Teatro Amazonas, celebrando a abertura dos portos da região ao comércio internacional.

Como ocorre na Europa, após a metade do século XIX, os cemitérios constituem, no período que vai até os anos 20 do século seguinte, uma galeria, onde estão presentes os maiores mestres da escultura. Os cemitérios de Manaus e de Belém ostentam obras que demonstram como essa tendência transferiria-se para as cidades do norte do Brasil.

O legado paisagístico do período da borracha, com suas praças e parques urbanos, ornamentados por falsas ruínas, pavilhões românticos e elementos em ferro de fabricação europeia, sintetiza de forma admirável um gosto de época, que é complementado por monumentos de excepcional qualidade. A arquitetura de magnificência, residencial e comercial, guarda as características de ornamentação e os requintes construtivos de uma fase que foi, sem dúvida, de apogeu econômico, mas são talvez as praças, com seus monumentos sóbrios aliados a fantasiosos pavilhões e ruínas românticas que preservaram melhor o espírito da época: o viver em público, o desejo de ostentação de uma classe burguesa que abandonava os hábitos de modéstia e recolhimento familiar do período colonial por um sonho efêmero de riqueza e de desenvolvimento.



Acima. MONUMENTO AO GENERAL GURJÃO, autoria do português Germano José de Sales.

Abaixo. PALÁCIO ANTONIO LEMOS, inaugurado em 1893. Atual sede da Prefeitura e Museu do Estado do Pará, Belém (PA).



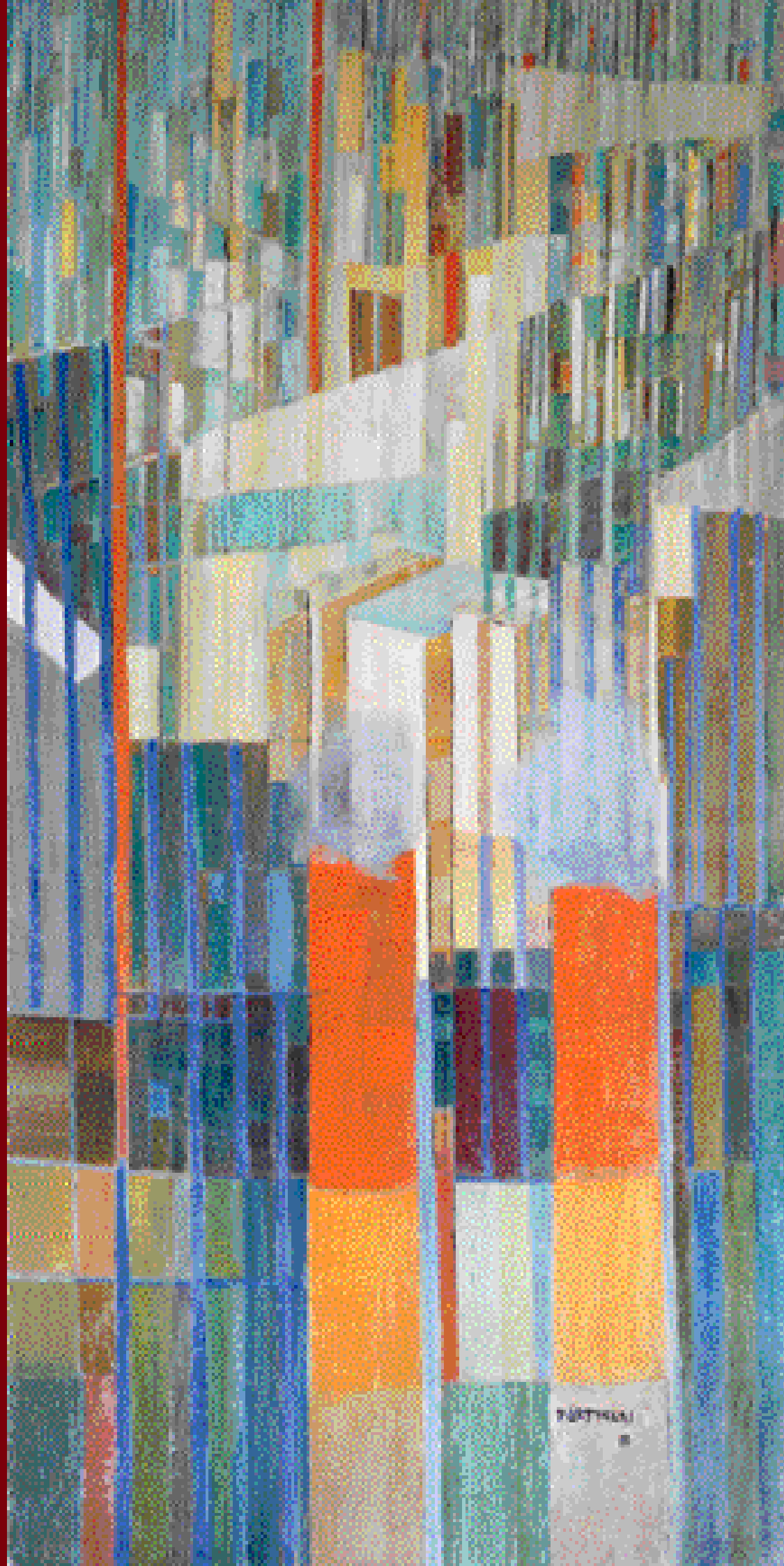
INDUSTRIALIZAÇÃO

PORTINARI

239 x 123 cm, 1960

Painel a óleo/madeira,

Coleção Bank Boston, São Paulo, Brasil.



FÜTHER

■



HUGO SEGAWA

RUMO À INDUSTRIALIZAÇÃO: ARQUITETURA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

No final do século XIX, a recém-proclamada República prenunciava tempos diferentes para o Brasil. O dístico positivista estampado no novo estandarte nacional, “Ordem e Progresso”, insinuava rumos para um país cuja riqueza baseava-se na produção do campo. Para alguns, o futuro vaticinado na fé, na ciência e na técnica, e o panegírico da solução industrial como invocação contra as carências e limitações de um país eminentemente agroexportador. Afora a mudança do contingente de trabalhadores, a economia do país pouco se modificou nas décadas subseqüentes à proclamação da nova forma de governo. Todavia, foi durante a primeira metade do século XX, em especial, a partir dos anos 1930, que se estabeleceram as condições para a modernização do país, fundamentada na indústria, com a redefinição do papel do Estado enquanto agente de indução econômica.

Vamos nos debruçar sobre arquiteturas que testemunharam esse processo. Em especial, sobre as realizações públicas de uma época, que marcaram a modernização pela industrialização do país.



VICISSITUDES POSITIVISTAS

Na passagem do século XIX para o século XX, precisamente em dezembro de 1900, o Club de Engenharia promovia a sessão inaugural do Congresso de Engenharia e Indústria no Rio de Janeiro. Alusiva à comemoração do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, a reunião tinha como objeto exclusivo

“discutir e deliberar sobre as principais questões técnicas, industriais, econômicas, financeiras e administrativas que, de mais perto e mais diretamente, possam interessar o desenvolvimento material do Brasil, de modo a formular resoluções que traduzam com clareza o parecer dos mais competentes sobre a solução prática de cada uma das questões ventiladas, e que serão submetidas à apreciação dos Poderes Públicos”¹

Acima. PALÁCIO DO ITAMARATY, Brasília (DF). Oscar Niemeyer, 1962.

Abaixo. FACHADA DO MUSEU DE ARTE MODERNA, Rio de Janeiro (RJ). Projeto do arquiteto Afonso Eduardo Reidy, 1958.





Acima. MAPA DO BRASIL COM A LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS CAPITALS (classificação demográfica acima de um milhão de habitantes).

Página 308. COTONIFÍCIO RODOLFO CRESPI, fábrica de tecidos, algodão e meia, em São Paulo (SP) desde 1897. Foto de 1918.

Abaixo. AVENIDA PAULISTA, na direção da rua da Consolação, São Paulo (SP), em 1907. Ao fundo, o Morro do Jaraguá.

O discurso do presidente daquele congresso, Osório de Almeida, na sessão inaugural, dava o tom do encontro:

*“A ciência do direito firma os princípios da ordem e da justiça; a medicina descobre as leis de conservação do indivíduo. São, porém, a engenharia e a indústria que fornecem à primeira a força que constitui a sanção do direito e à segunda os meios de proteção contra a ação destruidora das forças naturais e até as transformam em fatores do conforto e do bem-estar da humanidade... O problema do progresso reduz-se, portanto, à sujeição das forças da natureza à vontade e ao arbítrio do homem e a engenharia é a arte que nos ensina o modo por que se obtém essa sujeição. Ela já foi definida: a arte de dirigir as grandes fontes de forças da natureza para a utilidade e conveniência do homem”.*²

Os engenheiros posicionavam-se como agentes dessa modernização.

CENÁRIOS DE MODERNIZAÇÃO

Embora país ainda de maioria populacional rural, extraordinário crescimento urbano registrava-se nesse período, e as cidades ganhavam um outro caráter: protagonizavam as mudanças de um novo Brasil. A arquitetura contribuía para a valorização do cenário urbano. Na abertura solene do Congresso de Engenharia e Indústria, o presidente da comissão executiva do evento, André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933), exultava:

*“Na arquitetura, a igreja da Candelária, o monumento do Ipiranga, os numerosos e belos edifícios que ornaram a cidade de São Paulo, os teatros de Manaus e do Recife, o Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro, as grandiosas construções de Belo Horizonte, algumas escolas públicas da Capital Federal e a Casa da Moeda representam os atestados vivos do nosso progresso neste notável ramo da engenharia”.*³

Todavia, o “notável ramo da engenharia” ainda não conhecia a palavra urbanismo. Os temas urbanos foram tratados durante o congresso em rubricas autônomas, como “obras municipais”, “saneamento” ou “embelezamento”.

Foi gradual a percepção da cidade como um espaço a planejar e a reorganizar. O próprio Paulo de Frontin, em 1903, foi nomeado engenheiro-chefe da





Ao lado. **CANAL DO MANGUE**, construído na segunda metade do século XIX, por iniciativa do visconde de Mauá, para a drenagem dos mangais de São Diogo. Atualmente, avenida Francisco Bicalho, Rio de Janeiro (RJ). Foto de 1907.



Ao lado. **AVENIDA CENTRAL**, hoje avenida Rio Branco, Rio de Janeiro (RJ), foto de 1910. A partir do século XX, na administração do prefeito Pereira Passos, o Rio de Janeiro se transforma, ruas são alargadas (da Assembléia, Carioca, Uruguaiana, Passos etc), edificações demolidas, aterros são criados ao longo das praias. Surgem, assim, novas avenidas.



Acima. PROJETO DA FACHADA DO EDIFÍCIO DA SOCIEDADE RIOGRANDENSE HUMANITÁRIA E BENEFICENTE. Construtor José Maria Pereira Júnior. In: *O Álbum da Avenida Central*, João Fortes Engenharia, Editora Ex-Libris, SP, 1983, p.112.

Abaixo. VISTA AÉREA DA PRAÇA RAUL SOARES, Belo Horizonte (MG). Foto de 1938.

Comissão Construtora da Avenida Central, sob o comando do prefeito Pereira Passos (à maneira de um Haussmann tropical) – a mais vistosa das ações promovidas pelo presidente Rodrigues Alves, em um esforço de remover os resíduos da cidade colonial insalubre e pobre, “civilizando” urbanisticamente ao olhar europeu a então capital do país.⁴

O primeiro grande gesto da República em Minas Gerais foi a decisão, em 1893, de transferir a capital do Estado, da colonial Ouro Preto para uma cidade nova. Belo Horizonte, inaugurada em 1897, com evidente referência ao traçado de Washington D.C. (projetada por L’Enfant, em 1791), foi um marco da afirmação de uma modernização política e uma aposta no futuro, simbolizados na materialização de um espaço urbano. A ação da Comissão Construtora da Nova Capital, liderada por Aarão Reis e seus colegas egressos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro – eminente reduto positivista – caracterizou uma das primeiras iniciativas em que um saber técnico sistematizado – obedecendo aos preceitos de “higiene, conforto, elegância e embelezamento” – fundamentava o projeto de uma cidade. Eram os alvares do urbanismo moderno alimentando a jovem República.



A CONSTRUÇÃO MODERNA

A fundação de escolas superiores respondeu à premência da formação de um corpo técnico para enfrentar os desafios da construção na virada do século XIX para o XX: a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874), a Escola de Minas, em Ouro Preto (1876), a Escola Politécnica de São Paulo (1894) e o Mackenzie College, também em São Paulo (1896). Antes do advento desses cursos superiores, o Instituto Politécnico Brasileiro havia sido criado em 1862 por decreto imperial, tendo como “objeto o estudo e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos da engenharia e das ciências e artes acessórias”.

No terceiro quartel do século XIX, a tecnologia da construção era um domínio totalmente empírico. A madeira, a pedra, o tijolo e a telha de barro eram os materiais predominantes. Uma nota publicada no jornal *O Agricultor Paulista*, de janeiro de 1860, chamava a atenção para a existência de máquinas na fabricação de tijolos em Londres, um “grande passo” porquanto “a economia obtida pelo emprego das máquinas permite que o tijolo, tão importante nas construções, seja abundante e barato”. A primeira notícia que se tem sobre a mecanização da produção de tijolos no Brasil é a respeito da olaria de Antonio Carlos de Sampaio Peixoto, inaugurada em 1867, na cidade de Campinas, São Paulo, utilizando o “sistema Clayton & Comp”.⁵ Na década de 1880, as olarias acionadas a vapor eram comuns no Rio de Janeiro.

Periódicos técnicos do último quartel do século XIX, como a *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro*, *Revista dos Constructores* e *Revista do Club de Engenharia*, publicavam artigos sobre a resistência dos tijolos produzidos na capital. O *Guia para os alumnos da 1ª cadeira do 1º anno de Engenharia Civil*, publicado por André Rebouças, em 1885, trazia um levantamento



Acima. PROJETO EXPOSTO NA SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922. Autoria do arquiteto paulista Antonio Moya.

Abaixo. MOINHO MATARAZZO, 1900, São Paulo (SP).





Acima. TORREÃO REMANESCENTE DO ANTIGO MERCADO MUNICIPAL, Rio de Janeiro (RJ).

Abaixo. TEATRO JOSÉ DE ALENCAR, de 1910, Fortaleza (CE), em estrutura metálica.



sobre os materiais empregados e disponíveis na construção, relacionando a qualidade dos granitos, a disponibilidade de argilas para a confecção de tijolos e telhas, e registrava a taipa de pilão como uma técnica caindo em desuso na então província de São Paulo.

O *Manual de resistencia de materiaes*, organizado e publicado em 1905, pelos alunos da Escola Politécnica de São Paulo, foi uma das mais ambiciosas sistematizações realizadas no início do século passado. Os experimentos contemplavam oito tipos de material: cimentos, cales, concretos, pedras naturais, tijolos, telhas, madeiras e metais. Desse conjunto, as novidades eram os produtos importados: o cimento (e o concreto) e os metais. A propósito desses últimos, os autores do *Manual* desculpavam-se da sua deficiência: “O

pequeno desenvolvimento dado a esta parte se explica [...] pela grande importância ligada a outras seções, mais interessantes sob o ponto de vista nacional, com prejuízo, embora, do estudo de materiais estrangeiros, como o são, em regra, os metais”.⁶ Magníficas estruturas de ferro pontuavam as cidades brasileiras no último quartel do século XIX, como os mercados de São José, em Recife (1875), e o da rua São João, em São Paulo (1890ca.), ou o Palácio de Cristal, em Petrópolis (1884). O Teatro José de Alencar, em Fortaleza (1910), é um formidável remanescente dessa arquitetura de ferro que se importou na virada do século.⁷

Em 1888, o engenheiro civil Bernardo Ribeiro de Freitas (formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1881) meditava sobre os rumos da arquitetura finissecular. Ele identificava três correntes na arquitetura: o grupo histórico (“fiel da estética mais conhecida, aceita somente as arquiteturas que caracterizaram as duas civilizações mais notáveis: a greco-romana e a da Idade Média”), o grupo eclético (“reserva-se o

direito de escolher em todos os estilos, em todas as manifestações da construção o que mais perfeito julgar para o fim que se tiver em vista”) e o grupo racionalista (“é uma reação do presente contra o passado [...] lançando mão dos novos materiais [...] esse grupo adotou a liberdade da forma, sem obrigação de atender às leis da estética legadas do passado”).⁸

A estação ferroviária de Mairinque, em São Paulo, projetada em 1905, pelo arquiteto Victor Dubugras, e inaugurada em 1908, foi uma obra totalmente construída em concreto armado, especulando as possibilidades estéticas do material. Foi uma obra precursora dentro dos princípios racionalistas que renunciaram a modernidade arquitetônica do século que se iniciava.

Os jovens politécnicos paulistas consideravam o metal um “material estrangeiro”, mas o cimento também o era. Esse material naturalizou-se rapidamente: a Companhia de Cimento Portland começaria a operar em 1926, e a produção de cimento aumentaria a partir da década de 1930, proporcional ao crescimento da construção civil no país. O concreto armado teria um percurso virtuoso ao longo do século XX no Brasil, após tornar-se o sistema construtivo por excelência das mais notáveis realizações da arquitetura moderna a partir dos anos 1930.



Acima. CASA DE CULTURA DO MUNICÍPIO, Araras (SP). Projeto do arquiteto Victor Dubugras, construído no final do século XIX para abrigar fórum e cadeia.

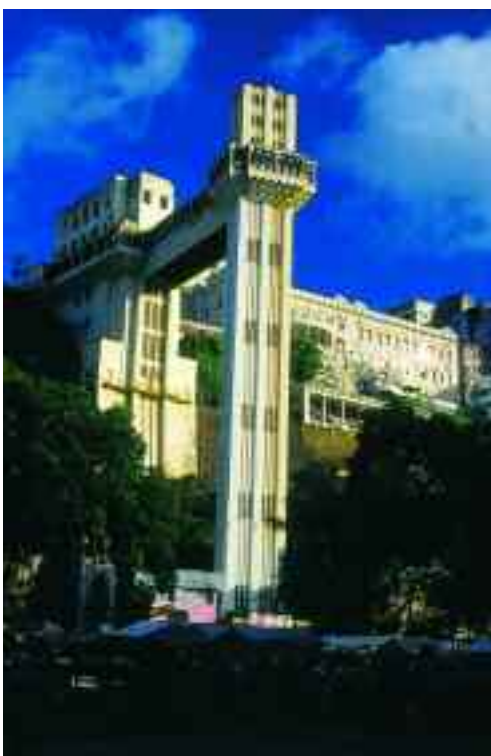
Abaixo. ESTAÇÃO MAIRINQUE, Mairinque (SP). Projeto do arquiteto Victor Dubugras. A partir de 1999, a estação permaneceu fechada em decorrência da desativação da linha de passageiros. Finalmente, em 2004, foi transformada no Centro de Memória Ferroviária de Mairinque pela prefeitura municipal.





Acima. EDIFÍCIO SULACAP, Porto Alegre (RS). Projeto de Arnaldo Gladosch, 1938.

Abaixo. ELEVADOR LACERDA, Salvador (BA), idealizado em 1873, por Antonio Lacerda.



O CÉU COMO LIMITE

O que nos Estados Unidos se materializou, pioneiramente, com estruturas de ferro, no Brasil viabilizou-se com o concreto armado: o arranha-céu. Os prédios de grande altura nas primeiras décadas do século XX deixavam as autoridades e os arquitetos perplexos. Nas conclusões do IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado em 1930, no Rio de Janeiro, o espanto pela novidade era patente: “Considerando a dificuldade de definir o que se entende pela definição genérica de ‘arranha-céu’, o Congresso lembra às autoridades competentes de cada localidade a conveniência de ser fixada, em seus regulamentos, a altura a partir da qual um dado edifício se inclui na referida denominação”. A mudança do perfil paisagístico das cidades também estava em pauta:

“Considerando que os arranha-céus destacam-se notavelmente dos demais edifícios de uma cidade, concorrendo para sua ornamentação como verdadeiros monumentos ou sacrificando irremediavelmente sua perspectiva quando projetados com infelicidade, o congresso aconselha a que se incluam nos regulamentos disposições que permitam submetê-los a uma fiscalização particularmente rigorosa sob o ponto de vista estético, social e higiênico, levando em conta os fatores dominantes de cada localidade.”⁹

Quando os congressistas estiveram reunidos no Rio de Janeiro, o edifício A Noite (1928-1931), com 22 pavimentos e 102,8 metros de altura, já se fazia presente na paisagem da cidade como o segundo mais alto da América do Sul; o Edifício OK (1928), em Copacabana, já apontava a vocação para o adensamento do bairro. A partir dos anos 1930, a presença dos arranha-céus na paisagem carioca tornava-se irreversível.¹⁰ Em São Paulo, um cronista desavisado chamava o prédio Martinelli (1925-1929) de “sobrado de 21 andares”,¹¹ levantado efetivamente com 30 pavimentos. Seus 106,5 metros de altura subvertiam a ainda colonial escala de uma cidade em rápida transformação.¹²

O concreto armado viabilizava o surgimento de arquiteturas e volumes construídos nunca antes visto na paisagem urbana. Ao lado dos arranha-céus, dois remanescentes dessa aventura pioneira podem ser lembrados. O Elevador Lacerda não só é um cartão postal de Salvador, como também uma das pioneiras estruturas de concreto e ferro realizadas no Brasil. Em funcionamento no primeiro dia de 1930, sua arquitetura de gosto *art déco* exhibe as marcas



de uma modernidade com frescor: a ousada estrutura de concreto armado de 73,5 metros de altura foi percorrida por um elevador em 17 segundos em sua inauguração. Máquina, eletricidade, velocidade, verticalidade acentuada pelo desenho arquitetônico: que outro objeto tão marcante na paisagem urbana ilustrava os novos tempos? Robert Prentice e Anton Floderer – arquitetos de edifícios comerciais e residenciais no Rio de Janeiro – foram os que delinearão o Elevador Lacerda, em parceria com os projetistas da firma de origem dinamarquesa Christiani & Nielsen – especializada em concreto armado e estruturas metálicas. A mesma parceria foi responsável pela realização da usina termoeletrica de Porto Alegre, a Usina do Gasômetro, inaugurada em 1928.¹³ Volume viril às margens do Guaíba, essa estrutura industrial surgia no Brasil com uma qualidade arquitetônica decantada por Le Corbusier em *Vers une architecture*, de 1923:

“Estética do engenheiro, arquitetura, duas coisas solidárias, consecutivas, uma em pleno florescimento, a outra em penosa regressão...”, *“...os engenheiros constroem os instrumentos de seu tempo...”*, *“...os engenheiros são viris e saudáveis, úteis e ativos, morais e alegres. Os arquitetos são desencantados e desocupados, faladores ou lúgubres...”*; *“os engenheiros fazem arquitetura porque empregam um cálculo saído das leis da natureza e suas obras nos fazem sentir a harmonia...”*¹⁴

Acima. EDIFÍCIO MARTINELLI, São Paulo (SP), projetado por William Fillinger, em 1930. Foi um desafio para o realizador pelo porte inédito da obra. O cimento era importado da Suécia ou Noruega; o ferro era trazido de fora, e em parte produzido no Brasil.

Abaixo. EDIFÍCIO OCEANIA, Salvador (BA). Projeto de Freire & Sodré, décadas de 1940-1950.





Acima. CENTRO CULTURAL USINA DO GASÔMETRO.

A antiga usina termelétrica de Porto Alegre (RS), inaugurada em 1928, foi pioneira como construção em concreto armado no Estado. Sua imponente chaminé, com 117 metros de altura, foi erguida em 1937, por exigência da população, pelos transtornos causados pela queima do carvão. Por estar situada nas proximidades de uma usina de gás, passou a ser conhecida também como usina do gasômetro. A partir de 1974 foi desativada e desde 1991 abriga importante centro cultural.

Abaixo. CONJUNTO RESIDENCIAL PASSO D'AREIA - IAPI, Porto Alegre (RS), 1946. Projeto do arquiteto Otacílio Sabóia e dos engenheiros Marcos Kruter e Edmundo Gardolinski.



Nesses anos, em que obras como o Elevador Lacerda ou a Usina do Gasômetro eram inauguradas, Gregori Warchavchik agitava o provinciano meio paulistano com suas casas modernistas. Tratava-se de uma modernidade retórica: suas obras apresentavam aparência moderna, mas eram pouco revolucionárias quanto ao aspecto construtivo e da organização de plantas. Todavia, o proselitismo de Warchavchik foi importante para despertar a discussão sobre a arquitetura moderna com o reconhecimento dos modernistas da Semana de 1922.

AS REALIZAÇÕES DE UMA ERA

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder marcou a implantação de uma nova ordem política e social em seu primeiro governo, entre 1930 e 1945. Um Estado forte, nacionalista e centralizador, que enfrentou as oligarquias agrário-comerciais, na tentativa de mobilizar um esforço nacional para superar a depressão econômica pós-1929 e definir novos rumos econômicos. Tendo como base as novas camadas médias urbanas – a burocracia militar e civil –, o proletariado urbano e a emergência de uma classe empresarial industrial, a Revolução de 1930 teve uma atitude positiva em relação à industrialização.

Logo no início da chamada era Vargas, realizou-se ampla reorganização das relações industriais. A nova política social pressupunha a presença do Estado para abrandar os conflitos entre capital e trabalho. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no primeiro mês do governo Vargas, apontava os rumos de um “capitalismo de bem-estar social de iniciativa governamental sob uma estrutura corporativista”.¹⁵

PELO MENOR PREÇO, A MELHOR CASA

Oferecer condições dignas de habitação foi parte do pacto social que se estabeleceu entre o capital e o trabalho, com a mediação do Estado. A criação do Ministério do Trabalho constituiu o instrumento dessa negociação. Com o surgimento dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), contemplando várias categorias profissionais, iniciava-se um período de muitas obras de conjuntos habitacionais a partir de 1937, quando foram autorizados pelo governo a aplicarem seus recursos em construção de moradias.

Getúlio Vargas destacava essa iniciativa em um discurso de 1938:



*“Dei instruções ao Ministério do Trabalho para que [...] estude e projete grandes núcleos de habitações modestas e confortáveis. Recomendai, para isso, que se adquiram grandes áreas de terrenos e, se preciso, que se desapropriem as mais vantajosas; que se proceda à avaliação das mesmas; que se levem em consideração os meios de transporte para esses núcleos; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais diretamente do produtor; tudo, enfim, de modo a se obter, pelo menor preço, a melhor casa”.*¹⁶

No período pós-Segunda Guerra Mundial, novas instituições, como a Fundação da Casa Popular (1946) e o Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal (1946), em consonância com os IAPs (sobretudo o IAP dos industriários), prosseguiram na construção de grandes complexos habitacionais. Brasília materializou-se com significativa participação dos fundos dos IAPs.

Os grandes empreendimentos de moradias realizados pelos sistemas previdenciários e congêneres, entre as décadas de 1930 e 1960, filiavam-se ao ideário do urbanismo racionalista, caracterizando os conjuntos habitacionais como um modelo completo de organização de cidade: a teoria do urbanismo moderno aventava um ideal de território com o controle público da posse da terra, a abolição da divisão da terra em lotes, a valorização do espaço público em detrimento do espaço privado. Preconizava o fim da exploração intensiva e desordenada do solo, mediante a disciplina dos espaços, segundo uma lógica do bem-estar coletivo dos habitantes sobrepujando os interesses individuais. Esses complexos promoveram a ordenação de áreas suburbanas, periféricas, na

Acima. BAIRRO INDUSTRIÁRIO OU CONJUNTO IAPI LAGOINHA, Belo Horizonte (MG), construído entre 1944 e 1948, quando Juscelino Kubitschek era governador. A geometria e ordem do complexo residencial contrasta com a “desordem” e fragmentação da malha urbana do entorno – uma característica dos grandes enclaves de moradias preconizados pelo urbanismo moderno e recorrente nos grandes conjuntos dos IAPs pelo Brasil.

Abaixo. CONJUNTO HABITACIONAL MARQUES DE S. VICENTE, NA GÁVEA, Rio de Janeiro (RJ), de Affonso E. Reidy, 1952.





Acima. HOSPITAL DE PRONTO-SOCORRO, Porto Alegre (RS), projetado por Christiano de la Paix Gelbert e inaugurado em 1944. Hospital pioneiro no tratamento, ensino e produção de conhecimento médico.

Abaixo. O HOSPITAL SÃO LUCAS, Belo Horizonte (MG), de 1939, projetado por Ângelo Murgel, ostenta uma geometrização de gosto racionalista, que assinala a modernidade dos edifícios hospitalares construídos durante a Segunda Grande Guerra.

tentativa de organizar o território de acordo com as quatro funções preconizadas pela *Carta de Atenas*: trabalhar, circular, habitar e cultivar o corpo e o espírito. Hoje, visualizando as aerofotogrametrias dos bairros onde esses conjuntos se inserem, e mesmo observando a paisagem desses lugares, não fica difícil perceber nesses lugares os enclaves racionalistas de uma época, cercados da cidade tradicional de todas as épocas.

SANEAR E EDUCAR: DEVERES DA REVOLUÇÃO

Saneamento, higiene, educação, habitação eram metas prioritárias no governo revolucionário, incorporando a noção de medicina social na legislação trabalhista. Nas cidades, as condições sanitárias eram precárias. Endemias e epidemias assolavam o país, maculando as estatísticas e os índices de mortalidade. Apesar de várias campanhas de erradicação e profilaxia, poucas dessas ações solucionaram os graves problemas: na esfera da saúde, o panorama era devastador tanto na cidade como no campo.

Entre 1932 e 1943, sobretudo a partir de 1937, a União construiu ou reformou





inúmeros edifícios para a saúde: preventórios para filhos de lázaros, preventórios para crianças débeis, centros de saúde, maternidades, leprosários, sanatórios para tuberculosos, hospitais psiquiátricos, hospitais de clínicas, hospitais diversos e institutos de saúde especializados. Obras em número modesto para um país com as dimensões como o Brasil, mas, conforme a Unidade da Federação, o aparelhamento hospitalar mereceu diferentes tratamentos no período pelos governos locais.

Em meados da década de 1930, a tuberculose foi considerada o principal problema sanitário no país. Em 1936, a “peste branca” foi responsável pela morte de cerca de 100 mil pessoas e, no ano seguinte, foram registrados 500 mil casos da doença. A construção de sanatórios pelo poder público teve prosseguimento no pós-Segunda Guerra, ao lado de instituições privadas que se dedicaram à criação de leitos para tuberculosos.¹⁷

O HOMEM NOVO

Boa parte das diretrizes que impulsionaram a reorganização do sistema educacional pós-1930 derivou dos educadores ligados ao movimento da Escola Nova [Fernando de Azevedo (1894-1974), Anísio Teixeira (1900-1971) e Lourenço Filho (1897-1970)], que defendiam a escola pública gratuita, obrigatória e laica. Esses princípios foram incorporados na Constituição de 1934, que atribuía à União “fixar um plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, e coordenar e fis-

Acima. O HOSPITAL ERNESTO SIMÕES FILHO, Salvador (BA), inaugurado em 1941, traz elementos da arquitetura expressionista nos balcões-solários, típicos dos sanatórios para tuberculosos.

Abaixo. O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL, Pelotas (RS), de 1940, projetado por João Baptista Pianca, é um típico edifício escolar entre os muitos criados pelo Brasil com a reforma do ensino na era Vargas.





Acima. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CEFET. Curitiba (PR). A unificação do ensino industrial em 1942 ensejou a criação de cursos preparatórios de trabalhadores para indústria. As escolas técnicas constituídas nessa época têm um bom exemplo neste Cefet.

Abaixo. INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, João Pessoa, (PB). Projetado pelo arquiteto Clodoaldo Gouveia, em 1936.



calizar a sua execução em todo o território do país”, e aos Estados a tarefa “de organizar e manter os seus sistemas educacionais, respeitadas as diretrizes definidas pela União”. Fernando de Azevedo, em 1943, justificava tais diretrizes:

*“Ficaram, pois, traçadas por essa forma, na Carta Constitucional, as diretrizes da política escolar, com que se rasgaram novas perspectivas no que concerne tanto ao alargamento do campo da educação profissional, como ao seu processus de adaptação às mudanças sociais, decorrentes do desenvolvimento das indústrias, da divisão e racionalização do trabalho, da multiplicação das profissões, da organização dos sindicatos, e, portanto, às necessidades novas dos indivíduos”.*¹⁸

Dos entendimentos entre o governo e o empresariado surgiram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai, 1942) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac, 1946), como um esforço para estabelecer normas nacionais de ensino profissionalizante.

A implantação das reformas educacionais variou de Estado para Estado e os resultados mostraram-se muito aquém das necessidades de um país com dimensões continentais. Apesar do centralismo, a arquitetura escolar desse período conheceu diferentes manifestações, conforme a Unidade da Federação.

REDUZINDO O TERRITÓRIO

“O rádio e o aeroplano, de todas as descobertas e invenções modernas, são as que mais contribuíram para aproximar e assimilar as populações brasileiras entre si, constituindo, sem dúvida, os mais poderosos instrumentos de que o Brasil se vem aparelhando, para vencer o seu principal inimigo – a extensão”, exultava Fernando de Azevedo, em 1943.¹⁹

Se os portos caracterizaram as cidades marítimas e fluviais desde o período colonial, e as ferrovias escoaram a riqueza agrícola a partir do último terço do século XIX, a aviação foi o meio de transporte por excelência do século XX. A navegação aérea, que teve origem militar no Brasil, ainda na segunda década do século passado, registrou sua primeira operação comercial civil em 1927. Confirmando um presságio de Santos Dumont sobre uma vocação de seu invento, o Correio Aéreo Militar, depois Correio Aéreo Nacional, demonstrou as possibilidades de integração territorial frente ao limitado alcance das ferrovias e rodovias. A paulatina consolidação do transporte aéreo de passageiros com o desenvolvimento da indústria aeronáutica exigiu aeródromos que atendessem às características de aviões cada vez maiores e sofisticados.

A infra-estrutura inicial da aviação voltava-se, sobretudo, aos hidroplanos. Dessa fase, destacaram-se a Estação de Hidroaviões da Pan American, no Rio de Janeiro, em funcionamento em 1937; a Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont, também no Rio de Janeiro, inaugurado um ano depois (cujo projeto arquitetônico vencedor de Attilio Correia Lima é um marco da arquitetura moderna); e a Estação de Hidroaviões de Salvador, projetado por Ricardo Antunes, em operação a partir de 1939.

Foi a Estação Central de Passageiros do Aeroporto Santos Dumont (cujo concurso de projetos foi paralelo ao da Estação de Hidroaviões, em 1936, e vencido pelos arquitetos Marcelo e Milton Roberto) o primeiro terminal aeroportuário civil condigno e por longo tempo o de maior movimento no país. Foi um marco da arquitetura moderna brasileira, inaugurado somente em 1947. A infra-estrutura aeroportuária no Brasil foi lentamente executada. A interiorização das linhas aéreas a partir dos anos 1930 demandou campos de pouso, construídos nem sempre ajustados para a finalidade. Nas capitais, aeroportos como o Salgado Filho, de Porto Alegre (inaugurado em 1953), Congonhas, de São Paulo (estação de passageiros inaugurada em 1956),



Acima. ESCOLA SENAI, Rio de Janeiro (RJ), de 1946, projetado por Marcelo e Milton Roberto. Exemplo de edifício de caráter moderno criado com a organização do ensino industrial no Brasil.

Abaixo. ESTAÇÃO DE HIDROAVIÕES, projeto de Attilio Correia Lima, resultado de concurso público, realizado em 1937. Apresenta as fachadas, para a praça Marechal Âncora e o cais de embarque dos passageiros, tratadas em panos de vidro, contrastando com as fachadas cegas revestido de travertino. Atualmente, abriga a sede do Clube da Aeronáutica, Rio de Janeiro (RJ).





Acima. AEROPORTO SANTOS DUMONT, Rio de Janeiro (RJ). Projetado pelos irmãos Roberto, em 1938, tornou-se referência principal de terminal de passageiros na época. Até o final dos anos 1930 prevaleceram os hidroaviões no serviço aéreo brasileiro, o que se altera com o aperfeiçoamento das aeronaves para pousos e decolagens terrestres.

Abaixo. PROJETO PADRÃO PARA AS AGÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1934.



Guararapes, de Recife (inaugurado em 1958), e Afonso Pena, de Curitiba (inaugurado em 1959), repercutiam a modernidade do terminal do Rio de Janeiro, embora no mesmo período inúmeras estações de passageiros fossem construídas também ao gosto neocolonial.

A perspectiva da geração de conhecimento nacional no campo da aviação ensejou a iniciativa do Ministério da Aeronáutica de criar o Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), em São José dos Campos – acentuando a vocação industrializante do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que se delineava com a construção da rodovia Presidente Dutra. O projeto desse núcleo de desenvolvimento tecnológico resultou de um concurso vencido por Oscar Niemeyer, em 1947, caracterizando-se como uma das primeiras estruturas urbanas implantadas, de autoria de arquiteto do grupo dos modernos cariocas, reunidos originalmente no projeto do Ministério da Educação e Saúde.

O Ministério da Viação e Obras Públicas (que até o surgimento do Ministério da Aeronáutica, em 1941, cuidava da navegação aérea), tinha sob sua responsabilidade a rede ferroviária federal, cuja grande realização na

capital foi a estação D. Pedro II, projeto de 1937. Também a esse ministério cabia cuidar do serviço de correios e telégrafos: agências postais telegráficas e prédios para serviços radiotelegráficos. A reorganização do serviço postal brasileiro, com a criação do Departamento de Correios e Telégrafos, em 1931, ensejou a realização dos primeiros edifícios de interesse arquitetônico construídos com a Revolução de 1930.

A padronização das construções obedeceu a uma estratégia: modelos diferentes, conforme a importância da cidade servida – capitais, sedes regionais, cidades de porte médio –, foram projetados e executados em todo o Brasil – em alguns casos, em rincões nos quais se via pela primeira vez um projeto arquitetônico completo. Em cerca de dez anos, o governo federal construiu 141 agências em todo o país. Essa política de edifícios padronizados conheceu diferentes gerações até os anos 1960, podendo ser considerada uma extraordinária experiência na qual uma tipologia programática – agência de correios e telégrafos – vai estabelecer uma referência urbana que ainda hoje guarda sentido para os habitantes de centenas de cidades brasileiras.



Acima. AGENCIA DO DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, Curitiba (PR), 1934.



Ao lado. AEROPORTO SALGADO FILHO, Porto Alegre (RS), projeto do arquiteto Nelson Souza, início do anos 1950.



Acima. AGÊNCIA DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, Belém (PA), inaugurada em 1942.

Abaixo. EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, Rio de Janeiro (RJ). Construído entre 1939 e 1943, por uma equipe coordenada por Ary Fontoura de Azambuja, apresenta características neoclássicas tardias. Em contraposição, o prédio do Ministério da Educação e Saúde (*página ao lado*), construído na mesma época, surge como expoente maior da moderna arquitetura brasileira. Projetado pelos arquitetos Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Jorge Machado Moreira, Afonso Eduardo Reidy, Carlos Leão e Ernani Vasconcelos, segundo preceitos sugeridos por Le Corbusier.



MODERNIDADE PRAGMÁTICA

Durante o Estado Novo, quatro ministérios destacaram-se pela construção de suas suntuosas sedes: o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Guerra. Não é possível identificar na arquitetura da era Vargas um traço distintivo arquitetônico. Não obstante o caráter referencial da sede do Ministério da Educação e Saúde – hoje Palácio Gustavo Capanema – pela sua repercussão na época e o seu reconhecimento internacional como um marco da arquitetura moderna, a ação governamental, em suas várias frentes ministeriais, não estabeleceu uma linguagem arquitetônica direcionada e coerente, a conferir uma imagem unívoca. Obras emblemáticas, como as sedes ministeriais, expuseram episódios de desencontros.

Das sedes, cujos projetos foram escolhidos em concursos públicos – Educação e Saúde, Fazenda e Justiça –, os dois primeiros não foram desenvolvidos pelos vencedores. No caso do Ministério da Educação e Saúde, o conservador Arquimedes Memória foi substituído pela jovem e vanguardista equipe de Lucio Costa. No Ministério da Fazenda, os praticantes de arquitetura moderna pragmática²⁰ Enéas Silva e Wladimir Alves de Souza deixaram de ver seu projeto realizado com a mudança do terreno original-

mente reservado para a proposta selecionada. Foi construído um edifício de volumetria acadêmica com uma colunata tradicional. Mesmo no Ministério da Educação e Saúde, tido como progressista do ponto de vista estético, a arquitetura de educandários tanto ostentava traços modernos como neocoloniais.

O Ministério da Agricultura logrou uniformidade de gosto neocolonial em suas obras de tipologias programáticas tão distintas, como os edifícios do Parque Nacional de Itatiaia ou do Parque Nacional do Iguaçu, fazendas experimentais ou todo o conjunto do





Acima. **PROMETEU LIBERTADO**, escultura de Jacques Lipchitz, na fachada do auditório do Ministério da Educação e Saúde (RJ).

Abaixo. **PASSAGEM E PILOTIS** de ligação entre os blocos do Ministério da Educação e Saúde.

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (atual campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro), graças às diretrizes de projeto de um único arquiteto, Ângelo Murgel (1907-1978).

A austeridade racionalista dos edifícios do Ministério da Justiça (sobretudo os estabelecimentos penais), embora despida dos detalhes ornamentais, ostentava uma monumentalidade de gosto academicizante, sobretudo com a recorrência à composição simétrica. Mas é certo que, no pós-Segunda Guerra Mundial, a linha que vai ganhar força na arquitetura oficial derivou da modernidade à Le Corbusier, expressa na sede do Ministério da Educação e Saúde. Arquitetos de carreira no serviço público, como Jorge Machado Moreira (1904-1992), que desenvolveu inúmeros projetos de sanatórios para tuberculosos, clínicas fisiológicas e hospitais, além de comandar o Escritório Técnico da Universidade do Brasil; Carlos Frederico Ferreira (1906-1996), chefe do setor de arquitetura e desenho da Divisão de Enge-



nharia do IAPI; ou Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), à frente do Departamento de Habitação Popular do Distrito Federal, propiciaram a afirmação de uma linha de arquitetura moderna, cujo corolário, sem dúvida, é Brasília.

Nas palavras do último ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo, Alexandre Marcondes Machado Filho, vamos compreender o ideal arquitetônico de um período:

“O edifício público é uma testemunha da vida de um povo, um documento escrito no tempo. Não se limita à finalidade imediata do serviço do Estado. É, por certo, um memorial da civilização que o informa. A época que não se assinala pela arquitetura, significação e valor das suas construções, sobretudo em matéria de edifícios públicos, é um tempo que nada revelou de novo, uma geração que não conseguiu confiar a sua mensagem ao porvir, uma comunidade que não soube perpetuar-se através do eloqüente simbolismo dos monumentos levantados pelo esforço coletivo”.²¹

Abaixo. O CONJUNTO RESIDENCIAL DE PEDREGULHO, Rio de Janeiro (RJ), projetado em 1947 por Affonso Eduardo Reidy no Departamento Habitação Popular, dirigido por Carmen Portinho, foi a obra de habitação moderna brasileira mais divulgada no exterior. O sinuoso bloco é tributário das propostas de Le Corbusier, mas a idéia do conjunto tem referência na experiência habitacional inglesa do pós-Segunda Guerra Mundial.





Acima. PROPOSTA DO PLANO DE AVENIDAS para a área central da cidade de São Paulo (SP), Prestes Maia, 1930.

RUMO ÀS CIDADES

Gradualmente, a atividade urbanística ganha contornos mais nítidos, e a reestruturação de setores urbanos torna-se uma preocupação menos pontual, com significativo aporte técnico em suas concepções.

Na década de 1930, produziu-se um número significativo de planos, alguns elaborados no ocaso do decênio anterior: em 1929, era apresentado o plano do urbanista francês Alfred Agache para o Rio de Janeiro, idealizando grandes remodelações de natureza estética, sobretudo para o centro da cidade – caracterizando uma conveniente monumentalidade para a capital do país –

e enfatizando ações de saneamento e circulação, além de introduzir pioneiramente o conceito de zoneamento. Logo a seguir, em 1930, seria publicado o *Plano de avenidas para a cidade de São Paulo*, de Prestes Maia, um estudo de organização urbana estruturada no sistema de circulação viária. Ambas as propostas tornaram-se paradigmáticas para outras cidades. Recife conheceria um longo debate sobre questões urbanísticas, centrado em planos dos urbanistas Atílio Correia Lima e Nestor Figueiredo – este último também autor de propostas para Fortaleza e João Pessoa. Salvador,

Vitória, Porto Alegre, Curitiba e até capitais jovens, como Belo Horizonte, mereceram estudos urbanísticos e, com maior ou menor intensidade e extensão, o urbanismo como disciplina ganhava corpo nas administrações das cidades. No Estado Novo, prefeitos nomeados, como Henrique Dodsworth (Rio de Janeiro), Francisco Prestes Maia (São Paulo) ou José Loureiro da Silva (Porto Alegre), transformaram suas cidades. Outros prefeitos teriam se notabilizado não fosse a instabilidade política do período.

Nas regiões de maior atividade econômica, o deslocamento rural-urbano fazia crescer as camadas trabalhadoras urbanas. As taxas de crescimento das cidades médias dessas áreas eram mais altas; nas cidades maiores, era o prenúncio das metrópoles da segunda metade do século XX.

Novos territórios são desbravados na constituição de frentes de ocupação agrícola, como na colonização promovida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, da qual floresceram cidades como Londrina, Cianorte, Umuarama e Maringá. Na cidade de Maringá, a adoção do padrão urbanístico cidade-jardim, pelo urbanista Jorge Macedo Vieira, assegurou uma peculiar paisagem para a cidade. O vetor industrialista patrocinou a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e sua cidade-base, Volta Redonda, projetada por Atílio Correia Lima; as cidades industriais da Fábrica Nacional de



Acima. O VIADUTO OTÁVIO ROCHA, Porto Alegre (RS), inaugurado em 1932, com projeto de Manoel Itaquí, é uma obra-de-arte, com dignidade arquitetônica, conforme os novos valores urbanísticos introduzidos na época.

Abaixo. EDIFÍCIO COLUMBUS, 1930, São Paulo (SP). Arquiteto Rino Levi.





Acima. ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GOIÂNIA (GO), 1952. O *art déco* pode ser considerado como uma das versões da tateante modernidade que se consumou, sobretudo, nos anos 1930. A arquitetura inicial de Goiânia surgiu inspirada no também chamado *Estilo 1925*. Graças à preservação de vários exemplares de edifícios, a cidade foi reconhecida como patrimônio nacional pelo *art déco* que ostenta.

Ao lado. PLANO DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA (GO), planta geral de 1938, elaborada por Armando Augusto de Godoy e Coimbra Bueno, tendo como base o anteprojeto de 1933, de Atilio Correia Lima.

Abaixo. O TRAJADO VIÁRIO e a intensa arborização das ruas estão entre as características do modelo cidade-jardim, em Maringá, (PR), em 1947, projetada pelo urbanista Jorge Macedo de Vieira.



Motores (Rio de Janeiro) e Monlevade (Minas Gerais) materializavam os novos assentamentos de indução industrial.

O lançamento da pedra fundamental de Goiânia, em 1933, e sua inauguração, em 1942, assinalavam os novos sentidos para uma cidade: sua criação

caracterizou a consolidação do poder político do grupo que apoiou a Revolução de 1930; abria uma nova base para a frente agrícola do Centro-Oeste do país, buscando a inserção e a dinamização do Estado no mercado nacional; e uma aproximação ao território a conquistar, como destacava Getúlio Vargas em sua saudação à nova capital: “Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país grandes forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura”.²² Era a chamada Marcha para o Oeste. O autor do projeto, Atilio Correia Lima, expressou sua preferência pelo “efeito monumental” adotado em Versailles, Karlsruhe e Washington, tendo como foco o centro



cívico do qual se irradia um sistema viário de padrão “pata de ganso” ou “asterisco”.²³ A continuidade do plano de Goiânia ficou a cargo de Armando de Godoy, que acentuou o caráter de cidade-jardim do plano da nova capital de Goiás, nascida sob o signo da arquitetura *art déco*.

ANOS DOURADOS

As revisões históricas têm consignado aos anos 1950 um momento especial para a modernização brasileira, como um período de intensa industrialização e urbanização. Um momento generoso para a moderna arquitetura brasileira, cuja consolidação se dava com o reconhecimento internacional de sua produção e de seus arquitetos, como Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Roberto Burle Marx, Álvaro Vital Brazil, irmãos Roberto, Jorge Machado Moreira, Rino Levi, Oswaldo Bratke, entre outros, principalmente com a divulgação no estrangeiro promovida pelos livros *Brazil Builds*, catálogo do Museu de Arte Moderna de Nova York, editado em 1943, e

Acima. VISTA PANORÂMICA DA AVENIDA GOIÁS (GO), a nova capital do Estado de Goiás, implantada a partir de 1933, segundo plano do urbanista Atílio Correia Lima.

Abaixo. PRÉDIO PROJETADO PARA ABRIGAR O MUSEU DA AERONÁUTICA, início dos anos 1950, Parque do Ibirapuera, São Paulo (SP). Arquiteto Oscar Niemeyer.





Acima. EDIFÍCIO ANCHIETA, arquitetos M M Roberto, 1941. São Paulo (SP).

Abaixo. A IGREJA DA PAMPULHA, projeto de Oscar Niemeyer, 1939, marca o início da colaboração do arquiteto com Juscelino Kubitschek, então prefeito de Belo Horizonte (MG). Marco da arquitetura moderna brasileira, é reconhecida por Niemeyer como um ponto de inflexão em sua produção.



Modern Architecture in Brazil, de Henrique Mindlin, um *best-seller* de 1956, que conheceu edições em inglês, francês e alemão. O ambiente cultural era extraordinário: Bossa Nova, Cinema Novo, literatura (Guimarães Rosa como umas das referências), as bienais de São Paulo, concretismo e neoconcretismo, as duas copas do mundo de futebol.

A política de construção de uma identidade nacional elaborada pela intelectualidade moderna brasileira desabrochava nesses anos. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, estabeleceu uma diretriz de preservação do patrimônio arquitetônico, elegendo os remanescentes do período colonial para tombamento. Como difusão de um imaginário identitário, ao reunir lado a lado um profeta de Aleijadinho e a Estação de Hidroaviões do Rio de Janeiro, a sobreposição do catálogo de *Brazil builds* insinuava o ideário da conjunção entre o passado e o novo, entre a tradição e a modernidade, consubstanciado por pensadores como Mário de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Lucio Costa – mote que con-

sagrou uma parte significativa da criação artística nacional até recentemente. Os tombamentos da igreja da Pampulha, em 1947, e da sede do Ministério da Educação e Cultura, em 1948, apontavam para a constituição de uma identidade forjada na continuidade de um certo passado e de uma certa tradição.

Após o período convulsivo do suicídio de Getúlio Vargas, a gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) é lembrada por sua vitalidade e pelo seu legado. O slogan “50 anos em 5” era o fascinante chamado por uma ação possível no exercício de um mandato, concebida por meio do planejamento econômico, elucidada no Plano de Metas da sua campanha presidencialista: um programa em trinta itens com investimentos estatais, privados e internacionais em transporte, energia, alimentação, indústria e educação. A indus-



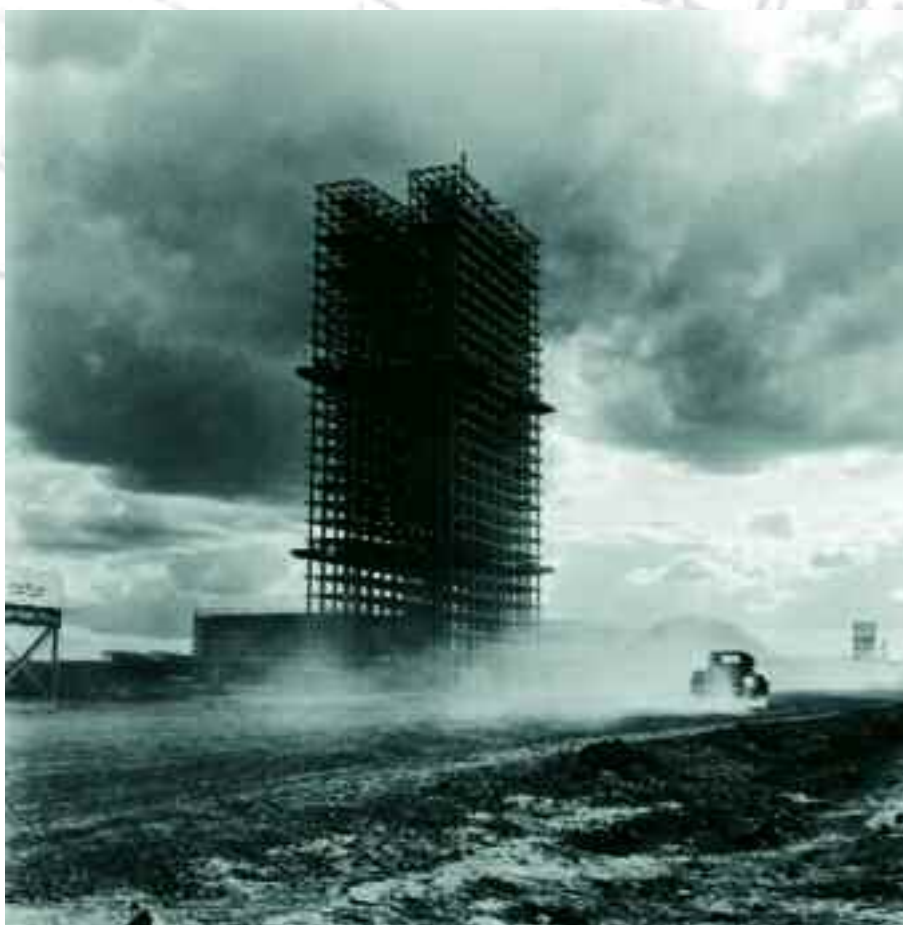
INAUGURADO EM 1965, O ATERRO DO FLAMENGO, Rio de Janeiro (RJ), é uma extraordinária orla marítima com paisagismo de Burle Marx. Trata-se de uma das mais significativas áreas públicas criadas dentro do pensamento urbanístico moderno.

rialização do país era o pressuposto para a superação do subdesenvolvimento: o “desenvolvimentismo” era o mote de esperança para novos rumos ao Brasil. Hoje, entende-se a era JK como um momento de modernização conservadora: inovadora na intensa industrialização e crescimento econômico com a manutenção do *status quo* latifundiário e da distribuição desigual de riqueza.

Com a sua eleição, Juscelino Kubitschek acrescentou uma nova meta, ou a meta-síntese: a transferência da capital do país para o Planalto Central, com a construção de Brasília. A nova capital seria a encruzilhada do Brasil: na perspectiva rodoviária do Plano de Metas, as novas rodovias Belém-Brasília, Fortaleza-Brasília, Belo Horizonte-Brasília e Goiânia-Brasília trariam vitalidade ao vazio do Planalto Central, como uma guinada rumo ao interior do país.

Brasília como epopéia, cujo epíteto foi a “Capital do futuro e da esperança” – criado, em 1959, pelo então ministro da Cultura da França, André Malraux –, constituía o discurso propagado pelo governo e difundido pelo mundo. Nas palavras de um ideólogo nativista, o filósofo Roland Corbisier, a nova capital era uma questão de desenvolvimento nacional:

Ao lado. A FOTO DE MARCEL GAUTHEROT registra a solidão do planalto goiano rompida pelo ruído de gente e máquinas para a construção urgente da nova capital. A nuvem de poeira sublima a monumentalidade misteriosa das duas torres de aço do Congresso Nacional, Brasília (DF), em materialização. Assinalam a intervenção humana transtornando a placidez da natureza local, interferindo na horizontalidade da paisagem do cerrado.



“Essa tarefa [...] de desenvolvimento, de integração nacional, de construção da nação brasileira [...], embora seja de conteúdo econômico e social, é fundamentalmente política e ideológica. Não são as forças do mercado, entregues à sua espontaneidade, ao seu livre jogo, que nos permitirão corrigir os desequilíbrios internacionais e os desequilíbrios internos, promovendo no prazo que nos interessa, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do país. A tarefa é urgente porque se trata de reduzir, a prazo curto, a discrepância entre o nosso atraso, a nossa pobreza, e o progresso e a riqueza dos países altamente desenvolvidos. Trata-se de recuperar o tempo perdido e de converter o espaço em tempo, a geografia em história.”²²⁴

Cidade-alegoria, que capitalizava o prestígio internacional que a arte e a arquitetura brasileiras haviam angariado no pós-Segunda Grande Guerra, a nova capital se prestaria como cenário e palco da capacidade criadora e original de um povo manifestando sua emancipação cultural e afirmando uma nova condição de país em desenvolvimento, antevendo mudanças sociais. Segundo a ideologia da época, nas palavras de Roland Corbisier:



Ao fundo e acima. **CROQUIS DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA E DO EIXO MONUMENTAL**, autoria de Lucio Costa, e constantes do Relatório do Plano Piloto, apresentado por ocasião do Concurso para a Nova Capital, Brasília (DF), em 1957.

Ao lado. NA EXTRAORDINÁRIA FOTO DE **MARCEL GAUTHEROT**, a abóbada celeste presencia a abóbada dos homens em construção. Malhas de ferro e fôrmas de madeira servem de chão para um formigueiro de trabalhadores que constroem o céu do plenário do Senado Federal. Frenesi de gente de todo Brasil que escalou até o planalto central para construir uma cidade. Muitos ali ficaram, dispersos nas cidades-satélites. Foto de 1958.

Ao lado. EDIFÍCIO DO CONGRESSO NACIONAL, Brasília (DF), destacando-se as duas torres destinadas às atividades administrativas, e as duas cúpulas, a da direita da Câmara dos Deputados e a da esquerda do Senado. Localizado conforme o Plano Piloto de Lucio Costa e construído segundo projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, faz parte da Praça dos Três Poderes e ocupa o lugar de destaque no Eixo Monumental, contribuindo de forma marcante com o caráter simbólico de Brasília enquanto capital do Brasil.



Abaixo. CINE BRASÍLIA, Brasília (DF), projetado por Oscar Niemeyer, foi inaugurado poucos meses após a inauguração da nova capital. Apresenta volume de fachada curva, com revestimento em cerâmica e no seu interior relevos em madeira e laminados criados por Athos Bulcão.



“A edificação da Capital atesta a capacidade de criar a instância pedagógica suprema, a cidade que não apenas contenha obras-de-arte, mas seja, ela própria, uma obra-de-arte. A partir desse momento, em que se revela capaz de criar a Metrópole como expressão autêntica de seu sentimento e de sua visão de mundo, um povo afirma, realmente, a sua força criadora no campo da cultura. [...] O plano urbanístico, tal como se apresenta nesse trabalho exemplar que é o relatório de Lucio Costa, e a realização arquitetônica de Oscar Niemeyer, talvez o maior artista plástico brasileiro, constituem pela audácia e pela originalidade, a prova eloqüente de que não estamos mais condenados a traduzir, imitar, ou copiar apenas, mas de que já nos tornamos capazes de afirmar livremente o nosso gênio, a nossa força criadora.”²⁵

A monumentalidade de civitas proposta para a nova capital, com o “urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenção” era a componente que extrapolava a simples adesão aos princípios básicos da Carta de Atenas e suas recomendações funcionalistas. Como afirmava Lucio Costa, “cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz



de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, um foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país”.²⁶ Não obstante seu caráter de cidade paradigmática do urbanismo à CIAM (Congrès Internationaux d’Architecture Moderne), expresso em muitos pontos do Relatório do Plano Piloto, Brasília comporta visões específicas do pensamento de seu autor, como as quatro escalas urbanísticas: a escala residencial (“nas áreas de vizinhança, constituídas de superquadras”), a escala monumental (“em que o homem adquire dimensão coletiva”), a escala gregária (“onde as dimensões e o espaço são deliberadamente reduzidos e concentrados a fim de criar clima propício ao agrupamento”) e a escala bucólica (a preservação de áreas naturais “para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana”).²⁷

O parecer do júri que escolheu o projeto para Brasília foi categórico: “Tem o espírito do século XX: é novo; é livre e aberto; é disciplinado sem ser rígido.”

Quarenta e seis anos após sua inauguração, a capital do país sintetiza os paradoxos de uma nação em que convivem hiperdesenvolvimento e subdesenvolvimento. Brasília maturou territorialidades simbólicas. Seus espaços abrigam ritos populares em um cenário monumental. A permeabilidade entre espaço

Acima. VISTA AÉREA DO SETOR DE SUPER-QUADRAS SUL (ASA SUL), Brasília (DF). “Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada. Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras”. (Lucio Costa: Relatório do Plano Piloto)

Abaixo. SUPER QUADRA SUL 308, Brasília (DF). Paisagismo de Burtle Marx.



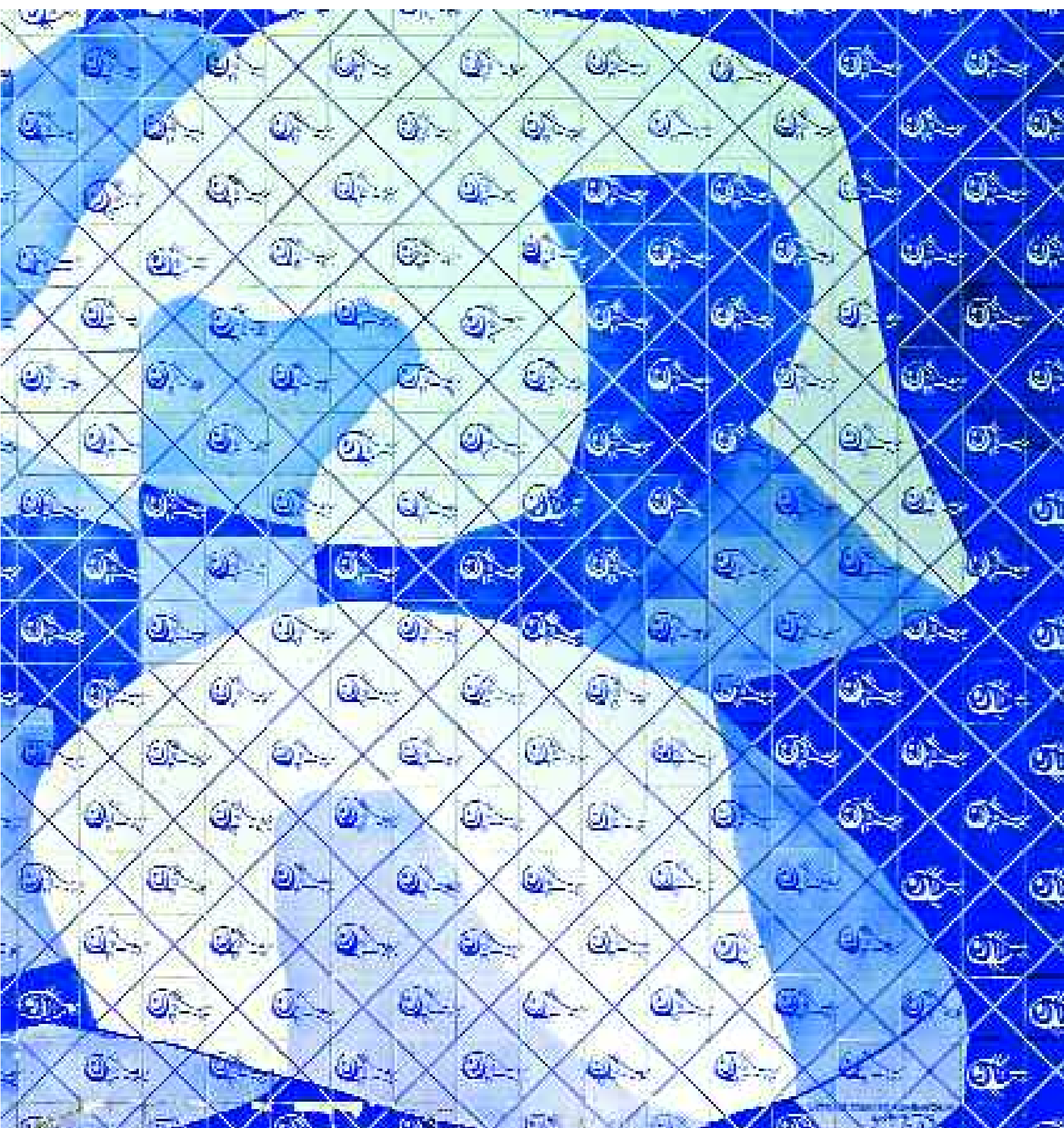
Página ao lado. *Príxos*, 1961, painel de azulejos, desenho de autoria de Candido Portinari. Localizado no salão do Pampulha Iate Clube, edifício projetado por Oscar Niemeyer em Belo Horizonte (MG).

Abaixo. **NO TESTEMUNHO DE OSCAR NIEMEYER**, “não era suficiente uma obra importante e original. Devia realizar uma catedral que não precisasse nem de cruz, nem de santos para simbolizar a Casa de Deus. Pensei que a catedral de Brasília podia, tal qual uma escultura monumental, traduzir uma idéia religiosa, uma prece. E a projetei circular, com colunas curvas se elevando em um gesto de súplica e de comunhão”.

público e lugar político estabelece uma relação que configura e reforça identidades sociais e a construção da cidadania. A paisagem edificada do Plano Piloto parece imutável, mas a cidade move-se constantemente. Entre a exuberância formal dos monumentos criados por Niemeyer e a efervescência social nas cidades-satélites, conforma-se a memória urbana da capital. Memória que também se sedimenta no reconhecimento da UNESCO, ao atribuir à cidade a condição de Patrimônio da Humanidade: a primeira obra realizada dentro dos princípios modernos do século XX a ser inscrita na Lista do Patrimônio Mundial.

Belo Horizonte de Aarão Reis foi o marco de legitimação de um novo regime e de um pensamento; Goiânia, projetada por Attilio Correia Lima, foi a reiteração da aventura de plantar cidades no território; Brasília, de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, pode ser considerada um corolário dessa eterna vocação de arriscar e confiar em utopias.





Na costa atlântica dessa imensa região do Continente Americano, depois chamada Brasil, somente com a chegada e permanência dos lusitanos, e, certamente, sob o olhar no mínimo curioso e espantado dos indígenas, pela primeira vez são erguidas vilas e cidades. Fato da maior relevância econômica, social, política, religiosa e cultural.

Iniciava-se, assim, a construção de uma nova geografia física e humana, indispensável ao domínio político-militar e à exploração econômica dessa terra conquistada pelos representantes da Coroa Portuguesa. Começo da efetiva ocupação e posse do território sobre o qual foram lançadas as bases da nação brasileira.

Primeiros passos de uma história rica, contraditória, penosa para a maioria, e da qual a arquitetura sempre fez parte, não apenas como seu resultado, e nem tampouco como coadjuvante, mas como um dos seus principais protagonistas. É o que nos mostra este livro.



MONUMENTA



Ministério da Cultura

